

OSMAR MOREIRA DE SOUZA JÚNIOR

**FUTEBOL COMO PROJETO PROFISSIONAL DE
MULHERES:** interpretações da busca pela legitimidade

*FOOTBALL AS A CAREER PROJECT FOR WOMEN:
legitimacy search interpretation*

Campinas
2013

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

OSMAR MOREIRA DE SOUZA JÚNIOR

**FUTEBOL COMO PROJETO PROFISSIONAL DE MULHERES:
interpretações da busca pela legitimidade**

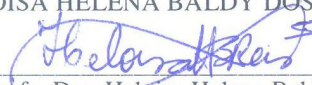
Orientadora: Heloisa Helena Baldy dos Reis

***FOOTBALL AS A CAREER PROJECT FOR WOMEN:
legitimacy search interpretation***

Tese de doutorado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação Física, na área de concentração Educação Física e Sociedade.

Doctorated thesis presented to the Post Graduation Programme of the School of Physical Education of University of Campinas to obtain the Ph.D grade in Physical Education, concentration area Physical Education and Society.

ESTE EXEMPLAR DA TESE CORRESPONDE
À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO OSMAR MOREIRA DE SOUZA
JÚNIOR E ORIENTADO PELA PROFESSORA
HELOISA HELENA BALDY DOS REIS.



Profa. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis
Orientadora

Campinas, 2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
ANDRÉIA DA SILVA MANZATO – CRB8/7292
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA UNICAMP

So89f Souza Júnior, Osmar Moreira de, 1969-
Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade / Osmar Moreira de Souza Júnior. - Campinas, SP: [s.n], 2013.

Orientadora: Heloisa Helena Baldy dos Reis
Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Futebol. 2. Jogadoras de futebol. 3. Futebol para mulheres. 4. Sociologia - Esportes. I. Reis, Heloisa Helena Baldy dos. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações para a Biblioteca Digital:

Título em inglês: Football as a career project for women: legitimacy search interpretation.

Palavras-chaves em inglês:

Soccer

Soccer players

Soccer for women

Sociology - Sports

Área de Concentração: Educação Física e Sociedade

Titulação: Doutorado em Educação Física.

Banca Examinadora:

Heloisa Helena Baldy dos Reis [orientador]

Felipe Tavares Paes Lopes

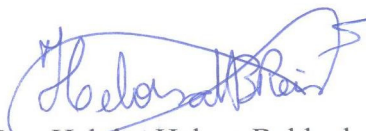
Ludmila Nunes Mourão

Arlei Sander Damo

Silvana Vilodre Goellner

Data da defesa: 12-03-2013

Programa de Pós-Graduação: Educação Física

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis
Orientadora



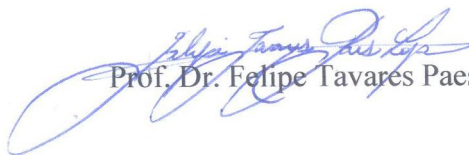
Profa. Dra. Ludmila Nunes Mourão



Prof. Dr. Arlei Sander Damo



Profa. Dra. Silvana Vilodre Goellner



Prof. Dr. Felipe Tavares Paes Lopes

*Ofereço este trabalho a meu pai,
Osmar Moreira de Souza (in
memoriam), que tanto se dedicou à
família e nos ensinou valores que
universidade nenhuma ensina.*

AGRADECIMENTOS

Não é possível agradecer a todos aqueles e todas aquelas que participaram deste processo penoso e gratificante que é a construção de uma tese de doutorado, mas vou me arriscar a fazer algumas menções, correndo o risco de deixar pessoas importantes de fora da lista, antecipadamente peço desculpas àqueles e àquelas que não foram lembrados neste momento, mas estão presentes em meus eternos agradecimentos. Assim, gostaria de agradecer:

À minha orientadora Heloisa Reis, pela dedicação e integridade demonstrada durante todo o processo, mostrando-me a importância de enfrentar os desafios sempre de cabeça erguida, não abrindo mão de nossas convicções.

Aos(à) integrantes da banca examinadora, Ludmila, Silvana, Arlei e Felipe, pela gentileza de terem aceito o convite, por dedicarem-se à apreciação desta tese e pelas importantíssimas contribuições tanto para a tese, como para os seus desdobramentos.

Ao Kike Toledo e à Ludmila pelas inúmeras contribuições no exame de qualificação.

Aos(às) parceiros(as) de GEF, Matheus, Vitor, Thiago, Heitor, Harian, Luciano, Rafinha, Emanuel, Felipe, Mariana, Marcelo, Vanderlei, Liliane, Vagner, Eric, Carlinhos..., companheiros(as) desta “caminhada sociológica” sempre fascinante.

À professora Lilian Ferreira e todos(as) os(as) companheiros(as) de NEPATEC (UNESP-Bauru).

À professora Suraya Darido, por todo o incentivo e oportunidades propiciadas para meu encaminhamento na carreira acadêmica e aos(às) companheiros(as) de LETPEF (UNESP-Rio Claro).

Aos companheiros de PST, Silvano, Heitor, Luiz Gustavo, Bruno, Joab e Everton.

Aos companheiros e companheiras de trabalho do DEFMH e coordenação de curso de Educação Física da UFSCar.

Ao amigo Heitor que consegue deixar simples os mais indigestos desafios com sua sensibilidade ímpar.

Ao professor Glauco, amigo sempre presente em todos os momentos.

Aos docentes e discentes do programa de pós-graduação e funcionários da FEF-UNICAMP, especialmente à bibliotecária Andreia e à Simone, Maria Auxiliadora, Maria Aparecida e Frigo.

À Cleide pela minuciosa revisão final da tese.

À Kika, à Gabi e ao Deco pelo auxílio na transcrição das entrevistas.

Às participantes e aos participantes desta pesquisa, que gentilmente permitiram que fossem descortinadas algumas facetas da prática do futebol por mulheres.

À minha irmã Luciana e ao meu irmão Marcelo, com os quais sei que sempre posso contar nos momentos de alegria e de tristeza.

À minha esposa Kika e minha filha Natalia, cujo amor incondicional sempre me inspirou a viver intensamente a vida. A Duda ainda não chegou, mas já agradeço muito a Deus por ter abençoado nossa família com mais essa dádiva.

À minha mãe Lourdes, a pessoa que mais me incentivou a ingressar na carreira acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro de extrema relevância para a realização da pesquisa.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Futebol como projeto profissional de mulheres:** interpretações da busca pela legitimidade. 2013. 320 f. Tese (Doutorado em Educação Física)- Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RESUMO

A prática do futebol por mulheres historicamente é matizada por episódios de concessões, infiltrações, transgressões e conquistas. Embora as mulheres tenham estado presentes em todas as etapas da sociogênese do futebol, protagonizando inserções tanto como espectadoras quanto na condição de praticantes, o espaço e a visibilidade destinados ao futebol feminino evidenciam a inocuidade dessa prática como campo de atuação profissional. À luz desse cenário, o objetivo desta pesquisa consistiu em analisar os projetos de jogadoras e de “clubes” para a efetivação do futebol como carreira profissional, bem como a normatização legal dos vínculos futebolísticos dessas atletas. Para esse fim, realizou-se um estudo de caso com três equipes que disputaram o Campeonato Paulista de Futebol Feminino de 2011, por meio de um diário de campo, entrevistas semiestruturadas com dirigentes e treinadores(as) e grupos focais com atletas. As equipes analisadas revelam disparidades estruturais permeadas pelas representações dos diferentes sujeitos, que sinalizam para distanciamentos e aproximações de uma atividade profissional. Os projetos das jogadoras pesquisadas evidenciam o reconhecimento do exercício profissional, porém circunscritos pelos impedimentos da falta de estrutura e da formalização dos vínculos empregatícios. Em contrapartida, pela análise da legislação podemos identificar que as jogadoras exercem atividade profissional de fato, explicitando a ilegalidade dos mecanismos de formalização dos vínculos firmados pelos seus clubes, quando estes não cumprem com as garantias às quais as atletas fariam jus por direito. Tendo em vista a legitimação da profissão de futebolista para as mulheres, indicamos a necessidade de a CBF, federações e clubes afiliados garantirem a sustentabilidade do futebol feminino, com a organização de competições e a manutenção de equipes de mulheres nos clubes que mantêm o futebol profissional atualmente.

Palavras-Chaves: Futebol; Futebol Feminino; Futebol de Mulheres; Jogadoras de futebol; Sociologia do Esporte.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Football as a career project for women: legitimacy search interpretation**. 2013. 320 f. Thesis (Doctorate in Physical Education) – School of Physical Education . University of Campinas, Campinas, 2013.

ABSTRACT

Women's football practice is historically marked by concessions, infiltrations, transgressions and conquests. Although women have been present in every stage of football's sociogenesis, taking part as spectators and also practicing it, the space and visibility given to women's football highlight the innocuousness towards the sport as a career plan. Bearing such scenario, this research aims to analyze the clubs and players projects towards football as a real career plan, as well as the legal regularization of the employment relationship of the athletes. For this purpose, it was done a case study with three teams disputing the women's football Paulista Championship in 2011, by means of field diary, semi-structured interviews with directors and coaches, and focus groups with athletes. The analyzed teams showed structural disparities permeated by different issues that leads to a detachment and closeness of a professional career. The players' project shows the recognition of the sport as a professional career, nevertheless surrounded by barriers, and lack of structure and employment legitimacy. On the other hand, by analyzing the legislation, it is possible to identify that the players act in fact professionals, highlighting the illegality of the clubs employment relationship, once they do not meet the standards and rights granted by the legislation to the players. Considering the legitimacy of women's football as a career, we point to the need of CBF, federations and affiliated clubs, to grant a sustainability for women's football by organizing championships and helping towards women's teams in clubs that currently maintain professional teams.

Keywords: Football; Women's Football; Football players; Sociology of Sport.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escudo criado para o Minerva Futebol Feminino	26
Figura 2 - Atletas e treinadores do Minerva em torneio de 2005	27
Figura 3 - Treinador e jogadoras do Minerva após jogo em 2005	27
Figura 4 - Jogo do Minerva no torneio do Grêmio de 2007	28
Figura 5 - Jogo “ancestral” do futebol na Idade Média.....	56
Figura 6 - Primeira foto da equipe do Dick, Kerr Ladies, em outubro de 1917.....	59
Figura 7 - Sessão de treinamento no estádio Deepdale em 1918	61
Figura 8 - Jogadoras do DKL e da França em foto de 1948	63
Figura 9 - DKL x Yorkshire (1921)	70
Figura 10 -DKL x St. Helens (1921).....	70
Figura 11 -Equipe de Araguari em matéria da revista <i>O Cruzeiro</i> de 28/2/1959	120
Figura 12 - Texto original da deliberação nº 10/79 do CND	123
Figura 13 -Eurico Lira passando instruções às jogadoras do Radar	130
Figura 14 -Equipe do Radar em jogo no Maracanã.....	131
Figura 15 -Jogadoras do Radar comemorando	132
Figura 16 -Seleção Brasileira nos Jogos Olímpicos de Atlanta 1996	137
Figura 17 -Frente do fôlder de divulgação da Paulistana-2001	144
Figura 18 -Verso do fôlder de divulgação da Paulistana-2001	145
Figura 19 -Calendário das Sereias da Vila	148
Figura 20 -Jogadoras no desfile de lançamento do calendário das Sereias da Vila	148
Figura 21 -Jogadora desfila de biquíni no lançamento do calendário das Sereias da Vila.....	149
Figura 22 -Mapeamento dos clubes de futebol feminino no Brasil	163
Figura 23 -Sessão de treinamentos do CLUBE C (17/8/2011)	183
Figura 24 -Chácara utilizada como alojamento pelo CLUBE C (20/8/2011)	185
Figura 25 -Jogo do CLUBE C pelo Campeonato Paulista-2011 (20/8/2011)	189
Figura 26 -Sessão de treinamento do CLUBE B (6/9/2011)	191
Figura 27 -Jogo do CLUBE B contra o CLUBE C pelo Campeonato Paulista-2011 (13/8/2011).....	194
Figura 28 -Jogo do CLUBE A pelo Campeonato Paulista-2011 (1/1/2011)	197
Figura 29 -Sessão de treinamento do CLUBE A (29/9/2011)	200
Figura 30 -Érika e o presidente do Santos, Luis Álvaro, na coletiva de imprensa	202
Figura 31 -Érica chora na entrevista coletiva.....	205
Figura 32 -Repórter da REDEVIDA em jogo do CLUBE B (3/9/2011).....	211
Figura 33 -Cabine com câmeras da REDEVIDA em jogo do CLUBE A (24/9/2011)	212
Figura 34 -Organograma administrativo da FIFA.....	216
Figura 35 -Reunião do Comitê Executivo da CONMEBOL.....	217
Figura 36 -Jogadoras de meio de campo aguardam para participar dos jogos da peneira (21/1/2010)	238
Figura 37 -Familiares e amigos das jogadoras assistem à peneira (21/1/2010)	238
Figura 38 -Um dos jogos da peneira (21/1/2010)	239
Figura 39 -Comissão técnica do clube conversa com as candidatas após um dos jogos da peneira (21/1/2010)	239

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma dos eventos registrados em diário de campo.....	35
Quadro 2 - Articulação entre categorias de análise, objetivos de pesquisa e unidades de registro.....	50
Quadro 3 - Jogos do DKL nos anos de 1917 e 1918.....	61
Quadro 4 - Jogos do DKL contra o selecionado da França em 1920.....	64
Quadro 5 - Locais, públicos e rendas do DKL em 1921	65
Quadro 6 - Jogos com resultados do DKL em 1921	66
Quadro 7 - Os ciclos da carreira de futebolista	84
Quadro 8 - Edições do Campeonato Paulista de Futebol Feminino com respectivos campeões.....	140
Quadro 9 - Quantidade de jogadoras de futebol registradas no Brasil em 2006	161
Quadro 10 - Quantidades de jogadoras de futebol registradas no Brasil de 2000 a 2006.....	162
Quadro 11 - Total de clubes de futebol, de clubes com equipes masculinas e femininas e de clubes exclusivamente com equipes femininas no Brasil em 2006.....	162
Quadro 12 - Distribuição dos clubes participantes das competições estaduais por região.....	165
Quadro 13 - Relação dos clubes participantes da Copa do Brasil de Futebol Feminino 2012	168
Quadro 14 - Estatística técnica dos jogos da Copa do Brasil de Futebol Feminino 2012.....	169
Quadro 15 - Estatística de público dos jogos da Copa do Brasil de Futebol Feminino 2012.	169
Quadro 16 - Estatística de arrecadação dos jogos da Copa do Brasil de Futebol Feminino 2012.....	169

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADPM	Associação Desportiva da Polícia Militar
AGFF	Associação Gaúcha de Futebol Feminino
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBJ	Confederação Brasileira de Judô
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CID	Código Internacional de Doenças
CLT	Consolidação de Leis Trabalhistas
CND	Conselho Nacional de Desportos
CONMEBOL	Confederación Sudamericana de Fútbol
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CT	Centro de Treinamento
DC	Diário de Campo
DFA	Dominion Football Association
DKL	Dick, Kerr Ladies
FA	Football Association
FAP	Financial Assistance Programme
FCM	Faculdade de Ciências Médicas
FEF	Faculdade de Educação Física
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
FPF	Federação Paulista de Futebol
IBCC	Instituto Brasileiro de Combate ao Câncer
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
OMS	Organização Mundial de Saúde
RH	Recursos Humanos
REC	Regulamento Específico da Competição
RGC	Regulamento Geral das Competições
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
WUSA	Women’s United Soccer Association

SUMÁRIO

1	O FUTEBOL PRATICADO POR MULHERES COMO OBJETO DE ESTUDO: A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	21
1.1	As experiências pessoais/profissionais como geradoras das inquietações que instituem o campo de pesquisa.....	24
1.2	Inserções no campo da pesquisa: caminhos percorridos para a exploração do tema ...	29
1.2.1	Abordagem inicial da pesquisa de campo.....	36
1.2.2	Entrando em campo: as inserções nos clubes pesquisados – observações de jogos e treinamentos e realização das entrevistas e dos grupos focais.....	38
1.3	Procedimento para análise dos dados.....	49
1.4	Roteiro da pesquisa.....	51
2	DA GÊNESE À ESPETACULARIZAÇÃO DO FUTEBOL	55
2.1	As primeiras aproximações das mulheres com o futebol	55
2.2	A popularização do futebol e sua inserção na sociedade brasileira.....	77
2.3	O processo de profissionalização e espetacularização do futebol e seus desdobramentos no futebol de mulheres	80
3	TRAJETÓRIA DO FUTEBOL PRATICADO POR MULHERES.....	91
3.1	Mulheres nas arquibancadas	92
3.2	Mulheres no esporte: incursões permeadas por concessões, transgressões e conquistas.....	100
3.3	Desventuras da apropriação do futebol pelas mulheres no Brasil	109
3.4	Da legalização à erotização do futebol de mulheres no Brasil.....	122
4	O FUTEBOL FEMININO DA FIFA AOS CLUBES: DESVELANDO O DESCOMPASSO ENTRE AS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MODALIDADE E AS AÇÕES PARA SUA PRECARIZAÇÃO.....	155
4.1	As diretrizes de uma política de ações afirmativas para o futebol feminino proposta pela FIFA.....	155
4.2	O futebol feminino no Brasil pelo prisma da CBF: seleções brasileiras e Copa do Brasil já bastam!.....	161
4.3	O papel da FPF no desenvolvimento do futebol feminino no estado de São Paulo: realizações e omissões.....	174
4.4	O futebol feminino nos clubes do estado de São Paulo: estrutura mínima para um desenvolvimento insustentável.....	178
4.5	O futebol feminino nos clubes pesquisados: “a síndrome dos três porquinhos”	181
4.5.1	A estrutura do CLUBE C.....	181
4.5.2	A estrutura do CLUBE B.....	190
4.5.3	A estrutura do CLUBE A.....	196
4.6	Sinais da precarização: atletas desesperançosas e precarizadas, mídia desinteressada e clubes descomprometidos.....	200

5 FUTEBOL COMO PROFISSÃO: DISCURSOS, PROJETOS E REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES QUE BUSCAM VIVER NO/DO FUTEBOL.....	223
5.1 Discursos hegemônicos e a dominação masculina: contribuições sociológicas para a interpretação do campo de pesquisa.....	225
5.2 Projetos, mulheres e futebol.....	228
5.2.1 Projetos de Martas, Elanes, Nildinhas, Alines.....	229
5.2.2 Projetos de garotas que sonham ingressar no “circuito profissional” do futebol	236
5.2.3 Projetos de atletas estabelecidas no “circuito profissional” do futebol	249
5.3 Nuances entre o amadorismo e o profissionalismo: sedimentando conceitos.....	273
5.4 Esporte profissional, não profissional, amador, semiprofissional: dos termos na legislação brasileira.....	276
6 ROMPENDO O SILÊNCIO EM BUSCA DA LEGITIMIDADE: “NÃO TEM ESTRUTURA, MAS ATÉ HOJE EU ME VEJO COMO ATLETA PROFISSIONAL”	297
REFERÊNCIAS.....	305
APÊNDICES.....	319
ANEXOS.....	325

1 O FUTEBOL PRATICADO POR MULHERES COMO OBJETO DE ESTUDO: A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Atenas, 2004

As lágrimas corriam dos olhos delas, eu podia vê-las, pareciam princesas numa festa de casamento em que o noivo foi escolhido pelo rei, onde o amor jamais teve lugar, apesar da festa, da pompa, da música e da felicidade externa; internamente, a tristeza reinava. Por mais que eu quisesse ser forte, por mais que tivesse dito que aquilo era uma festa de conquista inédita, não resisti e chorei. Uma lágrima foi flagrada, rolando solitária e solidária. A câmera de TV captou de forma sutil essa imagem e todos puderam vê-la no Brasil e no mundo. No Brasil? Sim, no Brasil. Neste dia, e nos jogos anteriores aconteceu um grande fenômeno na população brasileira. Parecia jogo de copa do mundo dos homens; as repartições se agitaram; as lojas, com suas múltiplas TVs nas vitrines, ficaram lotadas na calçada; os frequentadores dos bares e restaurantes, todos estavam juntos, torcendo, surpresos, felizes, admirados e orgulhosos com o que viam.

Mulheres, sim, mulheres brasileiras jogando futebol de homem, com qualidade de homem, com beleza de homem. Onde é que estava escondido esse dom que ninguém havia descoberto ainda?

Esse foi o dia em que as mulheres da seleção brasileira de futebol feminino viraram a cabeça dos homens. Eles abaixaram a guarda, renderam-se e concordaram: elas não só mereciam o ouro, como foram ouro na forma de jogar, e de encantar a quem as via. O Brasil teve que admitir: futebol também é coisa de mulher.

Essa cena marca o fim das Olimpíadas de 2004 em Atenas. A seleção brasileira feminina tinha acabado de perder a final das Olimpíadas para a poderosa seleção de futebol feminino dos Estados Unidos. Foi o jogo de nossas vidas, mas não foi o suficiente, Deus tem seus mistérios e lá estava a derrota, injusta mas real.

Mesmo tendo acertado duas bolas na trave, mesmo tendo a goleira Scurry feito quatro defesas inacreditáveis, mesmo a juíza não marcando um penalti claríssimo, perdemos o jogo. A máxima do futebol se fazia valer mais uma vez: Quem não faz, leva. Nós levamos o segundo gol, no segundo tempo da prorrogação, na única bola que a gigante Wambach conseguiu cabecear no duelo com a Mônica, uma brasileira que saiu do voleibol, e depois de adulta começou a jogar futebol.

Esse gol, depois do empate no tempo normal, evitou que o Brasil ganhasse sua primeira medalha olímpica de ouro no futebol. O sonho foi quase completo, mas não virou realidade. Agora elas estavam lá no pódio recebendo a medalha de prata. Embora seja uma honra ser medalhista olímpico, um feito que era inédito no futebol feminino do Brasil, embora elas tivessem entrado para a história do futebol nacional, não se pode negar que a medalha de prata tem um gosto um pouco amargo. Ela vem depois de uma derrota, e isso é muito doído.

Apesar da dor de perder a medalha de ouro, as lágrimas não foram só de tristeza. Elas foram também uma demonstração da conquista, das transformações, da perseverança, das discussões, da pouca unanimidade mas muita unidade, da quebra de barreiras, da descoberta e da garra e orgulho com que esse grupo lutou até o final. Essas lágrimas representaram tudo que se passou para chegar naquele momento. O sonho de ouro foi realizado com a prata, demonstrando que só não é possível aquele sonho que não sonhamos ou aqueles que não estamos dispostos a pagar o preço para alcançá-los (SIMÕES, 2007, p. 1-2).

Iniciar o caminho que será percorrido nesta tese apresentando esse trecho do livro **O dia em que as mulheres viraram a cabeça dos homens**, escrito pelo treinador de futebol René

Simões, logo após sua experiência como treinador da seleção brasileira de futebol feminino que conquistou a medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004, ilustra muito bem a forma como a temática me causa impacto e me faz sensível às condições colocadas para o futebol praticado por mulheres no Brasil.

Perceber o ambiente desafiador e resistente à presença das mulheres foi o ponto de partida para esta investigação. Porém, no decorrer do trabalho, foi necessário me despir de alguns pressupostos que tendem a comprometer a fidedignidade do estudo. Refiro-me à postura de cumplicidade com o objeto de estudo que tem me acompanhado ao longo da trajetória acadêmico-profissional, tomado pelo mesmo impulso passional traduzido pelas palavras de René Simões, construído em meio a uma intensa experiência que tive como treinador de futebol feminino (em competições locais e regionais) durante nove anos (entre os anos 2000 e 2008), assumi a posição de pesquisador-militante, produzindo e reproduzindo o discurso da vitimização das jogadoras de futebol.

Problematizar esse postulado da vitimização das mulheres que jogam futebol é um dos desafios que permeiam as discussões que aqui serão encaminhadas. Perceber essas mulheres também como transgressoras, subversivas e desestabilizadoras da ordem social instituída revela faces ocultas, ausentes principalmente do discurso midiático relacionado ao tema.

Aliás, uma das importantes transformações que gradativamente tenho tentado incorporar ao meu discurso, com o intuito de romper com a narrativa da vitimização, dizem respeito justamente à identificação das personagens centrais desses estudos como **mulheres**. Pode até parecer que não há qualquer novidade nessa sutil transformação, pois seria óbvio assumir que estudos como este têm como foco as mulheres. Contudo, apenas após me deparar com interlocutores como um(a) parecerista de um artigo que submeti à avaliação para um periódico da área de Educação Física, um artigo da colega Cláudia S. Kessler (2012) e uma entrevista concedida por Carmem Rial (2012) ao *site* Ludopédio, é que me dei conta do quanto me traía, caindo em armadilhas retóricas que tendiam a fragilizar ainda mais essas mulheres, ao identificá-las de forma recorrente como meninas e/ou femininas.

Kessler (2012, p. 240) afirma ter adotado recentemente em suas produções a terminologia *futebol de mulheres* em detrimento da mais comumente utilizada, *futebol feminino*, “com o intuito de trazer à tona a reflexão sobre a feminilidade que se deseja que as mulheres

apresentem dentro do campo esportivo. A utilização da expressão ‘feminino’ carrega referências ligadas à sexualidade e à feminilidade normativamente impostas”.

Rial (2012) também defende a substituição da expressão *futebol feminino*, conforme é possível observar pela sua reação quando o entrevistador da equipe do Ludopédio lhe faz o seguinte questionamento: “Partindo do futebol praticado por mulheres, para pensar o praticado pelos homens, você acha que podemos questionar a ideia de uma masculinidade hegemônica no futebol masculino?” Em meio à sua resposta, Carmem Rial faz o seguinte comentário:

Eu adorei quando você perguntou usando “futebol praticado por mulheres”, que é como nós referimos aqui no grupo da UFSC ao que chamam de futebol feminino. Eu acho que é importante estabelecer como categoria de análise esta ideia de futebol praticado por homens e futebol praticado por mulheres; até pouco tempo atrás, e não só no Brasil, se pensava o futebol praticado por mulheres enquanto futebol “feminino”. Existia o futebol (sem adjetivos) e o futebol “feminino”, como se fossem coisas distintas. E que se queria distinguir com regras especiais, bola especial etc.

Kessler (2012) lembra ainda que a adoção da expressão “de mulheres” auxilia na reflexão sobre a corriqueira expressão “meninas”, utilizada com frequência para se referir às esportistas, fragilizando-as como atletas e ídolos do esporte, na medida em que associa suas imagens a crianças, meninas ou moças que carecem de cuidados e proteção. Além disso, a autora lembra que a expressão “meninas” evoca uma representação de juventude, ligada aos ideais de beleza e que, ao mesmo tempo, invisibiliza ou mesmo exorciza as representações ligadas à experiência e/ou velhice.

Nesse sentido, influenciado por algumas dessas perspectivas, tenho procurado adotar uma narrativa que busque capturar essa representação do futebol de mulheres, ou praticado por mulheres, para a elaboração desta tese com base nos projetos idealizados e dramatizados por essas personagens. Contudo, o futebol feminino ainda se faz presente ao longo do texto, na medida em que assumo o ônus de referendar dessa forma a modalidade, conforme estiver tratando do sistema sustentado pela Fédération Internationale de Football Association (FIFA) e suas afiliadas.

1.1 As experiências pessoais/profissionais como geradoras das inquietações que instituem o campo de pesquisa

DaMatta (2006) afirma que apesar dos progressos e variações locais e regionais, no Brasil continuamos a afirmar que “futebol é jogo pra homem!” O autor admite que não podemos desprezar que no país o futebol também é jogado por mulheres, mas destaca que, entre outras particularidades, elas são obrigadas a se portar como homens, sendo revestidas por um conjunto de posturas masculinas, tal como o homem é concebido no espaço futebolístico brasileiro.

É preciso minimizar um pouco essa afirmação do autor, pois, apesar de concordar que o futebol continua sendo predominantemente um esporte construído “pra homem”, historicamente as mulheres nunca ficaram totalmente alheias à sua prática. Sendo assim, o processo histórico de vivência pública das mulheres não só inclui inúmeras tentativas de aquisição do direito de igualdade nas práticas de lazer e esportivas como também a demonstração de algumas transposições de barreiras nesse campo.

Quando DaMatta (2006) destaca que as mulheres são obrigadas a se portar como homens para jogar futebol, acreditamos que esteja revelando uma hipótese reducionista, que tentaremos discutir neste estudo trazendo à tona as tensões que se estabelecem nas aproximações e distanciamentos historicamente vivenciados pelas mulheres em relação ao futebol e, mais especificamente, por meio da análise das narrativas de atletas que se lançam ao desafio de construir uma carreira “profissional” no futebol.

No Brasil, mesmo para a juventude masculina, o sonho majoritário dos meninos de viver do futebol deve ser visto com cautela, em razão das probabilidades irrisórias que apontam para o fato de um garoto vir a ser um jogador profissional de futebol, como sinaliza Damo (2007, p. 113) ao afirmar que “nos centros de formação, entram meninos com *reconhecido talento futebolístico*¹, mas apenas alguns jogarão em clubes de primeira linha; alguns serão excluídos do processo sem nem mesmo terem tido a chance de atuar profissionalmente”.

No entanto, para os homens existe uma situação que aponta minimamente para alguma possibilidade de sucesso, na medida em que existe uma profissão de jogador de futebol regulamentada e institucionalizada. Já, para as mulheres, o quadro que se vislumbra não nos

¹ Grifo nosso. É importante fazer ressalva quanto ao caráter relativo e provisório vinculado ao termo talento e ao suposto reconhecimento a ele imputado.

permite assumir que há um circuito profissionalizado, uma vez que a modalidade sobrevive à custa de iniciativas individuais e sazonais, marcadas por elementos que se aproximam desse estatuto de profissão e muitos outros que se afastam, conforme pretendemos analisar no decorrer do estudo.

Meu interesse pelo tema faz parte de um processo que se iniciou no ano de 1991, quando pela primeira vez me dediquei a estudar o futebol praticado por mulheres/meninas na monografia de conclusão do curso de licenciatura em Educação Física, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Rio Claro). Naquele estudo ministrei aulas de futebol – algo que poderia ser considerado uma ousadia para os padrões de Educação Física da época – para uma turma de meninas da quinta série do ensino fundamental (àquela época, as turmas de Educação Física eram separadas por sexo), com o objetivo de analisar opiniões, atitudes e comportamentos das participantes, antes e após a implementação do referido programa. Entre os resultados obtidos, algo que me provocou inquietação durante muito tempo diz respeito ao fato de as meninas terem manifestado interesse e apreciação pelas aulas de futebol, participando efetivamente do programa, mas, em contrapartida, terem demonstrado também que aquela atitude restringia-se àquele momento e espaço, não ultrapassando os muros da escola, supostamente em virtude das situações de preconceito e discriminação que haveriam de enfrentar ao transgredir as expectativas socialmente veiculadas em relação a uma identidade feminina hegemônica.

Já em minha dissertação de mestrado, apresentada no ano de 2003, também na UNESP, analisei as relações de gênero nas aulas de Educação Física de uma turma de oitava série do ensino fundamental, enfocando as interfaces entre a coeducação, o futebol e a Educação Física escolar.

Durante a realização do mestrado, meu interesse pelo futebol praticado em especial por mulheres fez com que eu tomasse a iniciativa de fomentar um espaço para que garotas do colégio particular no qual lecionava e de outras escolas particulares e públicas da cidade de Rio Claro/SP pudessem treinar o futebol de forma sistematizada e participar de jogos e competições, inicialmente em nível local.

O projeto, que nunca teve caráter institucional, foi idealizado e implementado como uma ação voluntária com objetivos relacionados à prática esportiva, tendo como pano de fundo

uma perspectiva de inclusão social. A equipe, batizada de Minerva Futebol Feminino², participou de competições de futsal e futebol feminino em Rio Claro e região, de 2002 a 2008, chegando a contar com um número de aproximadamente 40 jogadoras em alguns momentos e conquistando diversos títulos na cidade e região³. O engajamento com esse projeto contribuiu significativamente para as motivações que me levaram a resgatar o futebol jogado por mulheres como objeto de estudo para a pesquisa no doutorado.



Figura 1 - Escudo criado para o Minerva Futebol Feminino

Fonte: Elaboração de Osmar Moreira de Souza Júnior

² O nome foi sugerido por mim e endossado pelas atletas que compunham o elenco à época (julho de 2002), tendo como fonte de inspiração a deusa da sabedoria na mitologia grega.

³ Além dos inúmeros vice-campeonatos e terceiras colocações, o Minerva conquistou os seguintes títulos em seus sete anos de existência: pentacampeão municipal de futsal juvenil (2002-2004-2005-2006-2007); campeão infantojuvenil municipal de futsal (2006); bicampeão infantojuvenil municipal de futebol de campo (2004-2006); campeão municipal juvenil de futebol de campo (2006); bicampeão do Torneio de Futsal Feminino do Grêmio Recreativo (2007-2008); bicampeão do Festival Regional de Futsal de São José do Rio Pardo (2006-2007); campeão do II Torneio de Futsal Feminino do Centro Social Urbano “João Redher Netto” (2007); campeão do Torneio de Futsal Feminino “Meninas de Ouro” (2008). Na maioria das vezes, o Minerva ainda contou com as artilheiras e goleiras menos vazadas nessas competições.



Figura 2 – Atletas e treinadores do Minerva em torneio de 2005
Fonte: Acervo pessoal de Osmar Moreira de Souza Júnior



Figura 3 - Treinador e jogadoras do Minerva após jogo em 2005
Fonte: Acervo pessoal de Osmar Moreira de Souza Júnior



Figura 4 - Jogo do Minerva no torneio do Grêmio de 2007

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior

Valendo-me do apresentado até o momento, procurei organizar uma série de temáticas que me provocavam inquietações, no intuito de estabelecer um campo de pesquisa que contribuísse para o entendimento do problema, que a meu ver sempre esteve presente em minhas reflexões profissionais e acadêmicas. Trata-se de investigar o futebol de alto rendimento jogado por mulheres, na perspectiva de interpretar as formas e representações que poderiam de alguma maneira dialogar com um modelo de profissão para essa modalidade performática.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa consistiu em analisar os projetos de jogadoras e de “clubes”⁴ em relação ao futebol se efetivar como carreira profissional, bem como a normatização legal dos vínculos futebolísticos dessas atletas. Para a efetivação desse objetivo geral, consubstanciando-o em ações concretas, tomamos como referência alguns objetivos específicos, a saber:

- Interpretar a estruturação do futebol feminino nos três “clubes” pesquisados;

⁴ Embora corroboremos com Damo (2007) no entendimento de que o clube representa tanto a dimensão político-administrativa como a dimensão simbólica construída historicamente em torno de uma entidade, enquanto o time ou equipe se restringe ao conjunto de atletas que representam esse clube, optamos pela adoção da nomenclatura “clube”, entre aspas, para tratar das entidades que disputam o circuito competitivo do futebol feminino, tendo em vista que, em geral, o futebol feminino não passa de um “apêndice” do clube que tem o seu nome diretamente vinculado ao futebol masculino ou apenas “empresta” seu nome, camisa e registro na federação para que uma equipe – em geral ligada a alguma prefeitura municipal – possa participar das competições oficiais.

- Analisar as narrativas de atletas, dirigentes e treinadores(as) desses “clubes” em relação às representações do futebol enquanto possibilidade de profissão para as mulheres;
- Entender a normatização da profissão de atleta de futebol e as interfaces e incongruências que essas normas estabelecem com as mulheres futebolistas.

1.2 Inserções no campo da pesquisa: caminhos percorridos para a exploração do tema

Tendo em vista cotejar os objetivos propostos, tomamos como pressuposto metodológico a realização de uma pesquisa que emerge do paradigma da pesquisa qualitativa, assumindo uma abordagem exploratória do problema de pesquisa. Enquanto pesquisa exploratória, partimos da premissa de que nossa familiaridade com o problema é insuficiente para a compreensão do conjunto de fenômenos que o constituem.

Do ponto de vista do delineamento metodológico, optamos por abordar nosso objeto de análise por meio de uma pesquisa de estudo de caso(s)⁵, que se caracteriza pelo exame de um ou poucos objetos, de maneira que permitia seu conhecimento amplo e detalhado a partir de investigações sobre características específicas de um ou mais participantes (sujeitos, instituições, organizações), os quais julgamos de relevância significativa para a compreensão do objeto a ser analisado.

De acordo com Almeida, Oppa e Moretti-Pires (2012), o objetivo do estudo de casos não reside na possibilidade de generalizações e inferências com base nos resultados encontrados, mas sim na tentativa de qualificar as características encontradas como forma de conhecimento, com o intuito de compreender um determinado fenômeno. Os autores sustentam ainda que “o caso estudado em profundidade tem que ser representativo, algo que justifique uma busca aprofundada sobre determinada característica que associada a outros casos similares possam servir de base para formação, questionamentos ou desenvolvimento de novas teorias” (p. 146).

Com a adoção do referencial dos estudos de caso, tivemos a intenção de investigar o futebol feminino por um enfoque centrado na dimensão do esporte de rendimento na perspectiva de entender a configuração do seu exercício enquanto profissão, valendo-nos de três modelos de

⁵ O referencial metodológico adotado é denominado *estudo de caso*; contudo, indicamos sua utilização no plural, tendo em vista nossa opção por investigar três casos peculiares.

administração/gestão adotados por equipes inseridas no circuito de competições que podemos considerar o mais alto nível nas esferas estadual e nacional. Consideramos que este estudo de casos pode preencher algumas lacunas que auxiliam na compreensão do cenário da prática do futebol pelas mulheres, permitindo ainda a aproximação, o diálogo e a confrontação com outros e novos estudos que pretendem ou pretenderam tomar o futebol praticado por mulheres como campo de pesquisa.

O caso ao qual nos referimos quando das inquietações de nossa pesquisa, diz respeito à compreensão da configuração do exercício do futebol enquanto possibilidade de profissão para mulheres e, evidentemente, da tentativa de interpretação dessa condição de profissão dentro dos limites e possibilidades identificados no campo estudado. Para tanto, optamos por analisar três modelos distintos de administração/gestão de “clubes” de futebol feminino, tendo em vista ampliar o leque de possibilidades de configurações profissionais.

Os “clubes” investigados foram categorizados como CLUBE A, CLUBE B e CLUBE C. O CLUBE A refere-se a um tradicional e importante clube do futebol brasileiro, que no futebol masculino possui torcedores espalhados por todo o país, tem em seu currículo títulos estaduais, nacionais e internacionais de grande relevância e jogadores com prestígio internacional, passagens pela seleção brasileira e salários supostamente compatíveis com o teto do futebol brasileiro. Quanto ao futebol feminino, esse clube ganhou grande destaque nos últimos anos, conquistando uma série de títulos em competições importantes, também nas esferas estadual, nacional e internacional, reunia as atletas de maior destaque na modalidade, muitas delas com diversas passagens pela seleção brasileira, inclusive com participações em mundiais e jogos olímpicos. Ressalta-se ainda que esse clube sempre foi considerado pelos meios de comunicação como exemplo a ser seguido pelos demais clubes grandes (também chamados de “clubes de camisa”) no tocante à gestão do futebol feminino.

O CLUBE B consiste em um clube tradicional do interior do estado de São Paulo, que no futebol masculino esteve durante muitos anos na primeira divisão do campeonato estadual e adotou desde o ano de 2003 o modelo de clube-empresa. Esse clube tem alternado boas e más campanhas nos campeonatos estaduais nos últimos anos, conquistando alguns acessos de divisões entremeados a alguns rebaixamentos, sendo que no ano de 2011, quando da coleta dos dados da pesquisa, disputava a série A2 do Campeonato Paulista. O clube, supostamente, possui uma folha de pagamento muito mais modesta em relação ao CLUBE A, obviamente compatível com o

circuito de competições no qual se encontra inserido. Quanto ao time feminino que representa esse clube, trata-se de uma equipe que possui certa tradição no futebol feminino com conquistas de três campeonatos estaduais e algumas atletas com passagem pela seleção brasileira. Cabe ressaltar ainda que o futebol feminino do CLUBE B é fruto de uma parceria entre o referido clube e a prefeitura municipal de sua cidade sede.

Por fim, o CLUBE C configura um clube que não possui tradição no futebol masculino, restringindo-se, em geral, a participar das competições da Federação Paulista de Futebol (FPF) nas categorias de base (sub-20, sub-17 e sub-15), tendo participado do Campeonato Paulista da segunda divisão⁶ apenas no ano de 2011, ficando ausente do circuito do futebol profissional masculino nos anos anteriores. Assim como o CLUBE B, o CLUBE C também se sustenta por meio de uma parceria entre o clube e a prefeitura municipal da cidade sede, porém, nesse caso, existe ainda uma parceria com uma faculdade privada local. Nesse clube existem algumas poucas atletas que tiveram passagens pela Seleção Brasileira e em seu currículo apresenta como maior êxito um vice-campeonato paulista.

No desenvolvimento da tese, as estruturas dos três clubes pesquisados serão descritas com mais detalhes; para o momento, nosso intuito consiste apenas em justificar a escolha desses clubes. Nesse sentido, talvez possa parecer estranho eleger os três clubes pesquisados com base no modelo apresentado no futebol masculino. Contudo, essa escolha se justifica pelo mecanismo adotado pela FPF, que preconiza a participação nos campeonatos que organiza de entidades que estejam filiadas a ela; nesse caso, as equipes femininas encontram-se reféns da “ancoragem” em um clubes de futebol masculino, na medida em que o circuito profissional está restrito a eles, conforme podemos constatar na fala de um dos dirigentes entrevistados:

Antigamente não era nem CLUBE B, né⁷, quando fundou a equipe aqui *na cidade*⁸, foi a *empresa X* que deu o nome à equipe, né, ele que listava na federação, só que era *empresa X*, o nome da Fundação, o nome da equipe. Foi nessa época, que foi um investimento

⁶ O Campeonato Paulista possui as séries A1, A2, A3 e a segunda divisão, que pela lógica hierárquica seria a quarta divisão.

⁷ Nas transcrições das entrevistas e dos grupos focais, optamos por preservar a fala dos sujeitos em sua estrutura original (mantendo contrações e interjeições como “né” e “tá”, por exemplo), mas promovendo eventuais adequações no intuito de ajustar a fala à ortografia, quando julgamos que tal expediente não causaria comprometimento ao sentido geral da sentença (como nos casos em que o entrevistado dizia “vamo”, “nóis”, “futibol”, “jogá”, por exemplo, e que adequamos para “vamos”, “nós”, “futebol”, “jogar”).

⁸ Os termos colocados em itálico na transcrição da fala do dirigente correspondem a nomes fictícios e a anos omitidos, visando preservar o sigilo em relação aos dados dos colaboradores da pesquisa, conforme pactuado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

dele muito forte, que a equipe conseguiu ser bicampeã paulista de 20XX e 20XX. Aí, depois, quando a *empresa X...* aí houve a necessidade de você ter um clube, né? Aí registraram na federação pra poder... o time continuar disputando, e aí que fez a parceria com o CLUBE B, né? A *Fundação* e o CLUBE B fizeram uma parceria, da *Fundação* utilizar o nome do CLUBE B pra disputar o campeonato, continuar disputando (DIEGO⁹, dirigente do CLUBE B).

Na tentativa de compreender de que forma se configuram os formatos de atuação profissional nesses três modelos de “clubes”, optamos por investigar três atores¹⁰ por nós considerados potenciais fontes de dados significativos para a pesquisa, que foram treinadores(as)¹¹, dirigentes e atletas. A investigação dessas fontes suscitou-nos a definição dos instrumentos que poderiam possibilitar uma exploração mais profícua em relação ao campo de conhecimentos que nos interessava e, nesse sentido, nos decidimos pela adoção da entrevista semiestruturada como meio de interlocução com os dirigentes e os(as) treinadores(as) e do grupo focal no caso das atletas.

A escolha pela realização de entrevistas como um dos meios para a obtenção das informações que julgamos importantes para nossa pesquisa justifica-se pelo fato de que os sujeitos participantes (treinadores[as] e dirigentes) são detentores de saberes referentes ao nosso objeto de estudo, que dificilmente poderiam ser obtidos por meio de outros instrumentos que não fossem dotados da possibilidade de constantes atualizações e reorganizações intersubjetivas.

No caso de dirigentes e treinadores(as), optamos pela entrevista do tipo semiestruturada¹², que, segundo Triviños (1987), consiste naquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses ligadas ao interesse da pesquisa, ampliando-se no decorrer da entrevista, à medida que novas hipóteses vão sendo construídas pelas respostas do informante. Assim, o informante torna-se também um agente participativo no processo de elaboração do conteúdo da pesquisa.

⁹ Todos os nomes dos sujeitos participantes da pesquisa citados no decorrer do texto são fictícios, criados no intuito de garantir o sigilo da identidade dos colaboradores da pesquisa, compromisso assumido com os entrevistados e com o Comitê de Ética em Pesquisa.

¹⁰ Embora tenhamos consciência da importância política da linguagem no que diz respeito a dar visibilidade às mulheres, optamos por não adotar a distinção entre masculino e feminino ao longo do texto, como nesse caso que sugeriria utilizar-se “atores e atrizes”, tendo em vista facilitar a fluência da leitura. Assim, assumimos os riscos e as críticas, optando por fazer a distinção entre masculino e feminino apenas em passagens nas quais julgamos que essa distinção se faz imprescindível.

¹¹ Nos clubes A e B, os participantes foram todos homens, membros das comissões técnicas (treinadores, assistente técnico, preparador físico e preparado de goleiras); e no CLUBE C a entrevista foi feita apenas com a treinadora.

¹² O roteiro das entrevistas encontra-se disponibilizado como apêndice; sendo que o “Apêndice A” é o roteiro das entrevistas com os dirigentes, e o “Apêndice B”, o roteiro das entrevistas com treinadores(as).

Já no caso das jogadoras, tanto em razão de sua organização coletiva em todo o processo de constituição das equipes de futebol, que acaba possibilitando a reunião de grupos para a obtenção das informações, como pela própria condição de “classe” ou “categoria” que acreditamos configurar suas relações sociais, optamos pela utilização de grupos focais¹³.

De acordo com Gatti (2005), o grupo focal privilegia a seleção dos participantes segundo critérios que dizem respeito a algumas características em comum, que os qualificam para a discussão da questão que será o foco do trabalho interativo e da obtenção das informações discursivas. Nesse sentido, os participantes devem ter alguma vivência com o tema de pesquisa, de forma que sua participação possa trazer elementos que sejam validados por sua experiência cotidiana.

Gatti (2005) lembra ainda que na condução de um grupo focal é importante o respeito ao princípio da não diretividade, na medida em que o moderador da discussão deve garantir que o grupo desenvolva a comunicação sem ingerências indevidas da parte dele, como intervenções afirmativas ou negativas, emissões de opiniões particulares, conclusões ou outras formas de intervenção direta. Em contrapartida, a pesquisa de um grupo focal exige do moderador uma participação relativamente ativa, uma vez que este deverá propiciar os encaminhamentos quanto ao tema, além de intervenções que facilitem as trocas, procurando ainda manter os objetivos de trabalho do grupo.

O grupo focal permite a explicitação de múltiplos pontos de vista e emoções, pelo próprio contexto de interação criado, possibilitando a apreensão de significados que dificilmente seriam manifestados com outras técnicas de pesquisa. Além disso, o tema e o roteiro das questões permitem ao pesquisador a obtenção de uma quantidade e qualidade de informações significativas, em um tempo relativamente curto se comparado com outras técnicas como as entrevistas individuais e a observação de campo.

A escolha dos membros do grupo focal é uma tarefa importante, uma vez que implica qualidade do trabalho; portanto, a amostra nesse caso não deve ser constituída de forma aleatória. Gatti (2005) admite que, embora alguns critérios devam pautar o convite aos eventuais participantes de um grupo, sua adesão deve ser voluntária. O convite deve proporcionar uma sensibilização dos participantes, tanto em relação ao tema quanto ao processo de efetivação do método.

¹³ Apêndice C: roteiro de questões para os grupos focais.

Os critérios para a composição de um grupo devem estar diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa. Uma das condições importantes para essa constituição refere-se à homogeneidade de algumas características dos participantes, garantindo-se, entretanto, uma suficiente variação entre eles, para a manifestação de opiniões diferentes ou divergentes. Gatti (2005) acrescenta que o entendimento de homogeneidade refere-se a alguma característica comum aos participantes e que seja relevante para o problema de pesquisa.

Tanaka e Melo (citados por GATTI, 2005) acrescentam que é importante selecionar grupos nos quais se presume que as pessoas apresentem opiniões variadas em relação às questões que irão orientar a discussão.

Para nossa pesquisa, a homogeneidade é garantida, uma vez que todas as participantes são jogadoras de futebol, ao passo que a variação entre elas foi buscada por meio da definição prévia de perfis que entendemos serem relevantes para colaborar com informações significativas para o entendimento de nosso problema de pesquisa. Assim, delimitamos *a priori* que os perfis que deveriam compor os grupos focais fossem: uma das jogadoras mais novas (idade) da equipe; uma das jogadoras mais velhas; a capitã da equipe; uma que tivesse servido à seleção brasileira; uma que tivesse jogado no exterior; uma que tivesse reconhecimento de liderança no elenco; uma que tivesse passado por um grande número de clubes; uma que, de acordo com informantes (treinador(a), dirigente e/ou atletas), apresentasse um perfil com maior acúmulo de conhecimentos sobre o panorama do futebol feminino no país, bem como possuísse uma melhor articulação retórica para falar sobre o assunto.

Gatti (2005) afirma que o tamanho ideal para a composição de um grupo focal varia entre 6 e 12 integrantes. Considerando que em nossa configuração preliminar do grupo incluímos oito perfis desejados, admitindo que seria bem provável que alguns deles pudessem se sobrepor, diminuindo assim o número de participantes, partimos da proposta de compor os grupos com ao menos seis pessoas, mesmo que fosse necessário repetir perfis ou criar novos.

Os registros das entrevistas e dos grupos focais foram feitos por meio de gravações em áudio, captadas por um aparelho gravador de voz digital. A princípio, pretendia realizar essas sessões em locais que oferecessem boas condições de silêncio, conforto e privacidade, porém isso não foi possível na maioria das vezes, sendo que os grupos focais realizados foram feitos logo após os treinamentos das equipes, em espaços abertos ao lado dos campos de futebol, com as atletas sentadas em círculo no chão. As entrevistas com os treinadores também tiveram como

ambiente os próprios espaços de treinamento e, curiosamente, apenas no caso dos dirigentes as entrevistas foram realizadas em salas com as condições mais próximas daquilo que fora idealizado durante a construção do projeto da pesquisa.

Além das entrevistas e dos grupos focais, foram realizadas observações com registros em um diário de campo. Essas observações foram feitas em visitas a locais em que se materializaram eventos relacionados às rotinas do futebol feminino dos clubes pesquisados. Nesse sentido, o diário de campo compreendeu 15 visitas distribuídas entre os três clubes, correspondendo a seis partidas do Campeonato Paulista, seis sessões de treinamentos e três encontros com dirigentes para realização de entrevistas, conforme apresentamos no Quadro 1.

Quadro 1 - Cronograma dos eventos registrados em Diário de Campo

DIÁRIO DE CAMPO	DATA	EVENTO
PARTE 1	13/08/2011	Jogo da 1ª fase do Paulista – CLUBE B 3 x 0 CLUBE C
PARTE 2	17/08/2011	Sessão de treinamento do CLUBE C e grupo focal com atletas
PARTE 3	18/08/2011	Sessão de treinamento do CLUBE C e entrevista com treinadora
PARTE 4	20/08/2011	Jogo da 1ª fase do Paulista – CLUBE C 0 x 2 CLUBE D
PARTE 5	25/08/2011	Entrevista com o dirigente do CLUBE C
PARTE 6	03/09/2011	Jogo da 2ª fase do Paulista - CLUBE B 3 x 2 CLUBE E
PARTE 7	06/09/2011	Sessão de treinamento do CLUBE B e entrevista com treinadores
PARTE 8	10/09/2011	Jogo da 2ª fase do Paulista - CLUBE B 1 x 3 CLUBE F
PARTE 9	14/09/2011	Entrevista com o dirigente do CLUBE B
PARTE 10	16/09/2011	Sessão de treinamento do CLUBE B e grupo focal com atletas
PARTE 11	24/09/2011	Jogo da 2ª fase do Paulista - CLUBE G 1 x 2 CLUBE A
PARTE 12	26/09/2011	Continuação do grupo focal com atletas do CLUBE B
PARTE 13	29/09/2011	Sessão de treinamento do CLUBE A e entrevista com treinadores
PARTE 14	30/09/2011	Entrevista com dirigente do CLUBE A e tentativas de grupo focal
PARTE 15	01/10/2011	Jogo da 2ª fase do Paulista - CLUBE A 5 x 0 CLUBE H

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior

Elaboração: Osmar Moreira de Souza Júnior

Optamos por apresentar uma série de fragmentos do diário de campo intermediados por comentários explicativos na apresentação do processo metodológico da pesquisa de campo, no intuito de explicitar de forma mais realista nosso percurso na coleta de dados.

1.2.1 Abordagem inicial da pesquisa de campo

Definidos os clubes nos quais seria desenvolvida a pesquisa, o primeiro passo foi estabelecer um contato com pessoas que servissem de referências nesses clubes, para efetivamente planejar com os protagonistas as etapas da pesquisa. Na época em que decidimos dar inícios à pesquisa de campo, a tabela do Campeonato Paulista previa um jogo entre duas das equipes que pretendíamos pesquisar, avaliamos que essa seria uma oportunidade interessante para se estabelecer os contatos. A comunicação com o CLUBE C já havia sido feita previamente por intermédio de um amigo, professor Sillas, responsável pela coordenação da parceria estabelecida entre a faculdade local e o CLUBE C. O professor Sillas comunicou à treinadora Livia que entraríamos em contato para os encaminhamentos da pesquisa. No caso do CLUBE B, não possuíamos qualquer referência, mas facilitamos a aproximação com a intermediação de uma amiga que foi atleta do clube e da seleção brasileira no passado.

DIÁRIO DE CAMPO¹⁴ – PARTE 1 – 13/8/2011 (sábado)

Jogo da primeira fase do Campeonato Paulista – CLUBE B 3x0 CLUBE C

Durante a semana eu havia me programado para assistir na cidade B ao jogo entre o CLUBE B e o CLUBE C. A intenção era de fazer a primeira aproximação com duas das equipes que pretendo ter como objeto de estudo. Para auxiliar-me no contato com a delegação do CLUBE B, entrei em contato com minha amiga Maria, ex-jogadora daquela equipe e da seleção brasileira, e combinamos de ir juntos ao jogo.

[...]

Ao chegar ao estádio, entramos no setor de vestiários e a Maria entrou no vestiário do CLUBE B para fazer contato com atletas que são suas amigas, para informar e se informar a respeito da possibilidade de que eu realizasse a pesquisa no clube. Como as jogadoras estavam em preparação para o jogo, deixamos a conversa para o pós-jogo.

[...]

No intervalo da partida, aproximei-me do banco de reservas da equipe do CLUBE C e da arquibancada mesmo conversei com a treinadora da equipe – Livia – para me apresentar e consultá-la sobre a possibilidade de fazer uma visita aos treinos da equipe para entrevistá-la e entrevistar jogadoras e dirigentes da equipe. Ela mostrou-se bastante receptiva e me passou o número de seu celular, para que eu confirmasse a visita para a semana seguinte.

Após a partida, novamente fomos, eu e a Maria, às dependências dos vestiários e fui apresentado ao técnico do CLUBE B, Dorival. Falei para ele sobre o intuito da pesquisa e ele também se mostrou muito solícito, ressaltando que, pelo fato de ter iniciado o trabalho com o futebol feminino muito recentemente, tem feito um trabalho compartilhado com a comissão técnica, que também poderia participar da entrevista. Gostei da ideia e afirmei que seria muito bom realizar a entrevista com todos.

¹⁴ Para facilitar as citações das notas do diário de campo, utilizaremos uma abreviação para identificar cada evento, de acordo com a seguinte padronização: DC1-CLUBE B/C, representando o diário de campo, parte 1, referente ao CLUBE B e ao CLUBE C.

Como falei que precisaria entrevistar também atletas e dirigentes, ele me apresentou a um dos dirigentes da Fundação – Diego –, que é a autarquia municipal que administra a equipe de futebol feminino em parceria com o CLUBE B. O dirigente Diego me perguntou se existia um projeto de pesquisa, e eu o informei que sim e que até mesmo estava aprovado pelo comitê de ética; entreguei-lhe um modelo do termo de consentimento e combinamos que eu faria primeiro a coleta de dados com o CLUBE C que estava encerrando sua participação no Paulista, para em breve contatá-lo para fazermos no CLUBE B.

Na saída dos vestiários, aproveitei para conversar com duas atletas, a goleira Patrícia do CLUBE C e a zagueira Adriana, capitã do CLUBE B, na intenção de lhes explicar sobre a pesquisa e obter o contato de ambas para que pudessem auxiliar no encaminhamento desta. As duas também se mostraram muito solícitas (DC1 – CLUBE B/C).

Já no caso do CLUBE A, o contato foi feito apenas após todas as fases de coleta de dados com os clubes B e C. Tal decisão foi respaldada em nossa avaliação pela necessidade de obter os dados com maior urgência no CLUBE C, tendo em vista que ele já estava eliminado do campeonato no momento de início da coleta de dados, devendo apenas realizar seus últimos dois jogos para “cumprir tabela”. Com isso, partimos do pressuposto de que, findada a primeira fase do campeonato, haveria grandes chances de o CLUBE C dispensar, ao menos temporariamente, suas atletas, ao passo que o CLUBE A e o CLUBE B, que já haviam se classificado para a segunda fase, poderiam ser abordados com menor urgência, tendo em vista que a essa fase compreenderiam seis rodadas, fato que permitiu realizar a coleta dos dados em ambos os clubes. Conforme avançávamos na coleta dos dados no CLUBE B, sentíamos a necessidade de estabelecer algum tipo de contato com o CLUBE A; porém, não dispúnhamos de nenhuma referência que nos possibilitasse a inserção naquele clube. Acabamos conseguindo essa inserção pelo contato com o treinador Geovani na rede social Facebook.

Durante a semana adicionei o técnico do CLUBE A, Geovani, no Facebook e deixei um recado para ele falando da minha pesquisa e consultando-o sobre a possibilidade de conversarmos no sábado, antes ou após o jogo deles na cidade G, para que eu pudesse descrever melhor qual seria a ideia do estudo com o CLUBE A. O técnico Geovani me respondeu dizendo que poderíamos conversar antes ou depois, sem problemas.

Chegando ao estádio da cidade E, dirigi-me ao portão lateral, onde localizei o ônibus do CLUBE A. Perguntei ao motorista se o técnico já havia chegado e ele me disse que sim. Estacionei a moto e fiz a mesma pergunta ao segurança do clube, que me informou que o técnico ainda estava no ônibus; neste momento ele desceu do ônibus e eu o abordei, dizendo que era eu quem o havia contatado pelo Facebook. Ele se recordou e eu passei a explicar um pouco da pesquisa para ele e para o assistente técnico Pedro. Quando mencionei que, além de entrevistá-lo, gostaria de entrevistar um dirigente e as atletas e acompanhar alguns treinamentos, ele me informou que os treinamentos têm acesso restrito e dependeria de autorização do supervisor administrativo Reinaldo, que estava com a delegação.

Entrei no estádio e fiquei aguardando que Geovani localizasse Reinaldo para me apresentar e para tentar viabilizar meu acesso para a pesquisa. [...]

Após cerca de 15 minutos, o Geovani retornou com o assistente Pedro e o supervisor Reinaldo, que me chamou para conversar e pediu para que eu lhes explicasse a pesquisa. Esclareci que a ideia era conhecer a estrutura de alguns clubes do estado de São Paulo, bem como ouvir as atletas para saber como elas veem a carreira de atleta de futebol e que para isso pretendia fazer entrevistas com treinadores e dirigentes e uma entrevista em grupo com atletas que atendessem a determinados perfis. Relatei ainda que já havia realizado esses procedimentos no CLUBE B e no CLUBE C.

Reinaldo ouviu minhas explicações concordando com tudo e em seguida me disse que daria todo o respaldo e autorização, mas que por conta das semanas decisivas no campeonato eu deveria articular os melhores momentos com o treinador Geovani, para não atrapalhar as rotinas da equipe. O Geovani concordou e combinamos que eu ficaria com um cartão do Reinaldo e na segunda-feira faria contato para verificar a possibilidade de ir para a cidade A na próxima semana, para acompanhar os treinamentos, um jogo e realizar as entrevistas.

Após nossa conversa, o treinador e o supervisor foram resolver as questões que antecederiam ao jogo e o assistente Pedro ficou conversando comigo, colocando-se à disposição para me auxiliar, mostrando-se extremamente interessado e solidário à minha pesquisa. Ele me indicou uma pousada que ficava em frente ao estádio do CLUBE A, dizendo que facilitaria muito o meu trabalho pelo fato de ficar também próximo a casa em que as jogadoras ficavam alojadas. Pedro me passou seu telefone e pediu para que eu ligasse na segunda-feira, por volta das 17h50, pois naquele horário ele estaria chegando do treinamento e estaria em frente ao estádio, podendo passar-me as informações referentes à pousada.

Além disso, Pedro relatou-me a rotina semanal de treinamento da equipe:

- Segunda-feira: manhã – folga / tarde – Treinamento no Centro de Treinamento (CT) do clube (15h-17h30)
 - Terça-feira: manhã – academia (9h-11h) / tarde – Treinamento no CT (15h-17h30)
 - Quarta-feira: manhã e tarde – Treinamento no CT
 - Quinta-feira: manhã – academia (9h-11h) / tarde – Treinamento no CT (15h-17h30)
 - Sexta-feira: manhã – Treinamento no CT / tarde – folga
- [...]

Terminada a partida, dirigi-me novamente ao banco próximo aos vestiários e fiquei assistindo à chegada das jogadoras e comemoração com a comissão técnica. Conversei rapidamente com o Pedro, que me passou o cartão de apresentação do Reinaldo. Conversei mais uma vez com o Geovani, dizendo que iria para a cidade A provavelmente na quarta e que tentaria fazer tudo o que fosse possível da pesquisa sem prejudicar a rotina de treinamentos. Despedi-me deles e do supervisor Reinaldo, retornei então para minha cidade (DC11 – CLUBE A).

1.2.2 Entrando em campo: as inserções nos clubes pesquisados – observações de jogos e treinamentos e realização das entrevistas e dos grupos focais

Após estabelecidos os contatos nos respectivos clubes, passamos à fase de observação das rotinas de cada um deles e concomitantemente, na medida do possível, realizamos as entrevistas e os grupos focais com os participantes preestabelecidos. Conforme já anunciamos, o CLUBE C foi o primeiro a ser investigado, sendo que, além do jogo contra o CLUBE B, em que realizamos a abordagem inicial, foram feitas observações em duas sessões de treinamento, em

mais uma partida do Campeonato Paulista e em uma visita agendada exclusivamente para realizar a entrevista com o dirigente.

Às 14h cheguei ao Centro Esportivo Municipal, um dos locais de treinamento da equipe de futebol feminino. Aos poucos, algumas jogadoras começaram a chegar com uniformes de treino, de forma que por volta das 14h30 havia cerca de oito delas aguardando o restante da equipe, que chegou pouco depois em uma perua Kombi, que trouxe 12 atletas. Ficou evidente que essas últimas eram as atletas que moravam em uma chácara que servia de alojamento para o clube, conforme já havia me informado.

[...]

Com o término do treinamento (por volta das 16h15), a treinadora reuniu as atletas para dar os recados finais e orientou para que sete atletas que atendiam ao perfil que eu solicitei para realizar o grupo focal aguardassem para conversar comigo. As atletas escolhidas foram Andréia e Patrícia (mais experientes), Renata (capitã), Amanda e Marina (experiência em outras equipes) e Ana Carolina e Evelin (iniciantes).

Formado o grupo, orientei as sete jogadoras sobre os objetivos da pesquisa, a metodologia do grupo focal e perguntei se alguma delas teria restrições em participar, todas concordaram em participar e procuramos um local que fosse agradável e tivesse boas condições para realizar a gravação da conversa. Escolhemos um gramado ao lado da arquibancada do campo de futebol do centro esportivo, que tinha uma boa sombra para que elas descansassem do forte sol que acabavam de “enfrentar” durante o treinamento. O grupo focal foi realizado das 16h30 às 18h, com uma participação efetiva da maioria das jogadoras escolhidas (DC2 – CLUBE C).

A realização da pesquisa no CLUBE C transcorreu sem maiores percalços. As observações foram realizadas sem qualquer tipo de restrição e tanto o grupo focal como as entrevistas com treinadora, como a do coordenador da parceria da faculdade, não apresentaram contratempos. Aliás, a entrevista com o professor Sillas tampouco foi registrada em diário de campo, tendo em vista que foi realizada na própria Faculdade de Educação Física (FEF) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

No caso da entrevista com a treinadora, no dia da realização do grupo focal com as atletas, foi combinado que acompanharíamos o treinamento do dia seguinte e logo após seria a entrevista:

[...] Após o treinamento [realizado em outro centro esportivo na periferia da cidade], combinei com a treinadora Livia de entrevistá-la no campo do Centro Esportivo Municipal. A entrevista foi realizada na arquibancada do estádio e após a entrevista ela me indicou que a pessoa que poderia responder como dirigente do clube era um funcionário da prefeitura chamado Jonas, além do professor Sillas que responderia pela parceria com a faculdade local (DC3 – CLUBE C).

Já a entrevista com o dirigente do CLUBE C, embora não tenha apresentado maiores contratempos, revelou certo “desconforto” por parte do entrevistado, que demonstrou alguma resistência em concentrar suas atenções no desenvolvimento desse procedimento.

Para a entrevista com o dirigente responsável pelo futebol feminino, tive o auxílio do professor Sillas, que fez um primeiro contato com o diretor de esportes, Jonas, pré-agendando a entrevista para o dia 25 de agosto, por volta das 14h. No horário estipulado, fui ao encontro do professor Jonas em um parque esportivo da cidade, no qual estavam sendo realizados treinamentos das categorias de base do time masculino do CLUBE C.

Ao chegar ao local, o estagiário Maurício, que já me conhecia dos treinos e jogos do time feminino, me levou até o professor Jonas e apresentou-me como a pessoa que iria entrevistá-lo para a pesquisa. O professor Jonas estava coordenando um dos grupos de treinamento em um campo menor, ao lado do campo oficial. Um tanto disperso com a situação de coordenar o treinamento e ter de conceder a entrevista, me chamou e perguntou se poderíamos iniciar a entrevista enquanto ele supervisionava o jogo. Eu respondi que ele poderia ficar à vontade para continuar com o treino, que eu poderia aguardar um pouco até que ele estivesse mais tranquilo.

O jogo continuou por mais meia hora, tempo no qual ele apenas andava ao redor do campo e passava alguns recados e mudava algumas regras do jogo. Terminado o tempo de treino, ele encaminhou os jogadores que treinavam neste minicampo para o campo maior e continuou por um bom tempo circulando próximo a esse campo, conversando com os estagiários.

Finalmente, após quase uma hora de espera, o professor Jonas veio até mim e iniciamos a entrevista ao lado do minicampo. Decorrido algum tempo, ele me pediu para dar uma parada, pois teria de resolver alguma questão referente ao treino. Ao voltar, chamou-me para continuar a entrevista em uma sala que, pelo visto, funcionava como seu escritório e almoxarifado do clube. A entrevista foi completada, com algumas interrupções breves para atender a uma ligação e orientar funcionários sobre a logística de materiais do treinamento. A duração da entrevista foi de 33 minutos (DC5 – CLUBE C).

É importante destacarmos uma característica que diferencia o perfil desse dirigente em relação aos dirigentes dos outros dois clubes pesquisados. Como funcionário da prefeitura do município C, Jonas exerce a função de coordenador de futebol e futsal na secretaria municipal de esportes. Além do fato de não se dedicar de forma mais efetiva ao futebol feminino, chama a atenção sua forma difusa de atuar, na medida em que, além de coordenar as mais diversas categorias do futebol e do futsal do município, ainda precisa atuar como professor/treinador para algumas dessas categorias.

No CLUBE B, após nossa primeira abordagem com o dirigente, o treinador e algumas atletas no jogo contra o CLUBE C, retomamos o contato apenas depois de finalizadas todas as etapas da pesquisa no CLUBE C. No dia 3 de setembro, fui assistir a um jogo do CLUBE B pelo Campeonato Paulista, na intenção de agendar com dirigentes e atletas as datas para que pudéssemos acompanhar alguns treinamentos e realizar as entrevistas e o grupo focal. Não

ficaram definidas exatamente essas etapas, mas combinamos de contatar o treinador ou a capitã do time, Adriana, para obter informações sobre o local de treinamento e fazer a visita durante a semana.

Após contato telefônico com a capitã Adriana, que me informou que não treinaria naquela semana, pois estaria fazendo trabalho de recuperação, com fisioterapia, em virtude da lesão no joelho que teve no jogo de sábado, fiquei sabendo que o treino da terça seria no campo da associação do clube. Cheguei ao campo por volta das 15h30, que seria o horário previsto para início, conforme informação da Adriana. Vi que já estava ocorrendo um treino com muitas jogadoras, mas uma espectadora me informou que aquele seria um treino de categorias menores. Conteí cerca de 30 atletas daquela categoria, que depois fui informado tratar-se da sub-18.

O treino era observado por cerca de cinco ou seis espectadores, alguns provavelmente familiares das jogadoras. O treinador Dorival chegou perto das 16h e me recebeu muito bem, colocando-se à disposição para tudo o que fosse preciso, inclusive para conceder a entrevista, que eu não havia conseguido marcar com antecedência. Minha ideia era realmente tentar aproveitar minha ida à cidade B para observar o treinamento e se possível entrevistar o treinador, pois o grupo focal com as atletas não seria viável por não tê-las abordado antes, mas principalmente pelo fato de a capitã Adriana não estar presente.

Falei para Dorival sobre a metodologia do grupo focal e sobre os perfis das atletas que seriam interessantes para compor o grupo. Ele passou a indicar quais jogadoras atenderiam a esse perfil e por quais motivos. Foram listadas oito jogadoras.

Por volta das 16h10 encerrou-se o treino da sub-18 e as jogadoras do time principal entraram no gramado para iniciar o seu treino, fiquei surpreso com o número reduzido de apenas 16 atletas. O treinador me chamou ao gramado e com as jogadoras sentadas em círculo me apresentou falando brevemente da minha pesquisa, passando a palavra para que eu desse mais detalhes. Apresentei os objetivos da pesquisa e o formato do grupo focal, dizendo em seguida que eu elaborei o grupo com base em perfis que julguei interessantes para o estudo e que, em conversa com o treinador, definimos que as atletas que atendiam ao perfil eram: Adriana, Milena, Roberta, Eliane, Gislaine, Janaina, Luciana e Melissa. Ficou nítido no semblante da maioria das atletas um sentimento de estranhamento. Coloquei que não eram obrigadas a participar, mas que a participação delas seria muito importante para que a pesquisa nos ajudasse a entender melhor o futebol feminino em sua forma de esporte de rendimento. Afirmar também que elas poderiam pensar melhor, se gostariam de participar, e ao final do tempo me dessem uma resposta. Também disse que, caso alguma delas não estivesse entre as indicadas, mas se sentisse motivada a participar, me procurasse que também seria incluída.

Depois da conversa, retirei-me do campo, mas antes disso comuniquei que, conforme já havia combinado com o Dorival, iria tirar algumas fotografias do treinamento.

[...]

Voltando meu olhar para o treino, fiz mais algumas fotos e decidi que seria melhor eu tentar abordar as jogadoras selecionadas para o grupo focal antes do final, pois aquele sentimento de estranhamento poderia fazer com que alguma manifestação contrária à participação por parte de uma das líderes do grupo levasse o restante a acompanhá-la, dificultando em muito a realização de meu trabalho. Assim, dirigi-me ao Dorival sugerindo que, enquanto elas estivessem realizando o exercício de atacante contra defensora, eu fosse abordando uma a uma para saber se elas participariam. Logo de cara ele abordou a Eliane, que estava ao nosso lado e não participava do exercício por estar contundida, e ela concordou em participar; em seguida ele chamou outra atleta, que também se mostrou favorável à participação, assim como a colega que estava ao seu lado. Dessa forma, o Dorival foi perguntando a cada uma delas e todas concordaram. Além delas, chamei outra atleta, Isaura, que se mostrou muito espontânea para falar

desde o primeiro contato que tive com a equipe, e ela também concordou em participar, ficando o grupo com nove atletas.

Voltei para o lado de fora do gramado e pouco tempo depois o Dorival me chamou para que eu fizesse a entrevista ali mesmo no campo, enquanto algumas atletas estavam fazendo chutes a gol, já com o treino encerrado (17h20, aproximadamente). Conforme o Dorival já havia sugerido no primeiro contato que tivemos, após o jogo contra o CLUBE C, fiz a entrevista com a comissão técnica, composta pelo Dorival, o Roberto (preparador físico) e o Lucas (preparador de goleiras). Infelizmente, o Roberto que tinha muito a dizer, teve de sair um pouco antes para trabalhar, a entrevista teve uma duração de 41 minutos, encerrando-se após as 18h (DC7 – CLUBE B).

Tendo realizado a entrevista com a comissão técnica e estabelecido o primeiro contato com as atletas, os próximos passos foram agendar o grupo focal com as jogadoras selecionadas e a entrevista com o dirigente. Tendo em vista minha intenção de que a capitã Adriana participasse do grupo focal, mas pelo fato de essa jogadora estar em tratamento fisioterápico, em virtude da contusão que sofrera no último jogo da equipe, nossa maior dificuldade passou a ser conciliar horários em que ela pudesse se reunir com o restante do grupo. Na abordagem às atletas do grupo durante o treinamento, fora combinado que faríamos contato com a Adriana, para que ela propusesse um horário que seria mais adequado para todas. Porém, após várias tentativas de combinar esses horários com a capitã do time, frustradas pelas incompatibilidades de horários apresentados por ela, passamos a trabalhar com a hipótese de realizar o grupo focal mesmo sem a sua presença.

Durante essa fase de “negociações” para agendar o grupo focal, assistindo a um outro jogo do clube pelo Campeonato Paulista, abordamos novamente a capitã Adriana, que estava na arquibancada do estádio com amigos assistindo à partida das companheiras. Ela disse que estava muito difícil conciliar os horários com os das companheiras por causa do tratamento que era feito diariamente em locais diferentes daqueles que elas realizavam os treinamentos, e no período da noite ela precisava ir para a faculdade. A partir de então, decidimos realizar o grupo focal assim que possível, independentemente da participação da capitã do time.

Nesse mesmo jogo aproveitamos para abordar o dirigente Diego e o treinador Dorival para agendar a entrevista e o grupo focal:

Aproveitei também para abordar o dirigente Diego para combinar a entrevista, que deixamos marcada para a quarta-feira às 14h na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

[...]

Após o apito final, fiquei esperando a saída do treinador, na arquibancada, próximo ao túnel que leva aos vestiários. O treinador Dorival, veio me atender e eu deixei

combinado que durante a semana voltaria a mais um treinamento e tentaria agendar a entrevista (grupo focal) com as atletas. Mais uma vez ele mostrou-se muito solícito, colocando-se à disposição para tudo o que fosse preciso (DC8 – CLUBE B).

Conforme combinado com o dirigente Diego, cheguei à secretaria de esportes por volta das 14h. Aguardei por cerca de 15 minutos, pois o Diego havia saído para levar as atletas do time para a academia de ginástica. Ao chegar, ele convidou-me para uma sala de reuniões, onde realizamos a entrevista que teve cerca de 1h30 de duração.

Após a entrevista, Diego telefonou para o preparador físico Roberto para saber se as atletas ainda estavam na academia, pois eu o consultei sobre a possibilidade de ir até lá para conversar com as jogadoras pré-selecionadas, para agendarmos o grupo focal. Após o telefonema, o Diego me informou que elas já haviam terminado o treinamento e deveriam estar na casa.

Fui até a casa para agendar a entrevista e enquanto conversava com a única atleta que estava na casa, as demais chegavam da academia. Nitidamente elas mostraram-se constrangidas com a minha presença e foram entrando, aparentemente tentando desvencilhar-se de mim. Perguntei quais seriam as jogadoras que haviam sido indicadas para a entrevista e nesse momento algumas delas pararam e começaram a chamar as outras.

Conversando no portão da casa com esse pequeno grupo de atletas (cerca de cinco ou seis), indaguei-as sobre a possibilidade de fazermos a entrevista (grupo focal) na sexta, tendo em vista que elas jogariam apenas no domingo e provavelmente teriam folga na sexta à tarde. Elas concordaram com essa possibilidade, mas afirmaram que não gostariam de fazer a entrevista com as demais meninas da casa, pois ficariam com vergonha. Eu sugeri que fizéssemos em qualquer outro lugar que elas pudessem indicar próximo da casa, pois a única condição seria que o local não houvesse muito barulho para não dificultar a gravação. Assim, ficou combinado que eu passaria na casa na sexta-feira (16/09) às 15h para fazermos a entrevista, provavelmente em uma praça nas imediações, indicada por elas (DC9 – CLUBE B).

Por fim, foi realizado o grupo focal com as atletas do CLUBE B em um dos treinamentos da equipe, visto que o combinado em um parque próximo à casa das atletas não se concretizou em virtude de uma mudança de programação da comissão técnica, que decidiu realizar uma sessão de treinamentos no período que inicialmente estava previsto como folga. Além disso, foi necessário realizar uma segunda sessão de grupo focal com as atletas, tendo em vista o encerramento abrupto da primeira sessão, provocado pelo horário avançado e a necessidade de o funcionário fechar os portões do estádio, fato que fez com que abordássemos alguns temas de forma muito superficial.

Na sexta-feira, conforme combinado com as jogadoras, cheguei na casa por volta das 15h; porém, logo percebi que não havia ninguém. Telefonei para o Diego para saber se havia mudado a programação e ele me informou que elas estavam treinando em um estádio de um bairro da cidade.

Fui até o estádio e lá chegando conversei com o treinador Dorival que me disse que haveria um treino leve, apenas um rachão e que eu poderia fazer a entrevista tranquilamente. No início do treinamento, o Dorival conversou com as atletas, falando que haveria apenas o rachão e que aquelas que haviam sido selecionadas para a entrevista ficariam comigo após o treino em algum local que fosse melhor. Inicialmente

sugeri a arquibancada do estádio, pois estava bastante calor e achei que seria um espaço com sombra e mais arejado.

O treinamento se iniciou e uma das atletas que estava sentindo dores no joelho me perguntou se poderia ir fazendo a entrevista durante o treino, eu disse que não daria, pois a entrevista era coletiva, mas que poderíamos ficar conversando para que ela se tranquilizasse em relação à entrevista. O treino transcorreu como um rachaço bastante animado e a Eliane (a jogadora contundida) me contou um pouco sobre sua história no futebol, sobre a passagem pela seleção brasileira e o contato com atletas como a Formiga.

Após o treino, as atletas se dirigiram ao banco ao lado do campo onde eu estava conversando com a Eliane e ali mesmo realizamos o grupo focal, que no início foi marcado pela timidez e muitas piadinhas, mas logo se tornou mais dinâmico. Apenas uma das jogadoras que haviam sido indicadas (Melissa) não participou do grupo focal, pois estava em tratamento médico e não foi ao treinamento. Para minha surpresa, até a capitã Adriana que eu havia perdido as esperanças de participação no grupo focal compareceu e participou ativamente.

O grupo focal durou cerca de 1h08, sendo que por volta das 18h, quando ainda faltavam duas perguntas, o funcionário do estádio falou que teríamos de ir embora, pois ele tinha de fechar os portões; fomos saindo e fazendo as últimas questões andando até o portão. Uma das jogadoras perguntou se teria uma carona até a casa e acabei levando as seis que iriam de ônibus circular no meu carro, as outras duas estavam de moto (DC10 – CLUBE B).

Após identificar que havia deixado de abordar dois temas importantes com as atletas no grupo focal, que seriam referentes à forma como se dá a transferência delas entre os clubes e as experiências de jogar na seleção brasileira e no exterior, combinei por telefone com a Adriana e compareci a mais uma sessão de treinamentos do clube, para me reunir com as mesmas atletas e realizar uma nova sessão do grupo focal em complemento à anterior. A nova sessão durou 19 minutos contou com a participação de sete das oito atletas que participaram da sessão anterior; a própria Adriana acabou não participando, pois teve sessão de fisioterapia no mesmo horário. Porém, ela prontificou-se a me enviar por *e-mail* suas respostas em relação às questões que sugeri como principais temas a serem abordados, fato que se confirmou posteriormente (DC12 – CLUBE B).

Após o contato inicial com o CLUBE A em uma partida do Campeonato Paulista, decidimos ir à cidade sede desse clube com o intuito de realizar o máximo de etapas da pesquisa possível. Entre quinta-feira (29/09/2011) e sábado (01/10/2011), fiquei na cidade, hospedado em um hotel um pouco mais afastado do estádio em relação à pousada indicada por Pedro, pois este oferecia uma melhor relação custo-benefício. O principal motivo para hospedar-me na cidade foi o fato de ela ficar mais distante de meu domicílio, dificultando a mesma estratégia itinerante adotada nos outros dois clubes. Conforme combinamos com a comissão técnica, a ideia seria assistir a dois treinamentos e ao jogo decisivo do clube no sábado e durante esse período realizar as entrevistas e o grupo focal. A situação crítica do clube que jogaria por uma vaga nas semifinais do campeonato acabou comprometendo significativamente a coleta de dados.

Após a conversa preliminar na cidade G com o treinador, o assistente técnico e o supervisor administrativo do CLUBE A, e após contato telefônico com o assistente

técnico Pedro, que me orientou em relação à programação de treinamentos da semana, viajei para a cidade A, chegando ao estádio do clube por volta das 14h.

Em frente ao estádio conversei com o Pedro, que me recebeu e deu toda a retaguarda que eu precisava para ter acesso ao dirigente Reinaldo, ao treinador Geovani e a outros membros da comissão técnica. De frente do estádio, vimos a casa onde as atletas moravam e as vimos saindo para o treino, várias em carros próprios e que davam carona para outras atletas; e outras iriam em um ônibus do clube, que diariamente levava e trazia as atletas nos treinamentos.

[...]

Conversei brevemente com o treinador, que me informou que iria dar folga ao time no dia seguinte, para que elas descansassem o máximo possível e fizessem trabalho de recuperação muscular, para que ficassem totalmente recuperadas para o jogo de sábado. Sobre minha pesquisa disse que a entrevista com ele poderia ser feita em qualquer momento, sem problemas, e com as atletas sugeriu a possibilidade de realizá-la após o jogo de sábado. Em seguida, o supervisor Reinaldo nos abordou, me pedindo licença para uma conversa particular com o Geovani e depois me disse que eu poderia entrevistá-lo – Reinaldo – em sua sala, no Departamento de Futebol Feminino no estádio do clube, no dia seguinte, após às 13h.

Diferentemente dos dois outros clubes, em momento algum o treinador ou alguém da comissão técnico-administrativa me apresentou para as atletas ou comentou com elas algo sobre minha pesquisa, aparentando que eu deveria ser o mais discreto possível, de forma que não “atrapalhasse” a rotina de treinamentos da equipe.

[...]

Abordei também duas atletas com larga experiência na seleção brasileira, para uma consulta sobre a possibilidade de realizar a entrevista durante a folga delas na sexta-feira. Uma delas, a goleira Amanda, informou-me que, apesar de não morar na casa das atletas, achava que seria viável fazer a entrevista na própria casa e que iria para lá na tarde de sexta. A outra jogadora, Elisa, com a qual conversei muito rapidamente na saída do treinamento, foi da mesma opinião da companheira.

O treinamento encerrou-se às 17h40, e após algum tempo de conversa entre treinador e assistente técnico no banco de reservas, fui chamado por eles e realizamos a entrevista, com os dois. A entrevista durou 38 minutos. Após a entrevista expliquei ao Geovani que havia abordado as atletas sobre a possibilidade de realizar a entrevista no dia seguinte, caso ele autorizasse, e disse a ele que seria o caso de fazer apenas com aquelas que não tivessem outros compromissos e que se disponibilizassem a participar. Ele me falou que as jogadoras normalmente iam fazer tratamento em salões de podólogos ou fisioterapia, mas que eu poderia consultá-las e caso elas se disponibilizassem haveria a possibilidade de realizar a entrevista. O assistente técnico Pedro complementou sugerindo que eu as procurasse na hora do almoço, em frente ao estádio, e que eu poderia entrevistá-las antes da sessão de gelo que elas fariam por volta das 16h, ou após, no intervalo entre essa sessão e a preleção do treinador que ocorreria à noite (DC13 – CLUBE A).

Embora possamos considerar que para o primeiro dia de coleta de dados havíamos conseguido algumas conquistas, como o acompanhamento *in loco* dos treinamentos que não permitiam acesso de pessoas externas ao clube e a entrevista com o treinador e seu auxiliar, ficou evidente que teríamos dificuldades para a realização do grupo focal com as atletas.

Nossa maior preocupação em completar todas as etapas da pesquisa no clube nos três dias que permaneceríamos na cidade explica-se pela situação do clube no campeonato, que corria o risco de ser eliminado na partida de sábado e, nesse caso, conforme o assistente técnico Pedro havia me confidenciado, haveria o risco de um “desmanche” no departamento de futebol

feminino. Assim, a proposta do treinador de que realizássemos a entrevista após o jogo de sábado foi logo descartada, pois sabíamos que, ganhando ou perdendo o jogo, não haveria uma situação favorável para realizar o grupo focal e, em caso de derrota, provavelmente o grupo deveria ser dispensado, ao menos temporariamente, o que dificultaria muito nossa coleta de dados.

A sexta-feira, portanto, seria o dia decisivo para a realização das demais etapas da pesquisa. Com a entrevista com o dirigente já agendada para às 13h, o objetivo maior passou a ser abordar as atletas no horário do almoço, próximo ao restaurante do estádio do clube e agendar o grupo focal para algum horário após a entrevista com o dirigente Reinaldo.

Conforme sugestão do auxiliar técnico Pedro, fui ao estádio às 11h e fiquei de plantão em frente ao portão que dá acesso ao refeitório em que as atletas fazem as refeições. Fiquei sentado na mesa de um bar do outro lado da rua, aguardando as atletas para abordá-las e propor a pesquisa.

Após algum tempo, vi chegarem a jogadora Teresa e outras duas, mas hesitei em atravessar a rua para abordá-las e em poucos segundos elas já haviam entrado pelo portão. Pouco depois, vi outro grupo de atletas chegando pelo lado oposto ao da localização da casa das atletas e identifiquei que elas vinham do departamento de fisioterapia, pois duas delas estavam com bolsas de gelo, uma delas de muletas. Decidi não abordá-las, pois não havia feito contato anterior com nenhuma delas. Percebi então que eu estava, na verdade, à espera da goleira Amanda e das jogadoras Elisa e Teresa, que foram as únicas com as quais conversei previamente e, de alguma maneira, poderiam me trazer credibilidade junto ao grupo. Acredito que principalmente as duas primeiras, que são atletas de seleção brasileira, que devem ser muito respeitadas dentro do grupo, ao passo que a Teresa ainda é uma novata vinda da escolinha parceira do clube.

[...]

Por volta das 11h40 avistei a Elisa e outra atleta vindo da fisioterapia em direção ao portão do refeitório, atravessei a rua e a abordei para consultá-la sobre a programação do dia e a possibilidade de fazer a entrevista. Ela me disse que seria complicado para ela, pois estaria com a tarde comprometida para fazer sessões de fisioterapia e recuperação muscular, mas afirmou que haveria muitas jogadoras na casa que estariam de folga e poderiam participar. Agradei e retomei meu posto de observação.

Pouco depois, Teresa e as outras duas jogadoras saíram do restaurante e eu fui ao encontro delas, abordando-as e indagando se as atletas estavam na casa e sobre a possibilidade de fazer a entrevista à tarde. Ela disse que àquela hora (12h) muitas ainda estavam dormindo. Comentei que as acompanharia até a casa para tentar conversar com algumas jogadoras. Ficou nítido o desconforto dela(s) com a situação, provavelmente fruto do incômodo que minha presença causaria.

Chegando à casa, pedi para a Teresa se ela poderia chamar algumas das atletas, para que eu pudesse tentar marcar a entrevista. Ela falou que algumas atletas estariam acordadas, pois havia uma movimentação na garagem da casa para tirar os carros. Quando ela falou alguns nomes, pedi se ela poderia chamar a Paulinha, que é uma das mais experientes da equipe e que estava há mais tempo no clube.

Ela chamou a Paulinha, que estava retirando seu carro da garagem, assim como a jogadora Débora, que tirou o seu carro primeiro e o estacionou do outro lado da rua. Paulinha estava dando marcha a ré para retirar seu carro e parou-o na calçada (na saída da garagem), me atendendo de dentro do carro mesmo. Comecei a me apresentar e quando a Débora estava passando por nós, abordei-a na tentativa de explicar a pesquisa para as duas juntamente e, quem sabe, conseguir maior credibilidade. Ela passou por

mim sem parar e apenas disse que havia acabado de acordar, pedi desculpas e voltei minha atenção novamente para a Paulinha, para explicar-lhe do que se tratava a pesquisa e o formato, daquilo que para ser mais bem entendido chamei de entrevista coletiva.

Ela mostrou-se também resistente à ideia, comentando que muitas das atletas nem estavam na casa por causa da folga, dizendo ainda que aquele era um dia complicado e se não poderia ser em outro dia. Expliquei que para mim seria ótimo se fosse naquele dia, pois eu havia viajado de muito longe (Rio Claro) apenas para acompanhar treinos, o jogo e fazer as entrevistas e com o cancelamento do treinamento achava que haveria mais tempo disponível para a entrevista. Contei que já havia marcado entrevista com o Reinaldo e já havia feito com o Geovani e o Pedro. Falei ainda da entrevista com as atletas dos clubes B e C, citando o nome de algumas atletas que ela talvez conhecesse, na tentativa de sensibilizá-la de alguma maneira.

Ela me disse que o complicado seria convencer as atletas de participar da entrevista; naquele instante percebi que a minha credibilidade e/ou legitimidade era nula. A sugestão de Paulinha foi que eu conversasse antes com a assessora de imprensa, Pâmela, para agendar com ela a entrevista, pois surtiria muito mais efeito um pedido dela do que de qualquer atleta. Sugeri ainda que eu aproveitasse o encontro com o Reinaldo para combinar a entrevista com as atletas. Concordei com a sugestão, agradei pela atenção, me despedi e fui para o carro escrever o diário de campo e aguardar o horário para entrevistar o Reinaldo.

Enquanto estava aguardando no carro, fiz uma primeira tentativa de contato telefônico, ligando para a sala do Reinaldo às 13h05. A pessoa que me atendeu informou que ele estava no clube, mas não na sala dele e me sugeriu que ligasse por volta das 13h30. Às 13h15 tentei ligar no celular do Reinaldo, que caiu na caixa postal. Às 13h38 liguei novamente em seu celular e ele atendeu, me dizendo que poderia conceder a entrevista naquele horário.

Fui à portaria da administração do estádio e a recepcionista telefonou para a sala do Reinaldo, autorizando a minha entrada. Realizei a entrevista em sua sala, que fica no Departamento de Futebol Feminino do clube. A sala é dividida com o André, que subentendi que seria o secretário do departamento, que se mostrou bastante solícito, tecendo alguns comentários complementares no decorrer da entrevista.

A entrevista durou 35 minutos e, após encerrada, pedi o auxílio do Reinaldo para a realização da pesquisa com as atletas, relatando as dificuldades que estava enfrentando pela falta de credibilidade advinda do fato de não ter sido apresentado a elas “oficialmente”. Ele tentou me auxiliar, levando-me ao departamento de fisioterapia, que fica ao lado do departamento de futebol feminino. Lá ele circulou pelas salas, cumprimentando uma a uma as jogadoras do elenco (havia cerca de oito fazendo tratamento) e os atletas das categorias de base do time masculino. Procurou alguém para que pudesse me indicar, até que chamou a goleira Malvina para ir comigo à sua sala, para conversarmos sobre a pesquisa.

Expliquei a pesquisa à Malvina, ressaltando que a proposta era de uma entrevista em grupo. O Reinaldo entrou na sala e explicamos a ele essa condição, ele sugeriu que a atleta fosse novamente à fisioterapia e consultasse as atletas que lá estavam sobre a possibilidade de participarem da entrevista após a sessão que estavam realizando (por volta das 17h15). Pouco depois ela retornou e nos informou que após a sessão algumas atletas iriam para a faculdade e outras retornariam para São Paulo.

O Reinaldo mostrou-se incomodado pelo fato delas não se disponibilizarem a ficar algum tempo para conceder a entrevista. Por fim, ele sugeriu que após a fisioterapia Malvina tentasse organizar um grupo para a entrevista, com algumas atletas da fisioterapia e outras que estavam na casa. Com esse encaminhamento, passei o número de meu celular para o Reinaldo, para que ele me contatasse assim que o grupo estivesse disponível para a entrevista. [...] Às 15h30 fui novamente para o carro, para aguardar o contato do Reinaldo. Aguardei no carro por cerca de uma hora e comecei a suspeitar de que não receberia ligação alguma, decidi ir para o hotel e aguardar o contato por lá e aproveitar para transcrever o diário de campo. Minha suspeita acabou se confirmando e nenhum contato foi feito (DC14 – CLUBE A).

Depois de tantas tentativas frustradas em realizar o grupo focal com as atletas, decidimos que a única saída seria assistir ao jogo no dia seguinte, torcer para que o clube conseguisse se classificar e fazer uma nova visita ao clube, mas dessa vez com a intermediação de algum membro da comissão técnico-administrativa, para que conseguíssemos a credibilidade necessária para a participação das atletas.

[...] Logo após entrar no estádio e abordar a assessora de imprensa Pâmela, para saber da possibilidade de agendarmos uma entrevista com as atletas. Ela se mostrou receptiva e pediu-me que a procurasse na administração após a partida, para que conversássemos sobre o assunto.

[...]

A partida terminou 5x0 para o CLUBE A, que assim obteve a classificação para as semifinais do Paulista, classificando-se em primeiro lugar em seu grupo. Estimo que havia um público de cerca de 800 a 1.000 torcedores no estádio, um bom público comparado com as outras partidas que acompanhei.

Após o jogo, fui esperar a Pâmela no portão de entrada da administração. O tempo foi passando e nenhum sinal da Pâmela; não havia ninguém na portaria, que só era possível adentrar com cartão magnético. Liguei para o Pedro, que me orientou ir até o vestiário; me encaminhei até lá e o André (secretário) me colocou em contato com a Pâmela pelo seu rádio. Ela me orientou para que subisse ao segundo andar, onde estaria me esperando para conversarmos. Fui até lá e conversei rapidamente com ela, que me informou que às quartas-feiras pela manhã seria o melhor dia para a realização da entrevista, pois era o período de folga das atletas. Fiquei com o seu cartão e combinamos que eu a contataria por *e-mail* para que ela articulasse o grupo de atletas para realizarmos a entrevista (DC15 – CLUBE A).

Após esse dia, tentamos contatar a Pâmela por *e-mail* algumas vezes, mas ela não nos retornou em nenhuma. Conseguimos conversar com o treinador Geovani pelo Facebook em outras vezes e, buscando definir uma melhor data para o grupo focal, ele sugeriu inicialmente que seria interessante esperar o campeonato terminar, pois naquele momento não havia espaço para realizar a entrevista. Posteriormente, após o campeonato, conversando novamente com o Geovani pela rede social, no início de dezembro, ele informou que as atletas haviam saído de férias e que poderíamos fazer a entrevista no começo do ano seguinte, porque no início de temporada haveria uma programação mais flexível, permitindo que nos reuníssemos com as atletas em algum momento. Por fim, à época em que estávamos pensando em contatá-lo novamente, já no início de 2012, surgiu na mídia a notícia de que o CLUBE A havia decidido suspender as atividades do futebol feminino. Diante dessa situação, não foi possível realizar o grupo focal com as atletas desse clube.

1.3 Procedimentos para análise dos dados

Os dados coletados foram interpretados por meio da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (1979), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise da comunicação que visa, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos e qualitativos que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. A autora sugere os critérios de organização de uma análise que podem ser divididos nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, que compreendem a codificação e a inferência desses resultados.

Procuramos nos pautar pelo referencial da análise do conteúdo sem, no entanto, estabelecer a rigidez metódica observada em muitas das pesquisas que adotam esse procedimento.

Foram 11 sessões de entrevistas (compreendendo as três de grupos focais), que totalizaram 7 horas, 17 minutos e 58 segundos de gravações em áudio, que transcritos resultaram em 165 páginas, além de 30 páginas de diário de campo.

Assim, a análise de conteúdo do estudo compreendeu a organização de todo esse material, partindo de uma análise preliminar na qual realizamos a leitura flutuante¹⁵ com anotações ao longo dos textos de modo que facilitasse a etapa de exploração do material. Em um segundo momento, buscamos explorar o material por meio de uma nova leitura que permitisse identificar os elementos ou unidades de registros que pudessem suscitar categorias de análise. Na análise final de codificação e inferência dos resultados, procuramos organizar as unidades de registro em categorias ou temáticas, sendo que algumas delas já haviam sido definidas *a priori*, quando da elaboração do roteiro das entrevistas e dos grupos focais e mesmo na construção dos capítulos que alicerçaram a revisão de literatura da tese e outras categorias surgiram com o desenvolvimento da pesquisa de campo.

A organização das unidades de registro dos diários de campo, das entrevistas e dos grupos focais, vinculada às investigações acerca da legislação esportiva nacional, permitiu que trabalhássemos com três categorias de análise, articuladas com os objetivos da pesquisa. As três

¹⁵ A leitura flutuante corresponde a um primeiro contato com o material, proporcionando as primeiras impressões de forma que se conheça seu conteúdo.

categorias de análise construídas foram *organização do futebol feminino*, *projetos das atletas* e *futebol como profissão*. A articulação entre essas categorias, os objetivos da pesquisa e as unidades de registro é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 - Articulação entre categorias de análise, objetivos de pesquisa e unidades de registro

Categorias de análise	Objetivos de pesquisa	Unidades de registro
Organização do futebol feminino	- Investigar a estruturação do futebol feminino	- Calendário de competições - Estrutura dos clubes - Parcerias e patrocínios - Transferências de atletas - Papel das agências reguladoras (FIFA-CBF-FPF) - Importância da mídia e do público
Projetos das atletas	- Analisar as narrativas das atletas, dirigentes e treinadores	- Dedicação das atletas - Salários/benefícios/bolsas - Percepção do status profissional - Encerramento da carreira e reconversão - Apoio e cobrança familiar
Futebol como profissão	- Compreender a normatização da profissão de atleta - Analisar as narrativas das atletas, dirigentes e treinadores	- Papel das agências reguladoras - Dedicação das atletas - Salários/benefícios/bolsas - Percepção do status profissional - Encerramento da carreira e reconversão - Apoio e cobrança familiar - Legislação esportiva

Fonte: Categorias contruídas com base em análises de Osmar Moreira de Souza Júnior
Elaboração: Osmar Moreira de Souza Júnior

Conforme já antecipamos com a apresentação de dados do diário de campo na descrição do percurso metodológico, optamos por construir um texto no qual os dados da pesquisa de campo dialoguem com o referencial teórico durante todo o desenvolvimento da tese. Nesta empreitada, enfrentamos uma série de limitações, principalmente em virtude de nossa formação acadêmica, que mesmo sendo construída na área das humanidades e da pesquisa qualitativa revelou-se refém de uma rigidez metodológica na qual a organização do texto obliterava a revisão de literatura da apresentação e discussão dos resultados.

O protocolo desta pesquisa, bem como seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e demais anexos (roteiros de entrevistas e grupo focal), encontra-se aprovado sem

restrições pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da UNICAMP, por meio do parecer CEP n. 050/2011¹⁶.

1.4 Roteiro da pesquisa

Para abordar o objeto de estudo na busca por contemplar os objetivos estabelecidos, optamos por delinear a pesquisa em uma configuração que se estrutura em seis capítulos, sendo que o primeiro deles refere-se a essa construção introdutória – “O futebol praticado por mulheres como objeto de estudo: a construção do campo de pesquisa” – na qual apresentamos nossas motivações, justificativas, objetivos e trajetória metodológica, que lança mão dos excertos do diário de campo para ilustrar a aproximação e investigação do objeto de estudo.

No capítulo dois, intitulado “Da gênese à espetacularização do futebol”, discorreremos sobre as primeiras aproximações mais consistentes das mulheres com o futebol na Europa, na primeira metade do século XX, especialmente durante e logo após a Primeira Guerra Mundial, bem como o processo de popularização da modalidade e inserção na sociedade brasileira, com ênfase na transição do *ethos amador* para um *ethos profissional* e, por fim, o processo de espetacularização do futebol, com destaque para a emergência do clubismo que está imbricado com a sociogênese de um circuito que abarca entre outros aspectos a profissionalização e a própria espetacularização.

O capítulo três, “Trajetória do futebol praticado por mulheres”, empreende um esforço no intuito de lançar luzes sobre episódios que consideramos significativos na história da prática do futebol por mulheres. Os episódios contemplados partem da adesão das mulheres como torcedoras dos espetáculos futebolísticos no início do século XX, passando por suas tímidas inserções nos gramados durante as décadas de 1920 e, principalmente, 1940, que culminam com a desaprovação da classe médica, acompanhada pela imprensa escrita, legitimada e legalizada pelos decretos que proíbem a prática do futebol pelas mulheres. Por fim, esse capítulo analisa ainda o mecanismo de “erotização” ou “embelezamento” do futebol feminino, levado a cabo pela FPF nos anos de 1990 e início dos 2000, e reeditado pela estratégia de *marketing* da equipe feminina do Santos, que lançou mão de um desfile e de um calendário com fotos sensuais das atletas.

¹⁶ O parecer CEP n. 050/2011 está disponível no Anexo A (páginas um e dois do parecer).

“O futebol feminino da FIFA aos clubes: desvelando o descompasso entre as políticas para o desenvolvimento da modalidade e as ações para sua precarização” – capítulo quatro – procura discutir à luz das diretrizes apontadas pela FIFA, para o desenvolvimento do futebol feminino, as ações inócuas implementadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e pela FPF, bem como as implicações dessas ações, ou falta de ações, na precariedade e/ou insustentabilidade dos projetos de futebol feminino efetivados por clubes e prefeituras municipais. A organização estrutural dos três clubes pesquisados também é analisada neste capítulo, assim como o episódio do encerramento do departamento de futebol feminino do Santos Futebol Clube, e ainda uma breve discussão sobre o papel dos meios de comunicação no desenvolvimento da modalidade.

O capítulo cinco, “Futebol como profissão: discursos, projetos e representações das mulheres que buscam viver do/no futebol”, inicia-se com uma breve análise dos conceitos de hegemonia e dominação masculina, desenvolvidos por Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu, respectivamente. A discussão sobre os projetos de mulheres que jogam futebol, circunscritos pelos campos de possibilidades que as cercam, entra em cena em três momentos. Primeiramente fazemos uma análise com base em outras fontes – biografia de Marta, documentário sobre futebol feminino, reportagem sobre ex-jogadora e relato de ex-jogadora – que revelam os discursos de quem viveu ou vive seus projetos pessoais e/ou coletivos no futebol. Em um segundo momento, analisamos a perspectiva de meninas que aspiram seguir carreira no futebol, com entrevistas realizadas na peneira de um clube de futebol feminino. E, por fim, trazemos à cena os depoimentos das participantes do estudo, no intuito de analisar seus projetos relacionados ao futebol.

Neste mesmo capítulo, abordamos ainda uma discussão sobre as nuances e flutuações dos conceitos de amadorismo e profissionalismo, bem como uma análise sobre as configurações e reconfigurações que estabeleceram historicamente as bases da legislação esportiva brasileira, com especial atenção à regulamentação da profissão de atleta, com as interpretações e indagações que essa discussão suscita no tocante ao futebol feminino.

Por fim, o sexto e último capítulo, intitulado “Rompendo o silêncio em busca da legitimidade: ‘não tem estrutura, mas até hoje me vejo como atleta profissional’”, tecemos as considerações finais da pesquisa, revelando o paradoxo estabelecido entre os projetos das atletas

e a percepção daqueles que convivem com elas diretamente e a estrutura oferecida pelos clubes e a organização mantida pelas entidades responsáveis pela modalidade.

2 DA GÊNESE À ESPETACULARIZAÇÃO DO FUTEBOL

2.1 As primeiras aproximações das mulheres com o futebol

De acordo com Reis e Escher (2006), alguns esportes como o futebol, hoje praticados em todo o mundo, tiveram origem na Inglaterra na segunda metade do século XIX. Os jogos ou passatempos ingleses esportivizados nos séculos XIX e XX são classificados como esportes modernos. Entre esses esportes modernos, o futebol requer uma maior atenção, considerando que se transformou no esporte com maior aceitação entre a grande maioria das nações espalhadas pelos cinco continentes.

Em seus primórdios, segundo Franco Júnior (2007), o futebol moderno teria sido praticado por indivíduos da classe média alta, fundadores da Football Association (FA); contudo, logo o esporte conquistou o interior da Inglaterra atraindo a classe média baixa e inclusive o operariado.

Tanto em sua fase elitizada como em seu período mais popular, tudo indica que o futebol manteve-se como uma prática majoritariamente masculina. Talvez, diferentemente do período dos jogos pré-modernos, tendo em vista que, ao menos em algumas de suas manifestações, com base em relatos escritos¹⁷ e em algumas imagens disponíveis (como a Figura 5, por exemplo, na qual supostamente há algumas mulheres em meio à multidão), retratam a participação de multidões que poderiam incluir crianças, mulheres e idosos entre os seus participantes.

Entendemos que os fatores que contribuem para essa mudança podem estar ligados justamente aos valores vinculados ao futebol, visando formar uma elite britânica com fibra moral para governar o país, tributários de sua gênese na transição do século XVIII para o XIX, nas *public schools* inglesas, nas quais o “embrião” daqueles que viriam a ser o futebol e o rúgbi teriam sido utilizados como ferramentas para a restituição da ordem que havia sido destituída por uma série de rebeliões e distúrbios causados pelos alunos, que se sucederam nessas instituições no final do século XVI e início do XVII (DUNNING, 2003). Sustentada por uma visão de mundo

¹⁷ Elias e Dunning (1992, p. 266) descrevem que no jogo medieval de futebol ocorriam com frequência “fricções entre comunidades vizinhas, corporações locais, grupos de homens e de mulheres, jovens casados e homens solteiros mais jovens”.

“modelada” pelo legado do patriarcado, essa elite governante não incluiria as mulheres que, desse modo, deveriam ser alijadas dessa esfera política, restringindo-se ao espaço privado que as configuraria como as “não cidadãs”, sucumbidas pelo “darwinismo social”.



O Futebol na Idade Média: entretenimento das pessoas comuns. Uma luta barulhenta e acirrada nas ruas.

Figura 5 - Jogo “ancestral” do futebol na Idade Média. Fonte: Duarte (2001, p. XVIII).

Uma lacuna para a participação da mulher no futebol é aberta com o advento da Primeira Guerra Mundial. Nesse período, Franco Júnior (2007) relata que, apesar de algumas experiências isoladas em fins do século XIX, até 1914 o futebol tinha sido exclusividade do público masculino. Com a guerra, mulheres da classe operária inglesa foram trabalhar nas

fábricas de munição e, no bojo do processo geral de emancipação feminina, apropriaram-se também do futebol.

Não se pode perder de vista que as mulheres nunca foram alheias ao trabalho, na medida em que exerceram importantes papéis na produção de bens e serviços, desde as sociedades de economias pré-capitalista, contribuindo para a subsistência da família e criação de riqueza social. Embora fossem reféns de um estatuto inferior ao dos homens, do ponto de vista jurídico, social e político naquelas sociedades, não se pode negar que elas participavam do sistema produtivo, desempenhando um importante papel econômico (SAFFIOTI, 1976).

Já na transição do modelo de produção feudal para o capitalista, as mulheres perdem espaço como força de trabalho, tendo em vista que, no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, as mulheres passavam a ser progressivamente marginalizadas das funções produtivas. Entretanto, esse processo de marginalização não se configura de forma uniformizada, atendendo aos ditames da lógica capitalista.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza no sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos [...] (SAFFIOTI, 1976, p. 36).

Portanto, é preciso ter clareza de que a inserção das mulheres no mercado de trabalho e, por que não dizer, no universo esportivo não se configura como uma conquista de espaço exclusivamente motivada pelo processo de emancipação feminina, pois não se encontra destituída dos interesses e demandas de outros agentes sociais.

Murray (2000) corrobora a ampliação da inserção feminina nos campos do trabalho e do lazer, afirmando que o entusiasmo pelo futebol nos anos pós-guerra estendeu-se às mulheres que passaram a trabalhar em funções anteriormente exclusivas dos homens, especialmente nas fábricas e aquelas ligadas à guerra, estendendo ainda sua atuação para atividades de lazer tradicionalmente masculinas. Segundo o autor, alguns anos após a guerra, times de jovens mulheres, sobretudo francesas e inglesas, realizavam seus jogos para multidões de espectadores.

Segundo o autor, antes de organizarem seus jogos, as mulheres eram estimuladas a frequentar a assistência aos jogos de futebol, com o intuito de conferir um ar de dignidade à ocasião e para diminuir a rudeza do comportamento masculino. Provavelmente, o primeiro episódio registrado de mulheres jogando futebol tenha ocorrido em 23 de março de 1895, quando em *Crouch End Athletic Ground* (no norte de Londres) a senhorita Nettie Honeyball, uma ativista de vanguarda dos direitos das mulheres, organizou um jogo entre mulheres do norte e do sul da Inglaterra, atraindo um público de oito mil espectadores. A partida foi vencida pelas jogadoras do norte por 7 a 1 (NEWSHAM, 1997).

Newsham (1997) revela que no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) equipes de futebol formadas por senhoritas surgiram de norte a sul da Inglaterra, com o propósito principal de levantar fundos para causas ilustres relacionadas à caridade. Na região norte do país, esse processo ocorreu de maneira mais intensa, com destaque para o *Dick, Kerr Ladies (DKL)*¹⁸. A autora lembra que durante a guerra, com a entrada maciça das mulheres na indústria de armamentos, o governo inglês adotou uma política de incentivo à prática de esportes para essas mulheres, tendo em vista o bem-estar físico e o fomento ao trabalho em equipes. Entre as modalidades esportivas, o futebol foi o que angariou o maior interesse das mulheres, fazendo com que quase todas as fábricas do Reino Unido, envolvidas na produção voltada para a guerra, formassem suas equipes de futebol de mulheres (NEWSHAM, 2013a).

Murray (2000) corrobora com esses dados ao afirmar que no período da Primeira Guerra, além de fabricar armamentos que eram enviados à frente de batalha, o DKL consolidou-se como um ícone do futebol, influenciando outros empregadores a estimularem suas funcionárias a criarem equipes de futebol.

De acordo com Newsham (1997), as operárias da *Dick, Kerr and Col. Ltd.* costumavam se divertir “chutando bola” no pátio da fábrica nos intervalos de trabalho para o chá e para o almoço. Uma funcionária chamada Grace Sibbert (na Figura 6, Grace é a jogadora sentada com a bola no colo), que sempre estava presente nessas brincadeiras, pode ser considerada uma das precursoras do DKL. Ocorre que em outubro de 1917, em meio a uma fase de resultados negativos da equipe de futebol dos homens da fábrica, Grace e algumas colegas

¹⁸ A equipe origina-se na empresa de engenharia *Dick, Kerr and Co. Ltd* (do distrito de Preston), que embora originariamente seja do ramo ferroviário, foi convertida em indústria armamentícia em 1915, como parte dos esforços beligerantes do Reino Unido naquele período.

passaram a provocar os rapazes caçoando de suas derrotas e foram desafiadas por eles para uma partida. O jogo foi realizado em um terreno nos arredores da fábrica e desde então Grace passou a mobilizar suas colegas que regularmente se reuniam para praticar futebol.



Figura 6- Primeira foto da equipe do Dick, Kerr Ladies, em outubro de 1917.
Fonte: Newsham (2013b).

A autora acrescenta ainda que, pouco tempo após o jogo com os rapazes, com a aproximação do Natal, as moças da fábrica receberam uma proposta da enfermeira-chefe do Hospital Militar Moor Park de Preston para realizar concertos com a finalidade de angariar fundos para o tratamento dos pacientes do hospital. Elas entusiasmaram-se com o convite, porém consideraram que um jogo de futebol seria uma novidade que poderia atrair renda maior do que os concertos. Após negociações com os dirigentes do Preston North End Football Club, que era o clube de futebol profissional local, foi concedida a permissão para utilização do estádio Deepdale para a partida, ao custo de cinco libras. No Natal de 1917, o DKL fazia sua estreia de fato, frente a um surpreendente público de 10 mil espectadores que presenciaram a vitória por 4 a 0, diante das moças da fundição Arundel Coulthard. Tão surpreendente quanto o público foi a arrecadação de £600, que se levarmos em conta a expectativa de que o dinheiro dobra de valor a cada dez

anos (NEWSHAM, 1997) poderíamos projetar que em 2012 equivaleria ao montante de £460.800¹⁹. Quanto ao comportamento do público, a autora afirma que a princípio houve um misto de espanto e curiosidade, atribuindo ao jogo um sentido de frivolidade, tal qual uma espécie de brincadeira sem maiores pretensões; porém, com o decorrer da disputa, evidenciando-se a seriedade com que as jogadoras encaravam a partida, o público passou a incentivá-las, enfatizando o sentido competitivo do evento.

O sucesso desse evento pioneiro, aliado à necessidade de levantar cada vez mais recursos para suprir o sofrimento das famílias destroçadas pela guerra, fez com que os jogos de futebol de mulheres se multiplicassem pelo país, tornando-se efetivamente um esporte de espetáculo. Segundo Newsham (1997), o caráter de novidade teria sido o propulsor do interesse pelo futebol de mulheres, porém a habilidade e dedicação das atletas tornou-se o principal chamariz para o público, sobrepujando inclusive o ideal filantrópico que justificava tais eventos em sua sociogênese.

Com o aumento da demanda por esses jogos, o DKL angariou fama e os dirigentes da fábrica compartilhavam do entusiasmo das jogadoras em virtude do *status* que o nome *Dick, Kerr* adquiria, resultando em propaganda gratuita para a empresa. Newsham (1997) registra que desde o jogo do Natal de 1917 a equipe passou a jogar de forma relativamente regular, até mesmo a treinar no estádio Deepdale. A autora chama a atenção ainda para a importância do fato de dirigentes do Preston North End F. C. apoiarem a iniciativa do futebol de mulheres, demonstrando em alguma medida uma flexibilização da rigidez misógina dos guardiões desse bastião de masculinidade que era o futebol. Contudo, tal apoio não se consolida de forma gratuita, na medida em que os dirigentes do North End vislumbraram no sucesso dos jogos de futebol de mulheres uma forma de ampliação de receitas, não apenas com o aluguel do campo, como também pelos recursos gerados pelos espectadores que frequentavam os jogos (como a venda de lanches e refrescos).

¹⁹ Convertido em reais em 3/1/2013, esse montante corresponderia a R\$ 1.533.404,16 (CONVERSÃO..., 2013).



Figura 7 - Sessão de treinamento no estádio Deepdale em 1918. Fonte: Newsham (2013b).

*Da esquerda para a direita: Jessie Walmsley, Flo Redford, Alice Kell, Molly Walker, desconhecida, desconhecida, Jeannie Harris.

Os registros de Newsham (1997) nos dão a verdadeira dimensão do sucesso do futebol de mulheres durante o período de guerra. Àquela época (entre 1917 e 1918), o DKL enfrentou diferentes adversários com públicos e rendas consideráveis, conforme podemos observar no Quadro 3, elaborado com base nos dados disponíveis no livro de Gail Newsham (1997).

Quadro 3 - Jogos do DKL nos anos 1917 e 1918

Data	Local	Jogo	Público	Renda
25/12/1917	Preston (Deepdale)	DKL 4x0 Coulthard	10.000	£600
23/02/1918	Preston	DKL 1x1 Lancaster	5.000	?
09/03/1918	Preston	DKL 2x0 Barrow	2.000	?
29/03/1918	Preston	DKL 5x1 Bolton	6.000	£200
?	Preston	DKL 1x0 Barrow	?	?
09/10/1918	Preston	DKL 0x2 Whiteheaven	?	?
23/11/1918	Preston	DKL 4x0 Manchester	?	?
21/12/1918	Preston	DKL 0x1 Lancaster	?	?
25/12/1918	Preston	DKL 2x2 Bolton	8.000	£180

Fonte: Newsham (1997). Elaboração: Osmar Moreira de Souza Júnior

Outro fato que chama a atenção nos registros da autora diz respeito à política dos dirigentes do DKL, com o intuito de reforçar cada vez mais sua equipe, na ânsia de consolidá-la como a maior potência do futebol de mulheres na Inglaterra. Os dirigentes, liderados pelo principal *manager*, Mr. Alfred Frankland, tinham por hábito observar as principais jogadoras das equipes que enfrentavam o DKL e após as partidas convidá-las para trabalhar na fábrica de Preston e fazer parte da equipe. Com essa estratégia, a equipe reforçou-se com as principais jogadoras de suas rivais, que viam no emprego e na projeção que o DKL adquiria os maiores atrativos para a transferência. Newsham (1997) afirma que o DKL “contratou”, em seus primeiros anos, quatro jogadoras do Lancaster (Molly Walker, Annie Hastie, Jennie Harris e Jessie Walmsley, em 1918/1919), quatro do Bolton (Rawsthorne, Hulme, Partington e Florrie Haslam, em 1919) e duas do St. Helens (Alice Woods e Lydia Ackers, em 1919), além de incluir em seu elenco duas adolescentes de 14 anos: Alice Norris, uma moradora local que chamou a atenção de um dos homens ligados ao time; e Lily Parr, moradora de St. Helens, indicada por Alice Woods e que foi considerada por Newsham a melhor jogadora da história do clube, tendo defendido o DKL de 1919 até 1951.

Essa busca por reforçar o elenco dá uma dimensão exata da valorização que os jogos entre mulheres adquiria. Mesmo com o fim da Primeira Guerra Mundial, após a assinatura do Tratado de Paz em 11 de novembro de 1918, as equipes continuaram a agendar suas disputas. Mesmo porque, os espólios da guerra tornavam ainda mais importantes iniciativas que levantassem recursos para recuperar famílias destroçadas pela perda de pais, esposos e filhos. Entretanto, para além da motivação filantrópica, os eventos de futebol entre mulheres haviam adquirido uma motivação própria, mobilizando equipes de todo o país a se reforçarem e cruzarem cada vez maiores distâncias em busca de desafios cada vez mais árduos.

Após um início em que realizava seus jogos apenas “em casa”, no estádio Deepdale, o DKL passou a excursionar pelo país, colecionando vitórias e marcando seu nome na história com episódios como um dos primeiros jogos noturnos com iluminação artificial de que se tem notícias²⁰, jogos para multidões nos principais estádios de futebol da Inglaterra, como o Old

²⁰ Em 17 de dezembro de 1920, o secretário de Estado da Inglaterra, Winston Churchill, autorizou o empréstimo de dois holofotes antiaéreos para iluminar o estádio Deepdale, que recebeu um dos primeiros jogos noturnos de que se tem conhecimento na história do futebol, entre o DKL e um selecionado do resto da Inglaterra. Havia dez mil espectadores para assistirem à vitória do DKL por 4x0, resultando em um montante de £600 (convertidas segundo a perspectiva adotada por Newsham, em 2010 esse montante resultaria em £307.200, que convertidos em reais, em 4 de janeiro de 2013, resultaria em R\$ 1.007.278,08).

Trafford (Manchester United), St. James Park (Newcastle United), Anfield (Liverpool F. C.), Stamford Bridge (Chelsea F. C.) e aquele que foi considerado o jogo de maior público do DKL, no Everton's Goodison Park (Everton F. C.). No jogo realizado em 26 de dezembro de 1920, cerca de 53 mil espectadores assistiram à vitória por 4 a 0 do DKL sobre o St. Helens Ladies; cabe registrar que se especula que entre 10 e 14 mil pessoas foram impedidas de entrar no estádio em virtude da superlotação. A renda desse jogo chegou ao incrível montante de £3.115²¹ (NEWSHAM, 1997).

Ainda em relação às marcas expressivas obtidas pelo DKL, merecem destaque os jogos contra o selecionado francês, realizados ao longo de 1920. Foram quatro jogos na Inglaterra e depois mais quatro na França, conforme descrito no Quadro 4. Esses jogos aproximaram de tal forma as atletas dos dois países, que a goleira do selecionado francês transferiu-se para o DKL em seguida e os laços de fraternidade foram estendidos em novos jogos ao longo da história, com destaque para o período da Segunda Guerra Mundial, entendendo-se até os anos de 1950.



Figura 8 - Jogadoras do DKL e da França em foto de 1948. Fonte: Newsham (2013b).

²¹ O montante resultaria em um total de £797.440 no ano de 2010 se adotarmos novamente a duplicação do valor do dinheiro a cada dez anos. Em reais esse valor corresponderia a R\$ 2.636.017,66 pela conversão feita em 4/1/2013.

Quadro 4 - Jogos do DKL contra o selecionado da França em 1920

Data	Local	Jogo	Público	Renda
30/04/1920	Preston (ING)	DKL 2x0 França	25.000	£2.000
01/05/1920	Stockport (ING)	DKL 5x2 França	15.000	
05/05/1920	Manchester (ING)	DKL 1x1 França	12.000	£766
06/05/1920	Chelsea (ING)	DKL 1x2 França	10.000	?
31/10/1920	Paris (FRA)	DKL 1x1 França	22.000	?
01/11/1920	Roubaix (FRA)	DKL 2x0 França	16.000	?
?/11/1920	Le Havre (FRA)	DKL 6x0 França	10.000	?
07/11/1920	Rouen (FRA)	DKL 2x0 França	14.000	?

Fontes: Newsham (1977); Brennan (2013).

Elaboração: Osmar Moreira de Souza Júnior

Newsham (1997) recorda que, apesar do sucesso estrondoso dos jogos de futebol das mulheres, sempre houve algum tipo de resistência em relação a essa nova onda de participação das mulheres na esfera esportiva. A máxima de que o corpo feminino não coadunava com a prática do futebol desde cedo mobilizou uma boa parcela da população, trazendo à tona os já conhecidos argumentos relacionados aos prejuízos para a saúde e à transgressão dos papéis sociais. Contudo, o *lobby* antifutebol de mulheres parece não ter surtido o efeito desejado por seus simpatizantes, tendo em vista a presença maciça de público nos jogos realizados entre os anos de 1917 e 1921.

Um verdadeiro divisor de águas para os opositoristas desses jogos entrou em cena a partir do momento em que a Football Association (FA) passou a sentir-se incomodada com o sucesso das mulheres e decidiu criar barreiras para os seus jogos. O sucesso do DKL a partir dos jogos contra as francesas certamente se configura como um dos fatores preponderantes para a intervenção da FA.

Newsham (1997) apresenta um quadro que ilustra de forma clara a trajetória impressionante do DKL no ano de 1921. Naquele ano elas receberam convites de todo o Reino Unido para participar de jogos de caridade, tendo que recusar centenas deles pela impossibilidade de cumprir com tantos compromissos. Os dados apresentados por Newsham foram organizados com base em anotações no diário de Alice Stanley (Alice Woods era seu nome de solteira, quando jogava no DKL) e de seu marido Herbert Stanley, que foi funcionário do clube durante aquele período, e demonstram a expressiva quantidade de viagens, espectadores e rendas que o time movimentou naquele ano. Newsham acrescenta ainda que em 1921 o DKL venceu todos os

66 jogos realizados (com placares elásticos como 17x0, 16x0, 14x0 e 13x0 sendo corriqueiros, conforme o Quadro 6) e não há relatos de qualquer tipo de efeito prejudicial que tenha acometido suas atletas, decorrente da incrível agenda de jogos naquele ano.

Quadro 5 - Locais, públicos e rendas do DKL em 1921

Data	Local	Público	Renda
01/Janeiro	Clitheroe	5.000	?
08	Manchester	33.500	£1.962
22	GreatHarwood	5.000	£140
29	Macclesfield	7.000	£385
05/Fevereiro	Nelson	6.000	£325
08	Stalybridge	12.000	£763
09	Chester	11.000	£700
12	Rossendale	8.000	£500
14	Liverpool	25.000	£1.500
19	Wrexham	10.000	?
26	Coventry	27.000	£2.000
01/Março	Glasgow	6.000	?
02	Edinburgh	23.000	£700
05	Burslem	10.000	?
12	Lancaster	8.000	?
19	Hull	20.000	?
25	Dudley	18.000	£700
28	Coventry	12.000	?
29	Cardiff	18.000	?
31	Swansea	25.000	?
06/Abril	Leeds	27.000	£1.700
07	Stoke	20.000	?
09	Standish	2.000	?
13	Bradford	20.000	£1.150
14	Rothrdam	20.000	£1.000
16	Kilmarnock	15.000	£700
19	Bury	27.000	£1.000
20	Bolton	33.000	£1.500
23	New Brighton	15.000	£600
26	Rochdale	18.000	£800
28	Barrow	12.000	£600
04/Maio	Sheffield	20.000	?
05	Hull	19.000	£900
11	Middlesbrough	25.000	£1.200
14	Preston	12.000	£600
17	Longton, Staffs	15.000	?

21	Nottingham	20.000	£800
04/Junho	Crewe	10.000	?
01/Agosto	Ramsay (Isle of Man)	5.000	?
02	Port Erin (Isle of Man)	6.000	?
03	Douglas (Isle of Man)	2.000	?
04	Leeds	20.000	?
05	Southport	16.000	?
06	Birmingham	15.000	?
07	Batley	10.000	?
08	Halifax	15.000	?
09	Derby	20.000	?
10/Setembro	Aberdeen	18.000	?
11	Dundee	8.000	£300
12	Bury	3.000	?
13	Birkenhead	6.000	?
14	Rochdale	?	?
15	Blackpool	12.000	?
16	Bristol	8.000	?
17/Outubro	Huddersfield	8.000	?
18	Scarborough	5.000	?
19	Ormskirk	9.000	?
20	Warrington	8.000	?
21	Southport	5.000	?
22	Bradford	10.000	?
23	Dumfries	6.000	?
24	Belfast	12.000	?
25	Wigan	6.000	?
26/Novembro	?	3.000	?
28/Dezembro	Preston	3.000	?
29	New Brighton	7.000	?

Fonte: Newsham (1997, p. 47-49).

Quadro 6 - Jogos com resultados do DKL em 1921

Date	Result	Notes
1921-01-01	Dick, Kerr 17 Rest of Lancashire 0	Played at Low Moor, Clitheroe before 3,000 spectators, in aid of the village War Memorial Fund.
1921-01-15	Dick, Kerr 12 Bath Ladies 0	Played at Old Trafford scorers: Parr (4), Redford (3), Walmsley (2), Mills (2), Harris
1921-01-29	Dick, Kerr 8 StHelen's 1	Played at Macclesfield raising £300 for the local ex-Servicemen's Institute scorers: Harris (5), Radford, Mills, Haslam; Swift for Macclesfield
1921-02-05	Dick, Kerr 7 StHelen's 0	Played at the Seedhill ground, Nelson, in aid of the RAOB Poor Children's Fund

		scorers: L. Parr (3), Redford (3), Harris
1921-02-08	Dick, Kerr 10 Rest of Lancashire 0	Played at Stalybridge Celtic before 12,000 spectators, raising £600 in aid of the Ashton-under-Lyne Infirmary scorers: Redford (3), Parr (3), Mills (2), Haslam (2), Harris (the RoL team was mostly St Helen's)
1921-02-14	Dick, Kerr v Rest of England	To be played at Liverpool. The so-called Rest of England team had been put together by the comedian Harry Weldon, and included two Scots.
1921-02-19	Dick, Kerr 2 StHelen's 1	Played at Wrexham Racecourse
1921-02-26	Dick, Kerr 8 StHelen's 1	Played at Coventry City before 27,000 spectators, raising £1,622
1921-03-01	Scottish XI 0 Dick, Kerr 9	Played at Celtic Park, Glasgow
1921-03-02	Scottish XI 0 Dick, Kerr 13	Played at Tynecastle Park, Edinburgh, before 15,000 spectators, raising £800 for discharged ex-servicemen
1921-03-05	Cheshire 0 Dick, Kerr 12	Played at Cobridge, Stoke on Trent, before 10,000 spectators scorers: Redford (4), Harris (3), Parr (2), Haslam, Wood, Walmsley Dick, Kerr: A. Hastie, A. Kell (capt.), Clayton, A. Woods, J. Walmsley, L. Lee, F. Haslam, J. Harris, F. Redford, M. Walker, L. Parr Cheshire: B. Shallcross, M. Forshaw, E. Spooner, G. Williams, E. Crawford, G. G. Jackson, G. Lunt, W. Mytrol, J. Bennion, N. Palin, E. Bridgett (referred to as Staffordshire & Cheshire in the Lancashire Post)
1921-03-12	Lancaster 0 Dick, Kerr 4	Played at Lancaster, raising £210 in aid of the local ex-servicemen's club. scorers: Redford (2), Harris (2)
1921-03-19	Yorkshire XI 1 Dick, Kerr 4	Played at the Hull Northern Union ground before 21,000 spectators, raising £1,160 for the Hull Unemployed Fund. Boxer Georges Carpentier formally kicked off. scorers: Redford (2), Harris, Woods
1921-03-25	Dick, Kerr 2 StHelen's 0	Played at Dudley before 25,000 spectators (Good Friday match) scorers: Redford (pen), Harris
1921-03-28	Dick, Kerr 3 Stoke on Trent 0	Played at Coventry before 4,000 spectators in aid of the Railway Orphanage. Scorers: Redford (2), Harris Wagg carried off in second half
1921-04-06	Yorks and Lincs XI 0 Dick, Kerr 7	Played at Leeds United before 26,000 spectators, raising £1,700 for the Railway Benevolent Association scorers: Mills (3), Harris (3), Redford
1921-04-07	Stoke United Ladies 0 Dick Kerr 2	Played at the old recreation ground, Hanley before 13,000 spectators in aid of the North Staffordshire Infirmary. Scorers: Redford, Harris Stoke: Lily Brindley, Bertha Smith, Sarah Forshaw, Jenny Crawford, Doris Cooper, Ida Bridgett, Daisy Bates, Annie Smith, Hilda Durbar, Elsie Stanyer, Eva Bridgett Dick Kerr: N. Hastie, A. Kell, D. Clayton, M. Walker, A. Woods, L. Lee, F. Haslam, J. Harris, F. Redford, A. Mills, L. Parr (Parr and Durbar were sent off for fighting)
1921-04-09	Lancaster 0	Played at Standish in aid of the Euxton War Memorial (each member

	Dick, Kerr5	of the Dick, Kerr forward line got one goal)
1921-04-13	Bradford 0 Dick, Kerr6	Played at Bradford before 15,000 spectators, raising £1,555 for unemployed ex-servicemen.
1921-04-14	Bradford 0 Dick, Kerr7	Played at Rotherham before 18,000 spectators, raising £800 for unemployed ex-servicemen.
1921-04-16	Kilmarnock1 Dick, Kerr7	Played at Kilmarnock before 11,000 spectators.
1921-04-19	Dick, Kerr8 EllesmerePort0	Played at Gigg Lane, Bury before 22,000 spectators in aid of the Bury and Rawtenstall Football Clubs
1921-04-20	MrsVizard's XI 0 Dick, Kerr 8	Played at Burnden Park, Bolton before 27,218 spectators in aid of the ex-servicemen of Bolton and District. Scorers: Parr (2), Mills, Redford (4) Bolton Ladies: K. Knox, S. Ellison, P. Scott, P. Rawsthorne, D. Fernihough, K. Winterburn, P. Cradwell, M. Cousill, R. Silcock, N. Mitchell, E. Thornley Dick, Kerr: A. Hastie, A. Kell, D. Clayton, M. Waller, A. Woods, L. Lee, F. Haslam, J. Harris, F. Redford, A. Mills, L. Parr (MrsVizard was the wife of Ted Vizard, who made 467 appearances at outside-left for Bolton Wanderers)
1921-04-23	Lancashire & Cheshire 0 Dick, Kerr 3	Played at New Brighton, raising £600 for the local infirmary scorer: Redford (3)
1921-04-26	Dick, Kerr5 Fleetwood0	Played at Spotland, Rochdale, before 12,000 spectators, raising £600 for the Rochdale Sunday Schools' League Injured Players' Fund and the Dick, Kerr Benevolent Fund.
1921-04-28	Barrow2 Dick Kerr 14	Played at Holker Street, Barrow before 18,000 spectators in aid of local YMCA and YWCA funds.
1921-05-04	Dick Kerr4 Huddersfield Atalanta 0	Played at Hillsborough, Sheffield, before 25,000 spectators. Atalanta: N. Wilkinson, H. Clarke, L. Barraclough, M. Kenworthy, L. Mitchell, A. Stanley, N. Edgely, E. Whitwam, E. Steele, A. Beaumont, A. Copley
1921-05-05	Hull 0 Dick, Kerr2	Played at Hull City before 10,000 spectators in aid of the local Children's Hospital scorers: Dickinson, Redford
1921-05-11	North East Coast 1 Dick, Kerr 3	Played at Ayresome Park in aid of the Middlesbrough Ex-Servicemen's Joint Council for the unemployed scorers: Redford (2), Harris for Dick, Kerr; Smiles for the North East
1921-05-14	Dick Kerr v Yorkshire XI	To be played at Deepdale, Preston, in aid of the Comrades of the Great War
1921-05-17	Dick, Kerr 5 Fémina Sport, (Paris) 1	Played at Longton Park, Stoke before 15,000 spectators scorers: Parr (5), Baldrocchi Dick Kerr: A. Hastie, A. Kell, D. Clayton, D. Butterfield, A. Woods, L. Lee, F. Haslam, J. Harris, F. Redford, L. Parton, L. Parr France: Lévêque, Guille, Gisclard, Rigal, Pomiès, Viani, Baldracchi, Bracquemond (cap), Lalo, Thomas, Jeanniot
1921-05-21	Dick Kerr 11 Welsh XI 0	Played at Nottingham scorers: Redford (7), Mills (2), Harris (2)
1921-06-04	Dick Kerr8 Welsh XI 0	Played at the Crewe Alexandra ground. scorers: Redford (2), Mills (2), Harris (2), Haslam, Parr

(this was the last game of the 1920-21 season for Dick Kerr; the team had won 58 of their 59 matches)

1921-08-08	Dick Kerr5 St Helens 3	Played at Ramsey, Isle of Man
1921-08-10	Dick Kerr3 St Helens 0	Played at Port Erin, Isle of Man
1921-08-13	Dick Kerr4 St Helens 0	Played at Douglas, Isle of Man
1921-08-23	Dick Kerr4 Fleetwood0	Played at Southport before 9,000 spectators in aid of the Mayor's Festubert Fund. Scorers: Harris, Redford (2), Parr
1921-08-29	Dick Kerr6 St Helens 1	Played at Thrum Hall, Halifax, raising £250 for the Halifax Ex-Servicemen's Club
1921-08-31	Dick Kerr3 Coventry 0	Played at Derby before 9,000 spectators. scorers: Redford (2), Mills
1921-09-05	Aberdeen Ladies XI 0 Dick Kerr 6	Played at Pittodrie, Aberdeen, before 16,000 spectators scorers: Harris (2), Redford, Willis, Haslam, Parr
1921-09-07	Dundee Ladies XI 1 Dick Kerr 6	Played at Dens Park, Dundee
1921-09-20	Dick Kerr2 Yorkshire XI 1	Played at Rochdale
1921-09-21	Dick Kerr v Welsh XI	Played at Bloomfield Road, Blackpool, raising £482 for the Shipwrecked Mariners' Society
1921-10-03	Huddersfield Atalanta 0 Dick Kerr 10	Played at Leeds Road, Huddersfield before 1,800 spectators, raising £110 (gross) for the Cinderella Society. scorers: F. Redford (5), L. Lee (3), L. Parr (2)
1921-10-08	Dick Kerr 16 Horrocks0	Played at Ormskirk
1921-10-13	Dick Kerr 11 Farnworth Ladies 0	Played at Warrington before 4,000 spectators, in aid of the British Legion of Comrades
1921-11-23	Dick Kerr 13 Lyons (London) Ladies 0	Played at Hyde Road (Manchester City), raising £539 for the Lord Mayor of Manchester's fund for the town of Mézières in France. scorers: Redford (9), Harris (3), Parr (Charleville-Mézières, between Reims and Sedan, suffered greatly during WW1 and its hospital was completely destroyed. A new hospital was built with assistance from the citizens of Manchester, and is still called Manchester Hospital today, on the Avenue de Manchester)
1921-12-26	Dick, Kerr3 Fleetwood1	Played at Ashton Park, Preston before 3,000 spectators, raising £120 for the Preston Poor Children's Clog Fund scorers: Parr (2), Radford, Walmsley (og) for Fleetwood

Fonte: Brennan (2013)

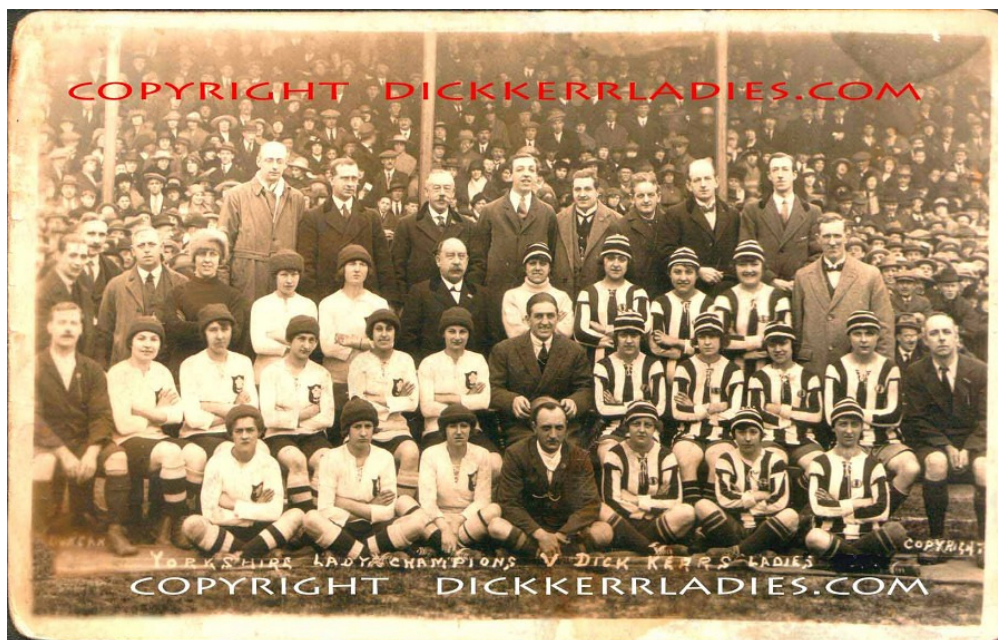


Figura 9 - DKL x Yorkshire (1921). Fonte: Newsham (2013b).



Figura 10 - DKL x St. Helens (1921). Fonte: Brennan (2013)

Os números apontados pelos Quadros 5 e 6²² e as multidões ao fundo das equipes posando para as fotos nas Figuras 9 e 10 não nos deixam dúvidas em relação ao fenômeno sem

²² Embora apresentem alguns dados conflitantes que sugerem alguma medida de imprecisão, os dois quadros constituem inegável fonte de informações para uma real dimensão em relação ao panorama dos jogos do DKL naquele período.

precedentes que se configurava no Reino Unido naquele início da década de 1920. Newsham (1997) comenta que a soma da renda dos 25 jogos listados no quadro chega ao montante de £22.525, que em 2010 resultaria em um valor de £11.532.800 (em 4 de janeiro de 2013 corresponderia a R\$38.122.823,68 convertidos em reais). Apenas a título de curiosidade, se somarmos o número de espectadores nos jogos que possuem registro de renda, chegamos a um total de 446.500 pessoas, já a soma total de público, levando em consideração tanto os jogos com registro como os sem registro de arrecadação, chega ao total de 850.500 espectadores. Com uma projeção pela média de arrecadação dos jogos contabilizados, podemos inferir que no ano de 1921 os jogos do DKL teriam movimentado um montante de renda de aproximadamente £42.905 (em 2010 esse valor corresponderia a £21.967.360 e em reais convertidos em 4 de janeiro de 2013, R\$72.615.305,00).

Se apenas em 1921, somente os jogos do DKL podem ter movimentado um montante de renda tão significativo, quais seriam os valores movimentados pelo time somando-se os três anos anteriores? Ou ainda, nos quatro anos de prosperidade dos jogos de futebol de mulheres, qual o valor de recursos movimentados por uma quantidade incalculável de equipes que se formavam por todo o Reino Unido? E para além do que já havia sido conquistado, quais poderiam ser os desdobramentos dessa verdadeira “febre do futebol praticado por mulheres” nos anos seguintes e no restante da Europa e do mundo, na medida em que no início do século XX a Inglaterra ainda “dava as cartas”, influenciando hábitos e costumes e ditando as “regras de modernidade” pelo mundo afora? Muito provavelmente, esse teria sido o fator que despertou os dirigentes da FA em relação à necessidade de observar mais de perto e adotar medidas severas para conter a “profanação” pelas mulheres do futebol como área reservada para os homens.

Como já dissemos, a oposição e a hostilidade em relação à prática do futebol pelas mulheres sempre esteve presente. Newsham (1997) acredita que no cerne de toda oposição ao fato de as mulheres jogarem futebol residia na força que essa prática adquiria, desviando cada vez mais a atenção e o público antes focados nos jogos dos homens. A despeito de os jogos das mulheres voltarem-se para a caridade, o fato era que elas estavam atraindo muito mais espectadores que os homens; e eles não estavam nada contentes com isso.

Para legitimar essa insatisfação, buscou-se juntar opiniões de profissionais ligados à área de saúde, que alardeavam os riscos que a prática do futebol acarretaria às mulheres, como os

comprometimentos em relação à sua fertilidade. Newsham (1997, p. 50) destaca algumas das opiniões de médicos, uma delas, citada no *Lancashire Daily Post* de dezembro de 1921, afirmava o seguinte²³: “Eu não acredito que as mulheres tenham condições de suportar os esforços violentos nas pernas, inclusive a dança profissional nos palcos é questionável nesse sentido”; a Dra. Elizabeth Sloan Chesser, também citada no periódico, sustentava que “Existem razões físicas pelas quais o jogo é prejudicial às mulheres. É um jogo bruto de uma maneira geral, mas é mais prejudicial às mulheres do que aos homens. Elas podem sofrer lesões das quais nunca irão se recuperar”. A autora destaca as falas de outras duas médicas no mesmo sentido das declarações anteriores, referendando por meio do “discurso da ciência” a opinião de todos aqueles que se colocavam contrários à participação das mulheres no futebol.

O outro argumento utilizado para desabonar as partidas de futebol entre mulheres dizia respeito à verdadeira destinação das rendas significativas das bilheterias desses jogos. De acordo com Newsham (1997), havia rumores quanto às somas de dinheiro movimentadas pelas partidas e à sua distribuição. Eram feitas insinuações de que as despesas com os jogos consumiam muito além do necessário, desviando valores que deveriam ser destinados à caridade. A autora lembra que a campanha difamatória tornou-se intensa e as atletas sentiram-se indignadas, tendo em vista que a elas não era destinado nada a mais do que o necessário para cobrir as despesas com viagens e alimentação, além da compensação pelos dias não trabalhados na fábrica, conforme é possível verificar na declaração da capitã e zagueira do DKL, Alice Kell, publicada no *Lancashire Daily Post*:

Nós jogamos pelo amor ao jogo e estamos determinadas a continuar. É impossível para garotas trabalhadoras dispor de recursos para deixar o trabalho para disputar partidas por todo o país e serem as únicas prejudicadas. Eu não vejo razões para não sermos recompensadas pelo tempo de trabalho perdido. Nenhuma nunca recebeu mais do que 10 shillings por dia (citado por NEWSHAM, 1997, p. 51).

Newsham (1997) admite que provavelmente as finanças daqueles jogos constituíam-se em uma questão problemática, acreditando que poderiam haver pessoas inescrupulosas tirando vantagem dos jogos de futebol de mulheres em benefício próprio. Segundo ela, um dirigente ou secretário de um clube poderia facilmente superestimar os custos com viagem, acomodação e dias de trabalho das atletas e retirar uma fatia maior do dinheiro que seria destinado à caridade,

²³ Todas as reproduções das falas de sujeitos do livro de Gail Newsham representam nossas traduções livres.

reembolsando as jogadoras apenas com o suficiente para cobrir as despesas. Entretanto, embora reconheça essa possibilidade, Newsham é categórica ao defender que as atletas não teriam qualquer tipo de culpa caso isso realmente estivesse acontecendo e esse não seria um motivo plausível para se iniciar uma “caça às bruxas” em relação ao futebol de mulheres.

Porém, esses eram os argumentos que a FA precisava para dar início à sua campanha visando lançar o futebol de mulheres ao ostracismo e estabelecer definitivamente um divisor de águas para aquela prática que se tornara tão popular no país. Assim, o golpe fatal que determinou a mudança nos rumos dos jogos de futebol de mulheres veio com a resolução da FA, em 5 de outubro de 1921:

Denúncias têm sido feitas sobre o futebol praticado por mulheres, o Conselho sente-se impelido a expressar sua rigorosa opinião de que o jogo de futebol é totalmente inadequado para o sexo feminino e não deve ser encorajado.

Denúncias têm sido feitas sobre as condições sob as quais algumas dessas partidas têm sido organizadas e jogadas, e da apropriação das receitas para outros propósitos para além da caridade.

Além disso, o Conselho é da opinião de que uma excessiva proporção das receitas é absorvida por despesas e uma porcentagem inadequada é destinada ao propósito de caridade.

Por essas razões, o Conselho requisita aos clubes pertencentes à Associação que recusem o uso de seus campos para esses jogos (NEWSHAM, 1997, p. 49-50).

Com a recomendação para a não utilização dos campos de seus associados, a FA impôs às equipes de futebol de mulheres um duro golpe. A princípio, alguns desses times passaram a utilizar campos de rúgbi, mas essa parecia não ser uma alternativa sustentável, provavelmente em virtude das adequações que se faziam necessárias. Para equipes como o DKL, que adquirira uma projeção internacional, os efeitos da proibição da FA podem não ter sido tão drásticos quanto para os demais times, mas certamente a “engrenagem” do circuito de futebol entre mulheres havia sofrido uma avaria considerável, considerando que o número de equipes que conseguia se manter em atividade nessas condições deve ter diminuído consideravelmente.

Evidentemente não foram poucos os protestos em relação a essa medida. Mr. Alfred Frankland (dirigente do DKL) expressou seu repúdio à decisão da FA declarando ao *Lancashire Daily Post*, em 6 de dezembro de 1921, que as partidas de futebol de mulheres continuariam se os organizadores de jogos beneficentes lhes conseguissem os estádios. Em relação à questão do pagamento das jogadoras, ele afirmou que o DKL pagava somente as despesas de viagem e acomodação e a compensação às jogadoras pelos dias de trabalho perdidos, afirmando ainda que

as jogadoras não eram em hipótese alguma pagas para jogar futebol. Com relação à opinião da FA de que o futebol não era apropriado para as mulheres, ele considerou que a instituição não tinha capacidade para julgar se o jogo era prejudicial ou não (NEWSHAM, 1997).

Apesar da proibição, o DKL continuou realizando seus jogos. Para sua sorte, a equipe podia agora contar com seu próprio campo, tendo em vista que àquela época a *Dick, Kerr & Co. Ltd.* havia adquirido um terreno em Ashton Park, Preston, e lá construiu o campo de jogo do DKL, que ficou conhecido como Lively Polly Corner. No dia 26 de dezembro de 1921, o DKL fazia sua estreia no Lively Polly em um jogo contra o Fleetwood Ladies, para o qual foram convidados profissionais de medicina para testemunhar essa partida que seria disputada em prol das crianças pobres locais. Em virtude da polêmica gerada pela decisão da FA, cerca de 20 profissionais de medicina estiveram presentes no jogo, que reuniu uma plateia de aproximadamente três mil pessoas, com outra vitória do DKL por 3 a 0.

O repórter do *Lancashire Daily Post* que cobria a partida questionou os médicos a respeito de suas opiniões em relação à segurança dos jogos praticados por mulheres e nenhum deles teceu qualquer crítica adversa, sendo que a opinião geral era de que o futebol não era mais prejudicial à mulher do que outros esportes, como o tênis ou o hóquei. Após o jogo, uma das médicas, Dra. Mary Lowry, afirmou: “Pelo que vi, o futebol não é mais suscetível de causar lesões às mulheres do que um dia de limpeza pesada”. No jogo seguinte, em 27 de dezembro, contra o St. Helens, em New Brighton, a capitã do DKL, Alice Kell, enviou um convite aos membros do Conselho da FA, para que assistissem à partida (nova vitória do DKL por 2 a 0), mas nenhum dos membros se fez presente (NEWSHAM, 1997).

Essas ações deixam claro que os jogos de futebol de mulheres passava por uma intensa disputa entre seus opositoristas e seus defensores. Newsham (1997) admite que a proibição da FA pode ter aumentado a determinação das mulheres em jogar futebol, prova disso seria a criação da *Ladies' Football Association*, a partir de uma reunião em Liverpool no final de 1921, noticiada pelo *Lancashire Daily Post*, e o surgimento de ligas de futebol de mulheres em regiões como Doncaster e Coventry. Na mesma época, representantes de cerca de 60 equipes programaram uma reunião em Manchester para projetar modificações nas regras dos jogos de mulheres, como a possibilidade de adotar um campo de jogo ligeiramente menor e uma bola mais leve. Contudo, com a proibição do uso dos estádios, que comprometia diretamente na

possibilidade de ampliar as rendas dos jogos, a liga das mulheres tornou-se inviável e, segundo Newsham (1997), o futebol de mulheres foi prejudicado pela proibição da FA pelos 50 anos seguintes.

O DKL continuou a realizar seus jogos, fazendo inclusive uma excursão pela América do Norte em 1922, onde jogou contra equipes masculinas dos Estados Unidos, vencendo três partidas, empatando três e perdendo três. Aliás, a FA tentou impedir que o time fizesse tal excursão, mas não obteve sucesso e, segundo Newsham (1997), conseguiu intervir na entidade local que administrava o futebol no Canadá – a Dominion Football Association (DFA) – fazendo com que ela impedisse que o DKL atuasse naquele país em sua excursão.

Nos anos seguintes, a quantidade de partidas foi se tornando cada vez mais escassa, de forma que, apesar de o time se manter em atividade até o ano de 1965, nunca mais houve um período de tanto sucesso para os jogos de futebol de mulheres como aqueles dos seus primeiros quatro ou cinco anos de existência.

Acreditamos que seja importante traçar uma descrição um pouco mais detalhada desse período de sucesso dos jogos de futebol de mulheres no Reino Unido no início do século passado, para retratar como essas partidas conseguiam mobilizar multidões, estabelecendo um circuito que, guardadas as proporções e com o risco de sermos traídos pelo anacronismo, poderia ser comparado às principais ligas profissionais dos dias de hoje, caso houvesse uma preocupação com uma organização nesse sentido.

A experiência dos jogos de futebol de mulheres nos anos de 1920 na Inglaterra e principalmente a trajetória de sucesso do *Dick, Kerr Ladies* desconstroem uma série de paradigmas que ainda hoje se perpetuam quando se discute o “futebol feminino”. A suposta fragilidade das mulheres para jogar futebol já fora desmistificada desde aquela época; aliás, o histórico de jogos do DKL ao longo de 1921 e o registro de que não há relatos de contusões graves das atletas são provas desse fato. A multiplicação de equipes de norte a sul do Reino Unido, e em países vizinhos como a França, e o interesse do público, manifestado pelas multidões presentes nas partidas e as rendas expressivas obtidas, sinalizam para uma possibilidade concreta de que o futebol de mulheres seria o que hoje chamamos de esporte espetáculo.

Nesse sentido, o suposto desinteresse do público em razão da baixa qualidade técnica dos jogos, que hoje é um argumento tão comum para desqualificar o “futebol feminino”, soaria como piada diante dos números apresentados.

Pensar que, em plena década de 1920, mulheres teriam protagonizado espetáculos de tamanha magnitude, com equipes se multiplicando²⁴ e se reforçando em busca de adversárias cada vez mais fortes, cruzando o país, as fronteiras com outros países e o oceano em busca desses desafios, é algo de muito significativo para a história do futebol. É tentador especular qual teria sido o desdobramento dessa história, caso uma entidade com o peso da FA não tivesse se sentido acuada pelo sucesso das mulheres em uma modalidade que até então era vista como um espaço exclusivo dos homens, juntando argumentos ligados à suposta fragilidade física das mulheres e à administração fraudulenta das rendas dos seus jogos, lançando mão de um documento para colocar uma barreira concreta nos jogos de futebol de mulheres.

Certamente, temos ciência de que os rumos da história do futebol não teriam sido os mesmos. Aliás, provavelmente, tal movimento tão pouco teve tempo de extrapolar os limites do Reino Unido, com excessão da breve experiência em território estadunidense, que por sinal tem uma história do futebol ligada muito mais às mulheres do que aos homens. Quem sabe se o *Dick, Kerr Ladies* não teria alguma relação com essa história?

Já no Brasil a história do futebol seguiu por outros caminhos, pois a influência dos ingleses em sua sociogênese esteve mais ligada à apresentação da modalidade por um viés aristocrático permeado pelos laços econômico-industriais entre os dois países. A transição entre o amadorismo e o profissionalismo constitui-se em um importante elemento para nossa discussão sobre o futebol praticado por mulheres, e é justamente sobre essa dinâmica que iremos tratar no tópico seguinte.

²⁴ Segundo Franco Júnior (2007), no Reino Unido existia perto de 150 equipes de mulheres, porém, com o fim da guerra e as restrições impostas pela FA, o futebol de mulheres retrocedeu por décadas.

2.2 A popularização do futebol e sua inserção na sociedade brasileira

Após essa primeira aproximação com a gênese do futebol e especialmente das primeiras aproximações das mulheres com essa modalidade, é importante discorrermos brevemente a respeito do processo pelo qual o futebol protagonizou a transição de um *ethos* amador para um *ethos* profissional. Cabe ressaltar que ao retratarmos esse processo estamos tratando do futebol masculino, pois em sua sociogênese a presença das mulheres revelou-se absolutamente incipiente.

De acordo com Damo (2007, p. 70), “a sociogênese da remuneração dos futebolistas corresponde à alegada compensação pecuniária, exigida pelos egressos das classes trabalhadoras, como contrapartida ao tempo dedicado ao esporte e, portanto, ao tempo não trabalhado”. Segundo o autor, esse seria o argumento oficial sustentado pelos defensores do profissionalismo, que buscavam a legalização do pagamento dos salários, em contraposição aos adeptos do amadorismo, que repudiavam a associação de dinheiro à prática esportiva com a mesma intensidade que repudiavam a aproximação dos trabalhadores aos esportes praticados pela elite.

O amadorismo, como ideologia elitista, responsável pela ideologização do conceito de *fair play*, teve suas bases esgarçadas pelo processo de popularização dos esportes. Características como o autocontrole e o refinamento das atitudes – sensibilidades evocadas pelo amadorismo, estranhas às classes trabalhadoras – não impediram que o proletariado aderisse ao processo de esportivização, apropriando-se à sua forma, principalmente do futebol, encontrando nos clubes um espaço de sociabilidade e pertencimento que cumpria o papel de massificar as emoções à flor da pele (DAMO, 2007).

Com o passar do tempo, multidões mostravam-se dispostas a pagar para assistir aos jogos das equipes de suas cidades. Comerciantes passaram a destinar recursos para financiar clubes e os jogadores mais hábeis foram convidados a trocar seus clubes por rivais que acenaram com ofertas de emprego mais vantajosas.

A elite dirigente, que tratava o futebol como lazer educativo, combatia a configuração daquilo que se convencionou chamar de profissionalismo marrom (FRANCO JÚNIOR, 2007). Dunning e Sheard (citados por DAMO, 2007) entendem que essa relutância à introdução da remuneração no esporte decorreria menos de uma questão moral, própria ao *ethos* amador, e mais

de uma estratégia para manter os membros das classes trabalhadoras afastados de certos circuitos de sociabilidade. Indiretamente, a adesão ao amadorismo limitava o acesso dos operários, pois eles não dispunham de tempo para treinos, jogos e viagens; privilégios garantidos aos jovens da elite, cujo ingresso no mercado de trabalho poderia ser retardado ou conciliado com suas práticas de lazer.

Reis e Escher (2006) afirmam que o grande avanço do futebol na sua popularização pelo mundo afora está diretamente relacionado à sua profissionalização, que ocorreu inicialmente na Inglaterra a partir de 1885. No Brasil, sua profissionalização deu-se em 1933, fato que contribuiu muito para o interesse do público, já que, com a dedicação exclusiva aos treinamentos, os jogadores tornaram-se mais habilidosos e as equipes mais atrativas.

Para Dunning (2003), durante o século XX o futebol se converteu no esporte coletivo mais popular do mundo. As razões desse êxito, de acordo com o autor, estão relacionadas ao fato de a modalidade não exigir um equipamento sofisticado, tornando-se barata e acessível a todos. Outro motivo para a boa aceitação da modalidade consiste na relativa facilidade de entendimento de suas regras que permitem um jogo fluente, rápido e aberto.

Franco Júnior (2007) afirma que o imperialismo inglês, além de exportar uma série de produtos industriais e de serviços, difundia fenômenos sociais e culturais, mesmo sem premeditação, sendo que a origem inglesa traduzia-se na chancela que conferia ares de modernidade a essas práticas, incluindo-se neste rol o futebol. Desse modo, no final do século XIX e início do século XX, o futebol moderno, gerado na Inglaterra, espalhava-se pelo mundo afora, constituindo clubes, ligas, federações e competições inicialmente em âmbito nacional e posteriormente internacional.

O futebol era às vezes, como reforça Franco Júnior (2007), “transplantado” por ingleses que trabalhavam ou estudavam no exterior, e outras vezes por pessoas que iam estudar na Inglaterra e na volta introduziam o futebol em seus países de origem.

De acordo com Franco Júnior (2007), a introdução do futebol no Brasil apresenta aspectos relativamente semelhantes à sua origem na Inglaterra. De acordo com o autor, por aqui também a elite se apresentou como criadora e organizadora da modalidade, sendo sua introdução, apesar das controvérsias, atribuída ao paulistano Charles William Miller, filho de um engenheiro escocês radicado no Brasil.

Enviado à Inglaterra aos nove anos para completar seus estudos, Miller conheceu o futebol, que naquele país já fazia parte da rotina das *public schools*, e em 1894 retornou trazendo em sua bagagem dois uniformes, um livro de regras, um par de chuteiras, duas bolas e uma bomba de ar. O objetivo do jovem era o de difundir o futebol entre seus pares. Para tanto, promoveu em 1895 aquele que é considerado por muitos como o primeiro “jogo oficial” de futebol em terras brasileiras, realizado na várzea do Carmo, entre sócios do São Paulo Athletic Club e funcionários da São Paulo Railway Company. Miller era ligado às duas equipes (sócio da primeira e funcionário da segunda), disputando a partida pela segunda, que venceu por 4 a 2 (FRANCO JÚNIOR, 2007).

O autor adverte para se ter cautela ao circunscrever a origem do futebol brasileiro a esse evento, lembrando que o país tem a tradição de eleger como protagonistas de sua história personalidades provenientes da elite. Nesse sentido, lembra ainda que existem relatos de jogos de futebol em colégios confessionais e laicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, desde a década de 1880, bem como notícias de que marinheiros ingleses teriam jogado futebol nas praias brasileiras em seus dias de folga, até antes desta data, portanto, bem antes de Miller ter voltado da Inglaterra.

A partir de então, sua implantação ocorreu de maneira bastante acelerada. Os primeiros clubes de futebol surgiram em São Paulo, ao final do século XIX, organizados pela colônia inglesa ligada às companhias de gás, ferrovias e bancos da Inglaterra instalados no Brasil. Em seguida surgiram clubes de brasileiros, inicialmente nas camadas altas e, posteriormente, nas médias da sociedade (BETTI, 1997).

O futebol praticado pela classe alta conservou seu caráter puramente amador, condizente com sua origem aristocrática inglesa. Lentamente as classes mais baixas puderam ter contato com o nobre esporte bretão por meio das famosas “peladas”²⁵, nas quais os meninos pobres, sobretudo os negros e mulatos, que não iam à escola desenvolviam suas habilidades neste novo esporte.

²⁵ Damo (2007) entende que as “peladas” configuram-se em uma manifestação da modalidade que classifica como futebol bricolado, caracterizado pela flexibilidade ou distorções em relação ao *football association*, que poderia também ser classificado como futebol de improviso ou informal.

2.3 O processo de profissionalização e espetacularização do futebol e seus desdobramentos no futebol de mulheres

A popularidade do futebol, que atraía um público crescente, e o *status* de importância dos clubes, que concentrava interesses financeiros cada vez maiores, dependiam do desempenho de suas equipes futebolísticas. Para tal, foi necessário recrutar jogadores das camadas mais baixas, nas quais havia jogadores talentosos que praticavam o futebol com dedicação e nele viam um canal de ascensão social.

De acordo com Reis (2006), o futebol como espetáculo é originário de seu processo de esportivização, na medida em que o interesse pela assistência ao futebol na Inglaterra acompanhou o seu desenvolvimento, provocando a cobrança de ingressos para as partidas, já nas últimas duas décadas do século XIX. A partir do momento em que existia um público disposto a pagar para assistir a um jogo e jogadores com dedicação integral, abriu-se o caminho ao profissionalismo. Embora o profissionalismo demore mais de três décadas para ser gestado após sua introdução no Brasil, de acordo com Reis (2006) o futebol já chega ao país em sua versão espetacularizada.

Para Reis (2006), a profissionalização do futebol na Inglaterra, em 1885, e no Brasil, a partir de 1933²⁶, contribuiu muito para o aumento do interesse do público, visto que com a dedicação integral os jogadores tornaram-se mais habilidosos e as equipes mais atrativas. A estética do futebol inglês que garantiria os elementos para que este se profissionalizasse foi gestada pela população desempregada do país que, com grande disponibilidade de tempo, incorporou ao futebol novas formas, estas mais habilidosas e atraentes. Já a elite inglesa passou a afastar-se do futebol sob o argumento de que não aceitava os novos valores vinculados ao futebol que não os do amadorismo. Configurava-se desse modo uma disputa de classes dissimulada por uma transição entre o *ethos* amador e o *ethos* profissional.

Embora caiba uma série de ressalvas, é possível projetar em algum grau uma analogia entre o cenário da primeira metade do século passado, que era marcado pelo “profissionalismo

²⁶ O profissionalismo surgiu no Brasil em 1933, porém desde 1910 as recompensas em dinheiro e em animais (principalmente o porco) após as partidas já eram de uso corrente (REIS, 1998).

marrom”, e o embate entre amadorismo e profissionalismo para o quadro que se estabelece hoje no “futebol feminino”²⁷.

Apesar de o termo amador ter sido excluído na legislação esportiva com as reformulações sofridas pela Lei Pelé (lei nº 9.615/1998)²⁸, a modalidade no país ainda tem sido reconhecida como amadora (como qualquer outra modalidade além do futebol masculino). Prova disso é o regulamento do Campeonato Paulista de Futebol Feminino, que estabelece esse *status* com a seguinte redação:

DA DENOMINAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Art. 1º – O 13º Campeonato Paulista de Futebol Feminino – Primeira Divisão –, competição amadora da temporada de 2011 será disputada pelos 19 (dezenove) Clubes, obedecendo às normas constantes deste REC [Regulamento Específico da Competição], bem como do RGC [Regulamento Geral das Competições] da FPF, parte integrante e indissociável deste REC (REGULAMENTO..., 2011).

Na mencionada reformulação da Lei Pelé, a diferenciação entre esporte profissional e não profissional é mantida, porém o termo amador deixa de ser utilizado como uma das especificações do esporte não profissional. Já a lei nº 10.672/2003 buscou normatizar a exploração e gestão do esporte profissional, tratando-o como exercício de atividade econômica, ampliando o campo de designação para o termo profissional, para as modalidades e competições esportivas, além dos atletas. No artigo 26, parágrafo único, podemos conferir: “Considera-se **competição profissional** para os efeitos desta Lei aquela promovida para obter renda e disputada por **atletas profissionais** cuja remuneração decorra de contrato de trabalho desportivo”. (grifos do autor) (SALLES, 2004, p. 304).

Portanto, entendemos que, se por um lado realmente não seja possível admitir o Campeonato Paulista como uma “competição profissional”, pelo fato de não haver cobrança de ingressos e não ser disputada por atletas profissionais no sentido proposto pela legislação, conforme pretendemos discorrer melhor no decorrer deste estudo, por outro lado, a manutenção do termo “amador” para a competição, além do anacronismo legal, sinaliza para uma suposta

²⁷ Embora tenhamos adotado a expressão futebol de mulheres ou praticado por mulheres no decorrer do estudo, conforme argumentamos em nossa discussão inicial, o termo “futebol feminino” será utilizado de maneira concomitante, no intuito de preservar a forma de expressão adotada pela Federação, pelos dirigentes, treinadores e atletas dos clubes e mesmo por nós durante boa parte do processo de construção desta tese.

²⁸ Uma discussão mais aprofundada sobre a ambiguidade do termo amador e sobre as sucessivas reformulações da legislação esportiva sobre o assunto no país será abordada no Capítulo 5.

tentativa de demarcar um recorte de *status* com o “verdadeiro futebol profissional” que é o masculino. Essa confusão se faz presente no imaginário das próprias atletas, conforme é possível constatar pelas falas de algumas delas durante as sessões dos grupos focais de nossa pesquisa:

ISAURA: As pessoas veem o futebol feminino como amador, sabe?

GISLAINE: Porque é amador.

ISAURA: Eles não conseguem enxergar o futebol feminino no ápice, como profissionais. Eles não conseguem enxergar a gente como profissionais, como amadoras, como pessoas assim que gosta e faz...

[...]

ELIANE: Mas é a diferença da federação, né? A federação já faz o campeonato colocando amador, colocando o futebol feminino como amador.

ADRIANA: Porque a única modalidade que é profissional é o futebol, né? Todas as modalidades, elas são amadoras. Se eu não me engano, é só o futebol que é profissional. (Grupo focal com atletas do CLUBE B).

O dirigente do CLUBE A reafirma essa condição de “modalidade amadora” para o futebol feminino quando responde a uma pergunta referente aos salários e aos contratos das atletas de sua equipe:

É, essa pergunta é delicada [sobre salários das atletas], é difícil de responder, porque além de tudo, o futebol feminino, pra você entender, ele ainda é amador, ele não é profissional. Aqui no Brasil, não são; são todas amadoras. Existe um contrato, por exemplo o CLUBE A, existe um contrato com a prefeitura, que o clube repassa o salário das nossas jogadoras para a prefeitura e a prefeitura repassa pra elas. Então o vínculo, obviamente, elas representam o CLUBE A, mas elas são vinculadas à prefeitura [...].

[...]

Não, não tem exigência [de um contrato], porque, como te falei, são amadoras. (Reinaldo, dirigente do CLUBE A).

Ou seja, manter o futebol feminino como “amador” no sentido romântico²⁹ do termo traz consigo a inviabilidade de se estabelecer condições para que a modalidade se desenvolva, considerando que muitas vezes as atletas têm poucas condições de sobreviver apenas do esporte e, conseqüentemente, não se dedicam de forma integral a essa ocupação, fato que contribui para que a qualidade técnica das competições enfrente dificuldades para evoluir e a constituição de um

²⁹ Segundo Salles (2004), o sentido romântico de amadorismo estaria ligado ao “homem desinteressado” que idealizava o esporte por princípios éticos e morais, em contraposição ao atleta treinado, condicionado e respaldado pelos implementos modernos. O autor situa tal discussão no âmbito dos debates a respeito dos *ethos* profissional e amador em relação aos Jogos Olímpicos no decurso do século XX.

esporte espetacularizado também seja comprometida em alguma medida, conforme podemos observar nos depoimentos de alguns dos participantes de nosso estudo.

[...] mas eu acho que elas [as atletas do CLUBE B] não têm como pensar só em se manter, de tornar isso um meio de vida, porque o futebol feminino hoje não tem alicerce pra que elas possam levar uma vida só do futebol feminino, né? Então elas têm que ter, sinceridade, tudo, mais por questão pessoal, assim de satisfação, e uma oportunidade pra se qualificar pra amanhã ou depois tornar uma profissional de outra área, né? Ou mesmo no futebol feminino na questão técnica, física, alguma coisa assim. (Dorival, treinador do CLUBE B).

Conforme comentado pelo treinador do CLUBE B, a satisfação pessoal pode ser entendida como uma das motivações para que as atletas continuem a se dedicar ao futebol, mas o treinador alerta para o fato de não haver condições para essas jogadoras tornarem o futebol um meio de vida. Cabe frisar que tal perspectiva não é adotada quando se considera o futebol masculino, talvez em virtude da expectativa de ganhos substanciais, como acontece no caso de alguns atletas. Porém, não se pode deixar de lado o fato de que não há qualquer garantia de uma carreira bem-sucedida também no caso dos homens, aliás, as estatísticas provam o contrário³⁰. Além disso, não podemos perder de vista ainda a brevidade, as incertezas e a difícil reconversão da carreira do jogador de futebol (DAMO, 2007).

Outro aspecto que podemos levar em consideração nesta análise pode ser visto na conclusão da treinadora do CLUBE C sobre uma suposta monotonia dos jogos de futebol feminino e também nos comentários da atleta Renata, que atua nesse mesmo clube, durante o grupo focal, quando ressalta que a melhoria das condições para a modalidade estaria diretamente ligada a uma evolução da qualidade técnica.

[...] é difícil, porque até a gente que gosta de futebol feminino é difícil assistir um jogo, né?... a qualidade técnica é até, não é a mesma... mas até tem uma boa qualidade técnica, mas é um jogo muito lento, é um jogo muitas vezes monótono, infelizmente. (Lívia, treinadora do CLUBE C).

Eu acho que devia começar a investir também em categorias de base do futebol feminino. Porque um menino com 15 anos, ele já chega pra uma equipe profissional, um menino de 15, 16 anos, vamos dizer, pronto. A menina, essa é a idade que ela chega pra ser lapidada no futebol feminino. Então começar a investir antes, desde cedo. Escolinhas pra futebol feminino, né? Que tem poucas, a Marina disse que participou. Mas não tem, não tem essa base pro futebol feminino. Então, talvez tendo essa base, é... poderia se

³⁰ Damo (2007) revela que os dados da CBF de 1999, acerca da remuneração de jogadores de futebol profissionais com contratos de trabalho registrados na entidade, indicavam que 51,6% ganhavam até um salário mínimo e apenas 5,2% ganhavam acima de 20 salários mínimos.

investir mais, né? A mídia poderia dar mais atenção. O futebol feminino ficaria mais atrativo, que se... é um dos argumentos que eles usam pro futebol feminino não ter público, não ter investimento. [...] A questão técnica, né? Eu acho que ajudaria a melhorar, né? (Renata, atleta do CLUBE C).

A hipótese levantada por Renata em relação a um suposto atraso das mulheres em relação à inserção na carreira futebolística pode ser mais bem avaliada se tomarmos como parâmetro o quadro apresentado por Damo (2007) sobre os ciclos da carreira dos jogadores de futebol (homens).

Quadro 7 - Os ciclos da carreira de futebolista

Ciclo de aprendizagem ou pré-formação	Ciclos de preparação ou formação	Ciclos de aprimoramento e de atuação	Ciclos de desconversão	Ciclos de reconversão ou aposentadoria
Domínio das técnicas elementares, freqüentação a escolinhas, eventual reconhecimento do talento, seleção e recrutamento para a formação	Restrito aos vocacionados, aos que dispõem do dom; refinamento das técnicas corporais e progressão em direção ao profissionalismo ou exclusão	Atuação profissional sujeita a variações de remuneração, prestígio e sucesso, embora ser profissional seja um valor em si, pois é associado a um ideal de masculinidade	Fim de carreira e reconversão profissional, podendo esta ser definida por limitações físicas (idade ou lesões graves) ou desemprego crônico	Período de recesso; seguidamente traumático pelo distanciamento do público, perda de visibilidade, dinheiro e outros benefícios
Dos primeiros passos aos catorze anos	A partir dos dez anos, intensificando-se dos catorze aos vinte	Entre os dezessete e os trinta e cinco anos	Entre os trinta e os quarenta anos	A partir do fim da carreira ou quando este estiver próximo

Fonte: Damo (2007, p. 95).

Segundo a percepção de Renata, as meninas teriam uma iniciação tardia no futebol. Sua hipótese é de que elas chegam aos clubes já com a idade por volta de 15 ou 16 anos, ainda para serem lapidadas. Nessa fase, segundo a perspectiva adotada por Damo (2007), os garotos já estariam na transição entre os ciclos de formação para a atuação profissional, tendo vencido as etapas de aprendizagem e boa parte da formação. Realmente, faz todo sentido relacionar essa suposta defasagem em termos técnico-táticos do futebol feminino tomando-se por base a ausência de um melhor planejamento do processo de aprendizagem e formação ligado às chamadas categorias de base.

Concordamos com as críticas tecidas por Damo (2007) em relação a uma série de mazelas dramatizadas nos centros de formação do futebol brasileiro e queremos ressaltar que não seria esse o modelo que reproduz a ideia de que o Brasil é um “celeiro de craques”, a que preconizamos para o desenvolvimento do futebol de mulheres; porém, fica patente que a busca por uma melhor qualidade técnica e tática do jogo de “futebol feminino” passa necessariamente pela adoção de um modelo que preveja a formação das futebolistas desde cedo em centros especializados.

Estabelece-se dessa maneira um ciclo vicioso no qual o futebol feminino apresentaria uma estética que não atrai o público que aprecia o futebol, e sem esse interesse os clubes não têm condições de captar recursos suficientes para manter uma organização profissional, e sem uma organização profissional as atletas não têm possibilidade de dedicação exclusiva ao futebol, e sem a dedicação exclusiva ao futebol a qualidade técnica da modalidade permanece em constante suspeição e assim sucessivamente, sem que se possa estabelecer onde estão as causas e as consequências desse panorama.

Retomando a disputa de classes dissimulada pela transição entre o *ethos* amador e o *ethos* profissional, recorremos a Damo (2007, p. 49), que ao analisar a matriz espetacularizada³¹ do futebol admite que “se quisermos entender por que um jogo pode vir a ser um drama para certos indivíduos e uma banalidade para outros, será preciso compreender os investimentos emocionais em torno das disputas futebolísticas”. A chave interpretativa para esse dilema parece localizar-se no vínculo identitário próprio ao futebol espetáculo, que o autor classifica como pertencimento clubístico, ou simplesmente “clubismo”. Trata-se da constituição dos clubes – que em sua origem restringiam-se a espaços de sociabilidade – em objetos de admiração, orgulho e devoção, evocando sentimentos de pertencimento que representam uma modalidade de investimento emocional, que é passado entre as gerações, instituindo um complexo sistema de afinidades e rivalidades. Essa modalidade de engajamento emocional configura-se em um dos principais ingredientes da espetacularidade do futebol, carregando de dramaticidade o ato de torcer, que assume a dimensão da transcendência do indivíduo que passa a se reconhecer como membro de uma coletividade, que deposita no clube seus anseios outorgando-lhe a legitimidade para lhe representar.

³¹ Ao analisar as manifestações que classifica como diferentes futebolis, Damo (2007) recorre a uma categorização de suas práticas em quatro matrizes, as quais classifica como: espetacularizada, bricolada, comunitária e escolar.

Ao discutir a mercadorização dos jogadores de futebol, Damo (2007) afirma que a sociogênese da esportivização foi marcada pela codificação dos jogos visando restringir a violência, ampliar o campo de disputas e demarcar as diferenças entre os esportes. Já a espetacularização e a profissionalização foram movimentos subsequentes, matizados pelas especificidades nacionais, regionais e locais. O autor admite ainda que a espetacularização do esporte, especialmente do futebol, é indissociável da espetacularização da própria sociedade ocidental, marcada pelo advento do aumento do tempo livre, da laicização, da urbanização e da emergência do consumo em larga escala.

Assim, podemos assumir que a espetacularização do futebol teria sido um importante ingrediente que pavimentou o caminho rumo ao processo de profissionalização da modalidade. A esse respeito, Damo (2007) sustenta que o clubismo seria um elemento imprescindível para se entender a autonomização da profissão de futebolista, uma vez que proporcionou um aumento do aporte financeiro nos clubes, permitindo a consolidação de uma base patrimonial e o investimento na formação e recrutamento de atletas.

No bojo dessas transformações, qual seria o espaço de participação da mulher na esfera do futebol espetacularizado? Assumindo que o clubismo tem sua gênese e é validado no futebol masculino, não se pode descartar a hipótese de que um dos entraves para a espetacularização e/ou profissionalização do futebol feminino deve passar pela reflexão acerca do papel da representação social dos vínculos de pertencimento clubístico por diferentes atores sociais, como as próprias atletas, dirigentes, treinadores(as), jornalistas, potenciais patrocinadores etc. Não é o caso de se atrelar a estagnação do futebol feminino apenas à inexistência do clubismo nesse quadro, mas sim de circunscrever este como um dos fatores que compõem a correlação de forças que atuam na consolidação (ou não) do futebol como espaço de exercício profissional para as mulheres.

Afinal de contas, é importante recuperar a história de sucesso do futebol de mulheres no Reino Unido no início da década de 1920 e especialmente a trajetória do *Dick, Kerr Ladies*, no intuito de relativizar esse papel central do clubismo na espetacularização ou autonomização de um circuito profissional futebolístico, tendo em vista que os dados sobre aquele período nos sugerem que não teria sido um sentimento de pertencimento clubístico que mobilizava dezenas de milhares de espectadores para assistir aos jogos de futebol de mulheres.

Além disso, a discussão sobre a importância da participação dos ditos “clubes de camisa”, que consigo trazem a representação social dos vínculos de pertencimento clubístico, também se faz presente no discurso dos participantes de nosso estudo.

[...] Melhoraria e talvez, né[o público e o investimento no futebol feminino], os times de camisa poderiam começar a repensar o futebol feminino e investir também, né? Porque, um cara que torce... por exemplo, a torcida do Santos, né? É comum quando você vai jogar contra, você vê os torcedores do Santos, a torcida organizada que acompanha, que vai do masculino e consequentemente vai torcer pro feminino. Então, se você tiver um time de camisa, os torcedores vêm ver. Vêm assistir. Aqui mesmo, quando a gente jogava contra um Corinthians, contra um Palmeiras, o pessoal vinha assistir, mas vinha pra torcer pro Corinthians, pro Palmeiras, não pro time da cidade (Renata, atleta do CLUBE C).

[...] Mas o CLUBE A é uma grande força, né, no futebol feminino e, infelizmente, acho que só tem ele que participa dos grandes clubes, né? Melhor pra nós saber que se os outros grandes participassem, porque ele teria uma mídia maior.

[...]

Torcida, talvez há o interesse de outras TVs também em transmitir jogos, teríamos mais receitas, poderíamos ter outros clubes, e montar times mais fortes, né?... melhorar a estrutura, né?... seria mais competitiva (Diego, dirigente do CLUBE B).

[...] agora a gente sabe que a gente tem que crescer como estrutura, como clubes, que nem o CLUBE A faz, pra que seja cada vez mais, se torne cada vez mais os campeonatos divulgados, mais equilibrados... e como hoje em dia no Campeonato Paulista a gente tem muitos times fortes aparecendo, e talvez se tivessem dentro de camisas grandes, sem querer menosprezar os times que vêm de fora... mas se vem com uma camisa maior, seria um campeonato talvez mais, é, visados, pelo público, né? Que chamasse mais atenção, se tivesse os times grandes, como Corinthians, Palmeiras, São Paulo, Flamengo, Fluminense, como o CLUBE A, que é um time muito grande, e faz isso então, a gente poderia ter aí campeonatos mais visados pelo nosso público (Geovani, treinador do CLUBE A).

A hipótese da necessidade de inserção dos ditos clubes grandes ou de camisa no circuito do futebol feminino como condição para a popularização da modalidade é defendida por muitos dos protagonistas desse circuito. Alguns defendem a adoção de dispositivos legais que responsabilizem esses clubes por manter equipes femininas nos mesmos moldes que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) tem operado em relação às categorias de base dos quadros masculinos.

A CBF é assim, né...? Eu acho difícil ter um Campeonato Brasileiro e ela bancar um feminino se não tiver um patrocínio, até porque é muito grande o Brasil. A França dá pra ter um Campeonato Francês até porque o transporte lá é diferente, a gente pega trem, avião, enfim, mas aqui eu sei que financeiramente não dá. O que na verdade pode fazer é passar obrigações aos clubes, assim como a FIFA vem tentando trazer pros clubes, ter a

obrigatoriedade de ter, quando os times chegam... quando os times jogam campeonatos federados, eles são obrigados a ter categoria de base. Então eu acho que tinha que incluir nessa categoria de base o feminino. Isso podia mudar, isso podia melhorar, porque se todo mundo tem clube mais meninas vão vir, mais clubes vão existir e mais campeonatos vai poder ter, né...? (Lívia, treinadora do CLUBE C).

O dirigente do CLUBE B é enfático ao destacar a importância de se vincular os quadros das equipes de futebol feminino a clubes tradicionais do mundo futebolístico nacional. Seu depoimento ganha maior proporção tendo em vista que o CLUBE B, embora seja um clube de grande tradição no interior de São Paulo, não figura entre os grandes do estado e não disputa o Campeonato Paulista da primeira divisão (Série A1) há mais de 15 anos.

PESQUISADOR: E do CLUBE B é só nome que utiliza, ou eles sedem uniforme, alguma coisa?

DIEGO: É só o nome. Só que “esse só” não é só. Que é bastante talvez, dependendo do modo como você pode ver... o que representa o símbolo CLUBE B principalmente na cidade B e até fora do estado, assim é muito grande. Talvez assim a gente tá acostumado de falar, só dá o nome, mas se nós soubermos explorar esse nome que eles têm, dá um diferencial muito grande se nós não utilizássemos CLUBE B e utilizasse qualquer outro nome.

PESQUISADOR: O nome tem torcida e tudo mais, né?

DIEGO: É impressionante. (Entrevista com Diego, dirigente do CLUBE B).

Salles (2004) argumenta que no período da implantação da Lei Pelé, por volta de 1998, modalidades como o futsal, o voleibol e o basquetebol, apesar de já demonstrarem uma forte estrutura administrativa, não conseguiam manter competições com vínculos clubísticos, o que segundo o autor seria essencial para angariar o interesse popular. Ressalta ainda que nessas modalidades é muito comum que as equipes sejam temporárias e os atletas precisem migrar entre equipes ao final de cada temporada.

Para ilustrar essas dificuldades de se incorporar os clubes tradicionais às demais modalidades que não o futebol, Salles (2004, p. 300) cita alguns exemplos de descontinuidade de projetos de grandes clubes cariocas no circuito do basquetebol e do voleibol no início do século XXI, com o argumento dos clubes de haver falta de recursos financeiros para sustentar essas modalidades.

Segundo o autor, no ano de 1989, a chamada Lei Mendes Thame (lei nº 7.752, de 14 de abril de 1989) estabeleceu condições de benefícios fiscais, visando contribuir com o desenvolvimento do chamado esporte amador, que na interpretação da lei seria aquele que não

gera recursos para o seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, sob “o rótulo de esporte amador, desde os anos 80, diversos clubes implantaram equipes competitivas nas modalidades consideradas olímpicas” (SALLES, 2004, p. 272). Outro importante argumento discutido pelo autor diz respeito ao dilema instituído entre clubes tradicionais e empresas patrocinadoras, no caso, dessas modalidades, tendo em vista que naquele mesmo período as empresas tinham receio de se aliar a grandes clubes em virtude do risco inerente da divulgação de sua marca – que seria o objetivo principal do patrocínio esportivo – ser ofuscada ou mesmo omitida, especialmente na cobertura pelos meios de comunicação, em detrimento da exploração do apelo popular do nome dos clubes.

Portanto, as aproximações do futebol feminino com o clubismo precisam ser avaliadas com algumas ponderações, pois não é possível estabelecer uma relação linear entre clubes, patrocinadores e geração/captação de recursos. Nesse sentido, faz-se necessário a implantação de um modelo que responsabilize os clubes pelo desenvolvimento do futebol também para as mulheres, mas não se pode perder de vista que a consolidação desse modelo não pode ficar condicionada à geração de recursos nas mesmas bases do futebol masculino, que já possui um lastro considerável em relação a uma matriz espetacularizada do futebol.

3 TRAJETÓRIA DO FUTEBOL PRATICADO POR MULHERES³²

Após essa primeira incursão pelo universo do futebol, versando especialmente sobre a sua sociogênese, faz-se necessário abrir um espaço para analisar qual foi a participação das mulheres no decurso da consolidação desse esporte no contexto brasileiro, tendo em vista que muito raramente elas estiveram presentes como protagonistas no futebol que, como bem afirmam Dunning e Maguire (1997), corroborados por Moura (2005), foi por longo período de tempo reservado quase exclusivamente ao gênero masculino³³.

De acordo com Reis (1998), os esportes modernos foram construídos culturalmente para os homens, exigindo a necessidade de as mulheres, assim como em outras instâncias sociais, conquistarem seu espaço e garantir o seu reconhecimento.

Os estudos de Dunning (2003), que tiveram como foco a sociedade britânica, constataam que o esporte como atividade de lazer daquela sociedade possui uma importância considerável na formação da identidade e dos hábitos dos homens em especial, que sofrem pressões para praticar esportes, sob o risco de serem categorizados como anormais, afeminados ou homossexuais caso demonstrem um desinteresse por estes. Em contrapartida, existe uma tendência de se categorizar as mulheres esportistas como lésbicas ou “machonas”, o que contribuiu significativamente para o afastamento da mulher dessa prática social.

Goellner (2005a) admite que os argumentos que sustentam esses discursos estão ancorados em uma representação essencialista dos gêneros, pressupondo que cada sexo teria características inerentes que determinariam a existência de uma essência masculina e/ou feminina natural e imutável. Nesse sentido, segundo a autora, a suposta masculinização das mulheres pelo futebol só poderia ser compreendida por uma representação essencialista dos gêneros, que despreza as multiplicidades expressivas permitidas por cada polo. Além do discurso da masculinização da mulher pelo futebol, Goellner (2005a) lembra que se associa de forma difusa a essa percepção a suspeição de que a mulher que habita o corpo viril assumiria também uma identidade homossexual.

³² Uma versão preliminar deste capítulo, que incluiu os tópicos 3.1, 3.3 e 3.4 foi apresentada no GT-09 (Esporte e Sociedade) do 36º Encontro Anual da ANPOCS, de 21 a 25 de outubro de 2012. SOUZA JÚNIOR, Osmar M.; REIS, Heloisa H. Discursos hegemônicos e representações sociais do futebol feminino no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. **Anais eletrônicos...** Águas de Lindóia: ANPOCS, 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7942&Itemid=76>. Acesso em: 12 jan. 2013.

³³ “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

3.1 Mulheres nas arquibancadas

Tomando por base alguns estudos majoritariamente circunscritos ao Rio de Janeiro, é possível vislumbrar ao menos um recorte das primeiras aproximações das mulheres com o esporte no Brasil como espectadoras, ainda que de maneira tímida. Nesse sentido, Salles, Silva e Costa (1996) admitem que antes do surgimento do futebol os esportes da elite brasileira, particularmente, eram o remo e a equitação (ou turfe), obtendo também a atenção das mulheres, porém, na condição de espectadoras.

No final dos anos 1880 e nos anos 1890, as corridas de cavalos se tornaram definitivamente um acontecimento imperdível: os cavalheiros e as damas das elites iam desfilar seus trajes novos e sua pompa; os mais populares aliavam a busca de diversão com o sonho de enriquecer com alguma sorte nas apostas (MELO, 2011, p. 26).

De acordo com Melo (2011), durante a primeira metade do século XIX, a presença das mulheres na esfera pública ainda era bastante restrita, tendo em vista as intensas restrições à participação na vida social, especialmente no caso das mulheres pertencentes às elites, criadas para serem boas donas de casa.

A partir de meados do século XIX, esse quadro gradualmente sofre transformações em meio à onda de modernidade inspirada na sociedade europeia, que abarca reivindicações de uma maior participação social da mulher. Esse quadro também tem relação com a nova dinâmica social observável, assentada no processo de urbanização e no desenvolvimento de um melhor sistema de transporte que acabam por permitir às mulheres o maior acesso ao espaço público com uma mobilidade que se contrapõe à ideia tradicional de confinamento doméstico. Com isso, a presença feminina passa a ser cada vez mais constante nas competições esportivas, no teatro, no cinema, nos parques públicos, a ponto de essas transformações estabelecerem novos parâmetros inclusive para o ideal de corpo feminino, que paulatinamente transita da opulência e palidez do que imperou até meados daquele século para um tipo mais esbelto e tido como mais esportivo e saudável (MELO, 2011).

Melo (2011) lembra que, em virtude do caráter aristocrático e familiar, o turfe se constituiu em um reduto que permitia uma maior presença social feminina. Nesses espaços as

mulheres estavam sempre presentes, acompanhando os pais ou marido e aproveitando os eventos para exibirem seus vestidos de última moda.

Segundo o autor, nesse período o turfe, bem como o remo, consagram-se como espaços legitimados para que as mulheres solteiras da elite flertassem em busca de bons partidos e assim conseguir um matrimônio bem-sucedido, sem afrontar a tradicional estrutura social.

Assim como no turfe, as competições de remo eram também espaços de flerte. Na verdade, em função da nova sociabilidade pública, dos novos papéis sociais possíveis para homens e mulheres, a possibilidade de encontros amorosos era até mesmo mais forte nas regatas: os jovens as tinham como oportunidade para desfilar sua forma física para as “senhoritas” (MELO, 2011, p. 46).

Cabe ressaltar que, embora admita que o espaço para as mulheres ficava restrito à assistência dos eventos, não havendo qualquer tipo de representatividade, tanto como atletas quanto na condição de organizadoras ou na diretoria dos clubes, Melo (2011) refuta a ideia de que as mulheres teriam um papel meramente figurativo nessas ocasiões, compondo uma cena da qual simplesmente acrescentariam um toque de beleza e de tradição familiar ao espetáculo. Para o autor, embora tal interpretação não seja totalmente equivocada, é preciso considerar a importância das mulheres naquele cenário, ante a construção de um novo imaginário, trazendo novas possibilidades de vivências e de exposição pública que estabeleceram as bases que ajudaram a prosperar novos comportamentos.

Melo (2011) entende que se a urbanização contribuiu para a reformulação dos papéis femininos, as transformações não se operavam no mesmo ritmo na mentalidade da sociedade. Assim, durante muito tempo ainda estaria associada às mulheres uma ideia de beleza frágil, assentada fundamentalmente na aparência e no vestuário, que implicaria inevitavelmente o afastamento delas do remo, por exemplo, enquanto atletas, já que essa prática se encontrava enredada por uma visão antagônica ao papel que se esperava do feminino. No entanto, na transição do século XIX para o XX, outros esportes já estavam se configurando na cidade, possibilitando a identificação de papéis distintos às mulheres no mosaico de modalidades esportivas que ora se constituía e suas respectivas representações sociais.

Enfim, nos anos iniciais do século XX, cada vez mais identificamos a presença de mulheres envolvidas com práticas esportivas, notadamente ocupando espaço frequente na assistência. Isso de alguma forma atendia a alguns interesses masculinos, entre os

quais se pode inclusive destacar sua inserção em um mercado de consumo que se ampliava ao redor do esporte. Ao mesmo tempo não se pode negar que também foi fruto de suas reivindicações e significava uma conquista. Era um indicador de libertação, uma abertura de novas possibilidades, um avanço, uma preparação para conquistas maiores que teriam também repercussões no esporte, tanto nas arquibancadas quanto nos espaços de competição (MELO, 2011, p. 48).

Com a chegada do futebol, o turfe e o remo foram perdendo espaço como esportes preferidos pela sociedade, deixando também de ser o esporte predileto das mulheres, que passaram a ser vistas nos estádios trajadas como se estivessem em uma festa de gala.

Segundo Campos (2010), a presença das mulheres no espaço futebolístico, durante o final do século XIX e início do século XX no Brasil, limitou-se à assistência, consolidando a imagem de personagens que atuavam nos bastidores:

No espaço concedido às mulheres, a sua presença, embora vá se reconfigurando ao longo do tempo, se manteve regular e constante. No espaço da arquibancada, a mulher aparece como um elemento discreto que fornece brilho e orna a festa esportiva, sendo uma incentivadora dos clubes e dos *sportsmen*. Esse caráter decorativo da presença feminina pode ser percebido em alguns estudos, entre os quais, Pereira (2000), cujo tema abordado foi a origem do futebol na cidade do Rio de Janeiro; Ribeiro (2007), a origem do futebol em Belo Horizonte e Moura (2003), o futebol feminino (CAMPOS, 2010, p. 26-27).

Santos (2010) relata que na gênese dos clubes de futebol – e/ou apropriação do futebol pelos clubes de regatas, especialmente no Rio de Janeiro do início do século XX – havia no regimento a proibição de que mulheres fossem associadas. Entretanto, esposa e filhas solteiras dos associados podiam frequentar esses clubes como dependentes sem ter de pagar as mensalidades, tampouco os ingressos para os jogos de futebol. Por meio dessa medida, concedida pelos gestores das principais agremiações esportivas, os eventos esportivos transformaram-se em desfile de figuras femininas entre os sócios dos clubes e ganhou, assim como já relatado no caso do turfe e do remo, o estatuto de espaço de sociabilidade com potencial para o flerte e para o arranjo de bons casamentos.

Podemos afirmar que havia algumas distinções em relação ao comportamento das mulheres nos estádios de futebol no início do século passado, quando comparado à presença delas nos eventos de outros esportes como o turfe.

Nos estádios de futebol elas se apresentavam bem-vestidas, usando luvas, chapéus, longos vestidos e tinham o hábito de assistir às partidas apertando os objetos que tivessem em mãos, além de contorcerem-se, pularem, gesticularem e soltarem gritos para chamar o nome de seus atletas prediletos. Estes, atletas em sua maioria também sócios dos clubes e considerados bons partidos. “Esse era o comportamento inusitado que tanto chamou a atenção da imprensa e da sociedade e que configurou um novo personagem do futebol do período: as ‘torcedoras’” (MALAIA, 2011, p. 62).

Após essa primeira aproximação das mulheres com o futebol, como espectadoras que compunham o cenário com ares de modernidade do reduto elitista daqueles que se intitulavam “legítimos herdeiros do futebol inglês”, assiste-se a um processo de popularização da modalidade, à medida que as camadas médias e subalternas passam a transpor as fronteiras do *ethos* amadorístico por meio da fundação de times improvisados, que passavam da curiosidade ao mimetismo (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Pereira (2000) relata que no ano de 1906 houve uma intensa movimentação entre a juventude (masculina) dos bairros suburbanos do Rio de Janeiro, resultando na criação de inúmeros clubes que passavam a disputar espaço com já consolidados clubes como o Botafogo e o Fluminense. O autor afirma ainda que não eram apenas os membros desses outros clubes que se interessavam pelo novo esporte, destacando que, se mesmo nos bairros mais afastados, os clubes constituíam-se em associações privadas, acessíveis apenas a um grupo social restrito, os membros das classes subalternas passavam a compor a plateia em espaços elitizados, como o campo do Fluminense, que comportava em suas arquibancadas uma juventude elegante e seleta, ao mesmo tempo em que uma pequena multidão de curiosos divertia-se do lado de fora, espremendo-se entre muros e telhados da vizinhança.

A transição dos membros (homens) das camadas subalternas da assistência para os campos de jogo não demorou a ocorrer, uma vez que jovens de famílias que não dispunham de condições para subsidiar as mensalidades dos clubes esportivos da capital, logo estes instituiriam espaços alternativos para a prática do novo esporte (PEREIRA, 2000).

De acordo com Franco Júnior (2007), essa apropriação da prática do futebol pelas classes subalternas materializa-se por meio de equipamentos inadequados, como bolas desgastadas, e mesmo improvisadas, em terrenos ainda não ocupados pelo processo de urbanização. Por meio do futebol, essas classes ascendem a uma esfera de representação da

existência negada em outros campos sociais. Assim, paulatinamente, uma série de equipes e clubes começam a surgir por intermédio da iniciativa de pequenos comerciantes, operários e artesãos das grandes cidades. Exemplos desse fenômeno podem ser representados pela criação do Sport Club Corinthians Paulista em 1910, em São Paulo, e do Sport Club Internacional em Porto Alegre, em 1909.

Com a ascensão do “futebol popular” (masculino), essa prática passa a ser enquadrada no rol das representações que as elites brasileiras do início do século XX instituem para desqualificar aqueles que classificavam como selvagens, bárbaros, inferiores, compreendendo nesses rótulos os escravos libertos, operários, imigrantes e sertanejos e, no caso dos jogadores de futebol oriundos dessas searas e de outras instâncias das classes subalternas, a própria imprensa trata de denegrir a imagem, distanciando-a dos aristocráticos gestos dos *sportmen*³⁴ e classificando seus jogos como práticas selvagens dos “canelas negras” (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Pereira (2000) admite ainda que entre a imagem de um evento refinado e fidalgo e a aparência de uma prática de desordeiros e vagabundos construía-se um novo perfil do futebol, que contrapunha em espaços comuns a presença de jovens refinados, como Marcos Mendonça, (goleiro e ídolo do Fluminense) com indivíduos das diferentes camadas sociais que adentravam os gramados e as arquibancadas, abrindo o futebol para múltiplas possibilidades de apropriação.

O Campeonato Sul-Americano realizado no Rio de Janeiro em 1919 retrata a consolidação de uma dimensão do futebol até então inimaginável, qual seja a identificação de parcelas diversas da sociedade articuladas em torno de um “bem comum” – a Seleção Brasileira. “Tratado como um assunto de utilidade pública, o campeonato sul-americano recebia todo apoio de jornalistas, esportistas e autoridades como o ministro da Fazenda” (PEREIRA, 2000, p. 135).

Pereira (2000) lembra que o evento despertou interesse da crônica em geral, chegando a conquistar a simpatia da cronista responsável pela coluna “Palestra feminina” do jornal *O Paiz*, cronista esta que até então se mostrava relutante em relação à atenção destinada pela imprensa à modalidade, como demonstra uma passagem de sua coluna: “E ao ver esse espetáculo, verdadeiramente deslumbrante, impressionador até pelo frêmito e palpitação que dele se

³⁴ *Sportmen* designa os praticantes do futebol que na transição do século XIX para o XX foram dotados de uma simbologia ligada a um estilo de jogo tributário do nobre *ethos* esportivo amadorístico britânico.

desprendia, um respeito me veio por esse *foot ball*, que eu considerava como um pequeno jogo sem maior importância”³⁵ (PEREIRA, 2000, p. 191).

De acordo com o autor, pela ótica dos cronistas da época o público deixava de lado suas diferenças dividindo-se em duas grandes classes – que constituiriam a quase totalidade de brasileiros – os torcedores e as torcedoras. Entretanto, o que se via nos jogos da seleção no estádio do Fluminense, e principalmente na grande final com o Uruguai, retrata que as desigualdades sociais não estariam totalmente superadas em decorrência do orgulho coletivo evocado pelo futebol nacional.

Segundo Pereira (2000), mesmo torcedores impossibilitados de entrar no estádio buscavam formas alternativas de prestigiar o evento, espremendo-se nos morros em volta do campo para assistir às partidas de longe ou acompanhando os resultados pelo painel informativo instalado pelo jornal *O Paiz* na avenida Rio Branco.

De um lado, as arquibancadas, cheias de jovens bem-vestidos e de senhoritas elegantes; de outro, o morro onde se espremia o público amplo e indiferenciado, composto por trabalhadores negros e brancos, de ofícios diversos, e por jovens torcedores e torcedoras sem recursos para entrar no estádio que fizeram “verdadeiros prodígios de equilíbrio e de ginástica” para poder assistir ao jogo (PEREIRA, 2000, p. 153).

No início da década de 1920, a arrecadação com a bilheteria dos jogos no Rio de Janeiro representava uma parcela importante das receitas dos clubes. Santos (2010) aponta que o aumento do interesse do público pelo futebol, demandou o aumento da capacidade dos estádios de forma a acomodar um maior número de torcedores, que passaram a frequentar estas dependências dos clubes em número proporcionalmente maior em relação aos seus associados. Como estes torcedores eram provenientes das classes menos abastadas da sociedade carioca, eles passaram a ser responsabilizados pelo crescente aumento dos episódios de violência nos estádios de futebol.

Santos (2010) reproduz uma nota do jornal carioca *Correio da Manhã*, de novembro de 1920, que ilustra o temor da opinião pública em relação às prováveis consequências da “popularização” dos estádios de futebol em curso naquela época, em relação à presença das famílias e consequentemente das mulheres nesses espaços.

³⁵ Nota de fim nº 147: Chrysantheme, “Palestra feminina”, *O Paiz*, 12 de maio de 1919.

AS FAMÍLIAS COMEÇAM A SE AFASTAR DOS ESTÁDIOS.

ATRITOS EM CAMPO

E a Metropolitana?

A directoria da Liga Metropolitana, até a presente data, nenhuma providência tomou no sentido de serem evitados esses acontecimentos que vêm diminuindo o football sob sua direcção. [...] O aficionado do sport bretão, ante os terríveis acontecimentos narrados pela imprensa desta cidade, esperava, como era natural que uma providência qualquer, ou medida enérgica, fosse tomada, para que não mais se verificassem como ameudadamente vem acontecendo, esses atritos em campo, essas agressões a juízes, jogadores, etc. que afugentam as famílias das praças de sports (SANTOS, 2010, p. 235).

Malaia (2011) argumenta que a figura da torcedora perde força nos estádios durante a década de 1920, fato, segundo o autor, que pode ser comprovado pela escassez cada vez maior de fotos de mulheres nos estádios, principalmente a partir da segunda metade daquela década.

Ainda conforme Malaia (2011), muitos analistas atribuíram a uma suposta violência crescente nos jogos de futebol a principal causa do afastamento das mulheres e das famílias dos estádios. Salles, Silva e Costa (1996) afirmam que a apropriação do futebol pelas camadas populares, vinculada à influência dos meios de comunicação, que se esforçavam para recuperar a hegemonia do remo e da equitação enquanto preferências do público, reflete no afastamento do público feminino dos jogos de futebol.

Nesse mesmo sentido, Witter (citado por SALLES, SILVA, COSTA, 1996, p. 80) “relata que desde quando o futebol foi incorporado pelos negros e classes populares, houve uma inibição da presença feminina no meio futebolístico: *‘Filhas de boa família não deveriam se misturar com jogadores de futebol’*”. Portanto, o autor conclui que havia uma ordem implícita inibidora da presença feminina nos estádios de futebol.

Contudo, Malaia (2011) sustenta a hipótese de que a abolição da prática de isenção de cobrança de ingressos para filhas solteiras e esposa dos sócios, visando aumentar a arrecadação com venda de ingressos, teria tido um papel fundamental na redução da presença das mulheres nos estádios. O expediente das cobranças dos ingressos, segundo o autor, teria sido adotado a partir do Campeonato Sul-Americano de 1919 e dali em diante, paulatinamente, o costume das entradas gratuitas para as dependentes deixou de vigorar entre os principais clubes do país. “Talvez, essa mudança de costume, aliada a um discurso de caracterização dos espetáculos esportivos como ambientes não familiares, possa ter levado a esse afastamento das tão charmosas torcedoras dos estádios de futebol” (MALAIA, 2011, p. 68).

Enfim, podemos deduzir que o afastamento das mulheres dos estádios de futebol no decorrer da década de 1920 é um fato que mereceria maiores discussões. Porém, com os diversos elementos apresentados pelos autores consultados, é possível concluir que tal acontecimento não se justifica por uma única razão, mas por um conjunto de fatores que se combinaram naquele momento, especialmente em se tratando do eixo Rio-São Paulo.

É possível apreender que na gênese do futebol brasileiro, tanto em sua matriz aristocrática quanto em seu processo de popularização, as mulheres estiveram presentes como espectadoras dos jogos, desde as arquibancadas dos estádios como senhoras e senhoritas recatadas que compunham o cenário destes “eventos de gala”, como espremidas nos morros, muros e telhados dos arredores desses estádios, compondo a massa de torcedores das classes subalternas. Entretanto, é preciso considerar que essa presença não se faz livre de tensões, tais como as recorrentes preocupações demonstradas pela opinião pública em relação à segurança das famílias nos estádios em processo de popularização.

Stahlberg (2009) ressalta uma ruptura do papel do torcedor após a década de 1970. Entre as décadas de 1940 e 1970, a autora entende que o papel preponderante do torcedor era apoiar o time; apoio representado pelo torcedor símbolo do clube que, por sua vez, estaria associado à própria maneira do futebol praticado no país, na esteira dos anos de glória dos primeiros títulos mundiais entre os anos de 1958 e 1970. Após esse período, com o advento das torcidas organizadas, o torcedor símbolo foi sendo gradativamente abandonado, dando lugar a uma nova forma de sociabilidade nos estádios.

O surgimento das torcidas organizadas e a sua recorrente associação aos episódios de violência trouxeram a necessidade de separação dos torcedores dos times rivais nos estádios. A violência provocada por essas torcidas acabou por afastar as mulheres dos estádios, os quais, de acordo com Stahlberg (2009, p.154), consolidaram-se como arenas da masculinidade. “As poucas que insistem em comparecer aos jogos, em geral vão acompanhadas pelo pai, marido, namorado, irmãos e ficam em áreas específicas”.

A autora ainda acredita que, atualmente, por conta dos constantes episódios de violência, a presença de mulheres, crianças e idosos passa a ser desejada como forma de sinalizar o caráter inclusivo das torcidas, visando romper sua imagem de agressividade. Outro aspecto abordado por Stahlberg (2009) diz respeito aos mecanismos de proteção às mulheres colocados em prática pelos grupos de torcedores homens, bem como as demarcações simbólicas dos

diferentes setores dos estádios, que em geral restringem o espaço dos torcedores tidos como mais frágeis, entre os quais o público feminino, às cadeiras numeradas ou setores equivalentes, considerados os mais caros dos estádios.

Stahlberg (2009) admite que ainda hoje a própria imprensa trata o interesse das mulheres pelo esporte com estranhamento. Porém, em sua perspectiva, esse quadro tem se alterado à medida que um número cada vez maior de mulheres conquista seu espaço na imprensa especializada, como profissionais ou como torcedoras.

Em contrapartida, a autora discute os motivos que levam – em um contexto de crescentes conquistas em relação à igualdade entre os sexos – à manutenção de barreiras que ainda dificultam a participação das mulheres no futebol, em que seus interesses pela modalidade são tomados como superficiais e efêmeros e elas passam a ser classificadas por diversos estereótipos, como: mulher masculinizada, “maria-chuteira” (um polo oposto, mas igualmente depreciativo) ou torcedora de modinha.

3.2 Mulheres no esporte: incursões permeadas por concessões, transgressões e conquistas

Em uma sociedade na qual os marcadores de gênero estão em constante imbricação, fazendo com que homens sejam constrangidos a esconder muitas de suas emoções, ao passo que as mulheres são compelidas a permanecer em posições relacionadas à esfera do cuidado, da educação, da assistência social e dos trabalhos domésticos, é notória a posição ocupada pelos homens na detenção do poder e tomada de decisões sobre os caminhos da história da humanidade (DEVIDE, 2005).

A essa apropriação do poder, Bourdieu (2010) refere-se como a dominação masculina. Algo que, segundo ele, estaria interiorizado na ordem estabelecida, fazendo com que suas relações de dominação, seus privilégios e suas injustiças, salvo raras exceções, perpetuem-se de forma que condições de existência intoleráveis possam permanentemente ser aceitas como naturais.

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão (grifos do autor) (BOURDIEU, 2010, p. 22).

Percebendo a dominação como natural, considerando que os(as) próprios(as) dominados(as) veem o mundo por meio de “lentes construídas pelos dominadores”, estabelece-se um círculo vicioso difícil de ser rompido, tendo em vista que não se reconhece outras possibilidades válidas de se conhecer o mundo vivido. Assim, simplesmente se reconhece que existem esportes adequados para os homens e outros para as mulheres; que os esportes masculinos são mais importantes que os femininos; que os cargos de liderança e gestão no esporte são reservados aos homens; que a cobertura midiática restringe-se ou pelo menos privilegia o esporte masculino etc.

Rubio (2011) sustenta que, embora no século XX a humanidade tenha assistido a uma revolução dos costumes, marcada por grandes transformações dos papéis femininos, que se estenderam para as esferas política, econômica e social – e, evidentemente, para o esporte –, não se pode dizer que houve uma transformação que represente a concretização de um paradigma de respeito pelas diferenças, em prol de uma igualdade de gênero.

Com a prevalência do modelo de sociedade patriarcal de forma hegemônica ao longo da história da humanidade, implicando desigualdade nas condições de exercício de poder que se manifestam tanto de forma explícita como velada, temos uma história da humanidade que é contada pela perspectiva dos homens que detém o poder, embora a leitura que se faça dela nos passe a impressão de ser uma história genérica da humanidade.

Nessa condição, segundo Rubio (2011), resta à mulher um papel coadjuvante em relação às realizações com importância histórica. Assim, no caso do esporte – mas não apenas neste campo –, as mulheres merecem algum tipo de registro ou destaque apenas quando realizam feitos que se sobressaem de forma evidente em relação à média e ainda assim carregam consigo o rótulo de usurpadoras ou profanadoras de um espaço consagrado como de domínio masculino.

Como podemos observar, no campo esportivo, essa relação de poder acentua-se tendo em vista que esse campo, conforme apontam Dunning e Maguire (1997), configura-se no mundo contemporâneo como principal fonte de experiência e validação da masculinidade, considerando que o processo civilizador, entre outros aspectos, caracteriza-se pela regulação do comportamento agressivo, bem como pela repulsão às manifestações públicas de violência como demonstração desta masculinidade. Rubio (2011) reitera essas afirmações admitindo que desde a Antiguidade o

esporte tem mobilizado em torno de si um conjunto de representações do mundo masculino que inclui aspectos como força, determinação, resistência e busca de limites.

O predomínio da lógica de dominação masculina no esporte, no decorrer da história da humanidade, invalidou a experiência atlética como uma prática feminina legítima (RUBIO, 2011). Para consolidar o esporte historicamente como uma reserva masculina, as diferenças biológicas entre os sexos constituíram-se em um fórum privilegiado de legitimação.

Muitas destas diferenças, entretanto, foram e ainda são argumentos difundidos na sua origem pelo discurso médico, com base nos princípios vitorianos e na teoria vitalista³⁶, que postulava que o envolvimento da mulher na atividade física poderia comprometer sua capacidade de gerar filhos, prevenindo-as de determinadas práticas de atividades físicas e esportes (DEVIDE, 2005, p. 36).

O determinismo biológico se faz presente ainda no campo das características psicológicas, que também se configuraram como barreiras à participação das mulheres no esporte. Características como competitividade, agressividade e autocontrole, tidas como importantes para a *performance* esportiva, são tomadas como inatas, atribuídas desde o nascimento às mulheres e homens, reduzidas, portanto, ao caráter biológico, ignorando-se todo seu componente cultural e histórico (DEVIDE, 2005). Nesse sentido, como já foi dito, no esporte, atributos como força, potência, velocidade, vigor e superação de limites, valorizados historicamente pela sociedade e associados à imagem de masculinidade, são incorporados de maneira que o comportamento esportivo passe a ser assumido como um papel do gênero masculino.

Devide (2005) afirma que essas associações contribuem para a atribuição de uma identidade masculina ao esporte. Assim, sendo o esporte um campo interpretado como de domínio masculino, no qual as mulheres têm enfrentado muitas barreiras ao longo da história para conquistar o seu espaço, constrói-se uma esfera na qual as mulheres têm sua feminilidade contestada, por terem de assumir uma postura competitiva em busca de vitórias, característica esta pouco associada às mulheres, identificadas pelo ideário da fragilidade. Para Devidé (2005, p. 37), “mulheres atletas têm de lutar constantemente com a ideia de que sua feminilidade e

³⁶ A teoria vitalista compreendia que haveria uma força vital finita e não renovável, responsável pela energia necessária para o organismo humano. Ainda, segundo a teoria, no caso das mulheres, a menarca, o ciclo menstrual, a gestação, a lactação e a menopausa consumiam muito dessa força, inviabilizando reservas para a atividade física que traria consigo riscos como o aumento da massa muscular e o deslocamento do útero (CORBET citado por DEVIDE, 2005, p. 37)

graciosidade estarão irreparavelmente comprometidas em função da prática competitiva do esporte”.

Recorrendo às proposições da historiadora Mary Jo Festle, Adelman (2003) acrescenta que as mulheres atletas sempre tiveram de enfrentar ao menos dois tipos de preconceito social. O primeiro diz respeito às diferenças físicas entre os gêneros, que supostamente torna as mulheres menos competentes para o esporte, instituindo tais desigualdades como mecanismos de exclusão no campo esportivo. O segundo refere-se à suspeição da sexualidade da mulher atleta, respaldada pelo pressuposto de que a prática esportiva implica masculinização do corpo da mulher. Assim, a adoção de uma postura defensiva pelas atletas profissionais é recorrente, considerando que elas são incessantemente interpeladas a reafirmar sua feminilidade, seja no discurso, seja nas atitudes.

Para Hargreaves (1993), ainda que a construção social da maioria dos esportes baseie-se em uma história de dominação masculina e de subordinação feminina, este poder masculino no esporte nunca pode ser assumido de forma absoluta. Corroborando essa concepção, Devede (2005, p. 40) admite que “as mulheres não são marionetes e a cada década se organizam e conquistam mais espaço no campo do esporte e da atividade física”. Nesse sentido, Hargreaves (1993) sustenta que na transição do século XIX para o século XX inicia-se um desenvolvimento gradual do esporte feminino, que se intensifica no período entre guerras e pós Segunda Guerra Mundial, assumindo na contemporaneidade dimensão jamais encontrada na história da humanidade, representada pela crescente quantidade de mulheres que se dedicam a praticar um número também cada vez maior de modalidades esportivas.

O movimento de apropriação do esporte pelas mulheres também ecoou no contexto nacional. Obviamente que não ocorreu uma simples transferência das transformações vividas em determinados países europeus e nos Estados Unidos; contudo, é possível identificar uma série de similaridades, como o aumento do número de mulheres que praticam esportes e os tipos de esportes praticados por elas.

[...] apareceram desde essa época [início do século XX] algumas contradições, à medida que a noção da “nova mulher” – ativa, independente e autônoma –, que ganhava terreno nos EUA e na Europa, começava a influenciar a elite urbana brasileira, que mantinha fortes laços étnicos e culturais com a Europa. Artigos de jornal da primeira parte do século apresentavam relatos animados das aventuras de algumas mulheres esportistas que se distinguiram, entre outros aspectos, pela prática corporal diferente, que desafiava as normas da restrição e da delicadeza física femininas (ADELMAN, 2003, p. 447).

Rubio (2011) discute o conceito de cordialidade, um dos aspectos mais singulares da identidade do povo brasileiro, como importante condição para a compreensão das mulheres no ambiente esportivo. Em síntese, poderíamos assumir que a cordialidade institui características como a hospitalidade e a generosidade como traços do caráter do povo brasileiro, implicando uma sobreposição do indivíduo em relação à esfera social, assentando as relações interpessoais no plano da afetividade em detrimento da racionalidade.

Tendo em vista que o feminismo no Brasil adotou uma organização peculiar em relação ao movimento europeu e norte-americano, fruto de uma sociedade rural, conservadora e patriarcal dos governos e de uma esquerda refratária à participação feminina, as mulheres construíram um caminho alternativo para obter suas conquistas, marcado não pelo confronto aberto contra as instâncias de poder, mas pela busca de espaços por meio de uma postura que incorporava a cordialidade às suas lutas (RUBIO, 2011).

Rubio (2011, p. 94) admite que “é nesse cenário que os feminismos se desenvolvem; dentro deles, a mulher atleta trafegava com não menos facilidade do que em outras esferas da vida social”. Essa política da cordialidade vinculada às mulheres atletas pode ser identificada no discurso de ex-atletas olímpicas brasileiras, entrevistadas na pesquisa conduzida pela autora.

Quando questionadas a respeito da diferença de prêmios ou apoio material para treinos e competições, as respostas convergem para um argumento já historicamente estabelecido: os homens começaram antes, treinam mais e, portanto, merecem prêmios melhores; os homens ganham mais e, portanto, têm mais destaque na mídia e, consequentemente, melhores patrocínios. [...] Isso demonstra a falta de referências para a construção de um papel social de atleta ativa em relação às decisões que envolvem sua imagem (RUBIO, 2011, p. 97).

Mourão (2000) considera que na passagem do século XIX para o XX a participação feminina na esfera esportiva caracterizou-se pela relativa autonomia desfrutada pelas mulheres da elite da sociedade brasileira, que ocupavam esses espaços de forma voluntária, atendendo aos seus desejos e vontades pessoais em detrimento de qualquer tipo de engajamento político pela emancipação feminina, por exemplo. Reforçando a compreensão da política da cordialidade descrita por Rubio (2011), Mourão (2000) pondera que a inserção da elite nas atividades esportivas ocorreu pela via da conciliação, com demandas explícitas, mas sem lutas, uma vez que não objetivava alterar a condição feminina, a ordem social ou a hierarquia de gênero.

Não houve, na história da emancipação esportiva da mulher brasileira, confrontos, lutas por espaço, e sim um processo lento de infiltração, que se consolida na prática e no exercício da interação, frequentemente com apoio velado ou aberto dos homens mais esclarecidos da sociedade, mas com um controle normativo que insere a mulher nesta prática sem possibilitar-lhe uma emancipação para a prática de atividades físico-desportivas.

Não houve, no esporte, um movimento feminino – menos ainda feminista – pela equalização de gênero, conforme se pode verificar pela ausência de movimento contestador das sportistas brasileiras, num contexto em que é o homem, em sua maioria absoluta, que comanda as federações, confederações, clubes e ligas como dirigente, técnico e árbitro (MOURÃO, 2000, p. 8).

Tralci Filho e Araujo (2011) afirmam que, quando comparamos a trajetória de mulheres atletas europeias e norte-americanas com as brasileiras, uma distinção clara diz respeito à ausência de movimentos organizados no caso das atletas olímpicas locais. Dessa maneira, sua presença nas arenas esportivas configura-se como ações individuais de tomada de espaço público por meio do esporte, sem uma contestação organizada e politicamente engajada em relação à orientação masculina dada ao esporte competitivo. Talvez a única bandeira defendida por essas mulheres atletas seja referente às melhores condições para realizarem seus treinamentos e competirem.

Mourão (2000) sinaliza que essa apropriação do esporte por parte das mulheres não foi traumática, pois ocorreu em terrenos que não demandaram um confronto com o homem, em disputas que exigiriam uma redistribuição do território esportivo. Assim, a presença feminina passa a se tornar concreta inicialmente em ambientes como o turfe, a natação e o tênis, e assim sucessivamente sem representar perigo à hegemonia masculina.

Já em outros contextos, nos quais as fronteiras entre o masculino e o feminino pareciam estar demarcadas de forma mais nítida, esse processo seguiu caminhos bastante distintos. No entanto, Hargreaves (1993) adverte para a necessidade de se levar em conta as complexidades e contradições das relações de gênero no esporte, que podem, por exemplo, abarcar a ideia de que, apesar de a maioria dos esportes tomar por pressuposto a subordinação das mulheres, podem, ao mesmo tempo, constituir uma experiência libertadora e criativa para elas; além disso, admitir essa complexidade permite a observação de que uma visão reducionista das relações de gênero nos esportes impede sistematicamente à mulher de participar de esportes que poderiam configurar-se em potenciais espaços para sua emancipação.

Não se pode desprezar o fato de que, mesmo abrindo mão de uma política de enfrentamento e contestadora da ordem estabelecida, o processo de infiltração lenta e progressiva no campo da prática esportiva (ainda que com as vicissitudes peculiares a um movimento do tipo) estabelece uma nova dimensão da representação das mulheres no campo esportivo nacional, possibilitando, por exemplo, que hoje elas estejam presentes de uma forma ou de outra em praticamente todas as modalidades esportivas (MOURÃO, 2000). Entretanto, não se pode perder de vista que essa representatividade ainda se faz de maneira muito tímida e por vezes invisível aos olhos da sociedade.

Aliás, para analisar a presença das mulheres no cenário esportivo brasileiro no último quarto do século XIX e primeira metade do século XX, Mourão (2000) lança mão do conceito de representação social³⁷, materializada na ideia de uma realidade comum a um conjunto social.

A autora sugere em princípio uma delimitação entre dois tipos de representações sociais, quais sejam: as representações nucleares, caracterizadas como aquelas que as pessoas naturalizam, deixando-as arraigadas em sua cultura de forma que passem a impressão de que seria impossível de serem removidas; e as representações periféricas, que se referem às “transformações mais recentes por que têm passado e continuam a passar as imagens, atitudes e preconceitos vinculados à temática da emancipação feminina em geral, e à democratização do acesso ao esporte em particular” (MOURÃO, 2000, p. 10).

Ainda, de acordo com Mourão (2000), com base nessas formas de representações, é possível observar um conflito entre diferentes papéis assumidos pelas mulheres desde o final do século XIX, no tocante à participação em atividades físico-desportivas. Se, por um lado, os princípios oriundos do darwinismo social previam que as mulheres praticassem jogos leves e atividades físicas moderadas, para usufruírem dos benefícios saudáveis dessas práticas, tornando-se mães fortes e robustas, contraditoriamente, a orientação sobre a feminilidade e a teoria do desgaste menstrual (os médicos recomendavam precauções e repouso em virtude das supostas exigências físicas que o início do período menstrual impunha às adolescentes) levavam as meninas a aceitarem os limites impostos a suas ações e exercícios como “preço natural do corpo feminino”.

³⁷ Com base em Denise Jodelet, Mourão (2000, p. 7) classifica as representações sociais como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

A autora admite ainda – apoiada na interpretação das obras de intelectuais como Nísia Floresta, João da Matta Machado, Rui Barbosa, Fernando de Azevedo, Orlando Rangel Sobrinho e Afrânio Peixoto – que o corpo feminino, no período de 1874 a 1936, submeteu-se a uma nova ordem social que direcionava a mulher para um conjunto de atividades físicas que contribuíssem na reprodução e produção de uma raça mais forte. O discurso desses intelectuais desvela ainda a dificuldade de a mulher se inserir no espaço da atividade física e esportiva, tratando de concessões que aparentemente oferecem espaço para a exercitação e liberação do corpo feminino. Concessões estas que na realidade não se prestam à emancipação da mulher, e sim para diferenciar as funções entre os sexos, aperfeiçoando o papel da mulher como reprodutora, na condição subserviente de responsável pela regeneração da raça.

Portanto, aliada à discussão que perdurou pelo menos por meio século, encontra-se um discurso hegemônico, repetitivo e lento, que só veio pensar a possibilidade da prática de exercícios pelas mulheres a partir de uma visão biológica de corpo feminino, onde se cristalizou a maternidade no papel de reprodutora (MOURÃO, 2000, p. 12).

Sob a égide dos mesmos pressupostos, Adelman (2003) entende que, embora o início do século XX tenha sido marcado por uma nova abordagem sobre o bem-estar físico das mulheres, que permitia a elas a prática de atividades físico-esportivas leves, almejando os benefícios para a saúde das futuras mães e esposas, havia uma clara prescrição sobre quais os esportes eram considerados adequados às mulheres, bem como uma nítida delimitação dessas práticas às mulheres jovens e solteiras.

A ampliação da participação feminina nas atividades físico-desportivas nos anos de 1930 torna-se ainda mais evidente, e com isso novos argumentos científicos são elaborados na tentativa de legitimar uma representação da inaptidão da mulher para a atividade física e o esporte. Um dos movimentos de maior intensidade à época refere-se ao discurso da incompatibilidade do sexo feminino com os exercícios que exigem e desenvolvem força muscular, baseado no mito da feminilidade. Esse discurso, segundo Mourão (2000), contribuía para regular e normalizar a situação da mulher na atividade físico-desportiva, tendo em vista a crescente presença e visibilidade das mulheres no campo esportivo.

Não podemos desconsiderar que todo esse processo de inserção das mulheres no campo das atividades físico-desportivas não se fez livre de tensões, que acabaram por marcar episódios consecutivos e simultâneos de avanços e retrocessos, de modo que, ao lado da

conquista de espaços em searas esportivas antes inimagináveis para as mulheres, temos um tensionamento para que o direcionamento das práticas corporais exercidas pelas mulheres assumam uma função atrelada aos benefícios dos exercícios físicos para uma maternidade saudável.

Outro exemplo dessas tensões pode ser observado quando Mourão (2000) afirma que os argumentos que restringiam as atividades físicas consideradas fatigantes às mulheres foram aos poucos sendo desautorizados, não se sustentando perante as evidências do desempenho feminino, protagonizados por atletas ícones do início do século XX, como Maria Lenk, Piedade Coutinho, Yara Vaz e Aída dos Santos. Segundo a autora, episódios como as *performances* dessas atletas serviram para desestabilizar as representações periféricas relacionadas à prática de atividade física e esportiva por mulheres.

Assim, conforme Tralci Filho e Araujo (2011), embora não tenha ocorrido historicamente um engajamento das atletas brasileiras em prol de condições menos desiguais entre os gêneros, isso não as impediu de conquistarem maiores espaços nas arenas esportivas e em modalidades impensadas para elas em outros tempos; porém, essa luta não se faz livre de barreiras estabelecidas por uma longa história de subterfúgios que cancelam as restrições e proibições das práticas esportivas pelas mulheres. Nas modalidades tradicionalmente tidas como masculinas, as atletas pioneiras revelaram que as mudanças na representação social das mulheres brasileiras no esporte aconteceram de forma bastante difusa.

É importante ressaltar, assim como Goellner (2011) alerta no prefácio do livro *As mulheres e o esporte olímpico*, organizado por Katia Rubio, que não podemos nos esquecer das mulheres anônimas e desconhecidas, que por caminhos trilhados no campo esportivo, de um modo ou de outro, contribuíram para a edificação do esporte nacional, tornando-se não menos imprescindíveis que as mulheres ícones registradas na história do esporte nacional. Goellner (2011) chama a atenção para o fato de que a invisibilidade das mulheres na história do esporte deve ser vista com ressalvas, na medida em que silêncio não significa ausência. Ou seja, embora não nomeadas, muitas mulheres se fizeram presentes na história do esporte nacional, contribuindo para romper barreiras, fissurar preconceitos, ultrapassar fronteiras, enfrentar adversidades e, sobretudo, disputar espaço, projeção e visibilidade.

Contudo, reconhecer essas limitações não implica posicionar atletas no lugar de vítimas, afinal, segundo Goellner (2011, p. 7):

[...] como qualquer outra prática social, o esporte é um campo de disputa, ou melhor, é um campo genérico de disputa; em outras palavras, revela como um espaço cujo acontecer está constantemente atravessado por relações de poder. Poder este que se expressa por meio de diferentes formas: nas desigualdades de acesso e permanência no esporte, na quantidade de campeonatos realizados, no incentivo familiar e institucional, no maior ou menor espaço disponibilizado pelos diferentes artefatos midiáticos, nas premiações distintas, enfim, em uma série de situações nas quais se evidenciam distinções para homens e mulheres no entorno do próprio esporte, seja ele praticado como exercício de lazer e sociabilidade ou voltado para alta *performance* e competição.

Reconhecer o esporte na condição de campo de disputa intrincado por relações de poder constitui-se em uma perspectiva fundamental para a análise dos aspectos que discutiremos no decorrer do estudo, como a percepção do *status* profissional por parte das atletas; suas condições objetivas de trabalho, como tempo de dedicação, salários e outros benefícios; estrutura dos clubes; calendário de competições; papel das entidades dirigentes (clubes, FPF e CBF); e interesse dos meios de comunicação e do público em geral.

3.3 Desventuras da apropriação do futebol pelas mulheres no Brasil

À luz dessa breve análise do processo de aproximação e relativa apropriação do esporte por parte das mulheres, passamos a discorrer sobre sua inserção no universo futebolístico brasileiro. Já relatamos no tópico 3.1 a participação das mulheres como torcedoras, que compuseram importante papel na configuração do espetáculo esportivo e futebolístico na transição entre os séculos XIX e XX no Brasil. A partir desse momento nos interessa compreender como se deu a transposição do papel de espectadoras para o de jogadoras de futebol.

De acordo com Goellner (2006b), na sociedade brasileira, até meados do século XIX, a estrutura demasiadamente conservadora impossibilitava às mulheres o acesso a alguns ambientes sociais, entre eles o esportivo, que à luz da visão de mundo veiculada à época não era condizente com o papel de esposas e mães dotado de legitimidade social. Gradativamente, esse quadro se transforma, impulsionado pelos ventos de inovações que chegavam da Europa, com os ecos das lutas feministas daquele continente, projetando novas perspectivas para as mulheres brasileiras, incluindo o cuidado com a aparência, com a saúde e com a maior presença na vida social das cidades.

Em relação à aproximação das mulheres com a prática do futebol no país, Moura (2003) afirma que os primeiros indícios desse envolvimento remetem ao início da década de 1910, época marcada pelo movimento denominado de higienista, que sustentava, entre outros princípios, um modelo higienizado de mulher, mãe asséptica, que se conduziria de acordo com os padrões da “medicina moderna”.

Aliado a esse referencial, conferia-se às mulheres – especificamente às das camadas sociais mais altas – um papel social vinculado à filantropia e ao assistencialismo, que esteve diretamente ligado à participação das mulheres como protagonistas do futebol.

Um jogo organizado por mulheres da elite paulistana, que visava angariar fundos para a construção do Hospital da Cruz Vermelha, em 1913, constituiu-se em um dos marcos da presença feminina enquanto organizadoras do evento, tendo ainda a particularidade de ser anunciado como um jogo de futebol de mulheres, que na verdade foi realizado por uma equipe de homens travestidos de mulheres, como descreveu Moura (2003).

O autor apresenta uma série de excertos de jornais da época³⁸, explicitando três matérias publicadas, sendo uma à véspera, uma no domingo em que se realizou o jogo (dia 26 de janeiro de 1913) e outra no dia seguinte ao jogo, que traçam um panorama da expectativa e curiosidade estabelecida em torno do evento, bem como o desfecho do “mistério” dramatizado pelas notas dos jornais.

Enquanto os jornais da véspera e do dia do evento anunciavam um jogo de futebol entre os “rapazes do *Sport Club Americano*” e um “*team* de senhoritas”, tendo sido até mesmo anunciadas as escalações das equipes em uma nota no **A Gazeta** do dia 25 de janeiro, o jornal **O Commercio de São Paulo** do dia seguinte ao evento (27 de janeiro) revelou que as “*sportwomen*” do jogo realizado no Velódromo Paulista em prol da Cruz Vermelha eram, na verdade, os “*sportmen*” do Sport Club Americano, conforme podemos observar por este fragmento do texto:

[...] Às 4 horas as equipes apresentaram-se em campo, debaixo de prolongadas palmas da assistência, **que não soube esconder a sua surpresa vendo no “field”, ao invés de senhoritas, destemidos rapazes mettidos num elegante uniforme e com as faces “totalmente” amassadas, à força do “carmim” e de outros preparados pela moda.**

³⁸ Para contextualizar o episódio do polêmico jogo em benefício do hospital das crianças da Cruz Vermelha, realizado no Velódromo Paulista (em São Paulo, capital), no dia 26 de janeiro de 1913, Moura (2003) apoia-se em textos dos seguintes jornais: **Correio Paulistano** (25/1/1913), **Diário Popular** (25/1/1913), **A Gazeta** (25/1/1913), **O Commercio de São Paulo** (26/1/1913 – 27/1/1913 – 2/2/1913).

[...] (**O Commercio de São Paulo**, 27/1/1913) (grifos do autor) (MOURA, 2003, p. 16-17).

Moura (2003) acrescenta ainda, em nota de rodapé (p. 16-18), comentário sobre notícias do jornal carioca **O Imparcial** (3/2/1913) e da revista **Careta** (15/2/1913), além de uma fotografia dos jogadores do Americano vestidos de mulheres, publicada no jornal **A Platéia** (28/1/1913), ratificando sua hipótese de que aquele não teria sido uma partida de futebol jogada por mulheres.

Contudo, o autor defende que o episódio não desautoriza o entendimento de que, nesse evento, as mulheres da elite paulistana estavam no papel de protagonistas, pois constituíram-se nas mentoras da ideia e de sua operacionalização. Para ele, o jogo da Cruz Vermelha deixava claro a atribuição da mulher da classe burguesa, voltado para o auxílio ao próximo, como a “mãe caridosa” a ser copiada pelas mulheres das demais classes, como uma mãe “higienizada” e consciente de seu dever na preservação da instituição familiar. Assim, conclui que as mulheres da elite paulistana assumem o papel de protagonistas nesse evento esportivo, social e beneficente, demarcando outro espaço nos eventos futebolístico, além do já consagrado espaço da assistência.

Moura (2003) acrescenta que durante a década de 1920 o referencial até então higienista começa a dar lugar ao movimento denominado de “eugenia”, que engloba alguns dos ideais do higienismo, ampliando-os para uma tentativa de controle da “espécie”, da “raça” com base no discurso científico da classe médica, dos educadores e intelectuais. O discurso predominante à época advertia para os efeitos negativos dos esportes à maternidade, salientando que eles traziam anomalias fisiológicas para as novas gerações, com gravidade para o desenvolvimento da raça. Pregava-se ainda que as mulheres deveriam evitar os exercícios “viris e rígidos”, optando pelos exercícios “artísticos e naturais”.

O autor nos lembra de que a prática esportiva naquela época restringia-se às mulheres da elite do país, não se estendendo às camadas populares. Segundo o autor, os esportes divulgados para as mulheres (tanto pelos jornais da época quanto pelas revistas femininas) espelhavam-se no discurso hegemônico da medicina esportiva do período. A natação e o tênis eram os esportes indicados pelos teóricos que definiam “cientificamente” qual prática era condizente para a mulher.

Em 28 de junho de 1921, a imprensa de São Paulo divulgou que jogariam no campo do Tremembé F.C. as “*Senhoritas Tremembenses*” versus “*Senhoritas Cantareirenses*”. Duas características peculiares diferem esse evento daquele realizado em 1913 em prol do hospital da Cruz Vermelha. Em primeiro lugar o fato de este não envolver interesse beneficente, sendo o principal motivo as comemorações a São Pedro; e a segunda peculiaridade refere-se ao fato de ser um jogo efetivamente de mulheres, marcando a “estreia” delas dentro dos gramados brasileiros (MOURA, 2003).

Cabe ressaltar que, assim como Moura, temos consciência que a datação histórica desse fato como marco inaugural não pode ser tomada como certa, pois não há como apreender toda a realidade em qualquer tipo de pesquisa historiográfica. Contudo, vale a pena tomá-lo como episódio significativo pela possibilidade de interpretação do contexto da época no tocante à prática do futebol pelas mulheres.

Embora o autor apresente apenas uma breve nota do jornal **A Gazeta** (28/6/1921), que anuncia o jogo como parte das comemorações da festa de São Pedro, incluindo as escalações das equipes que são apresentadas como “Vermelho” e “Verde”, é significativa a divulgação de um registro escrito que sinaliza para o fato de mulheres terem jogado futebol no Brasil ainda no início a década de 1920.

Retomando as discussões sobre a presença das mulheres nos estádios como espectadoras, desde o início do século XX, é possível observar que a década de 1920 também marcou o afastamento do público feminino das arenas esportivas, tendo como argumentos o aumento da violência e a extinção da prática de distribuição de ingressos gratuitos para as filhas solteiras e esposa dos sócios dos clubes (MALAIA, 2011).

Nesse mesmo sentido, Franzini (2005) entende que à medida que o futebol foi se popularizando a aristocracia abandona os estádios, retirando também desses espetáculos as filhas e esposas. Com a inclusão de jogadores oriundos das camadas populares que começavam a dividir e ocupar os espaços antes destinados aos associados dos clubes – estes também provenientes das elites –, o público nos estádios passou a incorporar os integrantes das classes subalternas. Contudo, o autor aponta que ainda assim a presença das mulheres não foi totalmente suprimida dos estádios, como bem ilustra um conto de Antônio Alcântara Machado, de 1920. Intitulado “Corinthians (2) X Palestra (1)”, o conto descreve a presença das jovens Miquelina e Iolanda nas arquibancadas do campo e segue narrando a empreitada dessas duas torcedoras em

um jogo entre Corinthians e Palestra Itália, como já sugere o título, no estádio do Parque Antarctica.

Escrito na década de 1920, o texto demonstra à perfeição como o elitismo e seus bons modos perdiam de vez seu lugar no futebol para a alegria e a vibração populares, com o apelo da bola tornando-se abrangente a ponto de o autor, mesmo na ficção, fazer daquelas torcedoras suas personagens principais (FRANZINI, 2005, p. 319).

Assim, vale a pena refletir sobre essa conjuntura difusa entre as décadas de 1920 e 1930, em que as mulheres da elite começam a se afastar dos estádios de futebol, ao passo que se apropriam desse espaço as classes subalternas, incluindo aí a presença também das mulheres.

Tensionando ainda mais as circunstâncias de incursões e restrições em relação à aproximação das mulheres com o futebol, Mourão e Morel (2005) relatam o desenrolar de uma partida de futebol feminino organizada pela equipe do *Brazil Football Club*, do Rio de Janeiro, como parte do programa de partidas preliminares ao jogo principal da equipe masculina adulta do clube, em 1931:

Realizou-se ante-hontem no campo do Brasil F. Club, na Piedade, um jogo de football feminino entre as equipes “Madame Lessa Alves” e Madame Macedo...

A partida estava sendo disputada com entusiasmo. As pequenas empregaram-se com extraordinário ardor. De vez em quando, uma acertava a bola ou esta batia nellas, de maneira a fazer vibrar a assistência.

O jogo começou então a descambar para o lado da brutalidade. Os defensores de ambos os lados “entravam” com fé nos forwards adversários, enquanto a “torcida” fremia.

Daqui há pouco, a impetuosa “forward” Clélia, em violenta entrada, foi charqueada por Odette. Foi a conta! A vítima levantou-se e “acertou” um bofetão em Odette. Ahi é que o tempo “fechou” mesmo de facto. As jogadoras se engalfinharam e o jogo foi suspenso, nessa ocasião Olga então mostrou que é um “bocado mulher” distribuindo pancada. O Primo Carnera a sua vista seria “café pequeno”, naquela hora. Houve intervenção de outras pessoas e foi apaziguado o “desaguizado”. Houve interrupção do jogo que prosseguiu depois, calmamente, finalizando com a victoria do team “Lessa Alves”, por 1 – 0. No final os assistentes carregaram as jogadoras... (Matéria publicada no **Jornal dos Sports** de 19 de maio de 1931, no Rio de Janeiro) (MOURÃO, MOREL, 2005, p. 76).

As autoras concluem que a falta de experiência das jogadoras na prática do futebol faz com que a partida se transforme em um evento caricaturado, com tons de comédia, misto de curiosidade e frenesi, configurando-se em um divertimento para os espectadores, que muito

provavelmente não alimentavam a expectativa de assistir a uma partida de futebol que se enquadrasse na mesma estética dos jogos masculinos aos quais estavam acostumados a assistir.

Entretanto, Mourão e Morel (2005) afirmam que, embora o futebol feminino ainda não adquirisse naquele momento o estatuto que o representasse enquanto uma prática latente, podem-se observar nesses eventos um elo de inserção da mulher na esfera pública e a manifestação de um despertar de uma mulher que buscava legitimar sua presença no esporte.

Moura (2003) relata que na década de 1930 as práticas corporais realizadas pelas mulheres deixaram definitivamente de ter apenas como foco a ginástica e a dança, consolidando sua presença no campo esportivo, que iria incorporar inclusive o basquetebol e o futebol enquanto “esportes femininos”. Apesar de restringir-se às mulheres da elite, o esporte começava a se difundir dentro da classe operária. Contudo, o autor não aprofunda essa apropriação por parte das mulheres das modalidades esportivas coletivas, tradicionalmente tidas como masculinas, o que não nos permite tomar essas afirmações como sinalização de uma maior abertura às mulheres no campo esportivo.

De acordo com Moura (2003), no ano de 1940 o futebol de mulheres ganha destaque na imprensa carioca. Inicialmente o interesse das mulheres dos subúrbios na prática do futebol despertou curiosidade da população de uma maneira geral, sendo amplamente explorado pela imprensa, que destinou um espaço significativo para o assunto. Alguns médicos também se mostraram favoráveis à prática do futebol pelas mulheres, fazendo apenas ressalvas com relação à necessidade de maiores estudos sobre o assunto para a adoção de “normas racionais” e de um “método científico” que dispusessem sobre a dosagem e duração dessa prática no intuito de “proteger” o “organismo feminino”.

As matérias dos jornais assumem então um tom incentivador, não recorrendo a qualquer jargão preconceituoso e adotando adjetivos que realçavam a competência das mulheres no trato com o futebol. O autor recorre ainda a inúmeras notas de jornais cariocas e paulistas que revelaram uma intensa movimentação dos jogos de futebol de mulheres nos subúrbios cariocas, além de algumas exposições de equipes desse estado em jogos preliminares no estado de São Paulo.

Franzini (2005) faz menção à edição de abril de 1940 da revista **Educação Física**, na qual se podia tomar conhecimento de uma “interessante partida de futebol entre senhoritas” no Rio de Janeiro, que “constituiu um espetáculo de grande sucesso, causando assim sensação em

nosso mundo desportivo”. Naquele momento, o jornal paulistano **Folha da Manhã** reconhecia a existência de dez equipes de futebol de mulheres que mantinham atividades regulares no Rio de Janeiro. Essas equipes sediadas nos subúrbios cariocas não tinham qualquer vínculo com os prestigiados clubes que disputavam os campeonatos masculinos (chamados “clubes de camisa”). Equipes como o Eva F. C., o E. C. Brasileiro, o Cassino Realengo, o Benfica F. C. estavam muito longe, em todos os sentidos, dos grandes e tradicionais clubes da cidade, como o Flamengo, o Fluminense, o Botafogo e o Vasco da Gama. As diferenças estruturais entre eles eram tão grandes que para formar seu quadro de jogadoras o Primavera F. C. publicou em um jornal o seguinte anúncio: “Moças de 15 a 25 anos que queiram ingressar no football, com consentimento dos seus maiores, queiram apresentar-se à rua Silva Gomes, 131, em Cascadura, das 17 em diante” (Reproduzido pela coluna “Pingos e Respingos” do **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 28/4/1940, p. 2) (citado por FRANZINI, 2005, p. 319).

Toda essa composição fazia crer que o futebol de mulheres havia se consolidado nos subúrbios cariocas, lançando as bases para alcançar as demais camadas sociais. De imediato, a novidade representada pela aparição e desenvolvimento dessas equipes despertou amores e ódios no eixo Rio-São Paulo. A **Folha da Manhã**, por exemplo, destacava com entusiasmo os jogos que classificava como das “filhas de Eva”, vendo neles “um movimento sério, respeitável mesmo para a formação e criação de mais um ramo de atividade para as mulheres” (FRANZINI, 2005). Porém, tal entusiasmo não se manifestava de forma unânime entre jornalistas, médicos e tampouco entre os “cidadãos comuns”.

Moura (2003) reforça que não era consensual o apoio ao futebol de mulheres, que recebia severas críticas da comunidade social e científica da época, como revela a carta encaminhada pelo cidadão José Fuzeira ao presidente da República Getúlio Vargas em 25 de abril de 1940. O teor da carta revelava a preocupação do cidadão com a popularização do futebol entre as mulheres, que segundo ele configurava-se em uma “calamidade prestes a desabar sobre a juventude feminina”. Fuzeira alertava o presidente para a crescente quantidade de “clubes femininos de futebol” que se formavam nas grandes capitais do país, que seriam “núcleos destruidores da saúde de futuras mães”. Franzini (2005) acrescenta que essa carta sensibilizou a comunidade científica, ganhando respaldo da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, que a encaminhou para a Subdivisão de Medicina Especializada, onde recebeu

parecer favorável, iniciando assim uma cruzada em perseguição à prática do futebol por mulheres com a emissão do seguinte parecer:

O gesto do Snr. José Fuzeira, determinando o debate sobre uma questão que poderia ter consequências nocivas para a saúde de grande número de moças, é digno de todos os louvores. Efetivamente, o movimento que se esboçou nesta Capital para a formação de vários quadros femininos de futebol, e que tomou corpo com o apoio que alguns jornais cariocas deram, é desses que merecem a reprovação das pessoas sensatas, já pelo espetáculo ridículo que representa a prática do “association” pelas mulheres, como também pelas razões de ordem fisiológica, que desaconselham sumariamente um gênero de atividade física tão violento, incompatível mesmo com as possibilidades do organismo feminino. Existe hoje uma interminável bibliografia sobre assuntos referentes à educação física e desportos, sendo todos os autores unânimes em profligar o jogo do “velho esporte bretão” pelas mulheres, por acarretar traumatismos que podem afetar departamentos do organismo feminino especialmente delicados e de importância vital (FRANZINI, 2005, p. 320).

Souza Júnior (2003) também afirma que o discurso contrário à participação da mulher em esportes considerados “masculinos” continuou presente e cada vez mais acentuado. Tendo em vista que durante muito tempo os médicos, predominantemente homens, exerceram papel dominante de controle social, determinando o que seria seguro e apropriado para a mulher nas atividades físicas, estabelecia-se assim uma relação de “liberdade vigiada” a respeito da prática de esportes pelas mulheres.

Ballariny (citado por FARIA JÚNIOR, 1995), da Escola de Medicina, afirmou que o futebol era um esporte violento e prejudicial ao corpo feminino, podendo até causar danos permanentes aos órgãos reprodutores da mulher. Ballariny ainda acreditava que a prática do futebol masculinizava o corpo das mulheres, desenvolvendo pernas mais grossas, tornozelos mais rechonchudos, joelhos deformados. Outro falso argumento utilizado para contraindicar o futebol feminino, segundo Faria Júnior (1995), era o risco da ocorrência de lesões mamárias.

Hargreaves (1993) acrescenta ainda outro falso argumento utilizado popularmente: de que os órgãos reprodutores femininos seriam mais suscetíveis de serem lesionados que os masculinos. Tal argumento já fora utilizado em 1921, época da proibição pela Football Association (FA) da prática do futebol pelas mulheres, mostrando como o subterfúgio de recorrer à medicina como forma de legitimação pela ciência fora comum em diferentes períodos e localidades. A autora refuta tal argumento lembrando que na realidade os órgãos reprodutores estão situados e protegidos dentro do corpo da mulher, resultando em um risco menor de lesões.

Na esteira dos mesmos argumentos “científicos” de caráter biológico, o jornal **A Gazeta Esportiva** publicou a “opinião autorizada” do doutor Leite de Castro³⁹, tido como “o primeiro médico do Brasil que se dedicou especialmente à medicina esportiva”. Entre outros aspectos, o referido médico argumentava que

não é no futebol que a juventude feminina se aperfeiçoará. Pelo contrário – é o futebol o esporte que lhe trará defeitos e vícios; alterações gerais para a própria fisiologia delicada da mulher, além de outras consequências de ordem traumática, podendo comprometer seriamente os órgãos da reprodução (ovário e útero) (FRANZINI, 2005, p. 321).

Franzini (2005) conclui que as supostas preocupações com o bem-estar das mulheres, alegadas pelos doutores moralistas, não passavam de um “verniz” para não deixar transparecer os reais motivos das recorrentes argumentações machistas por eles proferidas. Segundo o autor, na verdade, “o grande problema dizia respeito não ao futebol em si, mas justamente à subversão de papéis promovida pelas jovens que o praticavam, uma vez que elas estariam abandonando suas ‘funções naturais’ para invadirem o espaço dos homens” (p. 321).

Com o contexto no qual a classe médica, enquanto sinônimo de conhecimento científico e, portanto, de modernidade, posicionava-se de forma incisiva como contrária à prática do futebol pelas mulheres, não demorou muito tempo para que os reflexos se fizessem sentir na esfera legislativa.

Castellani Filho (1988) lembra que o decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, estabelece as bases do esporte em todo o país, fundando o Conselho Nacional dos Desportos (CND) (BRASIL, 1941). Em seu artigo 54, o decreto compreende o seguinte texto: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

Goellner (2006) afirma que já em 1941 o general Newton Cavalcanti apresenta ao CND instruções visando regulamentar a prática dos esportes femininos, oficializando a interdição de modalidades como as lutas, o boxe, o salto com vara, o salto triplo, o decatlo, o pentatlo, o futebol, o rúgbi, o polo e o polo aquático.

Outras modalidades esportivas foram autorizadas pelo decreto-lei nº 3.199/41, desde que praticadas dentro de determinados limites, como foi o caso do remo, que seria permitido na

³⁹ “Uma opinião autorizada: não é no futebol que a juventude feminina se aperfeiçoará”. **A Gazeta Esportiva**, São Paulo, p. 10, 29 jun. 1940 (citado por FRANZINI, 2005, p. 327).

condição de que não assumisse caráter competitivo, mas sim objetivasse a correção de “defeitos orgânicos”; diversas provas do atletismo poderiam ser praticadas desde que exigissem menos esforços que as congêneres masculinas.

Ao “proteger” a “natureza feminina”, a lei legitimava e legalizava os anseios daqueles que repudiavam o futebol feminino, e ainda deixava a critério do CND a definição de quais esportes as mulheres poderiam praticar. Observando que a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, por meio de um laudo, chancelava a prática de modalidades como tênis, voleibol, críquete, natação, ciclismo, Franzini (2005) conclui que essa definição por modalidades de caráter amador, com tradição elitista, serviu para legitimar a prática esportiva como privilégio das mulheres da classe média, passando ao largo das grandes massas e dos subúrbios onde as jovens corriam atrás da bola.

Agregando à discriminação de gênero o marcador de classe social, Moura (2003) também revela que os discursos médico, de grande parte da imprensa e da academia esportiva viam as mulheres do subúrbio que praticavam o futebol como “feias”, “brutalizadas” e “malcheirosas”, revelando que já na década de 1940 inscreviam-se na sociedade brasileira as bases que até hoje sustentam um estereótipo das mulheres futebolistas como masculinizadas e/ou pouco femininas. Em contrapartida, as mulheres da burguesia frequentavam os clubes da elite, em que praticavam esportes aceitos como “femininos” e “condizentes” com a “harmonia das formas”, como o voleibol, o tênis, a natação e a ginástica, legitimando-os como “genuinamente femininos”.

Em levantamento bibliográfico dos jornais **A Gazeta Esportiva** (São Paulo) e **Jornal dos Sports** (Rio de Janeiro), Moura (2003) revela que durante a década de 1950 o futebol de mulheres permaneceu “dormindo em berço esplêndido”. Segundo o autor, em ambos os jornais foram publicadas matérias sobre práticas esportivas realizadas pelas mulheres, tendo como focos principais “o Basquetebol (recebendo as habituais restrições à sua prática pela mulher), o Tênis (esporte muito bem aceito), a Natação (esporte que mais aparecia nas reportagens) e o Atletismo” (p. 51). O autor ainda acrescenta que a exceção no período refere-se a uma matéria publicada no jornal **A Gazeta Esportiva**, em 1955, na qual a manchete era “Craque de saias”, em que era apresentada uma garota de São Vicente, litoral paulista, que praticava o futebol de forma isolada, ganhando então uma reportagem de três páginas, dado o caráter tido como exótico e inusitado da situação.

Provavelmente, as restrições legais tenham contribuído de maneira decisiva para o suposto desaparecimento da mídia de relatos da prática do futebol pelas mulheres durante este período, mas não é demais lembrar que não significa que ela não existia por haver a proibição legal e a ausência de registros. Um episódio que ajuda a focalizar a possibilidade de que as mulheres continuavam a praticar o futebol, muitas vezes alheias e/ou desinformadas em relação à proibição vigente, refere-se a uma iniciativa individual, que teve origem em 1958 na cidade de Araguari, no Triângulo Mineiro, indicando que o futebol de mulheres não esteve totalmente adormecido.

De acordo com Cunha (2013), o Araguari Atlético Clube, fundado em 1944, sediado na cidade de mesmo nome, em Minas Gerais, iniciou as atividades com o futebol feminino em 19 de dezembro de 1958, quando ao ser procurado para organizar uma partida beneficente para arrecadar fundos para o Grupo Escolar Visconde de Ouro Preto, o diretor do clube, Ney Montes, teve a ideia de organizar uma partida com a participação de moças da cidade.

Aproveitando-se de sua condição de radialista, Ney Montes promoveu por esse veículo a convocação das “atletas” para participarem dos treinos e do jogo, conseguindo atrair o expressivo número de mais de 40 moças, que receberam a autorização dos pais ou responsáveis. Na seleção, foram chamadas 28 para formarem dois times e suas reservas. As moças foram preparadas pelo treinador do time masculino do Araguari Atlético Clube, e no dia do jogo as atletas foram divididas em duas equipes que vestiram os uniformes do Araguari e do seu rival, que era o Fluminense local (CUNHA, 2013).

A partir desse jogo, a diretoria do Araguari Atlético Clube decidiu ampliar a iniciativa, realizando uma série de amistosos com as moças, com o intuito de divulgar a modalidade e promover nas cidades visitadas jogos beneficentes para atender a entidades de caridade.

A equipe adquiriu projeção nacional quando foi motivo de uma série de reportagens da revista **O Cruzeiro**, cuja primeira matéria publicada em 28 de fevereiro de 1959, com o título “Glamour usa chuteiras”, registrou um jogo realizado na cidade de Uberlândia, vizinha à Araguari. Essa partida mereceu destaque na imprensa, principalmente em razão do expressivo público presente no estádio, conforme ilustrado nas fotografias do referido periódico, que

resultou em uma renda de Cr\$120 mil cruzeiros⁴⁰, renda maior que a de um jogo amistoso realizado meses antes com a participação dos famosos jogadores Didi e Garrincha, do Botafogo (CUNHA, 2013).



Figura 11 - Equipe de Araguari em matéria da revista O Cruzeiro, de 28/2/1959. Fonte: Cunha (2011).

A organização dos amistosos dividia as jogadoras de Araguari em duas equipes, de maneira que um time jogava representando o próprio Araguari Atlético Clube, e o outro vestia o uniforme do time da cidade visitada.

A equipe de futebol de mulheres do Araguari Atlético Clube seguiu uma rotina de sucesso de quase um ano, desde a sua criação em dezembro de 1958 até o jogo derradeiro em Salvador/BA, em 26 de setembro de 1959, realizando amistosos por todo o Brasil. Depois do jogo em Salvador, a equipe recebeu um convite para jogar no México, mas tiveram que cancelar

⁴⁰ O valor da renda de Cr\$120 mil cruzeiros, corrigido pelo IGP-DI (FGV), corresponde ao valor de R\$26.775,18 em dezembro de 2012 (CALCULADORA..., 2013).

a viagem em virtude de um comunicado oficial enviado a Ney Montes pelo CND, que proibia o clube de realizar jogos de futebol de mulheres (CUNHA, 2013). “Após a proibição, algumas jogadoras optaram por continuar a jogar em outras modalidades, como handball, mas a maioria foi seguir sua vida, casaram-se ou simplesmente foram completar seus estudos” (CUNHA, 2013, p. 225).

A iniciativa ousada dos dirigentes e das moças de Araguari não pode ser desvinculada da roupagem assistencialista atribuída aos jogos de futebol de mulheres desde o início do século, quando transparecia no discurso da opinião pública a anuência a essa prática com a condição de que não assumisse o mesmo viés da competição de alto rendimento atribuído aos jogos dos homens, mas sim uma vertente de promover o divertimento e a ajuda aos necessitados. Contudo, não se pode perder de vista o pioneirismo demonstrado por esse grupo de pessoas que ousou viajar pelo país desbravando a seara do tão incipiente terreno do futebol jogado por mulheres da primeira metade do século XX.

Na década de 1960, Moura (2003) faz um breve relato de um jogo entre vedetes do teatro de revista, realizado no Estádio do Pacaembu e divulgado pela **Folha de S. Paulo** em 13 de julho de 1960. Segundo ele, o futebol de mulheres continuou incipiente naquela década e sofreu um duro golpe nos moldes da recém-instituída Ditadura Militar, quando em 1965 o CND baixou as seguintes instruções (às entidades desportivas do país) sobre a prática de desportos pelas mulheres:

Deliberação – CND – Nº 7/65

Nº 1 – Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação.

Nº 2 – Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 62-63).

Moura (2003) recorda que a proibição da prática do futebol pelas mulheres acaba tendo desdobramentos até mesmo nas aulas de educação física escolar. Assim, na escola, que seria o ambiente propício para as meninas terem contato com essa prática, as alunas não puderam ter contato com o futebol.

Acreditamos que não havia mesmo a tradição de se incluir o futebol como modalidade esportiva nos programas das aulas de turmas de meninas, e naquele momento – em

que o esporte era alçado à condição de conteúdo hegemônico nas aulas de educação física, ocupando o espaço que durante muito tempo esteve destinado aos métodos ginásticos – poderia ter-se constituído uma importante possibilidade para uma maior aproximação das meninas com a prática do futebol, caso não houvesse as leis que proibiam a prática da modalidade.

Sobre esse fato, Reis (1998) admite que a história da participação da mulher no futebol – que fora restrita por decretos e dispositivos legais permeados por discursos preconceituosos – sustenta a cultura de que este consiste em um esporte masculino. Porém, a autora afirma que, sendo a construção cultural um processo dinâmico, a qualquer momento a sociedade seria capaz de superar os mitos e convenções existentes, resultando até mesmo na revisão dos preconceitos de gênero apontados no futebol.

3.4 Da legalização à erotização do futebol de mulheres no Brasil

Após um período de embates marcados pelas restrições legais e pelo discurso normativo da medicina, a situação do futebol praticado por mulheres passa a se reconfigurar a partir dos primeiros anos da década de 1980, tendo em vista que apenas no ano de 1979 a proibição da prática do futebol pelas mulheres foi revogada por meio da deliberação nº 10 do CND (BRASIL, 1979), permitindo o reconhecimento de que era necessário estimular as mulheres nas diversas modalidades (CASTELLANI FILHO, 1988; REIS, ESCHER, 2006)⁴¹.

⁴¹ Em outros países, foi o período em que o futebol feminino iniciou competições internacionais, fato que contribuiu e pressionou uma revisão da legislação brasileira. Período que coincide também com as primeiras transferências de jogadoras para a Europa.

DELIBERAÇÃO Nº 10/79

Baixa instruções às entidades
Desportivas do país, para a
prática de desportos pelas mu
lheres.

O CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS, no uso das atribui -
ções que lhe são conferidas pelo Art. 42 da Lei 5.251 de 1975, e
do Decreto nº 80.228 de 1977;

DELIBERA:

1. As mulheres se permitirá a prática de desportos na
forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades in-
ternacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competi -
ções, observado o disposto na presente deliberação.

2. A permissão a que se refere o item 1, desta delibe-
ração, só é aplicável quando a entidade internacional realizar a
prática do desporto pelas mulheres, em seus campeonatos ou
torneios oficiais.

3. As entidades máximas dirigentes dos desportos no
país poderão estabelecer condições especiais para a prática de
desportos pelas mulheres, tendo em vista a idade ou o número
incipiente de praticantes em determinada modalidade, observadas
porém as regras desportivas das entidades internacionais.

4. No caso de desporto, que ainda não seja praticado no
Brasil ou que não seja dirigido por entidade internacional, a
entidade dirigente no Brasil, deverá solicitar ao CND a devida
autorização, para que possa ser praticado pelas mulheres.

5. A participação de mulheres e homens em provas ou
competições mistas, só será permitida nas condições também permi-
tidas pelas entidades dirigentes internacionais, nos seus campeonatos ou torneios oficiais.

6. A presente deliberação entrará em vigor na data de
sua publicação, revogada a Deliberação nº 07/65.

Figura 12 - Texto original da deliberação nº 10/79 do CND. Fonte: Brasil (1979).

O texto da deliberação nº 10/79 não deixa dúvidas quanto às intenções do CND de adequar-se aos parâmetros das entidades esportivas internacionais, como evidenciam todos os

seus parágrafos. Ao estabelecer em seu parágrafo 2, a permissão à prática esportiva pelas mulheres, condicionada às modalidades com competições oficiais organizadas pelas entidades internacionais, o CND revela sua preocupação em figurar nesses eventos com representação de mulheres, ampliando as possibilidades de êxito esportivo.

Reforçando a tendência de ampliação dos direitos das mulheres no campo esportivo, o próprio CND reforça e legaliza essa nova configuração, baixando em 6 de março de 1986 a recomendação nº 2, na qual “[...] reconhece a necessidade de estímulo à participação da mulher nas diversas modalidades desportivas no país [...]” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 64).

No tocante ao futebol feminino, Reis (1998) afirma que esses dispositivos legais são fruto do avanço internacional da prática do futebol por mulheres que repercutiu no país, implicando a permissão da prática da modalidade de forma institucionalizada a partir de 1979. Realmente, conforme já observamos, a FA proibira a prática do futebol de mulheres nos estádios de seus afiliados no Reino Unido em 1921, restrição esta que segundo Newsham (1997) perdurou até 1971, ano em que a entidade passou a reconhecer a prática do futebol por mulheres.

Segundo Franco Júnior (2007), em 1951 também a Fédération Internationale de Football Association (FIFA) posicionou-se contrária à prática do futebol por mulheres, recusando-se a cuidar da modalidade, afirmando que se tratava de questão de biologia e de educação, devendo então ser tratada por médicos e professores. O autor afirma que apenas na década de 1970 as federações da Alemanha Ocidental, Inglaterra e França suspenderam o veto à prática do futebol pelas mulheres. A aceitação por parte da FIFA levou mais algum tempo, fazendo com que a entidade organizasse um torneio internacional feminino apenas em 1988, na China, país que sediaria a primeira Copa do Mundo da categoria em 1991.

Não podemos também desconsiderar que no panorama político o país respirava novos ares em 1979, com o processo de abertura política, a crise econômica e o recuo do governo militar, que preocupado com a insatisfação generalizada da população passava a fazer concessões, como a anistia aos presos políticos caçados pelo Regime Militar e o restabelecimento do pluripartidarismo, ambos os episódios ocorridos no mesmo ano de 1979, evidenciando que a legalização da prática do futebol e de outras modalidades vetadas às mulheres pelos decretos anteriores fazia parte de um processo de redemocratização da sociedade brasileira.

Em meio a esse contexto, Souza e Mourão (2011) revelam que em 1976 foi instaurada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para examinar a situação da

mulher em todos os setores de atividade (social, trabalhista, político, legal, entre outros). A CPMI teve início em 1977, ouvindo naquele ano 32 mulheres, entre elas as autoras destacam a expoente nadadora Maria Lenk e a jornalista e tenista Íris de Carvalho, que compareceram à comissão para discursar a respeito do esporte. “Em seus discursos, sugeriram a revogação do decreto-lei que prejudicava a participação das mulheres em determinados esportes e reivindicaram o direito de escolha das mulheres de se exporem ou não às periculosidades dos esportes de contato e alto impacto” (SOUZA, MOURÃO, 2011, p. 39).

Outro episódio que merece destaque refere-se ao episódio em que, no mesmo ano de 1979, o então presidente da Federação Guanabarina de Judô (atual Confederação Brasileira de Judô – CBJ), Joaquim Mamede de Carvalho e Silva, inclui na delegação brasileira quatro judocas mulheres que participariam do Sul-Americano de Montevideu, inscritas no CND como homens para conseguirem a liberação do órgão nacional e consequentemente as passagens aéreas para o evento. Com os resultados conquistados pelas atletas, a equipe brasileira obteve pontuação suficiente para alcançar o título de campeão geral do Sul-Americano, fato que não seria possível competindo apenas com a equipe masculina.

Segundo Souza e Mourão (2011), a conquista sensibilizou o então presidente do CND, que, assim como Joaquim Mamede, compartilhou da opinião sobre a importância da participação das mulheres nas competições de judô.

Cabe mais uma vez ressaltar que a restrição legal à prática de determinadas modalidades esportivas, desde os anos 1940, não pode ser tomada como a inexistência destas no país, como revela então o próprio episódio do Sul-Americano de judô, considerando que, caso não houvesse treinamentos por parte das atletas, seria muito pouco provável a conquista de medalhas em uma competição internacional. Portanto, as proibições devem ser tomadas muito mais como sanções para a participação, principalmente em competições internacionais ou sob a chancela dos órgãos nacionais que regulavam as diferentes modalidades esportivas constantes nas legislações proibitivas. Nesse mesmo sentido, Goellner (2004) admite que as práticas esportivas seduziam e desafiavam muitas mulheres, que se lançavam à prática dessas modalidades, indiferentes às condicionantes morais e sociais e subvertendo o discurso hegemônico da interdição.

Em contrapartida, devemos considerar que sempre se faz presente um tensionamento que contrapõe atitudes de transgressão e subversão por parte das diferentes modalidades que

sofreram com os episódios de restrições e proibições legais, com iniciativas de concessões na maioria das vezes com apelo sexista e de caráter oportunista, como é o caso da estratégia da CBJ, que nas décadas de 1980 e 1990 enviava o grupo feminino somente às competições em que homens e mulheres participassem simultaneamente, resultando na ausência da equipe feminina em quatro campeonatos mundiais de judô durante a década de 1980.

Dez anos depois da legalização do judô feminino no País, as judocas ainda esbarravam em dificuldades provenientes das possíveis estratégias da CBJ, que queria que as atletas somente participassem de competições em que a classificação do Brasil no quadro geral de medalhas estivesse assegurada – o que indica discriminação e um certo machismo na condução do esporte no País pela Confederação Brasileira de Judô (SOUZA, MOURÃO, 2011, p. 112).

No período que cerca a legalização da prática do futebol às mulheres no país, Moura (2003) destaca que a revista **Placar** (o mais importante periódico especializado em futebol) passa a dar algum destaque a essa prática, abordando-a pelo viés da erotização e com o discurso machista que institui as jogadoras como objetos sexuais. Esse tom machista da revista pode ser identificado em uma matéria publicada no ano de 1978 – portanto, às vésperas da legalização –, na qual se descreve a forma como o futebol de mulheres estava se desenvolvendo na Holanda e tendo como manchete o sugestivo título “Troca de camisas, o melhor deste jogo”.

Fotografias, manchetes e textos apelativos e de caráter machista foram a tônica das matérias da revista ao tratar o futebol de mulheres naquele período. Esse tipo de reportagem indica a insistência em mostrar ao público leitor que “só há lugar para a mulher que cause suspiros ao público masculino não pelas jogadas de técnica e efeito, mas pelos traços atraentes e sensuais que possa ter” (MOURA, 2003, p. 59-60).

Mourão e Morel (2005) revelam que ainda na década de 1970 e início da década de 1980, mesmo em meio às restrições legais, o futebol de mulheres teve registro na mídia, sendo notícia nos jornais e revistas. Entretanto, o teor das manchetes e dos textos publicados sinalizava para as desigualdades de gênero no futebol, com a exposição da história da mulher associada às praticantes: “O futebol depois da louça lavada” (Matéria publicada no **Jornal do Brasil** de 29 de novembro de 1976, no Rio de Janeiro), “Mesa tirada, rumo à praia para o futebol” (Matéria publicada em **O Globo** de 11 de abril de 1976, no Rio de Janeiro), “Elas namoram, estudam e ainda jogam futebol” (Matéria publicada na **Ih Revista** de 31 de outubro de 1981, no Rio de Janeiro) (SALLES, SILVA, COSTA, 1996, p. 81).

As autoras ressaltam que naquela época os times de futebol de praia reuniam na zona sul do Rio de Janeiro moças da classe média do bairro de Copacabana. Chamam também a atenção para o fato de que elas levavam para a praia os seus namorados para assistirem a seus jogos; ressaltam ainda para o fato de esses jogos contarem com a presença de empregadas domésticas, que costumavam jogar futebol após saírem do trabalho.

Mourão e Morel (2005) observam que o conteúdo das reportagens jornalísticas entre as décadas de 1970 e 1980 são metáforas polissêmicas e irônicas que ridicularizam a presença das mulheres em campo.

Moura (2003) analisa as mudanças no tratamento dado ao futebol de mulheres pela imprensa nos periódicos consultados por ele no decorrer de sua pesquisa, enumerando quatro proposições sobre como se construiu esse discurso da mídia:

1. Apresentação de uma novidade: “futebol de saias”; “mulheres jogam um bolão”; “saí salto alto, entra chuteiras”;
2. Comparação da habilidade das jogadoras com o estilo masculino de jogar futebol; oscilando entre a competência das mulheres para jogar como os homens e a indicação de que elas ainda estavam longe da “perfeição masculina”;
3. Afirmação da preservação da feminilidade mesmo que a mulher jogue futebol: cuidando da beleza, a mulher supera a virilidade do futebol;
4. Apresentação da mulher que encara o futebol como profissão efetiva.

Mourão e Morel (2005) admitem que nos anos de 1980 e 1990 houve um movimento da mídia impressa no intuito de transformar a imagem masculinizada da esportista, veiculando em seu discurso a representação das musas esportivas, materializadas na imagem de atletas de diferentes modalidades. Segundo as autoras, o futebol não se enquadrou nesse projeto, implicando inibição e marginalização de sua prática pelas mulheres e na atribuição do rótulo de esporte masculino no imaginário social.

Em sua dissertação de mestrado, Moura (2003) analisou a trajetória da equipe de futebol de mulheres do Guarani Futebol Clube na década de 1980. O clube organizou sua equipe de mulheres em 1983, inicialmente apenas para participar de uma partida preliminar do jogo entre as equipes profissionais de homens do Guarani e do Corinthians que ocorreria no Estádio Brinco de Ouro da Princesa (estádio do Guarani F. C., na cidade de Campinas). Em virtude de problemas

na organização, a preliminar foi adiada para outro jogo do Guarani, dessa vez contra o Goiás, e a partir de então o time de mulheres começou a ganhar corpo, passando a receber jogadoras que não eram associadas do clube.

No ano de 1984, após uma série de conquistas em campeonatos locais no ano anterior, a equipe de mulheres do Guarani realizou uma série de peneiras objetivando fortalecer a equipe para a participação naquele que teria sido divulgado pela imprensa local à época como o Primeiro Campeonato Paulista de Futebol Feminino. O Guarani classificou-se para a segunda fase daquele campeonato, chegando a ser o vice-campeão do interior, atrás apenas do XV de Piracicaba. Moura (2003) aponta que opositoristas ao futebol de mulheres dentro do próprio clube podem ter sido os responsáveis pela extinção da equipe no final de 1984, conforme revela uma das ex-atletas do clube daquele período:

[...] Tinha muita oposição no clube, eles faziam de tudo para difamar a gente, para acabar com o futebol feminino, porque o futebol feminino começou a aparecer bastante. Começou uma intriga. Na minha cabeça, esta intriga foi trabalhada por algumas pessoas entre as meninas e acabou com as meninas se desentendendo. Meninas que se entendiam tão bem! Iam super bem e acabou o time. Puro interesse do próprio clube e do próprio machismo de quem era contra o futebol feminino [entrevistada na pesquisa de dissertação de mestrado, identificada como jogadora D] (MOURA, 2003, p. 73).

Tal excerto focaliza o cenário difuso que compreendia a prática do futebol pelas mulheres naquele período, marcado pela iniciativa de alguns entusiastas da modalidade e pela coragem das moças que se lançavam a desafiar a ordem vigente, o preconceito e a oposição, inclusive daqueles que supostamente poderiam colher os frutos desse desempenho, a saber, os representantes do clube que vinha tendo uma exposição vitoriosa com a campanha bem-sucedida da equipe de mulheres.

É preciso destacar, ainda na década de 1980, a equipe de futebol feminino do Esporte Clube Radar, do Rio de Janeiro, que construiu uma invejável trajetória de conquistas nacionais e internacionais. O Radar originalmente surge como um clube de praia em Copacabana, no ano de 1932, criando seu time feminino, ainda para jogar na praia em 1981 a partir da iniciativa de seu dirigente Eurico Lira (ECHEVERRIA, 1984). De acordo com Duarte, Garcia e Luz (1996) o Radar teria construído a fama de clube invencível no circuito do futebol feminino durante a década de 1980, contabilizando dois pentacampeonatos (carioca e brasileiro), além de um

currículo impressionante, contando com apenas quatro derrotas em trezentas partidas disputadas⁴².

Contudo, Duarte, Garcia e Luz (1996) revelam que, segundo os críticos, o Radar alimentava o *marketing* de imbatível, evitando correr riscos, ou seja, não enfrentava os adversários mais fortes. Esta crítica foi rebatida por Eurico Lira que afirmava: “Não tenho culpa se muitos times sequer chegaram às finais dos brasileiros”. Naquele período, auge do Radar, o dirigente Eurico Lira passou a ser tomado como maior referência do futebol feminino no Brasil, chegando a ocupar o posto de coordenador da seleção feminina na CBF, permanecendo no cargo até o primeiro mundial oficial organizado pela FIFA, na China, em 1991, mesmo após a extinção do E. C. Radar em 1988. Duarte, Garcia e Luz relatam que o dirigente possuía um estilo autoritário, até mesmo escalando o time para os jogos e determinando as atividades dos treinamentos, negligenciando o papel do treinador. Relatos das atletas do Radar também apontam para uma imagem ambivalente do dirigente, pois, se por um lado elas enaltecem seu pioneirismo no incentivo ao futebol feminino, por outro lado identificam a forma como ele as explorava. Para ilustrar, podemos citar, por exemplo, o fato de o dirigente as obrigar a vender camisas do time quando o time excursionava pelo exterior. “Ele ajudou, incentivou muito, mas também ganhou muito dinheiro à nossa custa”, afirmou a meio-campo Cenira, capitã da Seleção Brasileira no mundial da Suécia em 1995.

⁴² Segundo Mourão e Morel (2005), de 1982 a 1986 o E. C. Radar realizou 44 jogos em três continentes, obtendo 39 vitórias, 2 empates e 3 derrotas. Entre suas principais conquistas destaca-se o Mundialito de Futebol na Itália em 1986. Em reportagem do jornal Folha de S. Paulo, de 13 de março de 1984, Borges (1984) afirma que em menos de três anos de existência o Radar apresentava um cartel de 135 jogos, com 124 vitórias, 10 empates e 1 derrota, tendo excursionado pelos Estados Unidos e Europa, vencendo a seleção da Espanha por 13 a 0 em 1982, época em que a seleção espanhola ocupava a terceira posição no *ranking* do organizado campeonato europeu.



Figura 13 - Eurico Lira passando instruções às jogadoras do Radar
 Fonte: Echeverria (1984). Fotógrafo: Ricardo Beliel

De acordo com matéria do jornal **Folha de S. Paulo**, de 24 de março de 1984, publicada dois dias após uma vitória do Radar, com um placar de 5x0 sobre a equipe do São Paulo, em jogo amistoso no campo do Nacional, as jogadoras do time enfrentaram recorrentes episódios de discriminação e preconceito em seus jogos, sofrendo agressões como jogarem areia nos olhos delas, pedradas e cusparadas, além dos rotineiros xingamentos. “O grande problema continua sendo a imagem que se faz de um grupo de garotas jogando bola. São sempre encaradas como um bando de sapatões. Mulheres masculinizadas, que escolhem um esporte violento para satisfazer os abomináveis desejos de um instinto degenerado” (BORGES, 1984, p. 24).

Entretanto, a matéria também destaca o fato de as jogadoras do time acostumarem-se a enfrentar e desafiar esse tipo de discriminação, instituindo-se como protagonistas de um movimento pela igualdade de direitos, comprovado pela fala de algumas das atletas, como a lateral e meia-esquerda Rosa, com 19 anos à época, que reconhece que “no momento em que a mulher sobe um degrau, a maioria dos homens não se conforma”. No relato da goleira Meg (à época, líder e mais experiente da equipe, com 27 anos), ela lembra de que “até para termos o direito de voto foi uma luta grande. No esporte não é diferente”; ao comentar sobre a questão da

homossexualidade no futebol praticado por mulheres, a goleira acrescenta que “homossexuais são parte de um grupo tão discriminado como os negros, os pobres e também as mulheres. Aos poucos, vamos quebrando barreiras. É como essa abertura política, irreversível, só vai parar quando elegermos nosso presidente. Já Nancy – creditada na matéria como uma bela meia-esquerda de 18 anos –, que projetava um futuro mais promissor para o futebol feminino, com muita sagacidade lança a seguinte provocação: “[...] é mais um passo das mulheres. Esse preconceito é bobo e um dia acaba. Já não tem mulher dando pensão para marido largado?”



Figura 14 - Equipe do Radar em jogo no Maracanã

Fonte: Duarte, Garcia, Luz (1996). Fotógrafo: Ricardo Beliel.



Radar: vitórias, gols e rendas de fazer inveja ao futebol dos marmanjos

Figura 15 - Jogadoras do Radar comemorando

Fonte: Echeverria (1984). Fotógrafo: Ricardo Beliel.

Retomando a discussão sobre homossexualidade⁴³, destacamos um excerto da reportagem que traz outras evidências que se somam aos relatos das atletas, quanto ao protagonismo das jogadoras do Radar em relação a um movimento contracultural na luta pelos direitos das mulheres e dos(as) homossexuais.

O homossexualismo é debatido com naturalidade e algum entusiasmo. Pio [*a ponta direita Gisella Maria Dutra*] acha que o problema existe em todo lugar, “inclusive entre os homens, no esporte ou não, mas é menos interessante para a sociedade de machos”. Iracema, chamada de “Rata”, acha que esse tipo de patrulha sempre existiu. “Mas é uma coisa que está aí na nossa cara. As esquinas estão cheias de travestis, os bares cheios de machonas. Não vê quem não quer”. [...] Conviver com risinhos contidos, observações ao pé do ouvido e olhares curiosos faz parte da vida dessas meninas, tanto quanto os gritos de “sapatão” ou “mulher-macho” dos estádios. No hotel [*no qual as atletas estavam hospedadas em São Paulo*], tinha hóspede querendo saber quem dormia com quem, imaginando casais, sem coragem para uma pergunta direta. “Já nos acostumamos. Essas reações são reflexos do medo das pessoas. Julgam-nos lésbicas e acho que até imaginam que isso seja contagioso”, diz Pio, rindo.

Dividindo um “walk-man”, outras duas jogadoras, Nancy e Márcia, passeiam pelos arredores do hotel, atrás vem outro grupo. Brincam e riem muito. [...] Algumas pessoas se espantam. “É preciso mesmo muito amor para enfrentar algumas coisas”, diz Rosa.

⁴³ O subtítulo dessa seção da matéria do jornal Folha de S. Paulo é “Homossexualismo”; contudo, optamos por substituí-lo por homossexualidade, concordando com Goellner (2009), que afirma que o termo “homossexualismo” é pejorativo, uma vez que o sufixo “ismo” é indicativo de patologia ou doença, tributário de uma ideologia que norteava as políticas públicas de saúde, anteriormente a 1990, ano em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) eliminou o termo homossexualidade do Código Internacional de Doenças (CID).

De volta ao hotel elas se reúnem em torno do afinado violão de Pio. Tocam-se com carinho, riem. Alguém arrisca um cafuné. Pio começa a cantar: “Qualquer maneira de amor vale a pena / qualquer maneira de amor valerá...” (BORGES, 1984, p. 24).

O relato apresentado na matéria de Borges (1984) revela o discernimento das jogadoras em relação ao tabu social que enfrentavam no que diz respeito ao rótulo de “sapatões” e “lésbicas”, que era indissociável das mulheres que praticavam futebol. Revela ainda, conforme o próprio jornalista observou, o desprendimento dessas jogadoras em relação às constantes manifestações de discriminação e preconceito que enfrentavam – por vezes de maneira explícita, por vezes velada –, pois, além de não abrirem mão de conviver com afetividade, enfrentando os olhares, risinhos e comentários, ainda tinham a sublimação de fazer piada com a própria discriminação sofrida.

Relatando sobre o comportamento das atletas nos três dias em que estiveram em São Paulo, por conta do referido amistoso, Borges (1984) admite que elas comportavam-se como profissionais, informando que ganhavam salários médios de Cr\$60 mil⁴⁴, além de moradia. Afirma também que o dono e presidente do clube, Eurico Lira, conseguiu um patrocínio para a equipe no valor de Cr\$1,9 milhão⁴⁵, para usar durante seis meses o distintivo do Banco do Estado do Rio de Janeiro em seu uniforme. Echeverria (1984) reafirma o mesmo valor como média salarial das atletas do Radar, complementando que eram originárias dos segmentos mais pobres da sociedade e da classe média baixa com idade entre 15 e 28 anos, cumprindo uma rotina de três horas diárias de treinamentos de segunda a sexta-feira e jogos aos finais de semana. Contudo, Echeverria (1984) diverge dos valores apontados por Borges (1984) em relação ao patrocínio do Banco do Estado do Rio de Janeiro, pois, segundo ela, o banco pagaria uma quantia de Cr\$6 milhões⁴⁶ mensais, que ainda segundo a mesma autora seria suficiente para arcar com a metade das despesas do time.

Echeverria (1984) apresenta ainda outros números relativos aos salários e despesas de clubes de futebol feminino em diferentes estados do Brasil no ano de 1984. O Clube Bahiano de Tênis, segundo ela, era formado por universitárias que treinavam três vezes por semana e

⁴⁴ O valor médio dos salários das atletas, de Cr\$60 mil, corrigido pelo IPC-A (IBGE), corresponde ao valor de R\$407,68 em dezembro de 2012. (CALCULADORA..., 2013).

⁴⁵ O valor do patrocínio do Radar, de Cr\$1,9 milhão, corrigido pelo IPC-A (IBGE), corresponde ao valor de R\$12.909,78 em dezembro de 2012. (CALCULADORA..., 2013).

⁴⁶ O valor mensal de Cr\$6 milhões, pago pelo Banco do Rio de Janeiro ao Radar, a título de patrocínio, segundo Echeverria (1984) corresponderia a R\$28.459,18 em dezembro de 2012, corrigido pelo IPC-A (IBGE) (CALCULADORA..., 2013).

possuíam participação nas verbas de patrocínio e na arrecadação dos jogos, garantindo às atletas uma retirada média de Cr\$200 mil⁴⁷. Segundo a autora, os clubes gaúchos seriam uma exceção à época, por não pagarem salários às atletas, chegando ao ponto de o Grêmio encerrar as atividades do futebol feminino. Em Minas Gerais o destaque ficava por conta do Atlético Mineiro, que à época sinalizava com a possibilidade de contratar a então jovem revelação de 19 anos, Michael Jackson (que estava no Radar). O Atlético investia Cr\$1,7 milhão⁴⁸ mensal no futebol feminino, com salários que variavam entre Cr\$40 mil e Cr\$70 mil⁴⁹. O clube disponibilizava um ônibus próprio para o time feminino e alugava uma casa para alojar sete atletas que eram de fora de Belo Horizonte. Já o Pinheiros, time campeão paranaense daquela temporada, investia por volta de Cr\$1,5 milhão⁵⁰ mensais no futebol feminino.

Em relação ao estado de São Paulo, Duarte, Garcia e Luz (1996) afirmam que nos anos de 1970 destacou-se uma equipe formada por vedetes de casas noturnas que fora chamada de Águias. Da extinção do Águias, em 1975, surgem duas equipes formadas pela rivalidade de duas de suas ex-jogadoras: a ponta-direita Kaffé, que criou o Kaffé Futebol Feminino (posteriormente chamado de Moustache); e Veranice, que criou o Panterinhas. Em 1982, o empresário Newton de Castro Ribeiro, ex-jogador de futebol, pioneiro no ramo de casas de massagem para homens (*relax for men*, segundo os autores), fundou o Ísis Pop, recrutando as jogadoras do Moustache e do Panterinhas com o objetivo de desbancar a hegemonia do Radar.

Ainda conforme Duarte, Garcia e Luz (1996), após ser derrotado pelo time da Associação Desportiva da Polícia Militar (ADPM – equipe formada por filhas de policiais) no Campeonato Paulista de Futebol Feminino⁵¹, e deste time ser desativado logo após a conquista do título, Newton Ribeiro convida todas as jogadoras do time da Polícia Militar para se integrarem ao elenco do Ísis Pop.

⁴⁷ O valor mensal de Cr\$200 mil de retirada das atletas do Clube Bahiano de Tênis corresponderia a R\$948,64 em dezembro de 2012, corrigido pelo IPC-A (IBGE) (CALCULADORA..., 2013).

⁴⁸ O valor mensal de Cr\$1,7 milhão investido no futebol feminino pelo Atlético Mineiro corresponderia a R\$8.063,43 em dezembro de 2012, corrigido pelo IPC-A (IBGE) (CALCULADORA..., 2013).

⁴⁹ Os salários que variavam entre Cr\$40 mil e Cr\$70 mil das jogadoras do Atlético corresponderiam a uma variação de R\$189,73 e R\$332,02 em dezembro de 2012, corrigido pelo IPC-A (IBGE) (CALCULADORA..., 2013).

⁵⁰ O investimento mensal de Cr\$1,5 milhão feito pelo Pinheiros do Paraná em seu time de futebol feminino corresponderia a R\$7.114,79 em dezembro de 2012, corrigido pelo IPC-A (IBGE) (CALCULADORA..., 2013).

⁵¹ Embora os autores não precisem o ano de realização desse Campeonato Paulista, é possível inferir que seja em 1982 ou 1983, tendo em vista a combinação de informações presentes no texto: “[...] em outubro de 1982 o empresário Newton de Castro Ribeiro [...] fundou seu time, o Ísis Pop. [...] O Ísis Pop terminou o Campeonato Paulista em segundo lugar, atrás da Associação Desportiva da Polícia Militar, formada por filhas de policiais. Em seguida a PM desativou a equipe e Ribeiro convidou todas elas a mudarem de camisa. [...] Em seis meses o Ísis Pop já era o melhor time de São Paulo” (DUARTE, GARCIA, LUZ, 1996, p. 51).

Ainda vale acrescentar que Echeverria (1984) também relata esse fato acrescentando que Ribeiro também convidou algumas das melhores jogadoras dos clubes do interior paulista. Com um elenco de 25 jogadoras que recebiam em torno de Cr\$300 mil⁵² mensais, sendo também empregadas nas empresas de amigos e em uma indústria de componentes para computadores do próprio dirigente Ribeiro, o Ísis Pop teria sido à época, ao lado do Bahiano de Tênis, o grande empregador do futebol feminino no Brasil. Entretanto, cabe a ressalva de que o termo empregador não se refere a um regime profissional de trabalho, pois as estratégias de empregar as atletas em empresas com outras atividades e o de participação nos lucros de patrocínios e arrecadações de jogos sugerem um mecanismo para dissimular qualquer relação empregatícia com os clubes (à época não havia legislação esportiva específica para tratar do atleta profissional).

Tais informações se revelam extremamente relevantes para nosso estudo, pois sinalizam para uma profissionalização de fato das atletas de futebol nos anos de 1980 e para a obtenção de patrocínios para o futebol feminino, situação que nos motivam a desenvolver esta pesquisa, considerando que passados quase 30 anos e as condições de trabalho ainda são inexistentes no futebol de mulheres brasileiro. Esse fato revela, mais uma vez, que na ausência de políticas de ações afirmativas para a igualdade de gênero, o futebol feminino depende de iniciativas individuais, que dificilmente se sustentam em projetos em longo prazo, conforme atestado pela extinção do time do Radar em 1988.

Com o encerramento da equipe do Radar, o futebol feminino no país sofre um profundo golpe, pois a equipe representava o país nas poucas competições ou partidas internacionais nas quais o Brasil figurou no final dos anos de 1980. Darido (2002) afirma que somente em janeiro de 1991 os dirigentes voltaram a procurar as jogadoras para formar uma seleção para o mundial na China. Após a saída de Eurico Lira do cargo de coordenador da seleção feminina, a CBF trouxe para o comando da o então dirigente da equipe do Saad⁵³, Romeu Castro, e o experiente técnico Zé Duarte. Romeu Castro fez parte da parceria que a CBF firmou com a empresa *Sport Promotion*, que coordenou o futebol feminino para a CBF a partir de 1994.

⁵² O valor de Cr\$300 mil, referente aos salários médios das jogadoras do Ísis Pop, corresponderia a R\$1.422,96 em dezembro de 2012, corrigido pelo IPC-A (IBGE) (CALCULADORA..., 2013).

⁵³ Fundado no dia 28 de abril de 1961 pelo empresário Felício José Saad, o Saad Esporte Clube teve sua origem como uma equipe profissional masculina sediada na cidade de São Caetano do Sul/SP. Em 1985 o Saad abre espaço para o futebol feminino, pela iniciativa de Romeu Castro e Mara Villas Bôas de Carvalho, ex-dirigentes de futebol feminino do Guarani F.C. de Campinas, clube que encerrou as atividades da equipe de mulheres em 1984 (TERRA, 2006).

Segundo Duarte, Garcia e Luz (1996), à época dos Jogos Olímpicos de Atlanta de 1996, as jogadoras da Seleção Brasileira de Futebol precisavam também jogar futebol de salão para complementar a renda. A situação das atletas era realmente bastante precária, sendo que a SABESP⁵⁴, de São Paulo, que figurava com uma equipe de futebol feminino que contava em seu elenco com as titulares da seleção, Sissi, Márcia Taffarel e Fanta, mantinha um teto salarial de R\$500,00 (esse era o salário de Sissi, à época melhor jogadora do Brasil e uma das melhores do mundo). Para se ter um paralelo, os autores afirmam que enquanto qualquer garoto de uma equipe juvenil já comprava seu carro importado logo que assinava o primeiro contrato como profissional, em 1996, Sissi só havia conseguido trocar há pouco tempo seu Fiat 147, ano 1980, e “mesmo assim a troca foi por um modelo Uno 93, com a diferença financiada em 24 suaves prestações de 308 reais” (DUARTE, GARCIA, LUZ, 1996, p. 49).

Ainda segundo os autores, no mundial da Suécia, em 1995, as jogadoras da seleção recebiam míseros R\$8,00 a título de diárias. Além disso, relatam um episódio no qual as jogadoras Márcia Taffarel e Sissi supostamente teriam sido indicadas pela Mizzuno, fabricante de materiais esportivo, para receberem U\$6 mil de patrocínio para usarem as chuteiras da sua marca; porém, quando o gerente de *marketing* da empresa fez contato com o diretor da CBF, Luiz Miguel de Oliveira, para fazer a oferta, o dirigente não teria passado a ligação para as atletas alegando que aquele não era o momento para se fazer negócios.

Desse modo, podemos verificar que a pretensão de uma profissionalização das mulheres no futebol no Brasil é matizada por episódios de conquistas e retrocessos, evidenciando-se os êxitos notadamente por iniciativas isoladas e individuais, enquanto a participação da CBF restringe-se aos exemplos de retrocessos.

⁵⁴ A equipe tinha o apoio da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), recebendo o nome desta companhia.



Figura 16 - Seleção Brasileira nos Jogos Olímpicos de Atlanta 1996

Fonte: Cardoso (1996). Fotografia: Ricardo Correia.

Ainda tratando da década de 1990, entra em cena um movimento que busca a popularização do “futebol feminino” no Brasil por meio de uma estratégia de marketing que se baseava no “embelezamento das atletas”, reforçando mais uma vez os equívocos de uma política de inclusão da mulher no esporte. Ou seja, para ter direito à participação no futebol não bastava a ela jogar bem, tinha que ser bonita. Bonita, para que?

Toledo (2002) lança mão de um conceito que pode ser transposto como categoria de análise para a interpretação desse mecanismo de “embelezamento” do futebol de mulheres, transformando-o em um “futebol feminino”. Trata-se do conceito de *formas-representações*. Segundo o autor, as *formas* referem-se às configurações que distribuem os jogadores no campo de jogo, segundo funções estabelecidas pelos treinadores; enquanto as *representações* consistem nos ajustamentos dessas *formas* num plano simbólico, “empiricamente observados em campo, repetidos à exaustão nos treinos, confirmados (ou não) numa partida e referendados (ou não) pela memória coletiva dos conjuntos de torcedores” (TOLEDO, 2002, p. 152).

Assim, a expressão *formas-representações* indicaria a imbricação entre as *formas* ou padrões fixados pelos profissionais responsáveis pela organização de um determinado time e as *representações* simbólicas mais genéricas de domínio comum dos demais agentes do espetáculo, assumindo o *status* de “estilos” ou “jeitos” de jogar. Dessa “simbiose” derivariam inúmeras

combinações, tais como “estilo brasileiro”, “jogar a Felipão”, “futebol-arte”, “jogar a Corinthians”, “futebol-força”, “estilo holandês”, “jeito sul-americano de jogar”, “jogo europeu”, “jogar a Luxemburgo”, entre outros.

Toledo (2002) admite que nessa lógica um atleta, ou mesmo um técnico de um time como o Corinthians, por exemplo, precisaria jogar ou propor *formas* de jogo, nas quais prevalecessem a vontade, a disposição, a “luta”, a “raça”, a “garra”, independentemente das suas qualidades profissionais. O autor assume ainda que essas *formas-representações* não são estanques, tampouco consensuais, atendendo a contingências que respondem a mediações de toda uma comunidade de interesses e configurações espaciais. O “estilo brasileiro” pode ser tomado como exemplo dessa instabilidade porque responde a demandas e circunstâncias diversas, conforme temos a seguir:

Sempre posta à prova pelas tensões simbólicas e materiais que estão na base do desenvolvimento da modalidade, a cada nova tecnologia empregada, a cada vitória ou derrota, a cada saber incorporado na preparação dos atletas, a cada seleção que desponta no cenário internacional rivalizando com a brasileira, ou mesmo num gesto, jogada ou atitude, reacendem-se os debates em torno dos desígnios desse futebol e a viabilidade do devir denominado “jogar à brasileira” (TOLEDO, 2002, p. 154).

Provocando uma aproximação do futebol de mulheres com o conceito de *formas-representações* proposto por Toledo (2002), acreditamos que a representação social da mulher foi uma barreira para a sua participação no futebol. Sob o argumento do “enfeimento”⁵⁵ e da “masculinização” do corpo, as mulheres foram desestimuladas a esta prática social. Em contrapartida, não se pode perder de vista as atitudes transgressoras das mulheres que não se intimidaram com esse tipo de entrave e que mesmo diante de todos os movimentos contrários mantiveram-se praticando o futebol. Afinal de contas, como sugere Goellner (2011, p. 6), “o fato de não serem nomeadas, evidenciadas, mostradas e narradas não significa, em absoluto, que as mulheres não estivessem, há muito tempo, presentes nas quadras, arenas, campos, parques, ginásio e ruas”. Enfim, o futebol de mulheres sempre esteve em cena, mas nem sempre essa cena teve visibilidade.

Na tentativa de estabelecer um novo paradigma para o “futebol feminino”, no final da década de 1990 os dirigentes do futebol paulista buscaram estabelecer novas *formas* para esta

⁵⁵ Embora não haja referências explícitas a quem seriam as “feias”, podemos assumir que são as mulheres pobres, negras, mulatas, mestiças, entre outras mulheres que sofrem diferentes tipos de discriminação em razão de suas origens étnicas e/ou situação socioeconômica.

prática, objetivando superar a ideia de que as mulheres que jogavam futebol seriam “masculinizadas”. De acordo com depoimento de Eriberto Moura para o **Jornal da UNICAMP** (SUGIMOTO, 2003), tal estereótipo fora construído desde a década de 1940, quando as mulheres pleiteavam seu espaço no futebol “copiando o que os homens faziam nos gramados”.

Elas faziam movimentos não condizentes com os de uma atleta mulher, cuspiam, contrariavam os conceitos da higienização, dos bons modos. Daí, a taxação de masculinidade. Quero mostrar que existem diferenças não apenas entre homens e mulheres nas práticas esportivas, mas também entre as mulheres, dependendo da classe social (SUGIMOTO, 2003, p. 12).

Negar a prática do futebol para as mulheres, sob a indumentária do discurso da higienização e da preservação dos “bons costumes”, reforça o processo de elitização das práticas corporais e de exclusão das mulheres das classes subalternas dessa esfera da participação no campo do lazer.

Com o suposto objetivo de formar uma nova geração de atletas para integrar a seleção brasileira, a Sport Promotion (uma empresa particular que passou a gerenciar o futebol feminino a partir de 1994, por meio de uma concessão da Confederação Brasileira de Futebol – CBF), organizou em conjunto com a Federação Paulista de Futebol (FPF) aquele que classificou como o “primeiro”⁵⁶ Campeonato Paulista de Futebol Feminino⁵⁷, a Paulistana-97, contando com a presença de oito equipes de clubes com tradição no futebol masculino (PINHEIRO, 1997). Esse campeonato contou com o apoio de patrocinadores próprios e com a transmissão dos jogos pela televisão.

Cabe ressaltar que, de acordo com os dados obtidos pelo *site* Wikipédia, o Campeonato Paulista foi interrompido entre os anos de 1988 e 1996 (Quadro 8) e, portanto, podemos inferir que a pretensão da FPF estaria ligada à necessidade de (re)estabelecer as bases para a organização de uma competição de futebol de mulheres em âmbito estadual. Contudo, o argumento de formar uma “nova geração” de atletas age no sentido de mascarar as reais intenções

⁵⁶ Embora seja o primeiro Campeonato Paulista de mulheres organizado e reconhecido pela FPF, assumimos a tese de que campeonatos paulistas foram realizados ao menos desde 1982 ou 1983, quando do título da ADPM sobre o Ísis Pop (ECHEVERRIA, 1984; DUARTE, GARCIA, LUZ, 1996).

⁵⁷ Consideramos o Campeonato Paulista a maior competição interclubes de futebol feminino do país pelo fato de já estar, no mínimo, em 2012, em sua 16ª edição (Wikipédia – Quadro 8) e contar com a participação de um mínimo de 14 equipes desde 2007. Conta com um calendário que nos últimos anos tem se estendido de abril a outubro, aproximadamente, mantendo clubes e atletas em atividade durante boa parte do ano, diferentemente da maior competição da categoria organizada pela CBF, a Copa do Brasil, que, apesar de envolver 32 clubes de todos os estados da Federação, é disputada no sistema de eliminatória simples, com o agravante de possibilitar a eliminação do jogo de volta, caso o visitante vença seu adversário por uma diferença igual ou superior a três gols nas partidas da primeira fase, ou seja, a equipe já pode ser eliminada após o primeiro jogo.

dessa estratégia, que seria a de explorar a erotização e a sensualidade das atletas para instituir uma “nova representação” para o “futebol feminino” e fidelizar um público masculino que, supostamente, estaria disposto a incorporar essa “nova estética do futebol”.

Quadro 8- Edições do Campeonato Paulista de Futebol Feminino com respectivos campeões

EDIÇÕES DO CAMPEONATO PAULISTA DE FUTEBOL FEMININO	
ANO	CAMPEÃO
1987	Juventus
<i>Entre 1988 e 1996 não houve disputa</i>	-----
1997	São Paulo
1998	Portuguesa
1999	São Paulo
2000	Portuguesa
2001	Palmeiras
2002	Portuguesa* / Fundesport-Araraquara**
<i>Em 2003 não houve disputa</i>	-----
2004	Fundesport-Araraquara
2005	Fundesport-Araraquara
2006	Botucatu
2007	Santos
2008	Botucatu
2009	Botucatu
2010	Santos
2011	Santos
2012	São José

*Campeão pela Federação Paulista de Futebol. **Campeão pela Liga Estadual de Futebol Feminino

Fonte: CAMPEONATO... (2013)

Elaboração: Osmar Moreira de Souza Júnior

Nesse mesmo período, em 1996, a prática do futebol por mulheres passou a fazer parte da programação televisiva brasileira na telenovela infantojuvenil **Malhação**, que passou a desenvolver uma trama baseada nesse tema contando com um elenco de atrizes jovens e alinhadas com os padrões de beleza socialmente vigentes, representando garotas que jogavam futebol.

O Saad Esporte Clube, percebendo que o interesse das moças pelo futebol crescia, fez um projeto de *marketing* cujo grupo de jogadoras obedeceria ao “novo perfil da modalidade”, de atletas jovens e sempre que possível atraentes. E acrescentava: “não é que as feias não entram mais, a novidade é que as bonitas estão chegando, e são bem-vindas”. Esse projeto teria o intuito de minimizar o preconceito existente em relação ao estilo da jogadora de futebol e assim

desenvolver o esporte no país. Acreditava-se que moças bonitas jogando futebol despertariam nas mulheres de todas as faixas etárias o interesse pela prática desse esporte (CARDOSO, 1996). Clubes tradicionais como Corinthians, Grêmio e Fluminense seguiram essa tendência.

O discurso do embelezamento do futebol de mulheres também atua no intuito de instituir uma padronização estética no campo esportivo, negando e buscando ocultar aquelas que não se enquadram nesses padrões. Mais uma vez recorremos à máxima estabelecida por Goellner (2011): o “silêncio não significa ausência!”, ou seja, a beleza sempre esteve presente no futebol de mulheres, mas silenciar sobre essa beleza e torná-la invisível em favor da instituição de uma nova estética que caminhe para a exploração e erotização do corpo feminino foi a estratégia adotada pelos clubes e pela FPF no intuito de legitimar a modalidade com vistas a estabelecer um novo mercado de consumidores, qual seja, o do público masculino do futebol, que hipoteticamente estaria disposto a consumir no mesmo “pacote” o futebol, mulheres sensuais e, por que não, outros produtos (como cervejas) que a este “pacote” poderiam ser somados.

É justamente nesse ponto que acreditamos fazer sentido o emprego do conceito de *forma-representação* como categoria de análise, tendo em vista que o mecanismo adotado pela FPF e pela empresa Sport Promotion nada mais é que uma tentativa de estabelecer novas *formas* para o futebol de mulheres, baseadas em atributos de uma estética feminina, desencadeando novas *representações* sociais que poderiam promover uma nova apreciação estética da modalidade, consolidando assim um mercado consumidor.

Com essa mudança de paradigma, além da competência técnica das jogadoras, tal qual se exige dos atletas homens do futebol, as atletas ainda deveriam se encaixar no perfil estético traçado pelos clubes, para que o esporte se transformasse em um empreendimento comercial (CARDOSO, 1996).

À primeira vista, tal procedimento poderia ser julgado como uma maneira de se dar o pontapé inicial para a popularização do futebol de mulheres, que, apesar da conotação preconceituosa e discriminatória, poderia produzir alguns efeitos positivos, como o aumento do número de praticantes. No entanto, as estratégias de vinculação de uma “estética feminina” com o futebol passaram a ser recorrentes. Prova disso foi a peneira (seletiva ou *draft*, como denominaram os organizadores) realizada para a seleção de atletas que disputariam o Campeonato Paulista de 2001, organizado pela FPF e pela empresa Pelé Sports & Marketing. O

projeto elaborado por essas entidades estabelecia que o embelezamento das atletas estaria entre os objetivos principais para o sucesso do torneio (ARRUDA, 2001).

De acordo com o então presidente da FPF, Eduardo José Farah, havia a “necessidade de se mostrar uma nova roupagem no futebol feminino, que se encontrava reprimido pelo machismo”. Assim, segundo o dirigente, seria preciso “tentar unir a imagem do futebol à feminilidade”. Para tanto, colocou-se no regulamento da competição um limite máximo de 23 anos de idade para as participantes, tendo em vista a maior possibilidade forjar uma representação erotizada valendo-se da juventude. Além disso, de acordo com Knijnik e Vasconcellos (2003), evidenciou-se uma preferência pelas candidatas de cabelos compridos, sendo barradas as jogadoras com as cabeças raspadas⁵⁸. “‘Aqui, com cabelo raspado não joga. Está no regulamento’, disse o vice-presidente da FPF Renato Duprat, o responsável pela organização do torneio paulista”, o dirigente ainda complementa dizendo que ‘se tivermos de escolher uma menina feia que jogue bem ou uma bonita que jogue mais ou menos, escolheremos a feia. Pode ter certeza’” (ARRUDA, 2001, p. D5). Apesar da declaração do vice-presidente, ao observarmos o regulamento do Campeonato Paulista de Futebol Feminino de 2001, não consta qualquer cláusula sobre o impedimento para atletas de cabelos raspados. Todavia, a afirmação do dirigente responsável pela organização do torneio estabelece o tom normativo em relação aos padrões estéticos que se desejava imprimir ao evento.

Em uma das entrevistas para sua pesquisa, Moura (2003) descreveu para uma das ex-jogadoras do Guarani essa estratégia da utilização de critérios estéticos para a seleção das atletas, colocada em prática pela FPF, e o comentário da entrevistada nos parece bastante esclarecedor:

Não deu certo, não é? Não foi pra frente isso daí, não é? [...] Se isso fosse prevalecer, no futebol masculino não tinha jogador em campo, pois tem muito homem feio jogando bola então! Craques, não é? Por que só no feminino vê isso? Pegue um time de futebol masculino e dá uma olhada! Dois, três. Só que tem o biótipo que a federação quer pra mulher. Aí sim, eu encaro como uma discriminação, como preconceito. Por que tem que ser assim? Pra fazer a mídia de quem ou pra quem? Para a federação? (Jogadora E) (MOURA, 2003, p. 107).

⁵⁸ Sissi, à época a melhor jogadora brasileira, estava careca naquele período e pelo regulamento não poderia disputar a competição. Contudo, não foi afetada pela medida, pois naquele ano jogava nos Estados Unidos, onde foi campeã da primeira edição da Women's United Soccer Association (WUSA) pelo seu time San Jose CyberRays (ARRUDA, 2001).

Analisando o comentário da entrevistada, é possível identificar claramente o tratamento diferenciado que é destinado aos jogadores e às jogadoras de futebol, considerando que apenas no caso delas os atributos estéticos são incorporados como critérios para um virtual sucesso da modalidade, ao passo que no futebol masculino bastaria o “talento futebolístico”.

A fala do vice-presidente da FPF Renato Duprat revela uma expectativa de que a estratégia de *marketing* do embelezamento poderia alavancar o desenvolvimento do futebol feminino, mas o aspecto que mais poderia contribuir para a estruturação do futebol de mulheres rumo a um modelo profissional diz respeito ao aporte financeiro e à cobertura televisiva articulados pela FPF para a Paulistana de 2001.

O Paulista feminino será “bancado pela FPF, que deve desembolsar cerca de R\$ 2 milhões. Os cinco clubes considerados grandes receberão cotas de R\$ 40 mil por partida. Os demais, R\$ 20 mil. O teto salarial das atletas é de R\$ 2.000, e o piso de R\$ 300. O torneio também deverá ter confrontos mostrados ao vivo na TV. A Rede TV! deve adquirir os direitos de transmissão (ARRUDA, 2001, p. D5).

Essas informações evidenciam a tentativa de se criar uma sustentação financeira inicial para a consolidação de um circuito que poderia resultar na profissionalização das jogadoras de futebol. Contudo, a vinculação desse modelo com a exploração da condição estética, atrelada a uma expectativa de sensibilização de potenciais patrocinadores e consequente lucratividade, não se mostrou um modelo viável e sustentável.

Uma “reliquia” carregada de simbolismos do ideário da erotização do futebol de mulheres nos foi apresentada por uma colega do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF-UNICAMP), que, coincidentemente, participou da referida seletiva e teve a feliz iniciativa de guardar o material durante tanto tempo. Trata-se de um pôster de divulgação da seletiva para a Paulistana-2001, direcionado às potenciais candidatas a participarem do campeonato. O pôster (FIGURAS 17 e 18) revela o caráter sexista e heteronormativo que a FPF procurou vincular ao evento.



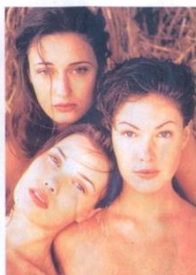
Figura 17 - Frente do pôster de divulgação da Paulistana-2001

Fonte: Acervo pessoal de Aline Edwiges dos Santos Viana

Já na capa desse material destaca-se a fotografia da então modelo e atriz Patrícia de Sabrit segurando uma bola de futebol e posando de perfil com o rosto (com expressão de modelo fotográfico) em destaque. As fotografias utilizadas na parte interna do encarte trazem também o apelo à sensualidade feminina, revelada pela utilização de uma provável modelo controlando uma bola de futebol (a postura da garota denuncia que não se trata de uma jogadora de futebol), trajando shorts curtos. Em outra foto, modelos posam com os rostos próximos e esbanjando olhares e atitudes sensuais (a foto insinua que as modelos estariam nuas). No pôster, destaca-se ainda a foto de um suposto casal de namorados, com explícito apelo aos relacionamentos heterossexuais, revelando as intenções dos organizadores de explicitar e colar à imagem do futebol de mulheres valores heteronormativos.

CAMPEONATO PAULISTA DE FUTEBOL FEMININO

Há mais de dez anos, os Campeonatos organizados pela Federação Paulista de Futebol são sinônimos de competência e criatividade. Agora a FPF vai levar ao Futebol Feminino toda a sua experiência, criando um campeonato para as meninas, como nunca se viu no Brasil.



Todas as mulheres que gostam de futebol terão chance de participar. A FPF está organizando um **draft** (Seletiva) nos dias 20, 21, 22 e 23/09, no Estádio Icaro de Castro Mello, ao lado do Ginásio do Ibirapuera. O espírito é o mesmo do draft da NFL, a Liga de Futebol Norte-Americano.



A seleção das candidatas vai contar com ninguém menos que ele, o atleta do século, o Rei do Futebol, Pelé. As escolhidas por um grupo de renomados técnicos de futebol, que trabalharão ao lado de Pelé, serão contratadas pelos clubes que vão disputar o Campeonato Paulista. É realmente uma grande oportunidade para você, que gosta de jogar futebol.



As jogadoras vão usar uniformes especiais.

A Topper, uma grande empresa brasileira do setor, está desenvolvendo calções, camisas e chuteiras para deixá-las charmosas e belas também dentro de campo.

Os clubes terão a garantia da FPF de cotas financeiras, para cobrir as despesas com o time. O campeonato também terá a visibilidade garantida por transmissão ao vivo pela televisão e até a venda dos direitos para o exterior. A beleza da mulher brasileira será, mais uma vez, conhecida no mundo inteiro.



Administração
Eduardo José Farah

É a Administração Eduardo José Farah, que depois de revolucionar, aprimorar e tornar rentáveis os campeonatos masculinos, começa uma nova era para o Futebol Feminino. E para o próprio futebol do Brasil. É o estilo do Presidente entrando em campo.



NUNCA A MULHER BRASILEIRA QUE JOGA FUTEBOL FOI TÃO VALORIZADA.

Figura 18 - Verso do pôster de divulgação da Paulistana-2001

Fonte: Acervo pessoal de Aline Edwiges dos Santos Viana

Com relação ao texto do pôster da Paulistana-2001, duas passagens chamam a atenção pela exploração da “beleza feminina” como mote para a adesão do público (masculino) ao evento. O primeiro diz respeito à adequação dos uniformes do torneio a uma suposta demanda pela valorização das formas femininas: “As jogadoras vão usar uniformes especiais. A Topper, uma grande empresa brasileira do setor, está desenvolvendo calções, camisas e chuteiras para deixá-las charmosas e belas também dentro de campo”. No parágrafo seguinte, os organizadores reafirmam a tendência de apelar para a “sensualidade feminina” afirmando que “a beleza da mulher brasileira será, mais uma vez, conhecida no mundo inteiro”.

O pôster encerra-se com a seguinte legenda: “Nunca a mulher brasileira que joga futebol foi tão valorizada”. Entretanto, obviamente, essa mensagem não passou de um engodo, como bem demonstra a declaração de uma jogadora participante da seletiva entrevistada por Knijnik e Vasconcellos (2003, p. 15) em sua pesquisa:

Muitas meninas não passaram no teste porque não tinham, digamos assim, fisicamente condições para o campeonato. Porque eles queriam vender a imagem do campeonato, passar na TV, eles não iam querer ver uma desdentada, e queriam ver a loirinha. Então teve muita menina que passou porque era bonitinha e não porque jogava. Eu conhecia as meninas, muitas meninas que não tinham condições de jogar eu conhecia, e passaram porque eram bonitinhas. Como teve menina também que era do cabelinho ruim, não tinha dente, não passou e jogava bem. Foi muito de imagem e isso me irritou, me irritou mesmo.

Conforme depoimento da participante do estudo de Knijnik e Vasconcellos (2003), a pretensa valorização da mulher brasileira que joga futebol não se efetivou na Paulistana-2001, havendo, outrossim, uma depreciação das atletas que não atendiam a um perfil estético socialmente valorizado, repercutindo na discriminação e exclusão das jogadoras, em atividade ou em potenciais, que não se enquadrassem no estereótipo daquele que seria o campeonato de maior prestígio da categoria.

Um dos mais recentes episódios que recorrem à estratégia da erotização das jogadoras sob o argumento da “divulgação do futebol feminino” diz respeito ao calendário das Sereias da Vila (FIGURA 19), lançado em abril de 2011 em comemoração ao centenário do Santos Futebol Clube. O lançamento do calendário foi marcado por um desfile (FIGURAS 20 e 21) com as atletas do elenco do Santos, que também serviu para divulgar a nova coleção de moda praia com a marca do clube.

Embora os dois episódios não tenham sido anunciados como estratégias de *marketing* do “futebol feminino”, o discurso assumido pelas próprias atletas é revestido de um forte apelo pela vinculação da divulgação do desfile e do calendário na mídia, com uma possibilidade de divulgação do “futebol feminino”.

A própria jogadora Marta, que não desfilou e nem posou para as fotos, prestigiou o evento do desfile e lançamento do calendário e mostrou-se favorável à iniciativa de seu ex-clube no Brasil. “Estou muito feliz de poder estar aqui no Santos prestigiando as meninas, pois aqui eu me sinto em casa. Queria parabenizar o Santos, que sempre apoiou o futebol feminino, por essa iniciativa maravilhosa”, disse Marta ao *site* oficial do clube.

Entendemos que existe um componente de vaidade pessoal que torna difícil a avaliação de tal iniciativa do ponto de vista das subjetividades envolvidas. Contudo, não se pode menosprezar que do ponto de vista político, mais uma vez, reforça-se a prerrogativa de que a exploração da sensualidade feminina seria a “moeda de troca” para que o futebol de mulheres se desenvolvesse. Mais uma vez temos que desconfiar dessa tese, pois os fatos não a sustentam,

como prova a desativação do time de futebol feminino do Santos Futebol Clube, menos de um ano após o lançamento dessa estratégia de *marketing*.

Até que ponto uma nobre causa como o auxílio ao Instituto Brasileiro de Combate ao Câncer (IBCC), que ficaria com parte da renda das vendas dos calendários, justifica a sujeição e exploração do corpo daquelas que reivindicam o estatuto de profissionais do futebol? Por mais que entendamos as boas intenções das jogadoras ao participarem desse tipo de campanha, não podemos nos furtar da crítica à cooptação das mesmas à lógica da erotização do corpo da mulher, que se presta à manutenção de um ideário de masculinidade hegemônica. Mais uma vez fica clara a insistência das entidades dirigentes em instituir uma nova *forma* (estética) para o futebol de mulheres, que se traduziria em uma *representação* ligada a mais um produto para o consumo de massa masculino.

A história do futebol de mulheres brasileiro (KNIJNIK, VASCONCELLOS, 2003; GOELLNER, 2005a) e de outros países (CAUDWEL, 1999; HONG, MANGAN, 2004) tem demonstrado a recorrente estratégia de privilegiar a aparência das atletas e de impor padrões rígidos de feminilidade para essas mulheres, no que discordamos que seja o melhor caminho para consolidar ou promover qualquer esporte.

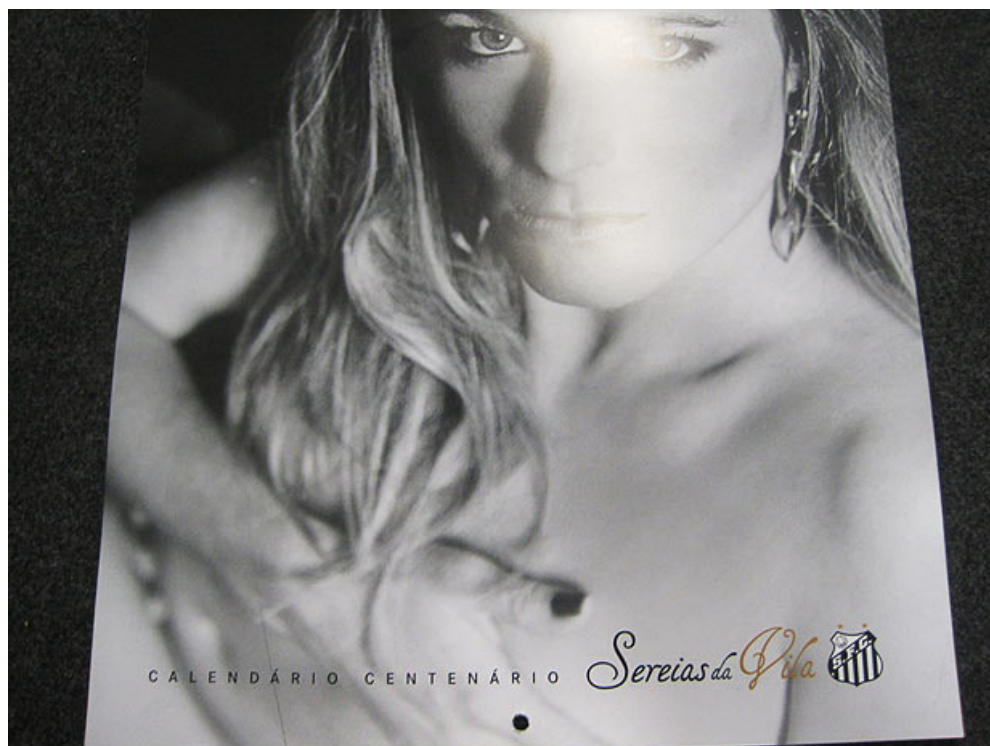


Figura 19 - Calendário das Sereias da Vila. Fonte: SANTOS... (2011). Foto: Diego Garcia.



Figura 20 – Jogadoras no desfile de lançamento do calendário das Sereias da Vila
Fonte: SANTOS... (2011). Foto: Ricardo Saibun (Gazeta Press).



Figura 21 - Jogadora desfila de biquíni no lançamento do calendário das Sereias da Vila. Fonte: SANTOS... (2011). Foto: Ricardo Saibun (Gazeta Press).

Em nossa pesquisa de campo, ao abordar a temática e especificamente o episódio do “calendário das Sereias da Vila”, foi possível observar o quanto o assunto causa polêmica. Nas entrevistas com comissões técnicas e dirigentes e nos grupos focais com atletas, houve quem se posicionasse favoravelmente à iniciativa e quem se mostrou completamente avesso a esse tipo de estratégia.

[Pesquisador: O que acha das estratégias de *marketing* de valorização da estética feminina, como o calendário feito pelo Santos?] Eu acho importante. [Pesquisador: O que percebe de positivo e negativo nesse tipo de estratégia?] Não, eu acho que negativo não, eu acho que só tem positivo, assim... porque **tá mostrando que o futebol feminino tem mulher bonita assim como no vôlei...** quando a gente pensa no vôlei, pensa no quê? Nos shortinhos curtos, nas meninas todas emperequetadazinhas, todas bonitinhas... embora, né, feia ou bonita... bonitinha, eu digo arrumadinha e estereótipo de jogadora de vôlei é esse, shortinho curto e isso e aquilo. Então eu acho que pro futebol feminino também é bom, porque se deu certo no vôlei, pode vir a dar certo no futebol feminino,

por mais que venha a ser um esporte de contato físico, fora de campo você pode ter atletas dessa maneira. Eu acho interessante, eu acho legal. **Traz público, traz marketing, o marketing traz dinheiro, e isso é só positivo.** [Pesquisador: Incentivaria uma iniciativa como essa aqui no time?] Eu incentivaria, mas se elas viessem a fazer, se elas venham a fazer, aí já acho mais difícil, não sei, é de cada uma, né, [...] não. Se fosse obrigatório e obrigatório não pode ser, né, tem que ser voluntariado e é bom pra elas também, né, **é bom pra autoestima se sentir bonita**, se sentir, né? (Lívia, treinadora do CLUBE C).

Ah acho que isso, eu acho que tá querendo usar a imagem das meninas, né, pra reverter. **Se for pra reverter, pra elas ou pro projeto, eu acho que é válido**, eu não sou contra não, acho até interessante. Já que tá difícil de captar recurso aí pro futebol feminino, por que não? Eu acho que seria interessante, ou fazer figurinhas, né, como... Aí tem que ver, tem que ver quem tá cuidando dessa parte de *marketing* aí, que é pouco explorado ainda né, eu acho (Jonas, dirigente do CLUBE C).

Bom, eu acho que o futebol feminino, ele, além de ser melhor que o masculino, ele é mais bonito. E **a mulher ela é bonita por natureza**, ela é o ser mais forte, tanto é que ela gera um filho, né!? E elas, desde que não seja uma coisa excessivamente voltada para a sexualidade, é... incentivando o sexo, eu acho que tinha que ter, é válido e tem que se explorar isso pra melhorar. **Teria que se explorar sim uma coisa sensualmente**, né, aproveitar a sensualidade e não a sexualidade. E é um *handicap* que tem, poderia ser feito, pode ser feito, deve ser feito, porque todos **nós gostamos de ver coisas bonitas, desde que não seja uma coisa depravada**. Então, poderiam ser sim, não existe desfile de moda? Então poderia fazer um calendário com as atletas vestidas, não precisa nem ser de mostrar nada. Pode ser vestidas, bem-vestidas, vestidas elegantemente, mostrando a beleza das jogadoras, né? E aliado a isso também, não só a beleza, porque a beleza não é só a beleza física, a beleza da integração da raça, das raças nesse esporte, nessa modalidade esportiva, né, mostrando o respeito que se tem que dar para todas (Dorival, treinador do CLUBE B).

ADRIANA: É legal porque **mostra a mulher**... tá querendo mostrar **a feminilidade**, tem que mostrar, entendeu? Joga futebol, é aquela coisa assim... máscula, aquela coisa assim... grossa, do futebol... só que tem a questão da mulher, entendeu? Então acho que é isso que eles tentaram mostrar. **Joga futebol... mas é... todas mulheres**, todas femininas, entendeu? Acho muito importante mostrar isso.

ELIANE: Tanto que a mídia foi muito em cima disso. O Jô Soares... até no Jô elas foram...

GISLAINE: **Mas falou do futebol ou falou do corpo das meninas?**

ELIANE: **Falou do corpo e do futebol**, Gislaine, divulgou os dois ao mesmo tempo.

GISLAINE: **Mas aí filha, vai ficar focado no corpo e vai esquecer do futebol. Na realidade elas vivem do futebol** (Grupo focal com atletas do CLUBE B).

ANDRÉIA: Eu acho que ajuda, mas não devia ser o foco.

PATRÍCIA: Infelizmente ajuda, né, na verdade...

ANDRÉIA: **Então, infelizmente ajuda, mas não devia ser o foco.** Eles deveriam puxar a atenção do público de uma outra forma, não só com a beleza, com a estética que você falou. Não só isso, isso aí devia ser 30%, vamos dizer assim. O restante devia de ser de outra forma. Porque é... isso é... eu acho moralmente muito baixo.

PATRÍCIA: A nossa sociedade é essa.

ANDRÉIA: **Eu acho moralmente muito baixo.**

RENATA: É, mas é o que os homens querem ver, né?

PATRÍCIA: A nossa sociedade é machista ainda.

MARINA: Você acha que eles vão assistir o jogo delas por quê? Por causa do [palavra inteligível].

PESQUISADOR: Mas vem cá, o Santos fazer um calendário aumenta o público no estádio?

GRUPO: Não.

PESQUISADOR: Aumenta tanto, muda?

GRUPO: Não. Eu acho que não

ANDRÉIA: Não sei.

RENATA: Eu acho que sim... Eu acho que... **a mulher no esporte, ela é vista mais pelo padrão da beleza, né? Eles não valorizam tanto a parte técnica**, essas coisas. Esses dias eu tava vendo uma reportagem na TV e o pessoal tava comentando da bandeirinha da... era uma mulher... [Pesquisador: no Globo Esporte] no Globo Esporte... ela tava bandeirando o jogo... [Pesquisador: e o repórter tava cantando ela...] e o cara tava cantando ela, então eles não tavam vendo o trabalho dela em si, eles tavam dando atenção pra beleza dela, porque ela era bonita...

RENATA: E com o futebol feminino é a mesma coisa, porque... por exemplo aqui, da própria Globo. **A Globo nunca falou nada em futebol feminino, quando o time do Santos posou, fez esse calendário, os caras tavam lá e foram filmar. Então, eles só falaram exclusivamente da beleza das meninas. Não citaram a colocação delas no campeonato, se elas tavam disputando campeonato, quem era, onde que a menina já jogou, nunca ninguém tinha ouvido falar dela, mas... pra falar da beleza eles tavam lá. Então eu acho que... como a Andréia falou, moralmente é uma coisa baixa...**

PATRÍCIA: Que nem a situação do... do mundial que teve agora, né? A Globo de novo, a Globo falou da Hope Solo, falou da goleira dos Estados Unidos, não tava falando do jogo que elas que tinham jogado...

AMANDA: Que tava sendo uma das jogadoras mais bonitas da Copa.

ANDRÉIA: As pessoas são tão inteligentes pra outras coisas, mas pra isso elas ainda usam... vamos dizer, o instinto animal. Eu digo assim mesmo, porque esse é um instinto animal, é...

[...]

RENATA: É, que nem a Patrícia citou a goleira dos Estados Unidos, a Hope Solo, né? Ela... ela é bonita, só que lá nos Estados Unidos ela faz sucesso, mas não tanto pela beleza, também... **E eles têm uma estratégia, que tem uma empresa de material esportivo que usa da imagem dela, pra divulgar os seus materiais.** Então acho que é uma outra estratégia, o que que é, uma empresa de material esportivo, que tá ligado com o esporte. Então, não necessariamente ela vai precisar posar pra um calendário, pra divulgar o futebol feminino, pra divulgar, no caso, a beleza dela, pra atrair público... Eu acho que isso seria... ah, não sei a melhor saída eu acho, né? Não posar pra um calendário, eu acho que não seria legal (Grupo focal com atletas do CLUBE C).

Sou a favor que tenha mais estratégias de *marketing* pra ajudar o futebol feminino, mas sou a favor de alguns limites, né? O Santos utilizou recentemente... eu sou contrário a essa postura, **eu acho que ao invés de você valorizar, você tá desvalorizando a mulher, né?** Que se tenta chamar... não só no Santos, em outros clubes... da Rússia já vi também... é, tão fazendo a mesma coisa, que é algo **muito apelativo, você joga futebol mas você tem que tirar a roupa pra mostrar e chamar a atenção, né?** Eu acho sim que **você deve valorizar a beleza da mulher, tudo... mas você não precisa chegar nesse ponto, você pode montar tanto outras fotos, calendário com uniforme do clube, e outras roupas, marcas famosas, sem ser... é, mas você não precisa ser vulgar a esse ponto.** Eu acho que carece de ações de *marketing*, tanto a níveis de clubes quanto a nível da federação. Mas eu acho que **não é por esse ponto de mostrar a mulher, o corpo da mulher, acho que temos que mostrar outras coisas que o futebol feminino pode trazer pras mulheres**, assim, em termos de... você vê assim, que a maioria delas não tem uma estrutura familiar, né, então aqui na cidade B, nós preocupamos muito com isso, né...? Muitas vezes a atleta vem sem uma condição

psicológica, então elas acabam tendo comportamentos aqui que é... assim, errado (Diego, dirigente do CLUBE B).

Na perspectiva daqueles que aprovam esse tipo de estratégia, podemos destacar três argumentos centrais recorrentes na fala dos participantes de nossa pesquisa. O primeiro argumento refere-se à valorização da beleza da mulher, mostrando que temos mulheres bonitas também no futebol, o que, segundo Livia, também contribui para melhorar a autoestima das atletas. Diretamente ligado a esse argumento, temos aquele que procura destacar a feminilidade das atletas em contraposição a um estereótipo de jogadoras masculinizadas; e, por fim, o terceiro ponto defendido refere-se à crença de que esse tipo de estratégia poderia contribuir para uma captação e fidelização de público, mídia e investimentos para a modalidade.

Goellner (2005a, p. 148) afirma que o apelo à beleza das jogadoras e a erotização do corpo sustenta-se no argumento de que, se as atletas forem atraentes, irão trazer público aos estádios e, portanto, ampliarão a captação de recursos nos jogos, propagandas, produtos e serviços, conquistando, sobretudo, “patrocinadores, cuja ausência é comumente apontada pela mídia esportiva como um dos grandes problemas do futebol feminino no Brasil”. Contudo, a ineficácia dessa estratégia no próprio caso do Santos Futebol Clube pode ser tomada como um exemplo de como tal hipótese é infundada.

Em relação aos argumentos sobre a valorização da beleza feminina e a contraposição ao estigma de jogadoras masculinizadas, Goellner (2005a) relaciona a pouca visibilidade conferida às mulheres no futebol brasileiro à concepção de que o futebol estaria associado à “masculinização” da mulher e à naturalização de uma representação de feminilidade que estabelece uma relação linear e imperativa entre mulher, feminilidade e beleza. Nesse sentido, acreditamos que enquanto os(as) protagonistas da modalidade encontrarem-se reféns da necessidade de afirmar, tornar público e divulgar essa condição de beleza e feminilidade da atleta, como os pilares que deverão sustentar a modalidade, ela continuará nas sombras, conforme adverte Goellner (2005a).

Ainda nesse sentido, fazem-se exemplares algumas falas, como a de Gislaine no grupo focal do CLUBE B, ao indagar se a exposição era das atletas ou do corpo das mulheres; ou a de Renata, do CLUBE C, destacando que as atletas do Santos ganharam exposição na Rede Globo, mas uma exposição que nada teria a ver com o futebol, pois não foram explorados na mídia aspectos relacionados às suas *performances*, seus clubes ou os campeonatos que disputam. Destacamos ainda a fala do dirigente do CLUBE B, Diego, que entende que a estratégia denota a

desvalorização da mulher, pois coloca a competência futebolística das atletas sob a tutela da exposição e erotização do corpo.

Parece existir algum consenso no discurso desses três participantes destacados ao reconhecerem que as estratégias deveriam tomar como foco a condição de atleta e/ou as *performances* atléticas em detrimento da exposição do corpo com conotação de exploração da sensualidade feminina. Assim, concordamos com Diego e com Renata quando aceitam a importância de um trabalho de *marketing* para a modalidade, mas pautado em trabalho de especialistas no assunto e recorrendo a vinculação das atletas a marcas e produtos à maneira que tem aparecido no *marketing* esportivo de uma maneira geral.

Nossa intenção não se prende a juízos de valor em relação à decisão pela participação ou não nesse tipo de campanha por atletas, mas não podemos nos furtar ao debate que circunscreve tal questão e nos posicionar contrários a esse tipo de estratégia, uma vez que reafirma o estigma de mulher objeto, depreciando as lutas e conquistas feministas no intuito de buscar reconhecimento pela competência no desenvolvimento de atividades que historicamente foram tomadas como exclusivamente masculinas.

Nesse sentido, consideramos que a desestruturação de ideologias sexistas e a construção de novas oportunidades para mulheres em relação à participação esportiva poderiam ser mecanismos mais efetivos para o aumento da popularidade do futebol de mulheres, para a democratização da modalidade de fato ainda inconclusa no país e para o empoderamento dessas mulheres por meio do futebol.

4 O FUTEBOL FEMININO⁵⁹ DA FIFA AOS CLUBES: DESVELANDO O DESCOMPASSO ENTRE AS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MODALIDADE E AS AÇÕES PARA SUA PRECARIZAÇÃO

O futebol feminino no Brasil ainda carece de condições e de infraestrutura necessárias para o mínimo de organização de clubes e competições oficiais, sendo praticamente inexistentes as políticas públicas e privadas direcionadas ao incentivo às mulheres interessadas no futebol, conforme atesta Goellner (2005a).

Apesar das recentes conquistas – como as medalhas de prata nos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004 e Pequim em 2008, do vice-campeonato mundial também em Pequim, em 2007, e da medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007 (com o Maracanã lotado), e das conquistas pessoais da jogadora Marta, eleita cinco vezes consecutivas (nas temporadas de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010) a melhor jogadora do mundo –, os dirigentes dos clubes de futebol, das federações estaduais e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e os secretários e ministros do Esporte que se sucedem no cargo e suas equipes ainda não se sensibilizaram com as precárias condições vivenciadas por mulheres que idealizam viver com dignidade e se sustentar como profissionais do futebol.

Nossa proposta para esse tópico consiste em analisar a organização do futebol feminino desde uma perspectiva macroestrutural apoiada nas propostas orientadas pela Fédération Internationale de Football Association (FIFA), passando por um mapeamento da modalidade no Brasil por meio de uma breve análise dos papéis da CBF e da Federação Paulista de Futebol (FPF) até a organização estrutural encontrada nos três clubes pesquisados em nossa pesquisa de campo.

4.1 As diretrizes de uma política de ações afirmativas para o futebol feminino proposta pela FIFA

De acordo com Franzini (2005), durante a realização da segunda Copa do Mundo de Futebol Feminino na Suécia, em 1995, Joseph Blatter, então secretário-geral da FIFA, profetizou que “o futuro do futebol é feminino. Estamos convencidos de que por volta de 2010 o futebol feminino será tão importante quanto o masculino”. A declaração do atual presidente da entidade

⁵⁹ Neste capítulo, optamos por privilegiar o termo futebol feminino, preservando a expressão adotada pela CBF e suas afiliadas.

era circunstanciada pela rápida e impressionante expansão da prática do futebol pelas mulheres ao redor do mundo, registrada a partir da década de 1980.

Basta notar que a própria criação da versão feminina da Copa do Mundo é fruto desse processo de organização e institucionalização, que em alguns países criou uma estrutura equiparável, quando não superior, à do futebol masculino, como na China e nos Estados Unidos, para citar dois dos casos mais significativos (FRANZINI, 2005, p. 315-316).

Recentemente, a FIFA estabeleceu o futebol feminino como uma de suas prioridades de desenvolvimento (FIFA, 2012a). Em seu projeto para o desenvolvimento do futebol, a entidade inclui o jogo feminino como um dos pilares do suporte técnico disponibilizado no pacote de ações que apresenta para suas federações afiliadas. “Auxiliar as federações afiliadas na organização, no desenvolvimento e na promoção do futebol feminino”.

No delineamento dessa proposta, a FIFA (2012b) apresenta sua missão e objetivos relacionados especificamente ao futebol feminino, conforme segue:

Missão

A FIFA promove o desenvolvimento do futebol feminino e se compromete a prestar **apoio financeiro** ao esporte, **dando a jogadoras, treinadoras, árbitras e assistentes a oportunidade de participarem mais ativamente do futebol**. A FIFA contribui para a popularização do esporte através de campanhas que informam e conscientizam o público e ajuda a **derrubar barreiras sociais e culturais a fim de melhorar a posição das mulheres na sociedade**.

Objetivos

- Promover e desenvolver o futebol feminino adulto e juvenil nas federações afiliadas à FIFA;
- **Aperfeiçoar a infraestrutura do futebol feminino** nas confederações e federações afiliadas;
- **Aumentar a proporção de mulheres e meninas nas divisões de base, nas escolas e nas equipes de nível amador e profissional;**
- **Melhorar** constantemente a qualidade, a organização e a expansão das **competições femininas** da FIFA;
- Criar condições para que mais **mulheres ocupem cargos técnicos e executivos no mundo do futebol**, em áreas variadas como arbitragem, treinamento, medicina, mídia e gestão;
- Organizar **cursos de formação** e aperfeiçoamento para jogadoras, treinadoras, árbitras, médicas e oficiais;
- Estabelecer e publicar um **calendário** coordenado para os jogos das **seleções femininas**;
- Analisar e monitorar o desenvolvimento técnico do futebol feminino;
- Organizar **simpósios e conferências sobre futebol feminino** (grifos nossos).

No nosso entendimento, a missão e os objetivos propostos pela entidade atendem plenamente aos desafios que devem ser enfrentados para um desenvolvimento sustentável da

modalidade. O compromisso da entidade de prestar apoio financeiro que possibilite melhorias de infraestrutura, categorias de base, competições e cursos de formação para agentes engajados com a modalidade constitui-se em passo fundamental para esse desenvolvimento. Em relação ao programa de desenvolvimento para a implementação desses objetivos, a entidade propõe as seguintes ações:

Os programas da FIFA para o desenvolvimento do futebol feminino prestam variadas formas de apoio às federações afiliadas, desde **consultoria técnica e materiais promocionais e pedagógicos até equipamentos esportivos e assistência financeira**. Os projetos oferecidos nos próximos quatro anos buscam estimular e **criar oportunidades de competição para mulheres e meninas em todos os níveis do esporte**.

No quadriênio 2012-2015 haverá 11 programas à disposição dos membros da FIFA, distribuídos em quatro áreas principais: competições, gestão esportiva, formação e promoção. Entre eles há uma iniciativa que visa **apoiar as ligas e torneios femininos das federações afiliadas** e uma dedicada às crianças através de festivais e atividades de divulgação.

A FIFA encoraja as federações a solicitarem os programas que atendam às suas necessidades e que estejam alinhados às suas próprias estratégias de desenvolvimento do futebol feminino (grifos nossos) (FIFA, 2012c).

Em suas *Diretrizes dos Programas da FIFA para o Desenvolvimento do Futebol Feminino 2012-2015* (FIFA, 2012d), a entidade reforça que seus membros afiliados são peças fundamentais no processo de crescimento do futebol feminino e por esse motivo oferece o suporte a esses parceiros objetivando fortalecer a modalidade localmente, incluindo-a entre suas prioridades de desenvolvimento. O documento aponta ainda a importância das confederações para organizar competições com o auxílio dos orçamentos destinados pelo Programa de Assistência Financeira (*Financial Assistance Programme* – FAP) gerido pela entidade, visando diminuir o déficit relacionado aos jogos femininos.

O programa estabelece também o importante papel a ser cumprido pelos governos locais, pela mídia e pelo setor privado. No caso dos governos, as ações propostas pela FIFA seriam a inclusão do futebol nos currículos escolares desde a educação básica, tanto em relação ao futebol feminino como em programas coeducativos, a proposição de plataformas de governo voltadas para a promoção do futebol feminino e seus benefícios e a inclusão do futebol como parte dos programas nacionais de saúde para meninas e mulheres.

Para os meios de comunicação, a entidade propõe uma parceria entre suas federações e a mídia e os centros de informação para ampliar o alcance de seus programas de futebol feminino, objetivando proporcionar o aumento da exposição do futebol feminino para uma

audiência maior, ampliando a conscientização e o interesse do público; ajudar a promover o reconhecimento das mulheres jogadoras; educar o público em geral, famílias e escolas em relação aos impactos positivos do futebol nos campos social e da saúde para as meninas e mulheres; demonstrar aos patrocinadores que o futebol feminino oferece uma oportunidade única para venderem seus produtos.

Por fim, o setor privado pode contribuir proporcionando oportunidades de financiamento ao futebol feminino. As federações afiliadas à FIFA devem buscar parcerias com corporações nacionais e internacionais para associar marcas populares com o futebol feminino e suas respectivas ligas e competições; aumentar os investimentos e o apoio para a obtenção de melhores resultados no futebol feminino; concretizar metas de progresso social (empoderamento de meninas e mulheres) por meio do futebol e programas de responsabilidade social corporativa.

As diretrizes propostas pelo documento para o quadriênio 2012-2015 incentivam as federações afiliadas à FIFA a requisitar programas que se enquadrem em suas necessidades e que se alinhem com suas estratégias próprias de desenvolvimento do futebol feminino. Os programas são disponibilizados a todas as afiliadas, sendo apresentadas quatro áreas centrais:

- 1 – Competições: apoiando desde festivais para iniciantes até campeonatos nacionais;
- 2 – Gestão: programa de assistência financeira (FAP) com destinação de 15% dos investimentos para o futebol feminino, seminários, *workshops* e consultorias para o desenvolvimento do futebol feminino;
- 3 – Educação: cursos para técnicos, árbitros, administradores e oficiais;
- 4 – Promoção: apoio local, parcerias, comunicação e geração de recursos.

Para nosso estudo, as áreas 1 e 2 são de fundamental importância. No caso da área 1, o apoio às competições nacionais de futebol feminino atua na linha de frente dos equipamentos para o futebol, da *expertise* e da assistência financeira que é gerenciada caso a caso, mas prevê investimento da FIFA-FAP no montante de U\$37.500 dólares por ano. Quanto à área 2, a gestão, as diretrizes estabelecem a destinação de pelo menos 15% dos recursos da FIFA-FAP para o futebol feminino. As federações devem oferecer garantias à FIFA de que estão aplicando ao menos esses 15% no futebol feminino. Isso significa que toda federação inicia o ano-base com uma reserva de U\$37.500 dólares que deve ser destinada às competições e ao desenvolvimento

do futebol feminino. Espera-se que esses fundos sejam investidos no futebol feminino por meio das seguintes ações: formação de mulheres atletas, árbitras, treinadoras e administradoras; desenvolvimento de iniciação e jovens atletas; desenvolvimento de competições nacionais; clubes nacionais; participação em competições internacionais e equipamentos de futebol.

O FAP, segundo a FIFA, tem o propósito de incentivar as federações afiliadas e as confederações a implementarem programas de desenvolvimento que se adéquem às suas necessidades e de garantir meios para uma gestão do futebol visando o seu desenvolvimento sustentável. Dentro desses parâmetros, a entidade disponibiliza recursos financeiros e consultoria técnica às suas afiliadas, pautada em critérios precisos e seguros. O regulamento FAP (FIFA, 2012e) prevê que esses recursos devem ser investidos com base em um plano de desenvolvimento em longo prazo, com garantias de transparência e de uma gestão eficiente e séria, demonstrados tanto quanto possível pela contabilidade dessas entidades. O programa propõe ainda os objetivos sob os quais orienta sua política de assistência financeira:

- Estimular a promoção do futebol e dos seus princípios e valores sociais, educativos e culturais em todo o globo;
- Reduzir no mundo todo as diferenças de nível e infraestrutura no futebol;
- Implementar uma administração do futebol moderna, eficaz, transparente e funcional;
- Fortalecer as capacidades técnicas e administrativas das federações afiliadas à FIFA e das confederações;
- Promover o desenvolvimento sustentável das federações afiliadas à FIFA e da sua solidariedade mútua;
- Possibilitar que as federações se conformem aos critérios exigidos para se afiliarem à FIFA e participarem dos torneios da entidade (FIFA, 2012f).

Com relação à utilização dos fundos, o regulamento FAP, em seu artigo 3º, “Montante, requisitos e utilização dos fundos”, estabelece que o aporte financeiro deve ser utilizado em duas áreas:

3.2.1 – Necessidades do jogo: futebol juvenil e necessidades do futebol de base; competições e campeonatos masculinos (competições nacionais e internacionais);

desenvolvimento do futebol feminino; desenvolvimento técnico (programas educativos); arbitragem; medicina esportiva (prevenção); e futsal/futebol de praia.

3.2.2 – Necessidades funcionais: planificação e administração; gestão de eventos (organização de competições internacionais); *marketing* e comunicação; infraestrutura (centros de formação); e outros (futebol de clubes, liquidações de contas da FIFA, honorários por auditorias).

Com base nessa breve explanação dos programas implementados pela FIFA para o desenvolvimento do futebol, podemos observar que as condições oferecidas permitiriam inúmeros avanços para o futebol feminino. Além das políticas especificamente voltadas para o futebol das mulheres, a entidade estabelece uma ação afirmativa, prevendo a destinação orçamentária de no mínimo 15% dos recursos que destina a suas federações e confederações voltadas para as necessidades do jogo e funcionais, que por si só já permitiriam um suporte à modalidade, na medida em que prevê o fomento do próprio futebol feminino, de categorias de base, de estratégias de *marketing* e comunicação, de infraestrutura, de competições e de desenvolvimento técnico.

Entretanto, é importante ressaltar que, embora seja evidente o quanto as políticas propostas pela FIFA indicam avanços significativos que podem contribuir de maneira expressiva para o desenvolvimento do futebol feminino, não se pode perder de vista que a própria entidade contribui para a precarização dessas políticas porque não se estabelece como agência responsável pelo acompanhamento/fiscalização da implementação dessas políticas por suas afiliadas. Então, planejando e não zelando pela implementação dessas políticas, a entidade restringe-se ao plano do “discurso politicamente correto”.

Nesse sentido, nos caberia investigar como a Confederación Sudamericana de Fútbol (CONMEBOL) e principalmente a CBF têm administrado tais recursos e qual o impacto deles na organização do futebol feminino no país, mais especificamente nos clubes do estado de São Paulo, que foram os analisados em nosso estudo. Contudo, nossa pesquisa enfrentou algumas limitações que por si só já indicam que o critério de transparência na gestão dos recursos tem sido negligenciado tanto pela FIFA como por suas afiliadas, visto que os relatórios com os recursos captados pelas entidades não são disponibilizados em seus *sites*.

Até o ponto em que pudemos observar, a CONMEBOL parece pautar-se na lógica de manter uma estrutura mínima para o desenvolvimento da modalidade, realizando a Copa Libertadores Feminina e os Sul-Americanos Femininos de seleções nas categorias estabelecidas pela FIFA (sub-17, sub-20 e adulta), além de iniciativas escassas – embora reconhecidamente importantes – e pouco expressivas, como a organização de cursos para a formação de árbitras.

4.2 O futebol feminino no Brasil pelo prisma da CBF: seleções brasileiras e Copa do Brasil já bastam!

[...] No Brasil, entretanto, a presença feminina dentro das quatro linhas ainda busca a sua afirmação. Segundo dados recentes da Confederação Brasileira de Futebol, o país tem cerca de 400 mil jogadoras, número irrisório se comparado ao de nossos jogadores profissionais, ou então aos 12 milhões de atletas que pisam os gramados norte-americanos (FRANZINI, 2005, p. 316).

Entretanto, o número de quatrocentos mil jogadoras, declarado pela CBF no estudo de Franzini em 2005, parece ser ainda mais insignificante na medida em que não se sabe como se chegou a tal denominador e à qual perfil de jogadoras se refere. No relatório da FIFA (2012g), **Women's Football Today: information and statistics on women's football from FIFA member associations**, é possível encontrar informações sobre a prática do futebol por mulheres nas 208 federações de países a ela afiliados. Os dados sobre o futebol feminino no Brasil até o ano de 2006 indicam os seguintes números:

Quadro 9 - Quantidade de jogadoras de futebol registradas no Brasil em 2006

Jovens jogadoras registradas (sub-18)	Jogadoras adultas registradas (acima de 18 anos)	Total de jogadoras registradas
2.101	7.806	9.907

Fonte: FIFA (2012g). Elaboração: Osmar Moreira de Souza Júnior

**Quadro 10 - Quantidades de jogadoras de futebol registradas
no Brasil de 2000 a 2006**

Ano	Jogadoras*
2000	----
2001	754
2002	2.385
2003	3.561
2004	5.131
2005	7.640
2006	9.907

*Total de jogadoras jovens e adultas registradas.

Fonte: FIFA (2012g). Elaboração: Osmar Moreira de Souza Júnior

**Quadro 11 - Total de clubes de futebol, de clubes com equipes masculinas e femininas e de
clubes exclusivamente com equipes femininas no Brasil em 2006**

Número total de clubes de futebol	812
Número total de clubes com equipes masculinas e femininas	159
Número de clubes com equipes femininas apenas	61

Fonte: FIFA (2012g). Elaboração: Osmar Moreira de Souza Júnior

O relatório ainda registra que o país mantém seleções nacionais na categoria A (adulta ou principal), sub-20 e sub-17, que todas essas seleções treinam em 14 sessões semanais, sendo que a seleção principal realizou oito partidas em 2004, duas em 2005 e onze em 2006 (nos anos 2002 e 2003 o quadro registra zero partidas da seleção principal), enquanto a sub-20 realizou doze em 2006 (antes de 2006 o quadro não registra partidas para essa categoria e em nenhum ano há registros para a categoria sub-17). Outro dado significativo apresentado mostra que o Brasil realiza um campeonato nacional na categoria adulta (ou sênior, conforme consta no relatório).

Com base na análise desse relatório, evidenciamos que os números estão distantes do potencial e das demandas do país em relação à participação das mulheres na esfera do futebol. Os 220 clubes e as 9.907 jogadoras que a CBF afirma compreender nosso universo do futebol feminino com registros oficiais já estariam distantes de contemplar as possibilidades de implementação da modalidade tomando por base as dimensões continentais de nosso país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a extensão territorial do Brasil é de 8.514.876,599 Km² e a população de 169.799.170 habitantes, sendo que a proporção

entre mulheres e homens indica que elas são maioria⁶⁰ (IBGE, 2012), porém, além dessa evidente defasagem em relação aos “números oficiais” divulgados pela entidade, a nosso ver paira um forte sentimento de desconfiança em relação a esses números, pois não há qualquer indício de que tenha sido realizada uma pesquisa mais criteriosa pela entidade para ser feito esse mapeamento.

Pesquisando em *sites* das federações e em *sites* de busca, conseguimos realizar um mapeamento preliminar em relação às competições e clubes de futebol feminino em praticamente todos os estados da Federação e Distrito Federal. O mapa apresentado na Figura 22 revela resumidamente o número de clubes participantes em cada uma das competições identificadas:

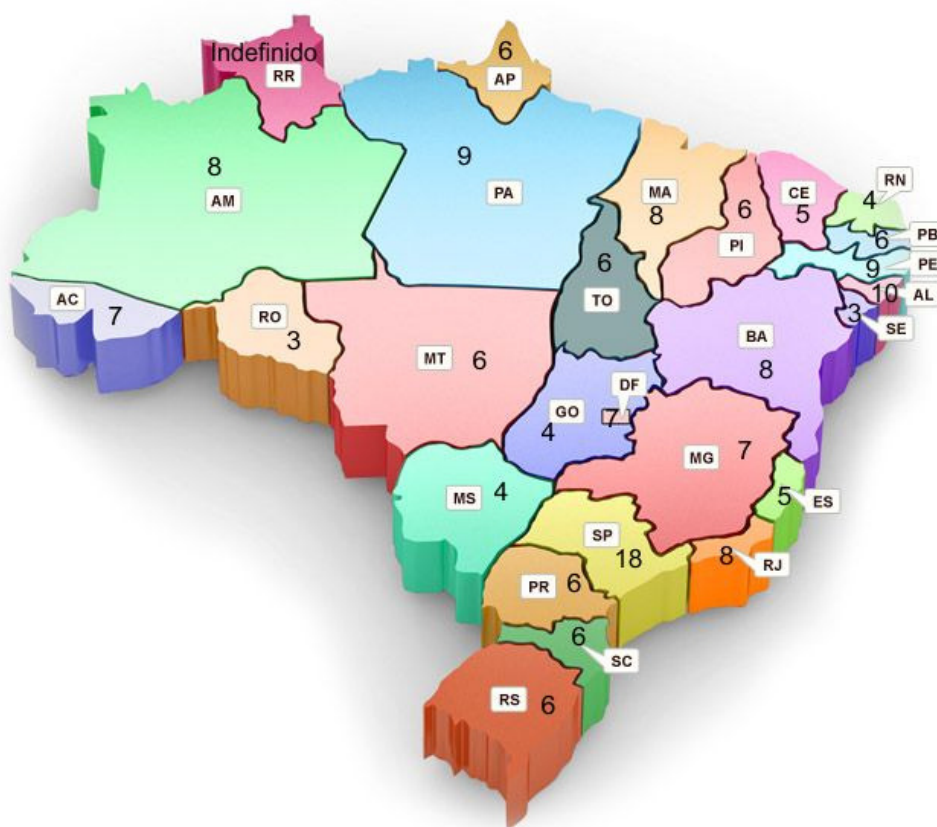


Figura 22 - Mapeamento dos clubes de futebol feminino no Brasil

Fonte: Levantamento feito pelo pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior com base em pesquisa na internet.

⁶⁰ Segundo o Censo 2010, no Brasil há uma relação de 96 homens para cada 100 mulheres, ou seja, há um excedente de 3.941.819 mulheres em relação ao número total de homens (IBGE, 2012).

Os números colocados sobre cada estado do mapa referem-se à quantidade de clubes que disputa ou disputou a competição estadual no ano de 2011 ou 2012, de acordo com nossa pesquisa nos *sites* das federações. Quando ali não havia informações sobre o futebol feminino, os dados foram obtidos em outros *sites* de busca. Observa-se que o estado de São Paulo possui a competição com maior número de clubes, com 18, seguido do estado de Alagoas com dez clubes e dos estados do Pará e Pernambuco com nove cada um. Rondônia e Sergipe são os estados com menor número de clubes em suas competições, três, e o estado de Roraima foi o único em que não conseguimos encontrar informações na pesquisa.

Tendo em vista que na data da pesquisa (28/8/2012) alguns dos estados ainda não disponibilizavam informações sobre a competição de 2012, optamos por utilizar os dados de 2012 nos estados que já dispunham dessas informações, e de 2011 para aqueles que ainda não os apresentassem em seus *sites*. Assim, as informações do mapa correspondem às competições desses dois anos com a seguinte distribuição:

- a) 2011: Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraíba, Maranhão, Amapá e Pará;
- b) 2012: Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Tocantins, Amazonas, Acre, Rondônia, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Vale ressaltar que algumas dessas competições são realizadas por períodos extremamente curtos (por vezes em um único final de semana), com o intuito exclusivo de indicar o representante do estado na Copa do Brasil, cumprindo uma exigência da CBF. Os estados nos quais pudemos identificar essa prática foram: Mato Grosso do Sul, Sergipe, Piauí, Tocantins, Rondônia e Acre.

Os estados nos quais encontramos informações relativas ao futebol feminino nos *sites* de suas federações são: Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia. O Mato Grosso mantém uma área em seu *site* descrita como futebol feminino, mas não há um *link* ativo para esse conteúdo; e o Rio Grande do Sul apresenta a peculiaridade de possuir uma entidade desvinculada de sua federação, responsável pelo futebol feminino, a Associação Gaúcha de Futebol Feminino (AGFF).

Com base nesse mapeamento, foi possível identificar a presença de 175 clubes disputando as competições estaduais no período apurado (ano de 2011 ou 2012), sendo estes clubes distribuídos por regiões de acordo com o Quadro 12.

Quadro 12 - Distribuição dos clubes participantes das competições estaduais por região

SUL	SUDESTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE
18	38	21	59	39

Fonte: Levantamento feito por Osmar Moreira de Souza Júnior a partir de pesquisa na internet.

A pesquisa nos *sites* das federações revelou o grau de desorganização e descaso dessas entidades em relação ao futebol feminino, salvo raras exceções que mantêm uma relativa organização das informações, sem contudo configurar uma política que se alinhe com os programas para o desenvolvimento da modalidade propostos pela FIFA. Os objetivos sugeridos pela entidade, como a qualidade das competições, competições com categorias de base, mulheres em cargos executivos, monitoramento do desenvolvimento da modalidade e aperfeiçoamento da infraestrutura, parecem passar ao largo da organização do futebol feminino por essas entidades. A impressão que é passada é de que a CBF e suas afiliadas mantêm uma estrutura mínima funcionando, apenas para “prestar contas” com a FIFA em relação ao desenvolvimento do futebol feminino.

As outras ações colocadas em prática pela CBF para “cumprir com o protocolo” são a manutenção das atividades nas seleções brasileiras femininas principal, sub-20 e sub-17 e a organização de uma competição nacional, no caso a Copa do Brasil.

A Copa do Brasil é uma competição nacional que envolve a participação de clubes de todos os estados da Federação e do Distrito Federal, selecionados por meio das competições organizados pelas respectivas federações (inclusive Roraima, embora não tenhamos obtido os dados relativos à(s) competição(ões) desse estado), conforme descrevemos anteriormente. Os critérios para definição do número de vagas na competição estão descritos no artigo 2º de seu regulamento, conforme segue:

Art. 2º – A Copa será disputada na forma deste regulamento pelos **32 clubes** identificados no Anexo A - Relação dos Clubes Participantes, decorrentes das **classificações e indicações das correspondentes federações estaduais** de futebol.

§ 1º – No estado em que existir campeonato ou torneio seletivo a indicação deverá tomar como base a classificação do clube na referida competição.

§ 2º – A copa terá a seguinte distribuição de clubes, por federação: a) **três vagas** para o estado posicionado como número 1 do RNF (**SP**); b) **duas vagas** para os estados posicionados como números 2 a 4 do RNF (**RJ, RS e MG**); c) **uma vaga** para os estados posicionados como números **5 a 27** do RNF (demais estados) (CBF, 2012a).

Com relação ao sistema de disputa, a competição obedece ao sistema de eliminatória simples, cabendo destacar os artigos 7º, 8º e 11:

Art. 7º – A Copa será disputada em cinco fases, de acordo com o disposto neste capítulo, no sistema de **eliminatórias simples**, em cada fase em partidas de ida e volta.

Art. 8º – Os clubes serão distribuídos em grupos de dois, em cada fase, sempre classificando-se um clube para a fase seguinte, observando a seguinte sequência de fases:

[...]

Art. 11 – Nas **primeira e segunda fases, caso o clube visitante vença a primeira partida por três gols ou mais de diferença, estará automaticamente classificado**, sem a necessidade da realização da partida de volta (CBF, 2012a).

O regulamento é semelhante ao da versão masculina da competição, porém é preciso ressaltar que a versão masculina consiste em uma competição que podemos tomar como assessória no calendário dos principais clubes no país, uma vez que o Campeonato Brasileiro com suas quatro divisões (Séries A, B, C e D) estabelecem um calendário muito mais atraente aos clubes, do ponto de vista da manutenção das atividades de seus elencos.

Estamos destacando esse aspecto porque a Copa do Brasil, constituindo-se como a única competição feminina de alcance nacional, assume o *status* de “campeonato nacional”, o que pode ser tomado como extremamente preocupante, pois, além de não se constituir em uma competição que privilegia os clubes de melhor índice técnico, por atender um sistema de cotas regionais, ainda tem o agravante de apoiar-se em um sistema de disputa que não oferece garantias de sustentabilidade competitiva aos participantes, tendo em vista que, por adotar a eliminatória simples, guarda a possibilidade de o clube ser eliminado já na primeira partida, caso perca por uma diferença de três ou mais gols como clube mandante do jogo.

Certamente, a realização da Copa do Brasil já poderia ser vista como um avanço em uma política de igualdade de gênero para o futebol se pensarmos que a competição passou a ser realizada apenas a partir de 2007. Entretanto, não podemos assumir que um torneio nacional com um investimento financeiro que facilita a participação dos clubes de todos os estados possa ser tomado como suficiente para o desenvolvimento da modalidade no país. Aliás, cabe ressaltar a

dotação orçamentária prevista no regulamento do torneio, prevista para garantir o custeio das despesas dos clubes visitantes.

Art. 18 – Os clubes farão jus aos seguintes **benefícios de ordem financeira**:

- 1) **Passagens rodoviárias** até distâncias de **500 km** limitadas a **28 pessoas ou aluguel de ônibus**, à critério do clube visitante;
- 2) **Passagens aéreas**, para delegações limitadas a **23 pessoas**; para distâncias superiores a **500 km**;
- 3) **Abono para despesas de alimentação e hospedagem**, quando **visitante**, no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) (CBF, 2012a).

Não há como negar que esses benefícios financeiros são importantes para garantir a participação dos clubes na competição, mas é preciso deixar claro que não se trata de nenhum privilégio assistencialista destinado ao futebol feminino, pois no regulamento da competição masculina estão garantidos os mesmos benefícios, acrescidos de cotas de participação por fases disputadas, conforme valores publicados pela Diretoria de Competições da CBF, informação esta que não conseguimos encontrar no *site* da entidade.

Ainda em relação à Copa do Brasil de Futebol Feminino, apresentamos a seguir (Quadro 13) a relação dos clubes participantes da edição 2012 e as estatísticas da competição (Quadros 14, 15 e 16) disponibilizadas pela CBF (2012b) em seu *site*.

**Quadro 13 - Relação de clubes participantes da
Copa do Brasil de Futebol Feminino 2012**

Referência	Clube	Estado	Origem
1	Associação Atlética Francana	SP	Estadual/2011
2	São José Esporte Clube	SP	Estadual/2011
3	Associação Desportiva Centro Olímpico – ADECO	SP	Estadual/2011
4	CEPE/ Duque de Caxias Futebol Clube	RJ	Estadual/2011
5	Club de Regatas Vasco da Gama	RJ	Estadual/2011
6	Sociedade Flôres da Cunha	RS	Estadual/2011
7	Atlântico Futebol Clube	RS	Estadual/2011
8	Clube Atlético Mineiro	MG	Estadual/2011
9	Associação Esportiva e Recreativa Iguaçu	MG	Estadual/2011
10	Foz Cataratas Futebol Clube	PR	Estadual/2011
11	Vitória de Santo Antão Associação Acadêmica e Desportiva	PE	Estadual/2011
12	Clube Jaó	GO	Estadual/2012
13	São Francisco do Conde Esporte Clube	BA	Estadual/2011
14	Sociedade Esportiva Kindermann	SC	Estadual/2011
15	Caucaia Esporte Clube	CE	Estadual/2011
16	Pinheirense Esporte Clube	PA	Estadual/2012
17	América Futebol Clube	RN	Estadual/2012
18	Associação Atlética CESMAC	AL	Estadual/2011
19	Associação Atlética Esportiva e Recreativa dos Cooperados e Funcionários das Cooperativas do Distrito Federal – ASCOOP	DF	Estadual/2012
20	Comercial Sport Club	ES	Estadual/2011
21	Botafogo Futebol Clube	PB	Estadual/2012
22	Esporte Clube Viana	MA	Estadual/2011
23	Grêmio Esportivo Iranduba da Amazônia	AM	Estadual/2011
24	Esporte Clube Campo Grande	MS	Estadual/2012
25	Sociedade Boca Júnior de Futebol	SE	Estadual/2012
26	Esporte Clube Flamengo	PI	Estadual/2011
27	Associação Atlética Serra	MT	Estadual/2012
28	Associação Desportiva Amazônia	AC	Estadual/2012
29	Intercap Esporte Clube	TO	Estadual/2012
30	Santos Porto Velho Futebol Clube	RO	Estadual/2012
31	Oratório Recreativo Clube	AP	Estadual/2011
32	Baré Esporte Clube	RR	Estadual/2011

Fonte: CBF (2012b). Elaboração: Osmar Moreira de Souza Júnior

A CBF apresenta em seu *site* as estatísticas da Copa do Brasil de Futebol Feminino de 2012 indicando alguns poucos dados técnicos e referentes ao público e arrecadação dos jogos. Números como a quantidade de jogos, de gols, público e arrecadação total, médio, máximo e

mínimo nos jogos nos ajudam a ter uma dimensão do quão incipiente é a principal e única competição de futebol feminino de âmbito nacional do país.

**Quadro 14 - Estatística técnica dos jogos da
Copa do Brasil de Futebol Feminino 2012**

Jogos	52
Gols	197
Média de gols	3,79
Vitória de times locais	22
Vitória de times visitantes	24
Empates	6

Fonte: CBF (2012b). Elaboração: Osmar Moreira de Souza Júnior

**Quadro 15 - Estatística de público dos jogos da
Copa do Brasil de Futebol Feminino 2012**

Público pagante total	19.094
Média de público	197
Maior público	2.394
	Vitória/PE 1x1 ADECO/SP – 26/05/2012 – Quartas de final
Menor público	2
	América/RN 0x15 Vitória/PE – 14/04/2012 – 2ª fase

Fonte: CBF (2012b). Elaboração: Osmar Moreira de Souza Júnior

**Quadro 16 - Estatística de arrecadação dos jogos da
Copa do Brasil de Futebol Feminino 2012**

Arrecadação total	R\$ 105.067,50
Arrecadação média	R\$ 2.144,23
Maior arrecadação	R\$ 19.680,00
	Serra/MT 1x4 Vasco/RJ – 14/04/2012 – 2ª fase
Menor arrecadação	R\$ 10,00
	América/RN 0x15 Vitória/PE – 14/04/2012 – 2ª fase

Fonte: CBF (2012b). Elaboração: Osmar Moreira de Souza Júnior

Conforme podemos observar, a competição não apresenta índices que indiquem uma sustentabilidade financeira. Porém, cabe questionar quais são as estratégias de *marketing* e

comunicação adotadas para a divulgação do evento. Embora saibamos da insensatez de se estabelecer comparações com as competições de futebol masculino, apenas a título de curiosidade vale informar que a renda média da versão masculina da Copa do Brasil de 2012⁶¹ foi de R\$195.169, 48 com média de público de 8.970 pagantes. Ou seja, a maior arrecadação da competição feminina representa cerca de 10% da arrecadação média da masculina.

Insistindo na comparação dos investimentos da CBF em competições, no dia 19 de março de 2012, a Folha de S. Paulo publicou uma reportagem com o título “Parceiro da CBF lucra com inchaço das Séries C e D”:

A CBF (Confederação Brasileira de Futebol) abriu os cofres para bancar passagens, hospedagem e alimentação dos 60 clubes que disputam as Séries C e D do Campeonato Brasileiro. A entidade não revela as cifras, mas os valores gastos ultrapassam a casa dos milhões de reais.

A medida foi anunciada com pompa pelo presidente José Maria Marin em maio e aumenta diretamente o faturamento da Pallas Turismo Esportivo, empresa que mantém exclusividade com a CBF nos pacotes de viagens.

A Pallas integra o Grupo Águia, de Wagner José Abrahão, amigo de Ricardo Teixeira, citado na CPI do futebol e em outros processos.

Além de bancar os clubes, a CBF inchou a tabela da Série C, aumentando os gastos.

O novo modelo adotado pela CBF para a disputa da Série C triplicou o número de partidas em que são necessários deslocamentos aéreos – distâncias superiores a 700 km, segundo o regulamento.

A CBF oferece pacote completo para até 25 pessoas por time visitante em todas as partidas, com passagens, hospedagem e refeições incluídas, tudo fornecido pela Pallas. Viagens de até 700 km são feitas de ônibus.

Pelo novo regulamento, a **Série C** passou de 106 partidas em 2011 para **194** em 2012. Somando-se aos **190 jogos da Série D**, cujo formato não mudou, são ao todo **384 partidas**.

Em uma conta simples, são **aproximadamente 9.600 pacotes** vendidos pela Pallas.

Segundo levantamento feito pela Folha, em 2011, a primeira fase da Série C teve 80 jogos, sendo metade deles com trajetos aéreos. Em 2012, dos 180 jogos da primeira fase, 120 (66%) são contemplados com deslocamentos aéreos. Em números absolutos, a **CBF triplicou a quantidade de jogos cujos deslocamentos ultrapassam os 700 km.**

No ano passado, a primeira fase da Série C era formada por quatro grupos de cinco times cada e sob critério geográfico: times do mesmo Estado e/ou região geralmente estavam no mesmo grupo. Em 2012, são apenas dois grupos com dez clubes cada.

“Quem joga perto e joga longe vão ter o mesmo equilíbrio e a mesma forma de atuar [...] O investimento é, de longe, o maior que a CBF faz, de qualquer competição da CBF”, disse o diretor de desenvolvimento e projetos da entidade, Reinaldo Carneiro Bastos, no vídeo divulgado pela CBF em maio sobre o custeamento da Série D.

Politicamente, a iniciativa de Marin faz sucesso, ao menos entre os clubes ouvidos pela reportagem. “É uma boa economia que fazemos, estimamos em R\$ 150 mil pelos nove jogos como visitante. Isso dá uma tranquilidade para o clube”, disse Mauro Guerra, diretor do Oeste.

⁶¹ CBF. **Copa do Brasil 2012**. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/competicoes/copa-do-brasil/2012>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

“Fazíamos viagens em que gastávamos R\$ 50 mil, o custo é alto, principalmente para clubes do Norte”, afirmou Sérgio Papellin, gerente do Luverdense, de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso (grifos nossos) (LOURENÇO, REIS, 2012, p. D4).

Estimando que na maioria das 384 partidas das duas competições haja deslocamentos superiores a 700km dos clubes visitantes, também nos lançamos a fazer uma conta rápida com base nos seguintes dados:

- a) custeio de despesas de alimentação e hospedagem no valor de cinco mil reais por equipe visitante, conforme previsto no regulamento da Copa do Brasil;
- b) valor da tarifa de menor preço para uma passagem aérea de ida e volta no trecho São Paulo-Salvador, pesquisado em um *site* de busca, como valor médio de tarifas aéreas, correspondendo a R\$ 361,00 no momento da pesquisa⁶².

Com base nessas despesas, teríamos um gasto de 9.600 passagens aéreas com valor médio de R\$361,00, totalizando R\$3.465.600,00, além de 384 diárias de custeio de despesas no valor de R\$5.000 cada, totalizando R\$1.920.000,00. Portanto, somando-se todas as despesas, os gastos da CBF com as Séries C e D do Campeonato Brasileiro perfazem um total de R\$5.385.600,00. Já a Copa do Brasil (masculina) de 2012 foi disputada por 64 clubes, que, se aplicarmos a mesma lógica de custeios e despesas, resulta em um montante de R\$3.534.300,00. Ou seja, a CBF organiza quatro divisões do Campeonato Brasileiro, investindo provavelmente quase nove milhões de reais entre as séries C e D desse campeonato e a Copa do Brasil e não organiza sequer uma divisão de um campeonato brasileiro feminino com um sistema de disputa coerente. Por mais que insistam em afirmar que não há cabimento comparar o futebol masculino com o feminino no país, olhando para os programas da FIFA, para o desenvolvimento do futebol feminino, não há como não perceber que existe uma má vontade política exacerbada em relação à modalidade no país.

Sem esses dados em mãos, os participantes de nossa pesquisa por vezes criticavam a CBF, mas por vezes se mostravam convencidos de que seria muito oneroso para a entidade estabelecer políticas de fomento para a modalidade, conforme podemos observar nos depoimentos.

⁶² Tarifa de menor valor referente ao trecho São Paulo-Salvador com a ida no dia 5/9/2012 e volta no dia 6/9/2012. Disponível em: <<http://www.decolar.com/shop/flights/results/roundtrip/SAO/SSA/2012-09-05/2012-09-06/1/0/0>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

Agora, questão CBF, eu vou ser muito sincero pra você, e eu vou dizer as minhas palavras, do Reinaldo, obviamente defendendo o CLUBE A, mas eu vou falar. Eu espero que nesse ano que entra de 2012, eu já recebi aqui e-mails, que a... parece que a CBF já vai tomar uns rumos melhores, para o ano de 2012, em questão de campeonato... Copa do Brasil Feminina... que já me passaram um e-mail aqui dizendo que vai começar já em março. Fevereiro ou março. Negócio importante em calendário, mas eu não quero dizer isso não, eu quero dizer que **a CBF está na hora de ter bons olhos, ter um pouco mais de atenção para o futebol feminino. Parar com certas conversas dizendo que tem pessoas que não gostam do futebol feminino, porque não dá mais pra engolir isso.** Tá na hora de arregaçar as mangas, a própria CBF, e lutar pelo futebol feminino, porque **se o tênis feminino, se o vôlei feminino, se o basquete feminino, e se tudo feminino virou, o porquê que o futebol feminino não pode virar?** O que que tá acontecendo que é tão preocupante do futebol feminino virar? O porquê que essas pessoas não querem que o futebol feminino vire? É isso que eu queria entender. **Porque se todo o esporte, como foi o vôlei, que eu repito, como foi o basquete, como foi qualquer modalidade que tem feminina, todo mundo participa, todo mundo patrocina, todo mundo vira, o porquê o futebol feminino não tá nessa pauta?**
[...]

Se for ver esse **mundial** que passou agora na **Alemanha**, isso aí, para os cartolas, que se podemos dizer assim, já tá claro que o futebol já tá batendo de frente, no bom sentido, são **40 mil pessoas no estádio, são 50 mil pessoas no estádio**, onde foi o mundial na Alemanha, como pode ser outro mundial em qualquer outro lugar, na Europa, nos Estados Unidos. E por que é que no Brasil esse bairrismo? O porquê disso? Eu quero entender isso. Eu queria entender essa engrenagem, **o porquê que não tão querendo deixar o futebol feminino engrenar** (grifos nossos) (Reinaldo, dirigente do CLUBE A).

É interessante destacar no depoimento de Reinaldo o seu entendimento de que mundialmente o futebol feminino já se tornou um esporte popular e valorizado, conforme realça o apreço por essa modalidade pelos espectadores no Mundial da Alemanha em 2011, mas no Brasil ela ainda carece de atenção e de vontade política da CBF, conforme destaca ao dizer que está na hora de a CBF olhar para o futebol feminino com bons olhos. O dirigente usa ainda o comparativo com outras modalidades que, segundo sua visão, conseguem maior participação e captação de patrocínios, fato que não se concretiza no futebol feminino.

[...] E no ponto da CBF é mais tímido ainda, né, a intervenção dela. Tem a Copa do Brasil que ela banca viagens pras equipes, né? Banca hotel tudo, né, mas que mais? [...] que ela faz um incentivo, ela banca a seleção feminina, usa a estrutura do feminino, mas você não vê nada assim de promover a modalidade sabe, ações que promovam a modalidade, que incentivem os clubes, que dá estrutura, treinamento, você não vê nada disso aí não (Diego, dirigente do CLUBE B).

Já a fala do dirigente do CLUBE B sintetiza de forma precisa que o papel da CBF em relação ao futebol feminino é bastante tímido, focando apenas a organização da Copa do Brasil e a estruturação da seleção brasileira. O dirigente chama a atenção para a omissão da entidade em

relação a ações que possam promover a modalidade, voltada para os clubes e a estruturação de uma maneira geral.

Tanto o treinador do CLUBE A quanto a treinadora do CLUBE C destacam a organização de competições ao responderem sobre o papel da CBF no desenvolvimento do futebol feminino.

É a CBF, ela **tem a Copa do Brasil**, né? Que é organizado pela CBF, né? **Então ela faz assim, o que ela tem que fazer, que é realmente organizar a Copa** [...] Eu acho que, na minha opinião, não é que ele é complicado [sobre o calendário de competições de futebol feminino da CBF], assim, **é o que eles podem fazer no momento**, né? Mas eu acho que, na minha opinião, a gente devia ter um **Campeonato Paulista mais curto**, que nem se faz no masculino, e ter uma competição nacional mais longa como se fosse um **Campeonato Brasileiro e levasse o ano todo**, pra que realmente tivesse um incentivo. Pegasse times aí, como hoje em dia tem, times fortes como Foz do Iguaçu, como o time do Kindermann lá de Santa Catarina, times de fora do estado como o Cepe lá do Rio de Janeiro, times fora do estado, pra formar realmente... fazer um, Vasco, um Atlético Mineiro, fazer um campeonato brasileiro que tivesse proporções maiores, né, pra cada vez mais a gente poder dá uma alavancada. Então eu acho que podia ter uma criação realmente de um Campeonato Brasileiro pra que a gente pudesse, durante o ano todo. Em vez de jogar o Paulista, esse tempo todo, jogar o Brasileiro. Acho que isso devia ser uma ideia a ser levada pra frente. [...] [pesquisador argumenta que os custos das viagens longas talvez fosse um complicador]. Sim, pode ser que alguns times impeçam isso daí, mas eu acho que **se a CBF puder, de repente dar uma força em relação a isso**, é um projeto que eu acho que eles podiam fazer, aí a curto prazo (grifos nossos) (Geovani, treinador do CLUBE A).

Então, assim, a gente ouviu falar muita coisa, né? Eu fiquei dez anos fora do Brasil, então literalmente eu me desacostumei das coisas que acontecem aqui. Eu vou fazer uma coisa que não pode fazer que é uma comparação: o **Campeonato Francês, esse ano, as televisões públicas estão pagando direito de imagem pros clubes, aqui a gente nunca teve isso, né, nunca teve direito de imagem**.

[...]

A CBF é assim, né, eu acho difícil ter um Campeonato Brasileiro e ela bancar um feminino se não tiver um patrocínio, até porque é muito grande o Brasil. A França dá pra ter um Campeonato Francês, até porque o transporte lá é diferente, a gente pega trem, avião, enfim, mas aqui eu sei que financeiramente não dá. **O que na verdade pode fazer é passar obrigações aos clubes. Assim como a FIFA vem tentando trazer pros clubes, ter a obrigatoriedade de ter, quando os times chegam, quando os times jogam campeonatos federados eles são obrigados a ter categoria de base. Então eu acho que tinha que incluir nessa categoria de base o feminino**. Isso podia mudar, isso podia melhorar, porque se todo mundo tem clube mais meninas vão vir, mais clubes vão existir e mais campeonatos vai poder ter, né?

[...]

Não ajuda, não ajuda, infelizmente perto de lá não ajuda. Agora até que tá tendo essa Copa do Brasil, né, pela Federação Brasileira... CBF, confederação. Tá tendo sub-17, seleção sub-20, já tá começando ter uma mudança, então tá melhorando (Lívia, treinadora do CLUBE C).

Enquanto a fala de Geovani parece demonstrar certa resignação com o papel que a CBF tem exercido em relação ao futebol feminino, compreendendo que a entidade tem feito

aquilo que está ao seu alcance, Livia mostra-se mais insatisfeita. A realização de um campeonato brasileiro é entendida como uma necessidade para ambos, mas enquanto o treinador do CLUBE A (que participou da Copa do Brasil nos últimos anos) argumenta que bastaria que a CBF “desse uma força” para os clubes com maiores dificuldades financeiras para que a competição se concretizasse, a treinadora do CLUBE C entende que a entidade não irá assumir tal compromisso se não conseguir um patrocinador que proporcione o aporte financeiro necessário. Além disso, Livia sugere que a entidade deveria responsabilizar os clubes por manterem categorias femininas na mesma ordem que a FIFA estabelece para as categorias de base.

Valendo-nos da estimativa dos custos das séries C e D do Campeonato Brasileiro e da Copa do Brasil de futebol masculino, podemos afirmar que a discussão levantada pelos dois treinadores seria perfeitamente factível, caso houvesse vontade política por parte da CBF e se a entidade estivesse efetivamente alinhada com as políticas de desenvolvimento do futebol feminino propostas pelos programas da FIFA, tendo inclusive a possibilidade e a obrigatoriedade de disponibilizar aporte financeiro proveniente do programa FAP⁶³ da FIFA para esse fim. Tendo em vista que tal programa exige a elaboração de plano de desenvolvimento em longo prazo, com garantias de transparência e de uma gestão eficiente, demonstrados por meio de contabilidade, fica patente que a entidade máxima do futebol brasileiro não possui qualquer tipo de planejamento ou interesse em captar esse tipo de recurso com pretensões de investir no desenvolvimento do futebol feminino.

Em relação à responsabilização dos clubes por manterem também equipes femininas, conforme tem sido preconizado para as categorias de base, também acreditamos constituir-se em uma importante política que deveria ser adotada pela entidade, no intuito de ampliar os circuitos de participação no futebol para as mulheres. Além disso, tal política poderia forjar um fortalecimento do clubismo também no circuito feminino, pois mobilizaria nessas arenas também as rivalidades historicamente constituídas no futebol masculino.

4.3 O papel da FPF no desenvolvimento do futebol feminino no estado de São Paulo: realizações e omissões

⁶³ Cabe ressaltar que os recursos provenientes do programa FAP da FIFA somente são disponibilizados às federações mediante projetos com detalhamento dos investimentos e posterior prestação de contas.

Conforme já adiantamos, a FPF, assim como outras federações em desacordo com a legislação desportiva nacional, trata o futebol feminino como modalidade esportiva amadora. Essa condição fica explícita nos regulamentos dos campeonatos paulistas que vem organizando ano a ano, como a edição 2012, que traz em seu artigo 1º a seguinte redação: “O 14º Campeonato Paulista de Futebol Feminino - Primeira Divisão, **competição amadora** da temporada de 2012 será disputada pelos 18 (dezoito) Clubes, obedecendo às normas constantes deste REC, bem como do RGC da FPF, parte integrante e indissociável deste REC” (grifo nosso) (FPF, 2012a).

Ainda, gostaríamos de destacar os participantes e o calendário da edição de 2012, apenas como parâmetro que entendemos estar engendrado nessa competição.

Art. 3º – A Competição, com **18 (dezoito) participantes**, terá **início em 06 de maio e término em 23 de setembro de 2012** e será realizada em 04 (quatro) fases em que os **Clubes jogarão no mínimo 10 (dez) e no máximo 16 (dezesseis) partidas**. Os clubes foram divididos em 03 (três) grupos com 06 (seis) participantes cada, seguindo um critério de regionalização. Os grupos UM, DOIS e TRÊS ficaram assim divididos:

GRUPO UM

América Futebol Clube – São Manuel
Associação Atlética **Francana** – Franca
Associação Botucatuense de Desporto – Botucatu
Ferroviária Futebol S/A – Araraquara
Rio Preto Esporte Clube – São José do Rio Preto
Sociedade Esportiva **Palmeiras** – São Paulo

GRUPO DOIS

Associação Atlética **Ponte Preta** – Campinas
Esporte Clube **Taubaté** – Taubaté
Esporte Clube **XV de Novembro** – Piracicaba
Guarani Futebol Clube – Campinas
Paulista Futebol Clube Ltda – Jundiaí
São José Esporte Clube – São José dos Campos

GRUPO TRÊS

Associação Desportiva Centro Olímpico – São Paulo
Associação Desportiva **São Caetano** – São Caetano do Sul
Associação **Portuguesa de Desportos** – São Paulo
Cotia Futebol Clube – Cotia
São Bernardo Futebol Clube Ltda – São Bernardo do Campo
São Vicente Atlético Clube – São Vicente (grifos nossos) (FPF, 2012a).

Os destaques dizem respeito ao calendário que se estende de maio a setembro, possibilitando que os clubes disputem ao menos dez partidas, dizem respeito também ao número expressivo de 18 participantes e ao destaque entre esses clubes para alguns que fazem parte ou já fizeram parte da primeira divisão do estadual masculino, como Palmeiras, Ponte Preta, Guarani, Portuguesa, Ferroviária e XV de Piracicaba, entre outros.

Acreditamos que fatores importantes associados a esses aspectos, que agregam um maior valor à competição, são o clubismo com a mobilização de comunidades afetivas já constituídas em virtude do histórico do futebol masculino nos clubes destacados e um calendário relativamente organizado e regular que permite aos clubes estabelecer metas e elaborar um planejamento que possa ser levado a cabo por pelo menos dois meses, com atividades constantes que correspondem ao encerramento da primeira fase do torneio da qual todos participam.

Alguns dos participantes de nossa pesquisa assumem que a FPF tem desempenhado um importante papel para o desenvolvimento do futebol feminino no estado. A isenção de taxas para a participação na competição é um ponto destacado por alguns deles. Além disso, outro aspecto lembrado por alguns, no sentido de uma perda para a modalidade, refere-se à suspensão do pagamento de uma cota de participação no torneio que era destinada aos clubes pela federação, mas deixou de ser paga em virtude da descontinuidade de uma parceria com uma cervejaria que patrocinava a competição.

Até o ano passado, se eu não me engano, a Federação dava 10 mil reais pra cada clube de um patrocinador que tinha. Esse ano não tem mais. [...] Durante o campeonato inteiro, 10 mil reais pelo campeonato. Eu acho que isso até ajudava alguns clubes, né? É, esse ano já não tem mais, **mas não paga inscrição e não paga arbitragem**, então eles tiraram de uma maneira, né? (Lívia, treinadora do CLUBE C).

Então, nós, depois que veio... que vinculou ao CLUBE C, nunca tivemos um subsídio, eu sei que antes a federação pagava. Mas parece que agora não paga mais, dava uns... não sei se era 10 mil reais, **acho que era uns 10 mil reais que dava.** [...] Hoje... pelo menos esse ano e o outro ano a gente não recebeu nada (Jonas, dirigente do CLUBE C).

Bom, vamos por etapa. Federação Paulista de Futebol, nós aqui, o CLUBE A, eu mesmo, particularmente, tenho uma amizade muito grande, me dou muito bem lá na federação, inclusive com o coronel Suíta [vice-presidente do Departamento de Competições da FPF], que é uma pessoa maravilhosa, meu amigo. Eu acho que tudo que a gente pleiteia, que a gente pede, a gente é atendido, eu acho que... **na minha opinião, a federação faz o que pode, eu tenho certeza disso, ela faz o que pode pra poder sempre deixar o futebol feminino em pauta. Eles passaram esse ano uma dificuldade muito grande porque perderam a Kaiser de patrocinador**, e isso realmente implica também numa dificuldade muito grande. **Então, quanto à Federação Paulista, eu não tenho muito a falar, pelo contrário, eu acho que eles andam, eles correm junto, e tentam da melhor maneira possível fazer o futebol feminino crescer** (Reinaldo, dirigente do CLUBE A).

Eu acho que é tímido. Tímido, mas importante. Vou analisar primeiro a federação. É... hoje a Federação Paulista, o que ela faz? Ela dá a arbitragem. Você não precisa custear a arbitragem, você não paga, acho, que a inscrição de atleta... acho que no masculino até categoria de base... você não precisa pagar por atleta a inscrição. Então já não tem esse custo, e a arbitragem, né? O ano passado, você tinha ao clube que participava, você tinha no final do ano uma cota de um patrocinador que a federação

perdeu pra esse ano... você... **cada clube recebia 10 mil reais, no final da temporada, como taxa de participação.**

[...]

Esse ano a federação perdeu esse patrocínio. Então, sem essa ajuda da federação de inscrição, taxa de arbitragem, seria quase que impossível, pra maioria dos clubes, pagar uma taxa pra arbitragem. Eu vejo hoje taxa de clube de basquete, do vôlei da liga nacional, cinco mil reais a arbitragem. O voleibol, nosso, vai entrar agora também, é por aí, a liga são quatro mil. Então como você vai bancar isso num jogo, quando isso é metade, quase um terço da nossa folha de pagamento. **Então o custo é elevado, é uma ajuda importante, né, que viabiliza o campeonato** (Diego, dirigente do CLUBE B).

O discurso do dirigente do CLUBE A demonstra uma postura de gratidão e conformismo com o papel que a FPF vem exercendo em relação ao futebol feminino, ao passo que a fala do dirigente do CLUBE B reconhece o importante papel da federação no sentido de diminuir os custos para os clubes participantes da competição, mas admite que tal iniciativa ainda é insuficiente e aquém das possibilidades da entidade, levando-se em conta sua importância no meio do futebol.

[...] Só que **pelo tamanho da Federação Paulista, o que ela representa é uma ajuda tímida, né? Porque eu acredito que ela tenha condições de... às vezes, não ajudar diretamente dessa forma, subsidiando, mas na promoção do campeonato, né? Com mais patrocinadores, mais visibilidade, entendeu, porque só assim você vai conseguir que os clubes se fortaleçam, consigam mais patrocinadores, pra eles, né? Então o campeonato vai ficar mais competitivo, consegue investir em melhores jogadores, melhores estruturas.** A cidade B, por exemplo, nem uma jogadora nossa... assim, é exclusiva do futebol feminino, né, mas existem outras equipes que elas trabalham meio período, trabalha a semana inteira (Diego, dirigente do CLUBE B).

Diego tocou em um ponto fulcral para a compreensão do cenário desfavorável evidente no futebol feminino. A falta de visibilidade da competição, tributária da omissão da FPF e dos clubes em relação às estratégias de *marketing* e comunicação, constitui-se em um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento da modalidade, como aponta o dirigente.

Enquanto todos os participantes de nossa pesquisa, outros dirigentes, treinadores(as) e atletas reconhecem que há necessidade de atrair patrocinadores e os meios de comunicação para aumentar o público na modalidade, mas não responsabilizam as entidades dirigentes por essas demandas, Diego identifica que, apesar do importante papel que a FPF tem cumprido, a entidade tem sido omissa em relação à promoção da modalidade e de sua principal competição, inviabilizando uma maior visibilidade que permitiria a captação e fidelização de patrocinadores e consequentemente uma melhoria nas condições técnicas e estruturais das equipes e dos clubes participantes da competição. Discurso, aliás, que está perfeitamente sintonizado com as diretrizes previstas pelos programas para o desenvolvimento do futebol feminino propostas pela FIFA.

Essas limitações identificadas por Diego também podem ser notadas pela escassez de informações sobre a competição nos meios de comunicação e pela interrupção da cobertura completa da competição, que era feita pela REDEVIDA de Televisão até a edição de 2011.

4.4 O futebol feminino nos clubes do estado de São Paulo: estrutura mínima para um desenvolvimento insustentável

No final de 2011, tivemos acesso a dados do trabalho de conclusão do curso de Educação Física de algumas jogadoras de uma das equipes que disputou o Campeonato Paulista de futebol daquele ano. No referido estudo, as autoras e o autor objetivavam investigar a infraestrutura das equipes de futebol feminino que disputaram o Campeonato Paulista, primeira divisão, promovido pela FPF, categoria livre de 2011, e, para tanto, aplicaram um questionário a 102 atletas de 8 das 19 equipes que disputaram o referido campeonato.

Os dados levantados por Bove *et al.* (2011) indicam que 87,5% das equipes fornecem alojamento e alimentação às suas atletas, 50% viajam na véspera dos jogos fora de casa e alojam as atletas em hotéis para os jogos (o restante viaja no mesmo dia dos jogos para diminuir despesas), 25% oferecem convênios médicos às atletas, 75% treinam pelo menos cinco vezes por semana, por vezes em dois períodos, e 87,5% mantêm ou estimulam as categorias de base.

Quanto à manutenção de equipes multidisciplinares na área de saúde, os dados da pesquisa indicam que 50% das equipes participantes dispõem de médico, 75% de fisioterapeuta, 25% de nutricionista, 12,5% de psicólogo e 100% de educadores físicos atuando como preparadores físicos.

Por fim, os dois dados que mais nos interessam referem-se à remuneração e ao benefício das bolsas de estudos. Em relação à remuneração, 75% das equipes oferecem remuneração às suas atletas, sendo que esta remuneração consiste em uma ajuda de custo, com valores que, em média, mal atingem o piso salarial mínimo do país. Já em relação ao outro benefício normalmente oferecido às atletas, 75% das equipes mantêm parcerias com universidades, garantindo às atletas bolsa de estudo integral ou parcial em cursos superiores.

Estabelecendo uma relação entre os salários e as demais condições apontadas, chegamos a um quadro bastante desfavorável para essas jogadoras, pois na maioria das equipes

elas treinam pelo menos cinco vezes na semana, por vezes em dois períodos, recebendo menos de um salário mínimo.

Damo (2007) observa que o exercício da profissão de jogador de futebol exige treinos intensos e repetitivos, viagens, repouso funcional, concentração e outras rotinas pouco apreciadas, contradizendo as representações ingênuas e românticas veiculadas publicamente, que costumam associar o jogador de futebol apenas aos altos salários e ao *status* de *pop stars*, omitindo ainda o fato de que, na realidade, essa imagem glamorosa do jogador, sugerida especialmente pelos meios de comunicação, estaria restrita apenas a um grupo reduzido de jogadores. Além disso, o autor aponta como a face oculta da profissão aspectos como a curta duração da carreira, o auge precoce, a difícil reconversão para outras áreas de trabalho, as restrições do mercado laboral e as já sinalizadas discrepâncias salariais.

Entendemos que esse tipo de “relação trabalhista” estabelecida entre os clubes e as jogadoras de futebol poderia ser pensado como aquilo que Baltar, Krein e Leone (2009) classificam como relação de emprego disfarçada. De acordo com os autores, essa relação é marcada pela presença das características do trabalho assalariado, tendo, em contrapartida, a contratação da prestação do serviço de forma que não contemple os direitos trabalhistas e previdenciários a ele vinculados. Ou seja, está contida uma relação de subordinação do trabalho, mas a forma de contratação não é dada por um contrato de trabalho regular, tratando-se, assim, de uma simulação.

Portanto, considerando-se que em geral as jogadoras devem cumprir rotinas de treinamentos diários, viagens, jogos, concentrações, dietas, tratamentos etc., característicos da prestação de serviços trabalhistas e, em contrapartida, por vezes não recebem ou recebem salários muito baixos (classificados como ajuda de custo) e não contam com a proteção dos direitos trabalhistas e previdenciários, podemos assumir que a relação entre os clubes e as atletas configura-se em uma relação de emprego disfarçada.

Já em relação à adoção das parcerias com universidades para a disponibilização de bolsas de estudos para as atletas em cursos superiores, entendemos que seja uma prática paliativa que tem proporcionado algum alento a essas jogadoras, na medida em que proporciona expectativas de um futuro no mercado de trabalho para além do futebol. Em contrapartida, conciliar uma rotina pesada de treinamentos com estudos, combinada com baixos salários ou por vezes ausência de salários, resulta em condições pouco sedutoras e justas para aquelas que

esperam vencer por meio do futebol. Mesmo assim, a fala de duas participantes de uma pesquisa que realizamos em 2010, em uma peneira do CLUBE A⁶⁴, mostra que o sonho de viver do futebol ainda continua vivo.

Eu queria jogar... jogar pra fora, mostrar o que eu sei. Fazer o meu nome pra fora é tudo o que eu quero. Meu sonho. Levar minha família comigo é tudo o que eu quero (Nádia, 15 anos, Sorocaba/SP).

[seu sonho em relação ao futebol] Ganhar bolsa fazendo faculdade, com certeza. E, como o futebol aqui no Brasil não tem muito apoio, seria no exterior, porque lá eles dão apoio, dão bolsa, tem casa, tem tudo. [...] Fazer faculdade, me formar e estudar sempre (Taila, 18 anos, Brasília/DF).

Percebemos que a busca pela ascensão social da família por meio do futebol, tão presente no universo masculino, perpassa também o imaginário de algumas meninas, ainda que timidamente. A perspectiva de tentar uma carreira no exterior e conciliar o futebol com os estudos em outros países também se faz presente no imaginário dessas jovens, que provavelmente têm algum conhecimento sobre o modelo norte-americano de esporte universitário, que oferece bolsas de estudos para atletas de destaque em diferentes modalidades.

Contudo, uma boa notícia é que, diferentemente dos meninos que são cooptados pelos centros de formação, deixando os estudos para trás e investindo todos os esforços e recursos no futebol – que como bem ilustra o estudo de Damo (2007), são oportunidades que oferecem possibilidades ínfimas de sucesso –, no caso das meninas, os estudos tendem a caminhar junto com o sonho de jogar futebol.

Evidentemente, a falta de uma estrutura profissional para a modalidade contribui para a construção desse quadro, mas, mesmo assim, não deixa de ser relevante observar que, das 19 entrevistadas na peneira do CLUBE A, dez pretendem cursar uma faculdade de Educação Física, outras duas já estão cursando Educação Física, e outras seis também já se decidiram por um curso superior (duas Fisioterapia, uma Nutrição, uma Engenharia, uma Engenharia Química, e uma está indecisa) que poderá caminhar junto ou no lugar da carreira no futebol; e mesmo a entrevistada que não manifestou o desejo de fazer curso superior comentou que gostaria de ser desenhista caso não se concretize o sonho de jogar futebol profissionalmente.

⁶⁴ Em janeiro de 2010, havia mais de 1.500 garotas de 20 estados brasileiros e do Distrito Federal inscritas para participar de uma peneira organizada pelo CLUBE A para selecionar jogadoras para sua equipe de futebol feminino. Realizamos uma pesquisa entrevistando 19 dessas participantes. Os dados dessa pesquisa são discutidos de forma mais aprofundada em um dos tópicos do capítulo seguinte.

4.5 O futebol feminino nos clubes pesquisados: “a síndrome dos três porquinhos”

A alusão à história infantil dos três porquinhos diz respeito à hipótese preliminar ao delineamento da tese, na qual admitimos ser interessante investigar três modelos de clubes distintos, sendo um deles referente a um clube com pouca expressão no cenário futebolístico (CLUBE C), outro com uma certa tradição, mas que não figura entre os chamados grandes clubes (CLUBE B) e um terceiro que se configura como um dos grandes clubes na esfera estadual e nacional (CLUBE A), representando um modelo para o futebol feminino.

Algumas características previstas nessa hipótese foram realmente confirmadas em nossa pesquisa de campo; contudo, os fatos acabaram por revelar sua inconsistência, pois, embora desfrutasse de uma estrutura que considerávamos como sólida, o CLUBE A foi o único dos três clubes que na temporada seguinte optou por desativar sua equipe feminina.

4.5.1 A estrutura do CLUBE C

O CLUBE C, conforme já mencionamos, constitui-se em um clube que não possui tradição em relação aos resultados ou mesmo participação em campeonatos profissionais da FPF. No futebol feminino, esse clube foi responsável pela equipe de sua cidade sede, que em campeonatos de outros anos esteve ligada a outros clubes (tanto da cidade como da região), visando cumprir a exigência da FPF de que os participantes de seus campeonatos fossem clubes com registro na entidade.

Assim, o nome do clube não tem muita relevância para aqueles que o acompanham porque a referência para todos os fins sempre foi o nome da cidade sede cuja prefeitura municipal é parceira no projeto do futebol feminino. O vínculo clubístico constitui-se em mero aspecto burocrático, que neste caso sofreu consecutivas mudanças nos últimos anos em decorrência de desentendimentos com empresários que assumiram temporariamente a gestão do futebol feminino da cidade. A fala do dirigente da equipe confirma esse quadro.

Então, veio pra Secretaria de Esporte desde... de meados de 2009. Na metade do ano de 2009, que teve um desentendimento entre *o clube anterior*, e aí a secretaria assumiu, assumiu aí o futebol feminino. Então desde 2009 que a gente tá aí tocando o futebol, feminino também.

[PESQUISADOR: Antes disso, antes de 2009, a Prefeitura também participava do projeto?]

Participava, mas cedendo o campo pra treino, com transporte, só na parte estrutural, né, não como hoje que tem até comissão técnica. Hoje a gente toca o projeto por inteiro.

[...]

[PESQUISADOR: Quais são as parcerias que tocam o futebol feminino hoje...?]

É, o clube hoje é o CLUBE C, né? Que é o nome do time vinculado à Federação Paulista. Tem a *faculdade*, né, que cede as bolsas e que foi onde tudo começou, né? Que é o projeto, *projeto social X*, e a prefeitura que fornece campos, alojamento, alimentação das meninas e a comissão técnica também é da prefeitura hoje.

[...]

Isso, hoje é o CLUBE C, né? Como eu falei, o CLUBE C, ele é o clube, né, porque hoje pra você disputar um campeonato de federação você tem que tá vinculado a um clube. Então você tá vinculado ao clube... do CLUBE C, né, só que daí, nós da secretaria, né, que tocamos. [...] eles dão pra nós tocarmos, né, o futebol feminino, então eles só cedem a camisa, né, e aí a gente toca.

[PESQUISADOR: Mas tem uma estrutura física, um prédio, alguma coisa desse tipo que funciona o clube?]

Não, usa da prefeitura, né, e como é um clube empresa, né, o CLUBE C... aí eles têm toda a parte funcional deles lá. É em São Paulo que é a empresa (Jonas, dirigente do CLUBE C).

Portanto, como podemos observar pela configuração desse “clube”, do ponto de vista organizacional, nota-se que de fato ele apenas empresta o nome para uma equipe de futebol feminino que é administrada pela prefeitura de um município, com a parceria de uma instituição de ensino superior. Nesse sentido, identificar essa equipe de futebol feminino como um clube faz sentido apenas na lógica da FPF, para a qual existe a necessidade de que os participantes nas competições que organiza estejam registrados na entidade e cumpram com as exigências burocráticas/jurídicas tributárias desse vínculo.

De forma concreta, temos uma equipe de futebol feminino que está estabelecida em uma cidade há cerca de nove anos (o dirigente Jonas relatou que a equipe da cidade existe e disputa o Campeonato Paulista desde 2003, aproximadamente), recebendo o apoio da faculdade local, mas necessitando mudar de nome a cada ano, conforme os acordos e desacordos que estabelece visando cumprir as exigências burocráticas⁶⁵.

Em relação aos recursos humanos que estão vinculados às demandas técnicas e administrativas do futebol feminino no CLUBE C, foi possível apurar pelas entrevistas que, exceto os representantes da faculdade que estabelece a parceria com o clube, todos são funcionários ou estagiários da prefeitura municipal. Essa equipe é composta pelo coordenador geral, Jonas, que é formado em Educação Física e exerce o cargo de coordenador de futebol e futsal da Secretaria de

⁶⁵ Entre os anos de 2007 e 2012, essa equipe mudou de nome ao menos três vezes (passando a utilizar o nome dos respectivos clubes com os quais firmava parcerias em cada temporada) para cumprir com a exigência de filiação com a FPF para a participação nas competições organizadas pela entidade.

Esportes, um supervisor administrativo, um auxiliar administrativo, a treinadora e seus auxiliares, que são o preparador físico, o preparador de goleiras e o estagiário. Como a treinadora não é funcionária da prefeitura, ela foi contratada como estagiária (via faculdade, assim como o outro estagiário da equipe) e recebe um “salário” de R\$600,00, os demais componentes da equipe assumem a função na equipe de futebol feminino, mas mantêm os vencimentos que já vinham recebendo como funcionários da prefeitura.

A treinadora da equipe recebe, além do salário como estagiária, uma bolsa de estudo no curso de Educação Física da faculdade parceira. Quando entrevistada, ela afirmou que foi atleta e treinadora de futebol feminino na França, tendo feito os cursos exigidos pela federação daquele país. Livia afirmou que estaria dedicando-se exclusivamente à função de treinadora da equipe na época da entrevista. O elenco do clube é composto por 25 atletas, sendo que, de acordo com a treinadora e uma das atletas que participou do grupo focal, três ou quatro delas têm algum tipo de trabalho extra.



Figura 23 - Sessão de treinamentos do CLUBE C (17/8/2011)

Fonte: Acervo particular do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior

Quanto à estrutura física, pudemos observar que o CLUBE C utiliza os equipamentos esportivos da prefeitura municipal, treinando em estádios e centros esportivos da cidade, conforme a disponibilidade. Além de ceder a infraestrutura para os jogos e treinamentos da equipe, a prefeitura assume as despesas de alojamento, alimentação e transporte das atletas no dia

a dia e despesas de transporte e alimentação extras nos jogos em que a equipe é visitante. No CLUBE C não há folha de pagamento de atletas, pois elas não recebem salários, mas um benefício, além do custeio das despesas de subsistência⁶⁶ (moradia, alimentação e saúde), uma bolsa de estudo integral em qualquer curso superior oferecido pela faculdade local, no caso das atletas em condições de acesso ao ensino superior.

PESQUISADOR: Você sabe me dizer, assim, o time não tem uma folha de pagamento...

JONAS: Não, não...

PESQUISADOR: Nenhuma atleta ganha?

JONAS: Não.

PESQUISADOR: Pra jogar, é só a bolsa, alojamento...

JONAS: Alimentação e todo o suporte aí...

PESQUISADOR: E quais os outros benefícios além desse que teria, assim... ?

JONAS: Ela almoça no restaurante da prefeitura, né? Eles têm o atendimento lá no hospital da prefeitura também, né? Medicamento que pega também tudo com a gente... é... o alojamento, né, que é dado, o que mais que a gente dá [...] Também pra treinar é transporte da prefeitura, né? Elas vão de perua treinar, pra se alimentar também, e as viagens também é tudo nós que... (Entrevista com Jonas, dirigente do CLUBE C).

Em contrapartida, conforme pudemos observar e de acordo com o depoimento registrado em nosso diário de campo e no grupo focal, algumas atletas revelam que as condições oferecidas pela prefeitura nem sempre atendem às suas necessidades básicas e de atletas, principalmente no tocante ao transporte, à alimentação e ao atendimento de saúde.

Uma das jogadoras me relatou que a perua não foi buscá-las no horário combinado e elas tiveram que enviar uma mensagem para que a treinadora viesse junto à prefeitura para providenciar o transporte. Ela afirmou ainda que esse tipo de atraso e desencontro tem sido frequente ultimamente (DC2 – CLUBE C).

Cheguei às 15h10 ao campo do centro esportivo do *bairro* X. O treinamento já havia começado e uma das atletas novamente me relatou que o transporte não as levou para o restaurante que elas costumam almoçar e elas tiveram “que se virar” com um macarrão que uma das jogadoras que não almoça no restaurante estava preparando apenas para ela. [...] O treino foi encerrado às 16h15 e a maioria das atletas foi embora a pé para a chácara onde moram, que fica a cerca de dois quilômetros do campo do treinamento, tendo que caminhar pelo “acostamento” da estrada que liga a cidade a uma cidade vizinha (DC3 – CLUBE C).

[...] Após o jogo, fui almoçar com o professor Sillas e três atletas. [...] Em nossa conversa, a jogadora me informou que na chácara moram cerca de 15 atletas, que se dividem em quatro quartos e vivem em boas condições no momento, segundo ela. Ao deixá-las na chácara, pedi para que ela fotografasse para mim a casa onde vivem as atletas (DC4 – CLUBE C).

⁶⁶ A maioria das atletas da equipe vem de outras cidades, ficando alojadas em uma chácara que é mantida pela prefeitura municipal.



Figura 24 - Chácara utilizada como alojamento pelo CLUBE C (20/8/2011)

Fonte: Acervo particular do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior

RENATA: Transporte, às vezes tem. Pra ir pro treino.

[...]

PATRÍCIA: Então, eu tive uma contusão em agosto de 2008... 2009. Aí fiquei parada, não tinha um médico pra isso. Aí tive que ficar aí... porque a gente não tem também. Aí a Andréia que conseguiu pra mim com um amigo dela da... do hospital aqui da cidade.

PESQUISADOR: Mas nada a ver com o time, isso foi... particular mesmo?

ANDRÉIA: Nada a ver com o time... corri atrás...

PATRÍCIA: Público, era público. Ela conseguiu me levar lá, um dia lá... e ele analisou meu ombro, falou que era cirurgia, aí me encaminhou pra PUC. Aí, na PUC, eles fizeram o teste de novo, falaram que era cirurgia, aí já encaminhou pra cirurgia. Mas até eu conseguir fazer... Eu machuquei em agosto de 2009 e eu consegui fazer a cirurgia em março do ano seguinte. Daí, depois eu fiquei mais um tempo parada, né, fui voltar a jogar de novo só em novembro. Do ano passado [2010].

[...]

ANDRÉIA: Eu fiz duas cirurgias já, no joelho. As duas... as duas... foram eu que corri atrás. Tanto de médico como de fisioterapia. Tudo eu, é... tive a primeira lesão, aí minha mãe trabalha no hospital, conseguiu um médico, aí na época eu tinha o convênio, né, eu tinha UNIMED, ainda bem, que ajudou bastante. Aí eu fiz a cirurgia com esse médico, depois eu fui fazendo a fisioterapia, fui correndo tudo... fiquei um ano, acho que deu um ano parada. E aí, depois, eu tive uma outra cirurgia ano passado, aí de novo eu... de novo... aí eu não tinha convênio, né, aí eu tive que esperar bastante tempo, esperei uns quatro meses pra fazer cirurgia. Aí esperei, aí fiz, depois de um ano também que eu consegui voltar. Mas tudo por conta própria. E eles nem... nem..., só perguntava como é que tava, mas correr atrás de alguma coisa não.

[...]

PESQUISADOR: E alimentação. Vocês têm uma alimentação diferenciada, pensando em jogo, esse tipo de coisa, treinamento? Ou não, não tem nada a ver, tem uma alimentação pra quem mora na casa... pra comer, normalmente... sem a preocupação de...

[...]

AMANDA: Então, então... a gente tem o restaurante na hora do almoço...

ANDRÉIA: Começa pelo café da manhã... O café da manhã elas não têm, eles dão um pão e só.

AMANDA: A fruta... a fruta não tem. O leite não tem, eles não recebem... que é o fundamental pro atleta, que é o leite, que é a fruta, que é o pão também. Mas a gente não tem, só tem apenas o pão. No almoço a gente tem o restaurante, que aí a gente come a salada, certinho, o arroz, o feijão... e a proteína, que é o ideal pro atleta. E já, na janta, já a gente não tem essa opção da salada... e tal. Aí é apenas o arroz e o feijão e uma mistura frita... que é a marmita, que já vem pronta.

[...]

PESQUISADOR: Dia de jogo, vocês vão pra jogar... Por exemplo, sábado agora vocês foram jogar em outra cidade, o jogo era às 10h, tinha uma preocupação em saber... “oh, gente, vamos tomar o café da manhã a tal hora, não sei o que e tal...”, ou não... “tal hora no ônibus e vamos embora, cada uma...”

ANDRÉIA: Não, é tal hora no ônibus e vamos embora.

MARINA: Quem quiser comer, come; e quem não quiser, não come.

PATRÍCIA: Quem queria tomar café foi lá e tomou, quem não tomou...

(Grupo focal com atletas do CLUBE C).

Os relatos das jogadoras do CLUBE C revelam as condições precárias às quais elas são submetidas. As deficiências em transporte, alimentação e assistência à saúde estabelecem um abismo em relação àquilo que se esperaria para atletas de esporte de alto rendimento. Para quem depende de uma alimentação balanceada para atender às demandas da rotina de treinamentos e jogos de futebol, o cardápio descrito pelas atletas mostra-se bastante inadequado. Além dessa carência alimentar, as jogadoras relatam sobre os constantes atrasos e até falta do transporte que deveria levá-las aos treinos e ao restaurante no qual almoçam, causando transtornos como caminhadas em locais perigosos ou refeições fora de horário, ou mesmo deixando de fazê-las. Sobre a assistência médica, o problema é ainda mais grave, tendo em vista que, pelos relatos de Andréia e Patrícia, contusões sérias não recebem o suporte do clube, demandando a mobilização das próprias jogadoras para passar por cirurgias e/ou obter tratamento.

Todos esses percalços relatados pelas jogadoras provocam uma série de desconfortos, incertezas e sentimento de insegurança que certamente repercutem tanto no desenvolvimento de suas atividades ligadas ao futebol como na vida pessoal. O sentimento de insegurança passa a ser uma constante que tende a acompanhar todas as atletas do clube, com a dificuldade de se traçar planos sem a garantia de uma boa alimentação, segurança e transporte e, principalmente, sabendo-se dos riscos de se contundir e não contar com o suporte necessário para uma recuperação adequada.

Segundo nos relatou o dirigente Jonas durante a entrevista, os custos para a prefeitura manter o futebol feminino são altos⁶⁷ e existe uma impossibilidade de estabelecer parcerias com empresas privadas em virtude da legislação municipal.

PESQUISADOR: E você sabe se foi tentado fazer algum tipo de parceria, e, assim, que dificuldade que tem pra fazer esse tipo de coisa?

JONAS: É, é difícil porque, é dar dinheiro pra prefeitura tem muita burocracia, né? E aqui na cidade C ainda não tem aquela lei do incentivo ao esporte, né, que você pode, que a empresa pode, tá doando uma porcentagem, abatendo dos impostos, né? Então, a cidade ainda não tem isso, então por isso fica difícil a empresa tá doando, a gente tá conseguindo dinheiro aí de terceiros, né? (Entrevista com Jonas, dirigente do CLUBE C).

Em entrevista concedida pelo professor Sillas, como coordenador do programa de concessões de bolsa de estudo pela faculdade parceira, da qual faz parte do corpo docente, ele frisou que o impedimento burocrático de a prefeitura estabelecer parcerias constitui-se em uma das maiores dificuldades enfrentadas para a sustentação do projeto do futebol feminino. Sillas considera que o caminho para o desenvolvimento do futebol feminino no CLUBE C seria desvincular-se da prefeitura.

SILLAS: É fundamental que a gente busque outras parcerias e que essa parceira não fosse com a prefeitura, com um órgão público... Pra ele continuar de uma maneira adequada, o ideal seria isso, né, desvinculação com o órgão público e fazer uma parceria com alguma outra instituição privada.

PESQUISADOR: E isso é tranquilo, inclusive no discurso de vocês, no diálogo com a prefeitura? A prefeitura também é... tá tocando o futebol feminino, mas é alguém que, se aparecer uma parceria, você acha que não teria problema nenhum em abrir mão?

SILLAS: Eu diria que é o último ano da prefeitura da cidade com a parceria. Ela já sinalizou que ela vai se retirar, ela não tem mais verba pra 2012, por exemplo. Então, 2012, se a gente não conseguir uma outra parceria o futebol feminino da cidade C também acaba.

PESQUISADOR: Quem que vai atrás dessas parcerias? Porque agora então caiu no colo da faculdade pelo que tô entendendo.

SILLAS: Exato. O que a gente tá tentando sensibilizar são os gestores e o departamento de *marketing* da faculdade pra eles então fazerem essa captação, né? Ou pelo menos nos mostrarem qual é o caminho pra que aí a gente também possa ir atrás.

PESQUISADOR: Bom, será que o time continua?

SILLAS: Eu espero que sim, todo mundo tá lutando pra isso, né? Mas o que a gente até decidiu é que sem dinheiro, sem verba, não tem como você manter o time. Não nos moldes de competição como esporte de competição. (Entrevista com Sillas, representante da faculdade parceira do CLUBE C).

⁶⁷ Em um breve levantamento dos custos que o dirigente foi fazendo durante a entrevista, no qual listou recursos humanos (comissão técnica e administrativa), viagens e alimentação nos jogos fora de casa, alojamento, alimentação e rouparia para manutenção das atletas, pudemos estimar um gasto mensal de cerca de 40 mil reais pela prefeitura municipal.

O depoimento de Sillas é emblemático para compreendermos a situação crítica vivida pela equipe de futebol feminino do CLUBE C, pois explicita as dificuldades enfrentadas pela prefeitura e pela faculdade parceira em sustentarem as despesas geradas pela equipe e em dar continuidade ao projeto. Avaliando esses elementos, a impressão que se tem é a de que existe aí um projeto insustentável, que vem “se arrastando” em vias de se extinguir, ficando a indagação sobre o porquê ainda não acabou. Contudo, em sua entrevista, Sillas revela que existe uma preocupação social envolvida e que, de alguma maneira, essa preocupação seria o elo que ainda sustenta o projeto e traz algum tipo de contrapartida, ao menos do ponto de vista da faculdade.

PESQUISADOR: Então, daí, é justamente sobre a parceria que eu gostaria que você falasse um pouco, da faculdade com o time de futebol feminino da cidade. Como que tá firmado essa parceria, quais são os benefícios que a faculdade oferece pras meninas, que tipo de retorno que têm, como funciona essa parceria, Sillas?

SILLAS: O histórico da parceria, ela vem de 2006 pra 2007, quando existia o grêmio da *Empresa X* e aí esse grêmio estabeleceu essa parceria com a faculdade. Então, era pra que as meninas em idade já concluintes do ensino médio tivessem acesso ao ensino superior, mais pelo viés do projeto social. **Hoje, essa parceria, ela se mantém, ela continua com bolsa de 100% pra todas as meninas que optarem, né, pelo curso de ensino superior. E ela vai até 50% pros estagiários da faculdade que atuarem também junto ao time, junto ao projeto de uma forma geral. Benefícios... é um campo de estágio pro curso de educação física diretamente e indiretamente pros cursos de fisioterapia, nutrição e enfermagem.** Embora as atuações desses cursos hoje... é muito pequena. Em épocas anteriores já foi bem melhor e bem mais ampla.

PESQUISADOR: As meninas... da fisioterapia, elas utilizam as estruturas da faculdade quando estão contundidas ou isso é limitado, como funciona?

SILLAS: Então, isso é limitado porque a faculdade, ao contrário do que a gente imaginava, ela deveria atender diretamente. Mas como a faculdade tem uma parceria também com a saúde, né, da prefeitura da cidade, elas têm que obrigatoriamente fazer o cartão cidadão e depois disso ir pra faculdade como se elas fossem vindas, né..., do atendimento público pra faculdade.

PESQUISADOR: Bom, então bolsa de 100% você falou é pra toda atleta do time? O time não tem categoria de base, né, então todas as meninas estão no time principal, então pra todas. E a menina terminou um curso e quer continuar jogando pode fazer outro curso?

SILLAS: Pode fazer outro curso, ela pode optar por uma segunda graduação ou, se for o caso de ter alguma pós-graduação, ela também pode cursar.

PESQUISADOR: Tá, e a manutenção dessa parceria você acha que é vista com bons olhos pela universidade? Isso é considerado um peso pra universidade, ter que manter uma quantidade de bolsas, que deve ser uma quantidade razoavelmente, quantas bolsas hoje, você tem idéia?

SILLAS: **Hoje, 12 bolsas, mas já chegou a 25.**

PESQUISADOR: E como que é isso, assim... têm algumas tensões em relação a manter, mudar?

SILLAS: Tem. Sempre tem uma tensão, mas ela é pequena em relação aos benefícios quando o gestor vê a dimensão do projeto. **O projeto em si, ele tá contemplado por todas as outras disciplinas, por todas as outras áreas do curso, então, quando você vai lá nos planos do MEC, né... qual é o projeto social que a faculdade tem? Então a fisioterapia, enfermagem, educação física consta lá que o projeto social é o projeto do futebol feminino, projeto X.** Então, quando isso é avaliado, a tensão diminui.

PESQUISADOR: E no caso me parece que a única, talvez, contrapartida que as meninas têm pra tá no clube é a bolsa de estudos. Porque o restante é subsistência mesmo, né? Alimentação, é moradia, que se elas tivessem na casa da família elas teriam da mesma maneira... então, talvez, a chance de jogar o futebol feminino, de disputar o Campeonato Paulista, coisa desse tipo... Mas como você se sente com o peso de ter a bolsa pra, pro time captar as atletas, pra... ?

SILLAS: É, olha Osmar, a gente já teve situações bem distintas, né. Meninas que já passaram pelo CLUBE C e que a bolsa de estudos era o que menos interessava, o que mais interessava era salário. **Com o corte do salário, né, com a saída da Empresa X, que era quem pagava os salários, ficou só como moeda de troca bolsa de estudos e mesmo assim a gente tem conseguido trazer algumas meninas pra jogar na equipe.** A gente tem experiências bastante positivas em relação a quem se beneficiou disso. **Então a gente tem atletas que hoje são formadas em fisioterapia e já abriram clínica, depois fizeram educação física e abriram academia, né?** A gente tem meninas hoje empregadas em hotéis da região trabalhando na área de recreação e lazer e em outros projetos, enfim, elas... **algumas têm conseguido ver que é também, é uma boa moeda de troca a faculdade, a bolsa de estudos.**

PESQUISADOR: Mas acaba pesando pra manter um time forte, o fato de ter só essa moeda de troca, pelo fato de muitas vezes a menina tá ali, terminou o curso superior ela sai. Fica difícil manter um time experiente, talvez? Você sente alguma coisa mais ou menos nesse sentido?

SILLAS: Tem. Hoje, **como a estrutura geral em termos de alimentação, transporte e moradia também ela é deficitária, né, não é a mais adequada,** só a bolsa de estudos não tem dado conta de trazer meninas, vamos dizer, assim, de peso pra poder disputar o Campeonato Paulista (Entrevista com Sillas, representante da faculdade parceira do CLUBE C).



Figura 25 - Jogo do CLUBE C pelo Campeonato Paulista-2011 (20/8/2011)

Fonte: Acervo particular do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior

4.5.2 A estrutura do CLUBE B

O CLUBE B também é fruto de uma parceria entre uma prefeitura e um clube, mas, diferentemente do CLUBE C, nesse caso, a parceria está estabelecida por uma fundação, que é uma autarquia municipal, e um clube que tem certa tradição e estabelece uma identidade para a equipe de futebol feminino.

São quatro instituições, assim nós vamos colocar em jogo. Você tem a Secretaria de Esportes, você tem a *Fundação*, que são públicas, aí você tem o CLUBE B S. A. e tem o CLUBE B associação esportiva. Então, assim, do CLUBE B, a S.A. foi criada recentemente.

Foi criado, não sei os motivos, por causa de dívida, não sei o que é, então criaram a S.A. E, assim, o clube registrado é a associação esportiva do CLUBE B na federação, então eles passaram toda a administração do clube, o direito de usar a imagem pra CLUBE B S.A. Tanto é que o time é CLUBE B S. A., mas já com o logo, com o escudo da associação. Atualmente, hoje tá em processo a fusão das duas entidades, né, e a secretaria que basicamente se divide em secretaria municipal que toma mais conta assim do esporte.

[...]

É uma autarquia pública... é uma *Fundação* então, independente... tem orçamento próprio, só que ela tem estatuto, né? No regimento dela, ela é bem clara, né, quanto à questão ligada à competitividade. Ela desenvolve principalmente o esporte competitivo, fica a secretaria principalmente o esporte de lazer. E o que a *Fundação* faz, como ela desenvolve, ela tem o orçamento dela, a básica, ela banca as viagens, alimentação, compra alguns materiais necessários, né, e também ajuda de custos para os atletas (Diego, dirigente do CLUBE B).

Portanto, a situação jurídica do CLUBE B pode ser considerada relativamente estável, pois, embora haja um imbróglio em curso entre o clube que “empresta o nome” para a equipe de futebol feminino, essa situação de impasse entre o clube associação e o clube empresa, que levam o mesmo nome, parece não afetar na identificação do futebol feminino. Segundo o dirigente, o CLUBE B cede o nome para a equipe de futebol feminino desde 2006, ano a partir do qual a FPF passou a exigir que as equipes que disputassem o Campeonato Paulista fossem registradas na federação.

O dirigente Diego é formado em administração pública e exerce um cargo comissionado de assessor de projetos, dentro da Secretaria Municipal de Esportes da cidade B. Diego divide a coordenação administrativa do futebol feminino com Francisco, que também é funcionário da Secretaria de Esportes.

Outro diferencial do CLUBE B diz respeito à existência de categorias de base, pois, além da equipe principal, o clube mantém as equipes sub-18 e sub-15 e, segundo o dirigente, pretendia criar a categoria sub-11 no ano seguinte.

Bom, primeiro, assim, na cidade B a gente tem o princípio da... nós valorizamos muito a nossa categoria de base, né? Então, esse ano nós criamos o sub-15, né, uma categoria nova que foi criada esse ano. E o ano que vem eu acho que provavelmente vamos criar o sub-11, a partir de 7 anos, 8 anos, vão ter competição.

[...]

É, então a primeira tarefa nossa é olhar pra base e ver quais meninas têm condições de tá no adulto, tá integrando, pra diminuir nosso peso de contratação, né? Formar o atleta, né, porque na formação de atleta você cria uma identidade com o clube, ela já sabe como você trabalha, como é a filosofia do clube, não... (Diego, dirigente do CLUBE B).

Além dos dois dirigentes, os recursos humanos compreendem o treinador e o preparador físico, que têm contratos temporários com a fundação, trabalhando apenas com a equipe principal de futebol feminino do CLUBE B, e o preparador de goleiras, que também trabalha no sub-18. Esta é a comissão técnica fixa da categoria principal, mas os treinadores e preparadores físicos do sub-18 e do sub-15, que são funcionários da Secretaria de Esportes, também prestam auxílio na equipe principal sempre quando necessário, segundo o treinador Dorival.



Figura 26 - Sessão de treinamento do CLUBE B (6/9/2011)

Fonte: Acervo particular do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior

Outro diferencial do CLUBE B em relação ao C consiste na existência de salários para as atletas, conforme relata o dirigente Diego.

PESQUISADOR: A folha de pagamento mensal, quanto que é?

DIEGO: É que é assim, a folha mensal é em torno de 15 mil reais.

PESQUISADOR: Sim, incluindo atletas e comissão técnica?

DIEGO: Isso. E aí, dessa atleta que mais ganha, é mil reais.

PESQUISADOR: Mil reais é o teto da folha?

DIEGO: Isso. E a atleta que menos ganha do adulto é quatrocentos⁶⁸... Temos a do sub que é mais baixo, né?

PESQUISADOR: Ah, no sub então também todas ganham ou não?

DIEGO: No sub-18, a maioria.

PESQUISADOR: É, quanto?

DIEGO: Cem reais, cento e cinquenta, duzentos.

PESQUISADOR: Tá. Essa folha que você me falou, dos 15 mil reais, tá incluindo adulto e a categoria de base?

DIEGO: É. Aí temos aquelas outras atletas que recebem bolsa do governo, né? Então elas não entram nessa folha, porque não pode pela lei do governo.

PESQUISADOR: E você falou então o time principal, o mínimo 400 reais, a que ganha mais ganha 1.000, e aí tem valores escalonados, aí tem 500, 600 ou não, você tem 400 ou é 1.000?

DIEGO: Não, você tem escalonado, né, conforme idade da atleta, tempo de clube, rendimento, é uma série de fatores... não, é sempre uma negociação, se parte daquele princípio ali, a atleta é mais ou menos esse valor, se negocia com ela, né, se fugir muito daquilo que você acha que ela, na verdade, é assim, não é que ela mereça, né, as vezes, falar a verdade, todo mundo merece mais, né, mais pela condição que você tem... é uma coisa, assim, que eu acho que, se a gente quer melhorar as coisas no clube, nós temos que melhorar o salário também, porque se for vê a pessoa tem dedicação exclusiva ao esporte e é muito pouco às vezes, quase sempre, 400, 500 reais, né? Até mil reais é. [...] É porque nós entendemos a realidade delas também... a maioria vem de origem muito humilde, né? Então, às vezes ela pode até ganhar bem, mas nós sabemos que ela nunca vai ficar com o dinheiro sempre pra ela, ela sempre acaba ajudando a família também, é o caso de bastante atletas nossas que têm o dinheiro aqui, mas enviam pra família pra ajudar na casa, né?

[...]

PESQUISADOR: Não existe contrato delas? Elas têm um registro na federação, é isso? Mesmo pras meninas do adulto. [...] É, elas têm um contrato de trabalho, ou coisa do tipo... porque elas recebem, e como funciona isso?

DIEGO: Ah, tá, tem um contrato. [...] É, é um contrato de “adote um atleta”, né, que é uma lei municipal, que você... é uma ajuda de custo para o atleta, né? Então tem uma série de obrigações. O atleta e o clube também têm uma série de obrigações, né? Amparado por essa lei, que é pela fundação (Entrevista com Diego, dirigente do CLUBE B).

⁶⁸ Em 2011 o salário mínimo em vigor era de R\$ 545,00. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/salariominimo_2011.htm>. Acesso em: 8 jan. 2013.

Portanto, diferentemente dos entraves burocráticos enfrentados pelo CLUBE C, o CLUBE B dispunha de mecanismos que possibilitavam o repasse de verbas para o esporte por uma autarquia municipal, que é uma fundação de esporte vinculada à prefeitura. O dirigente Diego nos forneceu ainda um modelo do contrato da “Campanha Adote um Atleta” (Anexo B), viabilizada por uma lei municipal sancionada na década de 1980 para fomentar o esporte amador do município.

O termo de adesão ao contrato constitui-se em um instrumento legal no sentido de estabelecer o vínculo entre patrocinadores e os atletas de esportes de alto rendimento do município, instituindo a fundação municipal de esportes como agência mediadora desta relação.

De acordo com o treinador, o CLUBE B contava com um elenco de 25 atletas à época da entrevista, destas, segundo ele, havia cinco atletas que eram oriundas da categoria sub-18 e acabavam completando o elenco que teria portanto 20 atletas do time principal. Além dos salários, o clube oferecia alojamento, alimentação, transporte e recentemente havia conseguido uma parceria para que as atletas tivessem um plano de saúde.

[...] no caso da UNIMED, assim, a UNIMED entrou numa parceria com a escolinha de esportes da prefeitura, né? E através dessa parceria nós fizemos o contato, eles falaram que tinham interesse em patrocinar o futebol feminino, e a partir daí foi criando uma conversa, levamos um projeto, fizeram uma proposta, tivemos uma contraproposta e o secretário de esportes em contato direto com o diretor da UNIMED, né, também auxiliou nesse...

[...]

Então vamos lá. Alimentação dentro do alojamento, lá tem a casa montada, tudo, elas não precisam trazer nada, a não ser a roupa de cama pessoal. Essas coisas, alimentação café da manhã, almoço e janta nós fornecemos pra elas, né? Lanche antes do jogo, né, frutas, geralmente isso aí tá no cardápio, nós fornecemos. Transporte nós temos uma parceria com a CTA, que é a empresa que faz o transporte urbano do município, né, então elas tem um cartão, cada atleta, né, elas podem ir pro treino e voltar com esse cartão. [...] Tem a UNIMED, né? Da educação, então, quando é escola, algumas garotas ainda tão terminando o ensino médio, então elas estudam em escola pública, né, já quando é da faculdade, nós ainda não temos a parceria, né, com uma universidade. [...] É, ainda não temos, estamos fechando a nível de secretaria, uma parceria com uma universidade, mas tá em processo ainda. [...] Não específico o futebol feminino, mas específico em todas as modalidades, né? A secretaria fazer uma parceria com uma universidade, tá em processo. Mas é uma coisa que nós incentivamos, né? Tanto é que uma atleta que terminou o ensino médio o ano passado, esse ano vai fazer a faculdade, ela veio com a mãe dela aqui, falou que era o interesse dela fazer faculdade, tudo mesmo, nós... achamos, assim, que o valor dela seja um pouco abaixo, mas por ela fazer a faculdade, é uma coisa que nós acreditamos, tudo... nós colocamos um pouco a mais no seu salário pra dar uma ajuda maior, né?

[...]

É uma casa [onde as atletas ficam alojadas]. São cinco quartos. Vinte e duas [quantidade de atletas que moram na casa]. [...] Confortável... não é o ideal, né? Talvez pela

quantidade, mas é uma casa bem grande, bem espaçada, quartos grandes, então se tenta oferecer o máximo possível pra elas, né? Beliche, né?
(Diego, dirigente do CLUBE B).

Os relatos do dirigente do CLUBE B indicam que o clube encontrou uma fórmula relativamente mais sustentável em relação ao CLUBE C com a existência de uma fundação municipal facilita a captação e gestão de recursos financeiros para o projeto. Além da possibilidade de formalizar um contrato com as atletas e fazer o pagamento de salários a partir desse contrato, o clube consegue estabelecer algumas parcerias que permitem, em certa medida, que a prefeitura possa se desobrigar de algumas das despesas.



Figura 27 - Jogo do CLUBE B contra o CLUBE C pelo Campeonato Paulista-2011 (13/8/2011)

Fonte: Acervo particular do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior

PESQUISADOR: O clube então... que você falou, faz parcerias, quais as parcerias e patrocínios que a equipe tem?

DIEGO: O principal mantenedor, administrador do time, é a própria prefeitura, né, que é a *Fundação* que banca quase que exclusivamente as despesas da equipe, aí também temos os pequenos patrocinadores que ajudam com a complementação da alimentação, basicamente isso, no alojamento, né, que são a *Empresa Game*, o *Shopping* e a *Empresa Fotos*.

PESQUISADOR: Tá, não são do ramo de alimentação os três?

DIEGO: Não.

PESQUISADOR: Eles aplicam uma verba?

DIEGO: Ou até compram diretamente o produto que precisa.

PESQUISADOR: E abastece ali o alojamento das meninas?

DIEGO: É, o alojamento. E, assim, são esses três, só que a *Empresa Fotos*, ele é uma empresa de fotografia... eles fazem os banners pra nós dos patrocínios que precisa, faz a placa publicitária. Além deles, temos também a *Empresa Academia*, que não oferece... que não... a contrapartida deles é... nós fazemos a publicidade e utilizamos a academia. Recentemente fechamos com a *Empresa Studio*, que é uma clínica especializada em preparação e reabilitação física, né? Coisa recente de um mês, assim, que ainda precisamos... fechamos a parceria com eles.

PESQUISADOR: São pras meninas quando tão contundidas?

DIEGO: É, todos nossos atletas agora estão sendo cuidados por eles, né, período exclusivo de manhã e à tarde pra recuperação, e como que é um trabalho recentemente não deu pra gente aplicar ainda o que queremos, né? Mas o ano que vem eles vão começar a fazer um trabalho de prevenção de lesões, de... principalmente lesões... pra evitar os problemas. O ano que vem, antes de começar a temporada, eles vão trabalhar direto com preparador físico, né, vão fazer todo um trabalho específico pras atletas.

[...]

PESQUISADOR: Como que são firmadas essas parcerias? Assim... você e o Francisco vão atrás dessas empresas e oferecem alguma coisa? Eles têm espaço na camisa, como é que se configura essas parcerias?

DIEGO: A visibilidade que o futebol feminino tem aqui na cidade é razoável, assim, né? Talvez de todas as modalidades que nós temos, estejamos entre as três que têm maior visibilidade. Tá o futebol masculino, o basquete masculino e o futebol feminino. Então é um desejo das empresas também, que querem ter suas marcas associadas ao esporte. Então muitas vezes é assim, você tem amizade com alguém que vai indicando, a pessoa, tudo... nós também fazemos um trabalho nas empresas de levar um projeto nosso pra apresentar e... há interesse ou não. Mas a negociação é toda feita comigo ou com o Francisco, ou com o secretário de esportes...

[...] temos uma outra empresa que nós estamos tendo contato pra patrocinar, então tivemos que canalizar nossos esforços pra fazer um projeto pra essa outra empresa pra ela entrar. [...] não, é uma outra empresa que ainda não fechou. Então... apresentar o projeto pra ela, e foi muito detalhado também. Então não houve tempo hábil pra nós fazermos esse projeto de incentivo, mas o único que nós tivemos... mas não é do futebol feminino, foi da secretaria de esportes, que fizemos um, só que não nos modos... quer dizer, no modo é parecido só que não foi do imposto de renda, foi do governo estadual pra ICMS, né? Você pode entrar também, né? Não é só governo federal, você pode entrar no governo estadual de São Paulo que... mesmo projeto, mesma coisa, só que o imposto vai ser ICMS que o governo deixa de recolher. Também algumas cidades eu não sei se essas outras você pesquisou, tem municípios que também tem a lei de incentivo municipal, né? Ela deixa de recolher IPTU pra você aí as empresas abatem no... nesse suporte, né? Aqui na cidade nós temos essa lei (Entrevista com Diego, dirigente do CLUBE B).

Pelo discurso do dirigente, é possível notar uma mobilização do clube para viabilizar uma captação de recursos que fortaleça o projeto do futebol feminino no CLUBE B. Contudo, conforme apuramos com as atletas do clube, algumas empresas ainda demonstram certa resistência em relação ao futebol feminino e alguns parceiros do clube nem sempre honram com seus compromissos, dificultando um melhor planejamento e sustentabilidade de projetos institucionais.

ELIANE: Só que aconteceu que... esse patrocínio também da *Empresa X* aí, ele não veio pra nós, porque era o futebol feminino e foi pro vôlei. Quer dizer, então a imagem do vôlei é melhor que a do futebol feminino? Entendeu? Então, tá ligado, entendeu...?

[...]

GISLAINE: Mas é que nem acontece... tem o patrocinador na nossa roupa, no short, aquele X... que fez um acordo pra pagar... vamos supor, 200 reais por mês, não deu uma parcela pra gente e o nome dele aparece na televisão... e ele foge...

[...]

GISLAINE: O ano passado a gente fez um acordo com uma academia, o rapaz só ia ceder a academia. Cedeu a academia um mês pra gente, a hora que colocou o emblema na camisa ele cortou a academia. E a gente tinha mandado fazer a roupa. Então ele só usou a gente (Grupo focal com atletas do CLUBE B).

4.5.3 A estrutura do CLUBE A

O CLUBE A, diferentemente da configuração jurídica dos clubes B e C, é realmente o protagonista do projeto do futebol feminino. Conforme relatou o dirigente, o futebol feminino perdeu o patrocinador e o clube sustentou o projeto no ano de 2011 com recursos próprios.

Veja bem, exatamente. Hoje, mais do que nunca, o departamento feminino, ele é realmente um departamento, como é um departamento da base, como é um departamento profissional. Ele corre, hoje, sozinho aqui dentro do clube, representando realmente o departamento feminino. Ele é vinculado, obviamente, ao clube, mas corre como fosse um departamento sozinho. Ele anda com as suas próprias pernas.

[...]

[Situação jurídica do CLUBE A] Ele é um clube, obviamente, associado, sem dúvida, e obviamente também apoia o nosso departamento. Porque hoje, na verdade, esse ano, nós assumimos em 2009, e nós tínhamos o patrocinador *Empresa X*, e infelizmente no final de 2010 eles não quiseram mais continuar com o patrocínio e nós ficamos o ano todinho de 2011 sem o patrocínio. Então, na realidade, o próprio presidente, com todo o apoio, porque ele realmente gosta do futebol feminino, apoio, ele realmente deu uma alavancada nesse ano de 2011, com o próprio clube, CLUBE A, ajudando o departamento feminino (Reinaldo, dirigente do CLUBE A).

Assim como no CLUBE B, o CLUBE A também paga um salário às suas atletas, porém com diferenças. No caso do CLUBE A, é o próprio clube quem subsidia os salários das atletas, tendo a prefeitura municipal de sua cidade sede como uma espécie de intermediária para que os pagamentos não sejam feitos diretamente pelo clube, o que caracterizaria um vínculo trabalhista. Segundo o treinador, o elenco do clube à época da entrevista contava com aproximadamente 37 atletas.

[...] porque, além de tudo, o futebol feminino pra você entender, ele ainda é amador, ele não é profissional. Aqui no Brasil, não são, são todas amadoras. Existe um contrato, por exemplo, o CLUBE A, ele existe um contrato com a prefeitura, que o CLUBE A repassa o

salário das nossas jogadoras para a prefeitura, e a prefeitura repassa pra elas. Então o vínculo, obviamente, elas representam o CLUBE A, mas elas são vinculadas à prefeitura. Então, pra dizer pra você o X da questão, fica difícil. É uma folha de pagamento... não posso dizer pra você que é muito baixa, mas é um X, fica difícil, eu não posso te falar o valor, entendeu?

[...]

[a folha de pagamento das atletas] Ela tá em torno, eu posso fazer uma base, de 30 até 50, mais ou menos em torno disso. [...] É, vamos supor, o piso em torno de 350 a 400 reais, e o teto em torno, mais ou menos, de uns cinco mil reais (Reinaldo, dirigente do CLUBE A).



Figura 28 - Jogo do CLUBE A pelo Campeonato Paulista-2011 (1/10/2011)

Fonte: Acervo particular do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior

Embora o dirigente tenha relutado em revelar os valores da folha de pagamento, com base nos parâmetros fornecidos, pensamos que as atletas do clube devam ter salários significativamente superiores às atletas do CLUBE B. Além dos salários superiores, o dirigente revelou que oito ou nove atletas⁶⁹ do elenco recebem o benefício da Bolsa Atleta do Governo Federal (BRASIL, 2004); no CLUBE B, apenas a capitã Adriana é beneficiária desse programa.

De acordo com o *site* da Caixa Econômica Federal⁷⁰, o Bolsa Atleta é um programa do Governo Federal, gerido pelo Ministério do Esporte que visa garantir a manutenção pessoal

⁶⁹ Segundo o dirigente, duas atletas do clube recebem o Bolsa Atleta Olímpica, que tem o valor de R\$3.100,00; e as demais recebem o Bolsa Atleta Nacional no valor de R\$800,00 (o dirigente provavelmente se confundiu, pois o valor correto, conforme consta na legislação, é de R\$925,00).

⁷⁰ Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Voce/social/beneficios/bolsa_atleta/index.asp>. Acesso em: 19 set. 2012.

aos atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio. Com isso, busca-se dar as condições necessárias para que se dediquem ao treinamento esportivo e possam participar de competições que permitam o desenvolvimento de suas carreiras.

A portaria nº 151, de 4 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010), que dispõe os critérios objetivos para a concessão do Bolsa Atleta e dá outras providências, estabelece em seu artigo 6º as condições que determinam o direcionamento desse benefício para os atletas não profissionais.

Art. 6º – Para fins de inscrição, além de preencherem o formulário on-line disponibilizado na página eletrônica do Ministério do Esporte, os atletas deverão apresentar os documentos abaixo:

I – cópia de documento de identidade e do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda;

II – declaração do atleta ou de seu responsável, se menor de dezoito anos, de que:

a) não possui qualquer tipo de patrocínio, entendido como tal a percepção de valor pecuniário, eventual ou permanente, resultante de contrapartida em propaganda; e

b) não recebe remuneração a qualquer título;

Além dos vencimentos, segundo o dirigente, o clube subsidiava bolsas de estudos em cursos superiores para algumas atletas, além de outros benefícios.

PESQUISADOR: Que benefício que o CLUBE A concede às atletas, além do salário? Eu vi que tem a moradia.

REINALDO: Sim, tem moradia, tem plano de saúde, é, alimentação, podemos dizer também para os treinos traslados, quer dizer, tem toda a estrutura que um time é capaz de dar.

PESQUISADOR: Tem uma parceria pra estudo também? Faculdade?

REINALDO: Tem, tem, tem, com certeza, colégio municipal também pras que tão estudando. Quando tem transferência de atleta também a gente consegue transferência pra que continue estudando aqui também, em colégio municipal.

PESQUISADOR: Faculdade também?

REINALDO: Faculdade também. Pago faculdade pra algumas atletas também.

PESQUISADOR: Ah, vocês pagam?

REINALDO: O CLUBE A paga.

PESQUISADOR: Ah, não é a faculdade que dá bolsa?

REINALDO: Não, não, ninguém dá nada filho, ninguém dá nada.

PESQUISADOR: Não tem esse tipo de parceria?

REINALDO: Não, o CLUBE A paga. Eu tenho, se não me engano, de oito ou nove atletas que o CLUBE A paga, entendeu? É isso aí. Você vê que a estrutura, não só do salário o que o CLUBE A dá pra atleta entendeu?

(Entrevista com Reinaldo, dirigente do CLUBE A).

Além dos benefícios descritos pelo dirigente, foi possível identificar nas observações de campo que a equipe de futebol feminino usufruía de toda uma infraestrutura que o clube possui para servir à sua equipe de futebol profissional de homens. No próprio estádio do clube,

que fica em frente à casa que as atletas moram, concentram-se restaurante, clínica de fisioterapia, departamento médico e toda estrutura administrativa do clube. O clube conta ainda com dois centros de treinamentos que também eram utilizados pela equipe feminina.

Fui ao treino de carona com o Pedro, que no caminho me explicou que o Centro de Treinamento possui três campos, sendo um deles de uso exclusivo do time profissional masculino, um segundo também preferencialmente usado pelo profissional e o terceiro, no qual iria ocorrer o treino, que é o de pior qualidade, era normalmente usado pelo time sub-20. Ao lado do campo principal, fica um prédio com estrutura de alojamento, restaurante, academia etc., também de uso exclusivo do time profissional. O Pedro disse ainda que normalmente o time feminino realizava seus jogos no CT, justamente no pior dos campos, que é o que conta com uma pequena arquibancada com seis lances de assentos com cadeiras de plástico, que em minha contagem acomoda cerca de 500 torcedores. O Pedro me disse ainda que normalmente os treinamentos ocorriam em outro CT do clube, que ficava em um bairro na entrada da cidade e que, segundo ele, teria campos em qualidade ainda pior do que o considerado pior do CT central.

Ao chegarmos ao treino, as atletas estavam se preparando e ao lado os atletas do sub-20 masculino também se preparavam para seu treino, que iria realizar-se paralelamente no campo intermediário. Chamou a atenção a presença de uma equipe de TV (afiliada regional da Rede Globo) e de uma equipe técnico-administrativa bem mais numerosa e especializada em relação aos outros clubes pesquisados. Essa equipe contava com treinador, assistente técnico, preparador físico, treinador de goleiras, massagista, roupeira, assessora de imprensa, fotógrafo, estagiário (preparação técnica e física), além do dirigente – supervisor administrativo – que esteve presente em boa parte do treinamento (DC13 – CLUBE A).

Apesar de todas essas condições favoráveis, que supostamente permitiriam o desenvolvimento de um trabalho mais consistente e relativamente sustentável para o futebol feminino, conforme pudemos identificar durante a pesquisa de campo, o clube enfrentava uma situação tensa, pois havia perdido o patrocinador que garantia um aporte financeiro para a manutenção do futebol feminino no ano anterior⁷¹. No início da temporada seguinte, sob a alegação de insustentabilidade financeira, o presidente do clube anunciou o encerramento das atividades do futebol feminino no clube, mostrando a fragilidade de ações isoladas que não estejam articuladas com políticas que responsabilizem os clubes quando da descontinuidade de seus projetos.

⁷¹ Na temporada de 2010, o clube dispunha de um patrocinador próprio para a equipe feminina, mas em 2011 essa parceria não se renovou e o clube ficou sem patrocinador para a equipe feminina durante toda a temporada.



Figura 29 - Sessão de treinamento do CLUBE A (29/9/2011)

Fonte: Acervo particular do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior

4.6 Sinais da precarização: atletas desesperançosas e precarizadas, mídia desinteressada e clubes descomprometidos

O desabafo de Marta após a conquista da medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007 reflete exatamente o sentimento de frustração e impotência compartilhado por todos aqueles que de alguma maneira acompanham e acreditam no potencial do futebol feminino brasileiro.

Naquele que considerou um dos dias mais felizes de sua vida, Marta chorou pelo futebol feminino do Brasil. Depois de ter sido uma das principais protagonistas do sucesso da Seleção Brasileira na goleada por 5 a 0 sobre os Estados Unidos na final dos Jogos Pan-Americanos, a então melhor jogadora do mundo reativou a campanha pelo apoio à modalidade no país e trocou as comemorações do pódio por protestos e lamentações de indignação diante do descaso com que as atletas são tratadas. Em uma entrevista coletiva muito concorrida no Maracanã, ela desabou ao lembrar que muitas jogadoras desistem de jogar futebol no país porque não têm condições. Ela mesma, que à época defendia o clube sueco Umea, disse ter saudades de casa e garantiu que voltaria a jogar aqui se fosse viável.

E continuou: “Eu já passei por vários momentos felizes na minha vida, a medalha de prata na Olimpíada, a eleição de melhor do mundo... mas hoje foi um dia muito especial, um dia em que o futebol feminino mostrou para todo o país que a gente tem condições de estar no lugar mais alto do pódio”, disse Marta, no momento em que começou a chorar. “A nossa esperança é que isso não pare por aí, tem muita menina querendo jogar, muitas Martas, Formigas, Danielas... e a gente está na luta para que isso venha a acontecer, que a gente tenha uma liga, uma estrutura melhor no Brasil”, acrescentou.

As lamentações e protestos das atletas são recorrentes nos poucos momentos de visibilidade que o futebol feminino consegue, como em competições do porte dos Jogos Pan-Americanos, dos Jogos Olímpicos e dos Mundiais. Nesses eventos, muitas vezes o sucesso no resultado final contribui para mascarar a falta de organização da modalidade no país, pois o recorte da realidade que aparece para o grande público é a imagem das atletas vitoriosas no pódio conquistando mais uma medalha para o país.

Para a CBF, a situação é cômoda, pois o investimento é muito baixo para os bons resultados que o futebol feminino obteve, especialmente na primeira década do século XXI. Sem assumir o compromisso de organizar competições com calendários sensatos e um mínimo de estruturação, ou de responsabilizar clubes e federações estaduais por um comprometimento com o desenvolvimento da modalidade, a mandatária do futebol brasileiro faz vistas grossas para o êxodo das principais atletas para clubes do exterior em busca de “melhores” salários e de um mínimo de estabilidade financeira e direitos trabalhistas.

Preocupando-se, ainda que de forma bastante tímida, apenas com a Seleção Brasileira, manter as melhores atletas do país jogando no exterior em competições de nível técnico muito superior ao local, parece-nos uma estratégia oportunista para se prestar contas com a sociedade em relação ao funcionamento mínimo da modalidade.

Dentro de um ciclo vicioso, em que governo, confederação, federações e clubes não assumem a responsabilidade por algum tipo de ação afirmativa no intuito de problematizar as desigualdades de gênero dramatizadas pelo futebol, chamamos a atenção para um episódio exemplar para a compreensão do que está posto. Trata-se da extinção da equipe feminina do Santos Futebol Clube, até então considerado um modelo de apoio ao futebol feminino a ser seguido pelos clubes.

No dia 3 de janeiro de 2012, em uma entrevista coletiva de cerca de uma hora e meia, o presidente do Santos Futebol Clube, Luis Álvaro de Oliveira Rodrigues, ao lado de Érika, uma das principais jogadoras do clube, anunciou o encerramento das atividades dessa equipe e a consequente extinção do departamento de futebol feminino do clube. A notícia caiu como uma bomba para torcedores, entusiastas e adeptos do futebol feminino de uma maneira geral, que mobilizaram intensas discussões sobre o tema nas redes sociais.

A entrevista coletiva versou sobre inúmeros assuntos relacionados ao time masculino do Santos, como o imbróglio criado em relação ao contrato do jogador Paulo Henrique Ganso. Mas, em determinado momento, o presidente anunciou oficialmente o encerramento das atividades do departamento de futebol feminino do clube e evidenciou que a presença estratégica da jogadora Érika teve como intenção explicitar a solidariedade do clube ao futebol feminino, como forma de atenuar as críticas que iria receber (como de fato recebeu).



Figura 30 - Érika e o presidente do Santos, Luis Álvaro, na coletiva de imprensa.

Fonte: Marques (2012).

Durante toda a entrevista, Érika manteve um semblante sério e inalterável diante dos argumentos do presidente que justificavam o fim das Sereias da Vila, procurando exaltar a persistência do clube em “bancar” a modalidade, mesmo em condições tão desfavoráveis:

A história do futebol feminino é muito simples.

[...]

Essas meninas disputaram e ganharam praticamente todos os títulos que se envolveram. O Santos ofereceu oito jogadoras para a Seleção Brasileira, mas a gente enfrenta dois

problemas seríssimos, que me fez na reunião que eu tive com a Marta e com a presidenta Dilma no começo do ano passado, colocar da maneira mais clara e objetiva possível as dificuldades que o Santos tinha de manter uma equipe de um esporte olímpico, importante para o país. Pra quem gosta de futebol, é um futebol limpo, sem violência, clássico, remontando a história do futebol, do período mais romântico do Brasil.

[...]

Não deu certo. E sem emissora de televisão exibindo os jogos, não há patrocinador, porque o patrocinador naturalmente quer expor a sua marca. E não é o público que vem ao estádio que faz diferença pra justificar o investimento.

O Santos bancou sozinho, tirou dinheiro de seu fluxo de caixa pra bancar, porque achava que nós tínhamos um papel importante. E essas meninas, como a Érika, simbolicamente, são meninas maravilhosas, são dedicadíssimas, são profissionais, são excelentes atletas, têm uma noção exata da responsabilidade que lhes cabe, gostam do que fazem. E o Brasil precisa do futebol feminino. Nós somos a pátria do futebol. Não tem como não brilharmos também no futebol feminino. Mas uma andorinha só não faz verão.

Chegou um momento no fim do ano, na própria manutenção do Neymar, que foi um gesto de enorme ousadia. Porque foi talvez pela primeira vez que um clube brasileiro segure e retenha um talento com o valor do Neymar, escolhido agora e vai ser premiado dentro de dez dias o melhor jogador das Américas, tem um custo. Todo o time do Santos, na medida que conquistou títulos, encareceu. É natural, a cobiça de outros clubes e propostas aparecem todos os dias e a gente continua dizendo não. Só que isso implica um reajuste da folha.

Chega um momento em que é insuportável você não reduzir os custos. Então tivemos que tomar esta medida difícil, complicada. Pra mim, emocionalmente, muito complicada. O que me alivia um pouco é que ela pode resultar duas coisas interessantes. Com relação à maioria das meninas, é o caso da Érika também, a demanda no exterior por atletas do valor dela é óbvia, constante e direta. Sei que essa menina vai ter que pagar o mico de jogar futebol nos próximos meses, num país do oriente onde a adaptação não deve ser simples, não deve ser fácil – longe da família dela e tudo mais.

Mas eu tenho impressão que é um período de transição, que talvez sirva como um sinal de alerta, pra que no Brasil se pense no esporte olímpico com um pouco mais de interesse e um pouco mais de vontade. Isso vale pras empresas de televisão, se divulgado o futebol feminino vai apaixonar uma grande parte do público. Porque ele é bonito. As meninas jogam maravilhosamente bem. Então, quem sabe um choque como esse possa causar alguma reação positiva por parte da mídia e por parte das autoridades.

O futebol feminino é subordinado à CBF. A CBF, ao que consta, não tem muito interesse na modalidade, focada que tá no futebol de campo principal e na seleção mais do que nos clubes. O futebol feminino fica órfão. E quem sabe este grito de alerta, de uma medida difícil e dura possa representar alguma mudança. E tão logo haja possibilidade de termos patrocinadores, o Santos voltará ao futebol feminino e quer trazer a Érika e as suas amigas de volta (Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro, presidente do Santos Futebol Clube⁷²) (RIBEIRO, SANTOS, 2012).

Analisando o discurso do presidente santista na entrevista coletiva, podemos concluir que ele demonstra coerência ao “convocar para o debate” sobre a falta de incentivo o Governo Federal e ao colocar na berlinda os demais clubes, a CBF, as emissoras de televisão e os patrocinadores, denunciando uma demanda urgente para o crescimento do futebol feminino. Em

⁷² Transcrição feita pelo pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior, da entrevista coletiva concedida pelo presidente do Santos Futebol Clube, Luís Álvaro de Oliveira Ribeiro, juntamente com a jogadora Érika Cristiano dos Santos, em 3 de janeiro de 2012 (RIBEIRO, SANTOS 2012). Vídeo da entrevista coletiva disponível em: <<http://www.santosfc.com.br/multimidia/videos/default.asp?id=258955&c=>>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

contrapartida, avançando em nossa análise, é possível identificar também no discurso o viés paternalista do presidente e por conseguinte do clube em relação ao futebol feminino, fragilizando suas jogadoras como “as meninas” (ou “Érika e suas amigas”) esforçadas e vitimizadas de forma a invisibilizar o histórico de transgressões protagonizado pelas jogadoras que se sustentam na carreira futebolística.

Ao reconhecer o “profissionalismo” e a dedicação das atletas, mas explicitar a suposta impotência do clube diante de um “cenário perverso” para o desenvolvimento do futebol feminino de rendimento, o Santos alinha-se com os demais protagonistas que compõem o roteiro da precarização do futebol feminino, pois, embora se assumindo como conhecedores e solidários às condições adversas enfrentadas por suas jogadoras, as submete às mesmas condicionantes de mercado financeiro, impostas por um já estabelecido e sustentável mercado do futebol de homens. Render-se às leis de mercado, dando como contrapartida testemunhos de valorização, vitimizando as atletas que acumularam títulos para o clube nos últimos anos, em nada auxilia na árdua batalha travada por poucos entusiastas para tirar das sombras o futebol feminino.

Postura de vitimização, aliás, que cooptou a jogadora Érika, que pouco contribuiu para uma reflexão mais ampla sobre os motivos e consequências da medida extrema tomada pelo clube que acabara de “demiti-la” (se é que é possível demitir alguém que nunca teve um vínculo empregatício formalizado) e às suas companheiras. Durante sua fala na entrevista coletiva, ainda aparentando estar confusa com toda a situação, Érika quase não acrescentou elementos à fala do presidente em relação à real situação do futebol feminino no clube ou aos supostos desdobramentos que as medidas tomadas poderiam provocar. Na verdade, como podemos notar em seu discurso, Érika utilizou seu espaço na entrevista coletiva para agradecer ao Santos Futebol Clube e para lamentar o encerramento das atividades do futebol feminino no clube, mostrando-se solidária ao “pioneirismo” do clube em relação ao apoio ao futebol feminino.



Figura 31 - Érika chora na entrevista coletiva. Fonte: Gonçalves (2012)

Bom, **primeiro agradecer pelo convite**⁷³ do presidente de tá vindo aqui. Difícil, difícil demais, porque é o meu trabalho, é *[a voz de Érika fica embargada pelo choro iminente]* o que eu gosto de fazer, eu recebo pra isso. Gostaria muito de tá aqui no Santos, permanecer aqui no Santos. Gostaria que continuasse o futebol feminino aqui. Isso é muito difícil pra tá falando também. Recebo muitos telefonemas das meninas perguntando o motivo pelo qual ia acabar o Santos. E eu até **pedi desculpas pro presidente**, porque eu **tive a cara de pau de ligar pra ele** e querer saber exatamente o que tava acontecendo. Isso eu precisava saber, porque eu precisava passar pras meninas. Mas eu não sou a capitã.

[...]

Eu não precisava tá pedindo tudo isso, mas ao mesmo tempo, isso é meu, eu preciso vir aqui, eu **preciso agradecer ao presidente. Preciso agradecer ao Santos Futebol Clube pela oportunidade que deu ao futebol feminino** de tá mostrando o que a gente pôde mostrar.

E não tem muita coisa pra falar e ao mesmo tempo teria muitas coisas, **é só agradecer o momento**, porque eu sei que não vai permanecer esse ano o futebol feminino. Só temos que lamentar por isso. Porque é complicado, são outras meninas que vão permanecer aqui sem clube, sem trabalho. É difícil, algumas vão ter a oportunidade que eu tô tendo, isso eu fico até feliz. Não precisava, repito, por tá aqui. Porque eu tenho a oportunidade de ir, mas e as meninas que ficam. Como vão ficar, de que forma vão ficar. Sem poder tá fazendo o que gostam. Sem poder receber por aquilo que gosta.

[...]

Só queria agradecer ao presidente novamente, ao clube inteiro. A toda direção que..., espero que ano que vem tenha sim o futebol feminino, não deixe acabar. Porque se

⁷³ Grifos nossos.

acabar, acho que o futebol feminino no Brasil não seria mais o mesmo. **Então só tenho que agradecer a todos vocês.**

[...]

Obrigada gente, eu só tenho que agradecer, desculpa. Eu só tenho que agradecer de novo o presidente por essa força.

Eu sei que **a gente ficou sem patrocínio um ano inteiro. E o senhor bancou ali o futebol feminino.**

[...]

Porque **o Santos sempre apoiou e sempre foi pioneiro nessa parte.**

Então **eu só tenho que agradecer** e espero que em 2013 tenha o futebol feminino aqui no Santos. Porque **muitas meninas têm esse sonho de tá aqui e de tá jogando aqui no Brasil.** Então eu espero que dê tudo certo e que, sei lá, que alguém possa tá vendo tudo isso e tentar de alguma forma arranjar patrocínios e divulgar mais e ter mais procedimento pro futebol feminino. **Obrigada mesmo** (Érika, ex-jogadora do time de futebol do Santos Futebol Clube) (RIBEIRO, SANTOS, 2012).

A gratidão ao clube e ao presidente explicitada por Érika em seus recorrentes agradecimentos e pedidos de desculpas durante a fala contradiz com a situação vivenciada por ela e suas companheiras naquele momento em que acabavam de ser dispensadas.

Pedir desculpas por exercer o seu direito de obter informações a respeito dos motivos que levaram o clube a desativar as atividades que lhe fornecia o meio de sobrevivência nos parece um tanto paradoxal, pois pedir desculpas implica sentimento de culpa, e tanto os resultados da equipe dentro de campo como as palavras do presidente de exaltação ao profissionalismo das atletas as eximem de qualquer tipo de culpa.

A conduta de Érika durante a entrevista reflete as predisposições à dominação, inscritas duradouramente em seu corpo (das mulheres em geral, para sermos mais precisos), aquém de seu controle, consciência ou vontade (BOURDIEU, 2010). Ao referir-se ao presidente como “o senhor” que “bancou” o futebol feminino do clube, a jogadora estabelece as bases para uma relação de idolatria e submissão que, de acordo com Bourdieu (2010), extrapola a consciência, acabando por adquirir uma dimensão psicossomática que se traduz em um descontrole de emoções, conforme discute o autor:

Os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e os dominados, que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à sua revelia, ou até contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de *emoções corporais* – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de *paixões* e de *sentimentos* – amor, admiração, respeito –; emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até *contra a vontade*, ao juízo dominante [...] (BOURDIEU, 2010, p. 51).

A vergonha e o sentimento de humilhação explicitados fisicamente por Érika por meio de seu choro incontido ilustram um pouco sua posição de dominada que sofre com a violência simbólica exercida por um dominador, de maneira sutil, mas nem por isso menos cruel. Tudo nos leva a crer que a habilidade política do presidente do Santos e a ingenuidade e subserviência de sua “ex-funcionária” forneçam os ingredientes para amalgamar um discurso que plasma a imagem de isenção de responsabilidade do clube (e consequentemente de seu mandatário) e de vitimização das atletas que, segundo esse discurso forjado, assumem o papel de vítimas eternamente gratas aos “esforços inigualáveis do clube bom samaritano”.

Talvez, a fala de maior lucidez de Érika tenha sido proferida em resposta a uma repórter que a questionou em relação às alternativas que poderiam ajudar a salvar o futebol feminino.

Eu me pergunto todos os dias o que que eu poderia fazer. Eu tive a conversa com o presidente ontem e a gente tentando achar alguma saída. É difícil. É difícil porque a gente acaba precisando da TV, precisa do patrocínio, só que o patrocínio não vai vir se não tiver como divulgar a sua marca.

Isso é um pouco complicado porque o meu... **a minha obrigação é dentro do campo. Eu sou jogadora**⁷⁴. Então isso dificulta, **foge das minhas mãos, do que eu posso fazer**. Eu faria muitas coisas, é... eu moro em São Paulo, eu tô aqui em Santos hoje, pra poder ter alguma coisa pro futebol feminino. Pra poder, de alguma forma, **mostrar o quanto somos capazes de ter a mesma profissão que o masculino**. O quanto gostamos de jogar futebol. Então, teria várias maneiras, ao mesmo tempo **eu não saberia dizer quais são as maneiras, porque a minha obrigação é dentro do campo** (Érika) (RIBEIRO, SANTOS, 2012).

Embora seja desejável termos jogadores e jogadoras engajados politicamente, que lutem para que seus direitos sejam respeitados, compreendemos que, realmente, a obrigação do(a) atleta consiste em desempenhar suas funções dentro de campo. Imaginemos se faria sentido responsabilizarmos Neymar, Luís Fabiano ou Alexandre Pato por captar patrocinadores e recursos para viabilizar o futebol em seus clubes. Embora a imagem desses atletas tenha importante papel na captação de recursos, é preciso admitir que eles não são convocados a encontrar soluções para os problemas que porventura assolem o futebol.

Enfim, recorrendo novamente a Bourdieu (2010), interpretamos a postura de Érika durante a coletiva como a adoção, por parte dos dominados, de esquemas que são produtos da

⁷⁴ Grifos nossos.

dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estruturam-se conforme as estruturas da relação de dominação que lhes é imposta, sendo seus supostos atos de conhecimento, na verdade, atos de reconhecimento, de submissão.

Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com a transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes (BOURDIEU, 2010, p. 54).

Enquanto dominada, a jogadora aplica categorias construídas do ponto de vista de seus dominantes, fazendo-as assim ser vistas como naturais. Nesse sentido, agradecer e se desculpar naturalizam-se em razão da relação de dominação tributária tanto da relação hierárquica trabalhista como, e principalmente, da relação generificada dramatizada pela instituição futebolística.

Embora não tenhamos a pretensão de responder a todas as inquietações que surgem nas aproximações que provocamos com nosso objeto de estudo, entendemos que seja importante ao menos explicitar algumas delas, no intuito de revelar a complexidade do cenário que nos lançamos a interpretar. Pois é justamente por esse caminho que consideramos legítima a tentativa de uma breve análise do papel dos meios de comunicação. Nesse sentido, consideramos que esses agentes ainda não abriram o devido espaço para a divulgação do futebol feminino, espaço este que não reforce preconceitos e estereótipos ainda existentes, em vez de contribuir para uma revisão crítica dessas ideias.

Em geral, o espaço dedicado à modalidade na grade de programação dos canais de televisão de rede aberta tem sido restrito a exibições esporádicas de amistosos e competições envolvendo a Seleção Brasileira e durante a trajetória vitoriosa da equipe das “Sereias da Vila” (Santos Futebol Clube) nas duas primeiras versões da Copa Libertadores da América de Futebol Feminino (2009 e 2010), notadamente em virtude da contratação temporária de Marta por este clube. Não se pode desprezar o papel da Rede Bandeirantes de Televisão (Band)⁷⁵ na cobertura desses eventos e na insistência em pedir apoio e divulgar o futebol feminino durante suas transmissões.

⁷⁵ A emissora transmitiu jogos de futebol feminino ao longo de sua história, ao menos desde 1984.

Em contrapartida, não podemos adotar a lógica de não criticar aqueles que fazem algo que outros deixam de fazer; apesar de reconhecermos o importante papel cumprido pela emissora, ela não está isenta de uma série de vícios que contribuem para a perpetuação de alguns preconceitos e estereótipos relacionados à modalidade.

Em uma pesquisa que teve como objetivo analisar o discurso midiático, expresso pela narração e comentários na cobertura da Band ao Campeonato Mundial de Futebol Feminino da FIFA 2007⁷⁶, Kaneshiro (2009) revela que o narrador e os comentaristas do evento têm seu discurso impregnado por marcadores de gênero, que demonstram as dificuldades enfrentadas para se distanciarem do referencial do futebol masculino. Algumas passagens da cobertura explicitam essa dificuldade com a insistência de o narrador e os comentaristas em comparar as jogadoras com jogadores do futebol masculino: “você vê a Cristiane jogando como o Messi joga no Barcelona do lado direito” (Comentarista 1), “ela (Renata Costa) parece o Mineiro jogando, pra falar a verdade” (Comentarista 1), “você vê que ela (jogadora da Austrália) é gordinha e rápida, igual eu quando jogava!” (Comentarista 1) (KANESIRO, 2009, p. 22).

Como novamente é possível observar, o “produto” futebol é “vendido” em uma “embalagem masculina”, independentemente de ser o futebol praticado por homens ou por mulheres. Além das observações feitas por Kaneshiro (2009), é muito comum encontrarmos, ao assistir às raras transmissões de jogos de futebol feminino, atos falhos de narradores e comentaristas, revelados pela constante troca do gênero na sua narração, como por exemplo, “o goleiro pediu dois na barreira”, “estava impedido”, “o zagueiro dava condições”, entre outras frases. Não podemos perder de vista que a linguagem é uma poderosa ferramenta de dominação.

Outro aspecto negativo destacado por Kaneshiro (2009) na transmissão da referida emissora diz respeito ao constante apelo à erotização das atletas, conforme revelam as seguintes passagens: “são jogadoras bonitas da seleção australiana, a Austrália tem mulheres bonitas” (Narrador), “um país colonizado por ingleses” (Narrador), “foi a primeira delegação olímpica que conseguiu fazer da nudez um caminho publicitário⁷⁷... agora só mostraram porque podiam mostrar o que têm, porque se fosse ruim não dava pra mostrar”(Comentarista 1) (KANESIRO, 2009, p. 24).

⁷⁶ Em sua pesquisa, a autora baseou-se na análise do videotape do jogo Brasil 3x2 Austrália, pelas quartas de final do Mundial de Futebol Feminino realizado na China em 2007.

⁷⁷ Durante a preparação para os Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000, as jogadoras da seleção australiana de futebol, conhecidas como *The Matildas*, posaram nuas para as fotos de um calendário com o objetivo de divulgar a modalidade que desperta pouca atenção naquele país.

Segundo Hargreaves (1993), os meios de comunicação apresentam quase sempre as mulheres esportistas, primeiro como mulheres e depois como atletas. As esportistas que se enquadram em um determinado estereótipo de feminilidade são tratadas como “símbolos sexuais esportivos”, enfatizando-se o aspecto sexual e negligenciando-se a condição de esportista.

Kanesiro (2009) conclui que essas mazelas relacionadas à cobertura jornalística do futebol feminino estariam diretamente relacionadas ao histórico de difícil inserção das mulheres no universo esportivo aliado ao fato de serem apenas homens os protagonistas dessas transmissões, tornando a área uma reserva masculina, pródiga de valores machistas que acabam ecoando na percepção enviesada que esses profissionais sustentam em relação ao esporte feminino. A autora apresenta ainda uma curiosa situação hipotética para ilustrar suas conclusões:

Não vemos nenhum narrador dizendo que determinado jogador é bonito ou não. Mas no esporte jogado por mulheres pudemos perceber isto com bastante frequência. Mas por que ocorre esta distinção? [...]

Imagine um jogo de futebol narrado e comentado por mulheres onde elas fariam sobre a beleza do Kaká, ou sobre as pernas grossas dos jogadores. Quase inimaginável isto ocorrendo, pois no país ainda existe esta relação de poder onde o homem ainda se sobressai perante a mulher dentro desta área esportiva, e principalmente quando o assunto é futebol (KANESIRO, 2009, p. 29).

Entendemos que não se trata simplesmente de possibilitar às mulheres o acesso às posições de narradoras e /ou comentaristas esportivas, embora saibamos que esse poderia ser um avanço significativo para o redimensionamento do discurso do jornalismo esportivo, trata-se, mais do que isso, de se problematizar a necessidade de uma imprensa menos suscetível à ideologia refém de valores do patriarcado⁷⁸, viabilizando um discurso midiático isento de clichês preconceituosos e estereotipados.

Já o Campeonato Paulista – maior competição interclubes de futebol feminino do país – não tem espaço na grade de programação dos canais abertos das redes de maior audiência, tendo sido transmitido durante alguns anos pela REDEVIDA de Televisão, um canal ligado à Igreja Católica, com sede na cidade de São José do Rio Preto, no interior do estado de São Paulo, que possui cobertura em todo o Brasil. No entanto, essa emissora não possui altos índices de audiência, tampouco dispõe de todo o aparato disponível pelas redes de maior audiência para

⁷⁸ No **Dicionário crítico do feminismo**, Delphy (2010) afirma que a acepção feminista para o termo patriarcado designa-o como uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. De acordo com a autora, pai ou marido teriam o mesmo sentido na definição feminista de patriarcado, sendo que a palavra designa a dominação dos homens, sendo eles pais biológicos ou não.

realizar uma cobertura nos moldes das transmissões do esporte espetáculo dos dias atuais. Além da cobertura da REDEVIDA, o Campeonato Paulista também chegou a ter algumas partidas transmitidas pelo canal de TV por assinatura SporTV, mas neste caso as transmissões não obedeciam à mesma regularidade semanal do canal aberto.



Figura 32 - Repórter da REDEVIDA em jogo do CLUBE B (3/9/2011)

Fonte: Acervo particular do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior

Em uma de nossas observações de campo, em um jogo do CLUBE B, realizamos uma entrevista com um dos repórteres da REDEVIDA, que nos relatou a forma como é feita a cobertura dos jogos.

Geralmente funciona como as grandes emissoras têm feito também em *off tube*. Até por uma questão de custos, né, então eles ficam com a estrutura de transmissão de narração local no estúdio central e a baia e o resto da unidade móvel que vem faz campo. Às vezes faz cabine também, com relação a comentário de jogos, de acordo com a grade de cobertura da emissora com relação ao esporte. [...] Hoje estávamos com três câmeras, uma no campo comigo, duas localizadas na parte superior, nas cabines e a unidade móvel lá fora.

[...]

É um jogo por rodada no final de semana. No caso, ela faz... a REDEVIDA faz Copa Paulista, segunda divisão e Campeonato Paulista Feminino. Na medida que vão se extinguindo esses campeonatos, com o encerramento da segunda divisão, por exemplo, deve entrar o sub-20 ou o sub-18 da federação, até novembro, até dezembro as jornadas

são completas. No sábado de manhã, domingo de manhã... sábado de manhã e sábado à noite e domingo de manhã.

[...]

A REDEVIDA não usa o futebol feminino como uma forma de captar recursos financeiros, né? Não sei como é que funciona a logística entre federação e REDEVIDA, mas a princípio ela não tem associação comercial, ela não visa lucro com relação a isso, ela visa sim uma inclusão social, uma inclusão familiar, uma inclusão educacional, até porque o objetivo é ver essas meninas todas na universidade, né, depois a outra, a sequência que você... (Vasconcelos, repórter da REDEVIDA).



Figura 33 - Cabine com câmeras da REDEVIDA em jogo do CLUBE A (24/9/2011)

Fonte: Acervo particular do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior

De forma inexplicável, no ano de 2012 a REDEVIDA deixou de fazer a transmissão semanal do Campeonato Paulista de Futebol Feminino, cessando aquele que provavelmente era o espaço de maior visibilidade da modalidade, tendo em vista o alcance nacional da emissora. Nos grupos focais realizados com os clubes B e C, as atletas apontaram uma série de críticas em relação à falta de interesse das emissoras de televisão e ao despreparo delas na cobertura do futebol feminino. Uma das atletas chegou a sugerir que, embora houvesse todo esse desinteresse e despreparo, pelo menos havia algum espaço na REDEVIDA.

GISLAINE: Eles tão ajudando, mas eles não procuram tá se familiarizando com as equipes que tão jogando. Porque, se você ver as transmissões é...

ISAURA: Não fala coisa com coisa.

GISLAINE: Fala coisa nada a ver. Tá passando o gol e eles tão falando do e-mail não sei de quem. Depois voltam...

ADRIANA: Eu prefiro a transmissão da REDEVIDA do que da Band, porque pelo amor de Deus, aquele Neto lá não dá.

GISLAINE: O Neto só sabe falar da Maurine.

ADRIANA: O Luciano do Valle então, pelo amor de Deus, só conhece três jogadoras...

GRUPO: A Érika, a Marta e a Maurine.

ELIANE: E só passa também... começou passar na Band porque o Luciano do Valle tinha um time né... do Foz (Grupo focal com atletas do CLUBE B).

ANDRÉIA: Não. A REDEVIDA começou que ano, dois mil e...

GRUPO: Começou o ano passado? Começou em 2007.

RENATA: 2007.

ANDRÉIA: Mas é só a REDEVIDA.

RENATA: É, mas... pequenos, né, que a gente diria assim.

ANDRÉIA: **Já tá bom. Pelo menos já tem esse aí, pelo menos, né?**

RENATA: Tem a Band que começou a investir um pouco mais, né, depois.

PATRÍCIA: Mas só... seleção.

MARINA: A Band é só seleção (Grupo focal com atletas do CLUBE C).

Quando Andréia comenta que, embora a REDEVIDA seja uma emissora “pequena, já tá bom”, “pelo menos já tem esse aí”, a jogadora explicita em seu discurso as bases da relação de dominação, uma vez que a aceitação passiva de uma condição que não corresponde à desejada revela o reconhecimento de submissão. Em outras palavras, de acordo com Bourdieu (2010), Andréia mostra que seus pensamentos e percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhe é imposta.

A grade horária da REDEVIDA, aos sábados pela manhã, no ano de 2012 (horário em que a emissora costumava transmitir o Campeonato Paulista de Futebol Feminino), passou a ser preenchida pelas competições de categorias de base (sub-20 e sub-17) organizadas pela FPF.

Em resposta a um *e-mail* que escrevemos para um dos repórteres da emissora, um dos membros da equipe justificou que a emissora iria transmitir o campeonato feminino apenas nas fases finais, pois a intenção era prestigiar o campeonato sub-17 com a participação dos quatro grandes clubes do estado: Corinthians, Palmeiras, São Paulo e Santos. Tal argumento corrobora nossa tese de que existe uma política na federação, assim como na CBF, no intuito de privilegiar toda e qualquer categoria e divisão das competições masculinas de futebol em detrimento da única competição feminina.

Estabelecemos tal relação, pois, embora não tenhamos dados oficiais, supeitamos de que a REDEVIDA estabelece algum tipo de parceria com a FPF, tendo em vista que transmite três partidas de competições de categorias de base e das divisões “inferiores” (séries A2, A3 e B e

Copa Paulista (REDEVIDA, 2013)) da entidade em sua grade de programação, aos sábados e domingos, e ainda exibe o programa “**Futebol e criança**” sob a chancela da FPF, aos domingos à tarde. Na apresentação do programa, no *site* da emissora, fica evidente a parceria com a entidade ao destacar o presidente da FPF, Marco Polo Del Nero, como seu idealizador:

[...] Pensando nisso, a Federação Paulista de Futebol, na figura de seu presidente Marco Polo Del Nero, uniu-se a uma equipe de profissionais, craques da televisão brasileira, para criar o programa Futebol e Criança, um game infantil disputado entre escolas onde o tema girará sempre em torno do futebol como esporte, saúde e principalmente formador de cidadãos (REDEVIDA, 2012).

Para ratificar nossa hipótese, escrevemos o seguinte *e-mail* para a ouvidoria da FPF:

De: Osmar [osmar.s.jr@uol.com.br]
Enviado: sábado, 1 de setembro de 2012 10:40
Para: Ouvidor FPF
Cc: Osmar Moreira de SOUZA JUNIOR
Assunto: Por que a FPF não dá mais espaço para o futebol feminino

Prezado(a) ouvidor(a),

minha reclamação é em relação à falta de espaço destinado pela FPF ao futebol feminino, pois, sendo a única competição da categoria e a melhor do Brasil, certamente mereceria uma atenção maior, a Rede Vida que é parceira desta federação abandonou o feminino para passar o sub-17, é um tremendo desrespeito com as mulheres, pois existe espaço para todas as séries e categorias masculinas e nada para a única feminina. Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre o futebol feminino e gostaria de receber uma justificativa da entidade em relação a esta má vontade política em relação à modalidade, estamos nas semifinais da competição e tendo que acompanhar pelo placar online, nem a TV FPF traz qualquer matéria na sua página de entrada.

Muito obrigado pela atenção, Osmar Moreira de Souza Júnior (professor do Departamento de Educação Física da UFSCar e doutorando da Faculdade de Educação Física da Unicamp).

A resposta que obtivemos da ouvidoria reafirma a resposta que recebemos do *e-mail* enviado ao repórter da REDEVIDA.

Prezado Osmar,
 Segue abaixo resposta sobre a sua pergunta.

A escolha das transmissões dos campeonatos fica a critério da Rede Vida de Televisão, que optou por fazer neste ano o Campeonato Paulista Sub-17.

Para prestigiar o Campeonato Paulista Feminino, a Rede Vida fará a última rodada da fase semifinal (já divulgada em nosso site desde o dia 30/08) e transmitirá também os dois jogos da fase final.

Ats,
 Cristina Abreu
 Depto. de Competições

(11) 2189-7015

att.

Domingos Cangiano Filho - Ouvidor FPF

2189-7000 ramal 305

www.futebolpaulista.com.br

Portanto, o argumento do Departamento de Competições da FPF indica a política da federação em relação ao desinteresse em potencializar ações afirmativas visando à diminuição das desigualdades de gênero. Quando a federação se pronuncia afirmando que irá prestigiar o campeonato feminino nas rodadas finais, na verdade está explicitando que desprestigia as mulheres durante todo o certame, optando por transmitir os jogos dos garotos do sub-17 e do sub-20, assim como os jogos das séries A-2, A-3 e B e da Copa Paulista.

O fato de se ter apenas uma mulher⁷⁹ na composição do quadro de 65 dirigentes da FPF (2012b) já é esclarecedor e sintomático, no sentido de compreendermos o suposto desinteresse em operar políticas que auxiliem na diminuição das desigualdades de gênero, perpetuando a lógica da dominação masculina (BOURDIEU, 2010).

Aliás, em uma rápida pesquisa pelos *sites* da FIFA, da CONMEBOL e da CBF, é possível identificar que os cargos de representação dessas entidades não incluem mulheres, salvo raras exceções. No caso da FIFA, o organograma (Figura 34) disponível em dezembro de 2012 no *site* da entidade indicava apenas duas mulheres no “poder”, sendo uma, Christine Maria Botta, logo abaixo do presidente Joseph Blatter, ocupando o escritório executivo do presidente, provavelmente com a função de secretariá-lo, evidenciando uma das posições tidas como “essencialmente femininas”, e na base do organograma Christina Collenberg ocupa outro espaço socialmente associado às mulheres, que é o setor de Recursos Humanos e serviços.

⁷⁹ A ex-árbitra Silvia Regina de Oliveira, membro da Comissão Estadual de Arbitragem de Futebol (CEAF) da FPF.

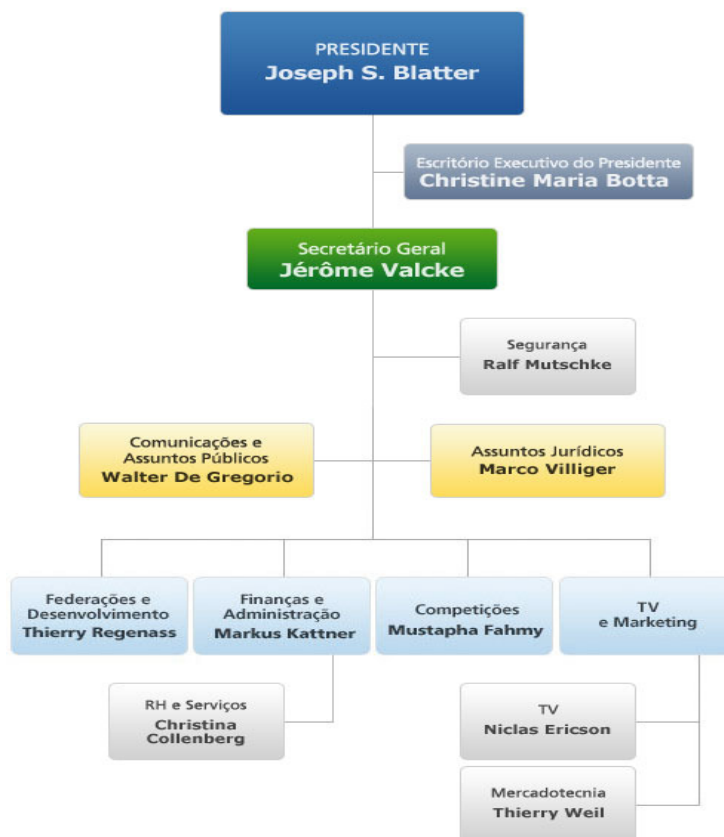


Figura 34 - Organograma administrativo da FIFA
 Fonte: FIFA (2013).

Em relação à CONMEBOL, todo o Comitê Executivo (CONMEBOL, 2013a) da gestão 2011-2015 é composto por homens, assim como os representantes/presidentes de todas as comissões (CONMEBOL, 2013b), inclusive da comissão de futebol feminino que é presidida pelo boliviano Romer Osuna. Na CBF, os 13 dirigentes também são todos homens (CBF, 2013). Dessa maneira, evidencia-se que a política de igualdade de gêneros que se anuncia pelos programas de desenvolvimento do futebol feminino não tem efetividade dentro da própria entidade, mostrando mais uma vez que o discurso politicamente correto serve apenas para passar uma imagem de compromisso social.



Figura 35 - Reunião do Comitê Executivo da Conmebol
 Fonte: CONMEBOL... (2012).

Outro dado intrigante em relação ao desinteresse dos meios de comunicação pelo futebol feminino refere-se aos índices de audiência da modalidade em alguns eventos. Na cobertura do I Torneio Internacional Cidade de São Paulo, em dezembro de 2009, a Band chegou a registrar picos de audiência de 12 pontos no IBOPE⁸⁰, ao passo que o recorde da temporada no futebol masculino da mesma emissora ficou em 11 pontos, na final do Campeonato Paulista entre Corinthians e Santos, e a mesma marca para o clássico entre Corinthians e Palmeiras, pelo Campeonato Brasileiro.

Segundo Bertozzi (2009), a média de audiência de cada jogo da seleção feminina na primeira fase do torneio ficou em 8,5 (jogo contra o Chile), 8 (contra o México) e 9,3 (contra a China). Os resultados superam as médias obtidas pela emissora no futebol masculino, na maioria das rodadas dos torneios continentais, nacionais e estaduais da temporada de 2009. Para se ter um parâmetro, a semifinal da Liga dos Campeões da Europa vencida pelo Barcelona registrou média de 5 pontos, na mesma emissora. Na final do torneio de futebol feminino, a média de audiência da Band foi de 8 pontos, com pico de 11, alcançando a emissora ao segundo lugar entre as emissoras de canal aberto no índice do IBOPE.

A partir desses dados, indagamos: se o desinteresse do público pelo futebol feminino (ao menos nos jogos da seleção) não se comprova pelos números, quais os motivos que impedem

⁸⁰ Cada ponto de audiência no IBOPE equivale a 54 mil domicílios na Grande São Paulo, região de referência para o mercado publicitário.

que outras emissoras de televisão, além da Band, abram espaços em sua grade de programação para esses jogos?

Como já foi dito, não faz parte do escopo de nossa pesquisa a investigação que traga respostas a essa inquietação. Contudo, decidimos trazê-la à tona no intuito de não silenciar para mais uma forma de inviabilizar o futebol feminino e apresentá-lo como uma possibilidade de pesquisa para o complexo cenário de nosso objeto de estudo. Além de trazer evidências às análises críticas de Bourdieu (2010) sobre a dominação masculina.

Ressalta-se ainda o destaque dado por Diego, dirigente do CLUBE B, em relação à necessidade de projetos de *marketing* que contribuam para aumentar a visibilidade do futebol feminino, facilitando a formalização de parcerias dos clubes com patrocinadores.

Não, porque, assim, às vezes a gente fala que vai ter essa visibilidade. Mas qual visibilidade que é, que a empresa vai ter? Então você vê, assim, que é não só no futebol feminino, mas em todos os esportes é muito pouco explorado essa questão de o que o clube dá, de visibilidade para a empresa. A gente acha que é só costume você ter estampado o logo no uniforme que você vai dar visibilidade pra empresa. Dá, mas você pode fazer uma série de outras ações para que o seu clube também divulgue, conquiste mais torcedores e vinculado a um patrocinador, né? Então esse é que é o projeto que nós estamos tendo, isso que nós apresentamos, não só o projeto de formação de equipe competitiva, melhorar a estrutura do clube, mas todo um trabalho diferenciado em parte de *marketing*, alcançar torcedores na mídia.

[...]

Porque, assim, a empresa busca basicamente duas coisas, né? Ou lucro, lucratividade ou visibilidade. Então, você com o esporte, você não vai trabalhar com o lucro diretamente, né, então você tem que trabalhar com outra coisa que é visibilidade. Então, quanto mais a marca da empresa aparecer é melhor, e pra ela não importa muito, lógico que importa ganhando, mas ela aparecendo bastante mesmo perdendo pra ela é satisfatório, ela tá aparecendo, ruim é se tá ganhando tudo e não tá aparecendo (Diego, dirigente do CLUBE B).

Articulado a essa necessidade de dar visibilidade aos patrocinadores, entendemos que se faz necessária a implementação de uma política da CBF e suas federações afiliadas para criar condições para que os clubes mantenham equipes femininas profissionais, forjando um circuito que, alavancado pelas políticas de igualdade de gênero, preconizadas inclusive pela FIFA, implique mobilização de um “círculo virtuoso” cuja engrenagem seja sustentada por calendário de competições, clubes tradicionais, patrocinadores, cobertura midiática e público. A fala de Pedro, assistente técnico do CLUBE A, caminha no mesmo sentido de nossas hipóteses:

Não, eu penso que, a nível nacional, a CBF é responsável pelo futebol feminino; a CBF deveria mudar algumas coisas, na minha visão. A Federação Paulista, estadual, também deveria tá mudando algumas coisas, mudar algumas coisas na legislação. Essa questão

de investimentos também é muito importante, um empresário vai investir, mas ele tá querendo um retorno, e a mídia também teria que tá participando de uma outra maneira. E esse tipo de situação que o Geovani citou, o clube vem aqui de fora, e pega as jogadoras de qualidade, leva embora, e não deixa um centavo aqui pro clube que tá revelando, pro clube que tá tratando, que tá cuidando da atleta. Então, não vai haver dessa maneira interesse de outros clubes grandes, provavelmente não vai haver interesse de ter o futebol feminino. Porque o clube, como o CLUBE A, investe, coloca dinheiro na estrutura do futebol feminino do clube e depois, como ele disse, fica a ver navios, nem recuperar o que foi investido ele recupera, quanto mais ter lucro. Então, enquanto o futebol feminino tiver funcionando dessa maneira, poucos clubes grandes vão ter interesse de ter o departamento feminino, né? Não sei se talvez a CBF, a federação, exigindo que os clubes tenham o futebol feminino assim como tem o sub-20, o sub-17, do masculino, né, se isso poderia tá fazendo com que os clubes investissem mais, né? E essa questão da legislação, né, de não permitir que os clubes de fora venham aqui e levem as meninas e não deixem nada, né? (Pedro, assistente técnico do CLUBE A).

O estabelecimento desse chamado círculo virtuoso estaria, portanto, vinculado ao desenvolvimento de políticas nas quais CBF, federações e clubes fossem responsabilizados pela manutenção de ações que promovessem a igualdade de gênero no futebol, atuando de forma independente dos heroísmos individuais que atualmente se constituem nos poucos espaços para o desenvolvimento do futebol feminino, mas que já se mostraram frágeis e insustentáveis, conforme demonstram episódios como o encerramento das atividades do futebol feminino do CLUBE A em 2011 ou a descontinuidade do patrocínio que mantinha uma estrutura semiprofissional no CLUBE C até 2007, conforme relata Andréia:

PESQUISADOR: Essa relação da lei e do patrocinador, vocês acham que na época do patrocinador do time... o patrocinador fazia a grande diferença pra vocês? Aqui, pro time da cidade? Ter uma empresa como aquela por trás era o quê...?

ANDRÉIA: Ela abraçava tudo, né? Ela abraçava tudo, só que a empresa, ela não tinha assim um vínculo... um ret... como que eu posso dizer... Ela não queria um retorno pra ela, vamos dizer assim. Ela... é porque, dentro dela, ela tinha um grêmio, então esse grêmio que queria que o esporte acontecesse. Então o grêmio acabou abrindo portas pra ter um time mais competitivo. O grêmio próprio dentro da empresa, né?

PESQUISADOR: É, mas... ela injetava dinheiro no futebol?

ANDRÉIA: É porque lá dentro tinha uma pessoa muito influente. É por isso. Essa pessoa influente conseguiu muita coisa. Porque se fosse por si só, assim... por ela mesmo... não ia rolar, né, não ia... É que tinha uma pessoa muito influente lá dentro que lutava pelas coisas.

PESQUISADOR: Mas aí você acha, Andréia, que uma das coisas que poderiam ser feitas, que ajudaria a melhorar o futebol feminino, é ter empresas como vocês tiveram durante um tempo...

ANDRÉIA: Então, **tem que ter patrocinador**, só que os patrocinadores vão querer algum retorno. Eles sempre vão querer alguma coisa em troca. E o que que a gente dá em troca? Aí vem muitas coisas por trás, vem a cultura... As pessoas vão assistir? As pessoas vão ver? Elas vão tá a fim? Aí, é difícil porque vira uma bola de neve, **a gente tem que trabalhar a mente das pessoas, da cultura brasileira, pra enxergar o futebol feminino diferente, a mídia que teria que fazer isso. Não só a mídia, mas pessoas influentes**, que são capazes de mudar a opinião de certas pessoas: “Ah, porque que vocês não vão assistir futebol feminino? Ah, vai lá...”, entendeu, essas pessoas

influentes que estariam que tá mudando a opinião. Pra que, porque se for pessoas influentes, se forem assistir, vai dar demanda, dando demanda vai ter pessoas, tendo pessoas vai tá vendo a marca, vendo a marca vai patrocinar e vai dar dinheiro pra gente. [...]

ANDRÉIA: Eu penso assim, que as pessoas que são influentes, as que são fortes, que têm poder... financeiro e não só financeiro, influente né... e político. É... não pensar só no lucro deles, porque normalmente eles só pensam no lucro que eles vão ter com a gente, não pensam no que eles poderiam beneficiar a gente. Eles pensam só no lucro deles: “Ah, eu vou ter o feminino pra quê? Vai me ajudar em quê? Em voto?”... não sei... “vai me ajudar em que o futebol feminino? Em que que vai me dar lucro? Que dinheiro que elas vão me dar?” Então, normalmente se você só pensar no seu próprio lucro, aí a gente nunca vai sair da estaca daí da onde tá. Então teria que ser pessoas influentes com dinheiro, pra tá doando dois, três por cento da sua atenção, do seu dinheiro, do seu poder, sem querer nada em troca. Porque assim, foi isso que... a empresa [antiga patrocinadora do time] começou assim... (Grupo focal com atletas do CLUBE C).

A experiência temporariamente bem-sucedida do CLUBE C com o patrocinador em anos anteriores leva a atleta a crer que o caminho passa pelas iniciativas individuais de pessoas influentes, mas, como a história do próprio clube revelou, a dependência desse tipo de iniciativa acaba gerando projetos insustentáveis, com uma circunstância que acaba deixando as ações desses agentes invisíveis na sociedade, pois o circuito em que está inserido o projeto não possui credibilidade e legitimidade social.

Já a perspectiva adotada por Diego, dirigente do CLUBE B, mostra-se potencialmente e relativamente sustentável por vir acompanhada de um projeto de *marketing* que teria a finalidade de dar visibilidade às marcas associadas como parceiras do clube. Porém, o alcance desse projeto também apresenta limitações, pois sua visibilidade e permanência no tecido social encontram-se reféns de um projeto que traga o futebol feminino como um todo para a cena, e é justamente aí que novamente reafirmamos a importância da entidade máxima do futebol como gestora do potencial círculo virtuoso que poderia implicar um circuito profissional para o futebol feminino.

Enfim, em nosso país, as condições que estão postas para o futebol feminino muito o distanciam de um modelo profissional. Entretanto, as tensões que se estabelecem entre resiliência e subserviência – dramatizadas pela persistência de jovens mulheres que cruzam o país para participar de um teste que supostamente pode significar a realização de seus sonhos e, em contrapartida, a violência simbólica operacionalizada por dirigentes, seja de clubes ou de federações e confederação – emolduram um pouco do cenário do futebol feminino atual.

Corroborando mais uma vez com Bourdieu (2010, p. 79), entendemos que tomar as mulheres como objeto simbólico da dominação masculina e como objetos receptivos, atraentes e

disponíveis, cuja “condição feminina” as pressupõem como sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas, configura uma “experiência feminina” limitada pela “experiência universal do corpo-para-o-outro, incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros”.

O autor acrescenta ainda que o envolvimento efetivo com as práticas esportivas determina nas mulheres uma profunda transformação da experiência subjetiva e objetiva do corpo, convertendo-o do corpo-para-o-outro no corpo-para-si-mesma. Romper com esse paradigma, obviamente, não é uma tarefa fácil, tampouco é algo que se opere sem os devidos ônus, que implica, entre outros aspectos, contestação de sua condição feminina. Entretanto, essas são marcas que parecem necessárias para que as mulheres assumam o protagonismo em redutos que insistem em afastá-las do futebol em países de dominação masculina hegemônica, como o Brasil.

5 FUTEBOL COMO PROFISSÃO: DISCURSOS, PROJETOS E REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES QUE BUSCAM VIVER NO/DO FUTEBOL

O tedioso futebol feminino

Mário Magalhães (Colunista da **Folha de São Paulo**)

Fala sério: existe alguém que, sem ser amigo, namorado ou parente das jogadoras da seleção feminina de futebol, roa as unhas na ansiedade da espera pela Olimpíada? Que vá descolar um atestado médico esperto para driblar o trabalho nos dias dos jogos? Ou sair mais cedo? Que planeje matar aula? Que pense nas cervejas a gelar e nas pipocas para o micro?

As garotas mandam bem. Graças ao currículo, conquistaram a vaga automática na Grécia, em contraste com o mico do time masculino. Superaram o descaso com que são tratadas pela CBF, como se estorvo fossem. Sofrem com o atraso da modalidade, por anos banida pelo regime militar. Vivem numa dureza franciscana, mostrada num magistral documentário da ESPN Brasil.

Tantos motivos para torcer pelos sonhos delas, tantos para não me entusiasmar com o seu futebol. Nada a ver com a historinha que o Saldanha contava, sobre o rapaz que apresenta a amiga ao pai. “O que você faz?”, pergunta o pai. “Sou zagueira do Bangu”, responde a moça.

“Não dá”, repetia o adorável e preconceituoso João Sem Medo. O problema é outro. Qualquer pelada de fim de mundo entre homens tem mais “craques” que a melhor partida do mulherio. A qualidade, mesmo das equipes de ponta, é pífia. O embate entre mulheres parece um simulacro do futebol. Nem de longe se compara aos confrontos femininos de vôlei, tênis, judô, atletismo e natação, tão ou mais emocionantes que os masculinos. É como o boxe: não parece ter nascido para elas.

Desconfio que a expansão temporã do velho ludopédio entre as meninas, com exceção de um punhado de rincões pioneiros, tenha contribuído para o desnível entre os sexos. E não se trata exclusivamente da nossa seleção.

Ao ver times como os dos Estados Unidos, da Alemanha e da Suécia, tenho a impressão de que rola uma brincadeira legal, não esporte de alto nível. Faltam velocidade, técnica e punch. Para não mentir, uma jogadora me arrebatou: a camisa 10 chinesa dos Jogos de 96. Era uma Ziquinha.

Talvez seja politicamente incorreto expor tal aversão, ainda mais com a seleção maltratada por quem deveria ampará-la e incentivá-la. Machismo seria, contudo, falar que acha bacana o que tedioso parece.

Já ouvi que é melhor assistir às moçoilas que a 22 pernas cabeludas. Tudo bem, aí é outro esporte. Pelada de modelos e atrizes, beleza. Dizer que está de olho por conta da bola que elas rolam, e não das curvas sob os uniformes, equivale a jurar que comprou a “Playboy” para ler a entrevista.

É claro que as mulheres vão jogar cada vez mais futebol. O torneio das amigas será sempre um programa animado. Ninguém vai perder as partidas da filha. Nem deixar de dizer à nova paixão, se boleira ela for, que nunca viu alguém matar a pelota com tamanho estilo.

Resistir aos cochilos diante da TV é mais difícil. Mesmo assim, os votos são sinceros: sucesso às gurias na busca do ouro inédito (MAGALHÃES, 2004).

Na coluna infame de Mário Magalhães, alguns apontamentos fazem-se elucidativos para nosso desafio de descortinar a configuração que se estabelece nas relações dramatizadas no campo do futebol feminino de alto rendimento. Primeiramente, o colunista, que com razão classifica João Saldanha como preconceituoso, não alcança discernimento suficiente para se aperceber do quão preconceituoso é também o seu texto e, o que é mais surpreendente, que o texto preconceituoso de Saldanha data de 1971, época em que o futebol feminino ainda era proibido pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), enquanto o seu texto é de 2004, tratando justamente de uma competição na qual a Seleção Brasileira de futebol feminino iria conquistar uma medalha de prata, tirando, mesmo que momentaneamente, a modalidade das sombras e da invisibilidade que insistem em prevalecer.

Apesar de realizar a mea-culpa em relação a esse aspecto, assumindo que “talvez” esteja sendo politicamente incorreto, o colunista mostra toda a sua insensatez ao discutir que machismo seria chamar de bacana aquilo que classifica como tedioso e estender esse raciocínio de forma generalizada, abarcando todo imaginário social e, mais ainda, ao admitir que o futebol parece não ter nascido para elas e que “nem de longe se compara aos confrontos femininos de vôlei, tênis, judô, atletismo e natação, tão ou mais emocionantes que os masculinos”. A insistência comparativa com o esporte masculino revela-se como uma das barreiras de mais difícil transposição, inviabilizando ou negando a possibilidade de se atribuir ao esporte praticado por mulheres uma estética própria, nem mais nem menos importante do que aquela tomada como hegemônica.

Obviamente, não se pode tomar a fala do citado cronista como reflexo do imaginário social em relação à estética do futebol feminino; porém, não podemos negar que essa concepção se faz presente na sociedade, podendo aparecer com maior ou menor intensidade em diferentes instâncias que, inclusive, constituem os mecanismos de tomadas de decisões pelos quais devem passar a aprovação ou não de projetos, desde os ligados à iniciativa privada até aqueles que norteiam as políticas públicas.

Sob esse panorama constitui-se o campo de lutas que tem sido revisitado historicamente, como já apresentamos, pelas mulheres que tencionam jogar futebol no Brasil, desafiando os ditames dessa área reservada à masculinidade hegemônica.

5.1 Discursos hegemônicos e a dominação masculina: contribuições sociológicas para a interpretação do campo de pesquisa

Para Gramsci (citado por SCHLESENER, 2007) a hegemonia caracteriza-se como um processo de dominação e direção política, sendo a direção intelectual e moral uma das principais condições tanto para a conquista quanto para o exercício do poder. No Estado liberal, a hegemonia é operada pela classe dominante por meio da submissão dos demais grupos pela coerção, pela cooptação, ou ainda pela veiculação de seus valores, que são assimilados pelos dominados, tornando-se parte do senso comum, formando-se assim o consenso passivo.

Também referenciada em Gramsci, Hargreaves (1993) discute as complexidades entre liberdade e coação no lazer e no esporte, que pressupõem o controle persuasivo (ideológico) por meio da produção e manutenção dos valores e crenças que sustentam as estruturas de poder e as relações sociais existentes.

Hargreaves (1993) acrescenta que essas relações de subordinação operam em um sistema de consentimento do “subalterno” em relação ao “dominador”, que ocorre de maneira sutil, baseado na aceitação e crença nas razões que justificam a existência de uma relação de poder. Essa configuração, segundo a autora, ilustra a relação de poder por persuasão ideológica com exemplos como o fato de muitas mulheres assumirem uma crença de que estariam mais bem dotadas em relação aos homens para cuidar dos filhos, idealizando o casamento e a família como prioridades em relação à satisfação de outras esferas como o trabalho, o lazer e o esporte, reforçando sua própria subordinação. No bojo dessas discussões, o esporte assumiria um papel de reforço às identidades masculinas e femininas tradicionais, ao apoiar a ideia de que a atual divisão sexual de trabalho seria um fenômeno natural, em vez de uma construção cultural.

A representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, de modo que as próprias mulheres aplicam a toda a realidade, inclusive às relações de poder nas quais estão envolvidas, esquemas de pensamento que são produtos da incorporação dessa relação de poder. Por esse aspecto, “seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que ‘faz’, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre” (BOURDIEU, 2010, p. 45).

Para Bourdieu (2010), a violência simbólica instala-se pela adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante, pois o único instrumento de conhecimento do qual dispõe é compartilhado com o dominante, instituindo a relação de dominação como algo natural. O efeito da dominação simbólica é exercido “não na lógica das consciências cognoscentes, mas pelos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos do *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma” (BOURDIEU, 2010, p. 49).

Bourdieu (2010) afirma ainda que a relação de dominação não é algo que se possa dissipar pela simples tomada de consciência libertadora. Nesse sentido, a impossibilidade de se extinguir a violência simbólica apenas por intermédio da consciência e da vontade indica que os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações).

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos na condição de um ser-percebido, tem por efeito colocá-las em estado permanente de insegurança corporal ou de dependência simbólica, no sentido de terem sua existência validada em primeira instância pelo e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam femininas, isto é, simpáticas, sorridentes, atenciosas, submissas, discretas e contidas, ou até apagadas. Enfim, nesse contexto, a dependência em relação aos outros tende a se tornar constitutiva de seu ser (BOURDIEU, 2010).

Bourdieu (2010, p. 83-84) admite ainda que a prática intensiva de um determinado esporte determina nas mulheres uma profunda transformação da experiência subjetiva e objetiva do corpo:

[...] deixando de existir apenas para o outro ou, o que dá no mesmo, para o espelho [...], isto é, deixando de ser apenas uma coisa feita para ser olhada, ou que é preciso olhar visando a prepará-la para ser vista, ela se converte de corpo-para-o-outro em corpo-para-si-mesma, de corpo passivo e agido em corpo ativo e agente; no entanto, aos olhos dos homens, aquelas que rompendo a relação tácita de disponibilidade, reapropriam-se de certa forma de sua imagem corporal e, no mesmo ato, de seus corpos, são vistas como “não femininas” ou até como lésbicas [...].

Ao descrever essa forma de empoderamento das mulheres por meio do esporte, Bourdieu (2010) acrescenta que tal configuração implica uma situação que classifica como

*double bind*⁸¹: se atuam como homens, elas põem a perder os atributos obrigatórios de feminilidade e colocam sob suspeita o direito natural dos homens às posições de poder; em contrapartida, se agem como mulheres, parecem incapazes e inadaptadas à situação.

A participação das mulheres em modalidades esportivas tidas como masculinas, como o futebol, evoca representações de identidades que guardam estreitas relações com o estatuto social desses modelos.

Em uma pesquisa, na qual analisou um grupo de mulheres praticantes de futebol em um centro esportivo do Rio de Janeiro, Chan-Vianna (2010), partindo do pressuposto de que nos identificamos e somos identificados pelo esporte que praticamos e o grupo com o qual somos reconhecidos, afirma que nessa tipificação é recorrente que se diferenciem as práticas esportivas mais adequadas para homens e mulheres.

Nas minhas diversas vivências com o esporte, observei que, dependendo do local e estrato social ao qual pertençam os(as) praticantes, ou do nível de familiaridade que esses tenham com o ambiente de atletas, a percepção de que existe algo errado em mulheres praticando *esportes de homem* pode ser mais ou menos acentuada. No entanto, as mulheres que praticam as modalidades de futebol, basquetebol e handebol, principalmente quando apresentam desempenhos ótimos para o jogo, são comumente identificadas como agressivas, grosseiras, rudes – são estranhas. Essa identidade se contrapõe ao modelo tradicional de feminilidade e, frequentemente, vincula-se a essa a percepção de um desvio do padrão heterossexual, estabelecido como norma em nossa sociedade. Decorrente disso, em muitas situações, tal percepção associa-se a uma descrição de personalidade negativa imputada às praticantes (CHAN-VIANNA, 2010, p. 4-5).

Discutindo os fatores que contribuem para a pouca visibilidade atribuída à participação das mulheres no futebol em nosso país, Goellner (2005a) recorre a dois argumentos bastante significativos. Um deles refere-se à aproximação recorrente entre o futebol e a masculinização da mulher, enquanto o outro diz respeito à naturalização de uma representação de feminilidade hegemônica que estabelece uma relação linear e imperativa entre mulher, feminilidade e beleza. Segundo a autora, por estarem imbricados, esses argumentos acentuam discursos que reprovam a participação das mulheres em algumas modalidades esportivas como o futebol.

⁸¹ *Double bind*, ou duplo vínculo em português, refere-se a um conceito da psicologia que expressa relacionamentos contraditórios onde são manifestados comportamentos de afeto e agressão simultaneamente.

De acordo com Hargreaves (1993), toda explicação do comportamento humano pautada no corpo é muito difícil de ser refutada, pois, ao se tentar fazê-la, a própria identidade do indivíduo é ameaçada.

Em estudo que teve como foco jogadoras de futebol americano nos Estados Unidos, Migliaccio e Berg (2007) afirmam que mulheres envolvidas em esportes de contato físico adquirem não apenas uma maior compreensão de seu corpo físico, como também sobre seus usos e sobre o prazer relacionado a esses usos. Nesse sentido, os autores identificam uma delimitação entre a violência e o contato físico nesse esporte e interpretam que o engajamento de mulheres em uma modalidade tida como território masculino pelos estadunidenses implica uma experiência de empoderamento das mulheres e de quebra de barreiras para futuras gerações.

5.2 Projetos, mulheres e futebol

Segundo Gilberto Velho (1987), o indivíduo não é um receptor passivo das normas sociais, tendo suas próprias interpretações sobre normas, fomentando um campo de possibilidades que constitui suas tomadas de decisões e ações. Vinculado ao conceito de campo de possibilidades, o autor lança mão da ideia de projeto. Conceitos que consideramos importantes para compreender as trajetórias idealizadas e efetivamente traçadas pelas mulheres futebolistas que protagonizaram nossas investigações.

Projeto é uma perspectiva racional de perseguir finalidades específicas, ligado à forma como um indivíduo opera com o desempenho e as opções assentadas nas avaliações da realidade em um dado contexto sociocultural. Projetos são formulados pelos indivíduos que se movem, combinando pressões sociais diversas, mas com um repertório básico de alternativas e opções que configura o campo de possibilidades para agir e planejar projetos de vida. De acordo com Velho (1987, p. 27) esse campo de possibilidades está “circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo, como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes”.

Nesse sentido, Chan-Vianna (2010) considera que “projeto” e “campo de possibilidades” tratam de alternativas construídas com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura, e quando essas interpretações individuais constituem interesses comuns, é possível assumir esses grupos de indivíduos como um “projeto social”.

“Projeto” é uma dimensão consciente da cultura; potencialmente público; e diretamente ligado a processos de mudança social. A ação dos indivíduos em escolher tais projetos pessoais ou coletivos está limitada pelo “campo de possibilidades” que é sócio-histórico e não particular de cada um. Deveríamos falar de campos de possibilidades, por exemplo, de uma era, de uma classe, de um universo simbólico específico que orientam ou limitam as ações. No entanto, como essa combinação de campos é complexa e múltipla, cada indivíduo vai construindo, ao longo de sua vida, uma trajetória singular, distinta uma das outras. O indivíduo, então, continuamente, toma decisões que não estão, completamente em um reino da liberdade, mas que também, nem de longe, são de um determinismo absoluto (CHAN-VIANNA, 2010, p. 38).

Esboçamos uma aproximação com o referencial adotado por Chan-Vianna (2010) no intuito de interpretar como os projetos pessoais e coletivos de algumas mulheres que estabelecem relações intensas com o futebol são entremeados pelos campos de possibilidades e por suas escolhas singulares. Em um primeiro momento, optamos por analisar fontes indiretas, tomando como “interlocutoras” a jogadora Marta, com base na biografia escrita por Diego Graciano; os depoimentos de Aline Benevenuto e Nilda Ismael do Nascimento (Nildinha) no documentário **Deixa que eu chuto**; a ex-jogadora da seleção brasileira de futebol Elane, no programa “Esporte Fantástico” da Rede Record e um breve relato sobre o papel central de uma goleira e de um dirigente para a sobrevivência do projeto de futebol feminino do Guarani F.C. nos anos de 1980. Em uma segunda aproximação, apresentamos os dados de uma pesquisa que realizamos em 2010, com 19 jovens aspirantes a jogadoras de futebol, participantes de uma peneira para a equipe de futebol feminino de um prestigiado clube do estado de São Paulo. Por fim, apresentamos os dados da pesquisa de campo realizada no doutorado, tendo como quadro principal os grupos focais realizados com as atletas dos clubes B e C.

5.2.1 Projetos de Martas, Elanes, Nildinhas, Alines...

De acordo com Diego Graciano, autor de uma biografia da jogadora Marta, foi durante a infância em Dois Riachos, pequena cidade do sertão do estado de Alagoas, que a jogadora começou a demonstrar maior facilidade para a prática de esportes, tendo sido inicialmente (aos 9 anos) convidada pelo seu professor de Educação Física para jogar na posição de goleira na equipe de handebol feminino da escola. A esta altura, segundo depoimento dos colegas de infância, a menina já demonstrava todo o seu talento, frequentando as peladas dos meninos, mesmo a contragosto de todos, e em pouco tempo iria reforçar a equipe de futebol

masculino de Dois Riachos nos campeonatos pelas cidades vizinhas, destacando-se como capitã e artilheira no time dos meninos. Sobre essas experiências, Marta relata: “[...] não tinha vestiário, e eu trocava de roupa num lugar escuro, sozinha. Aquele torneio foi um pouco difícil para mim, por isso fiquei tão feliz por ganhar um prêmio. Eu era a única mulher” (GRACIANO, 2008, p. 41).

Graciano (2008) relata ainda que aos 10 anos Marta já precisava fugir dos irmãos, que a trancavam em casa para afastá-la do futebol e do deboche.

“Me diziam: ‘a tua irmã está jogando futebol com os homens’. Eu levava a Marta pra casa, brigava com ela, até bati nela com força alguma vez. Mas ela fugia e voltava pro campo” (depoimento de José, irmão mais velho de Marta) (GRACIANO, 2008, p. 48).

“Eu tinha vergonha da minha irmã. Ela não obedecia ao José ou a mim” (depoimento de Valdir, irmão de Marta) (GRACIANO, 2008, p. 51).

“Um dia, eu deixei de brigar com a Marta. Vi como ela mandava em campo, ela era o capitão daqueles meninos. Para que perturbar uma mulher que é mais um homem em campo?” (depoimento de José, irmão mais velho de Marta) (GRACIANO, 2008, p. 55).

Conforme relata Graciano (2008), embora sempre tenha enfrentado a tudo e a todos que tentavam afastá-la do futebol, Marta não teria chegado aonde chegou se não fosse a iniciativa individual de um conhecido da família que estava se mudando para o Rio de Janeiro e propôs que a menina, então com 14 anos, fosse com ele e sua família para fazer um teste na equipe de futebol feminino do Vasco da Gama. Em seu primeiro teste no Vasco, Marta parece ter lembrado o primeiro treino de Garrincha, pois a pequena e desconhecida menina de 14 anos entrou em campo a pedido da treinadora e logo mostrou seu atrevimento driblando jogadoras de Seleção Brasileira, como Pretinha, Roseli e Formiga.

O documentário **Deixa que eu chuto**⁸² apresenta algumas narrativas significativas para a nossa pesquisa, das quais destacamos a das protagonistas Aline e Nildinha.

Nascida em uma família que segundo ela própria sempre foi muito ligada ao futebol, Aline Benevenuto relata que seu avô jogava, sua tia jogava em uma época em que o futebol feminino não era muito conhecido, e seu pai continua jogando. Desde muito nova, morando em Belo Horizonte/MG, Aline conta que seu pai costumava levá-la ao Estádio do Mineirão para assistir aos jogos do Atlético e desde então ela se diz apaixonada pela torcida e pelo futebol,

⁸² Documentário vencedor do prêmio Pitching GNT 2009, dirigido por Alfredo Alves, com produção da Bemvinda Filmes. O documentário apresenta narrativas de mulheres adultas e jovens que possuem uma relação intensa com o futebol.

começando a brincar na rua com os meninos, que, como ela mesma disse, gostavam do modo como ela jogava, sendo até mesmo uma das primeiras a ser escolhida.

Com 8 anos⁸³, Aline jogava como goleira no time de futsal de seu colégio, depois passou por uma escolinha de futebol soçaite de seu bairro, em que o treinador a incentivou e a encaminhou para a equipe feminina do Clube Atlético Mineiro.

No Atlético Aline teve a oportunidade de disputar e vencer o Campeonato Mineiro de Futebol em 2006. Ela conta que o Atlético era o time mais bem estruturado do estado, tendo a oportunidade de treinar em campo gramado, atendimento eventual com fisioterapeutas estagiários e, também eventualmente, uma ajuda de custo no valor de R\$70 reais, mas não havia nenhum compromisso assinado em contrato.

Embora a experiência no Atlético tenha sido bem-sucedida para Aline, do ponto de vista do resultado esportivo, seu relato demonstra que seus planos tiveram de ser refeitos para que seus projetos no futebol não entrassem em conflito com outros projetos pessoais.

Eu passei numa universidade federal, e como lá o horário de estudo é o dia inteiro, é integral, então não tinha tempo pra treinar. Então eu não tinha ritmo pra acompanhar as meninas que estavam lá. Então eu tava começando a ficar no banco num jogo, no outro jogo eu não era chamada pra participar. Aí eu fiquei meio sem lugar, e como eu queria jogar futebol, era o que eu gostava de fazer, lá não podia treinar, eu não tinha como jogar, então eu decidi sair do Atlético.

Como a gente não tem apoio, não tem salário, não tem contrato, não tem uma segurança de que a gente possa ganhar a vida com futebol, a gente tem que procurar um outro caminho. Então muitas meninas trabalham, estudam, e não tem esse ritmo de treinar todo dia, de manhã e de tarde, não pode, não tem como ter esse ritmo. E essa é a grande diferença, como o futebol masculino é valorizado, eles dão condições do atleta viver daquilo. Ele pode se dedicar integralmente pra aquela profissão. Já no feminino, não.

Fui a São Paulo justamente porque lá tá muitos passos à frente de Minas Gerais em relação ao futebol feminino. Lá muitas das equipes pagam pra jogar. E eu fui tentar em São Paulo, no Juventus, mas infelizmente o clube não tinha condições de bancar a minha faculdade. Então, na época eu estava no quinto período e não tinha porque eu largar a faculdade aqui, pra jogar futebol lá e ganhar só R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês. Eu tenho que meter os meus pés no chão. Por isso que eu tô estudando, pra ter alguma segurança de que eu possa me garantir amanhã. Mas meu sonho é um dia poder ganhar a vida jogando futebol, quem sabe seleção... (depoimentos de Aline Benevenuto, DEIXA..., 2009).

Aline realça que jogar futebol profissionalmente faz parte de seu projeto de vida. Contudo, as condições oferecidas para essa prática circunscrevem seu campo de possibilidades impondo sérios limites a esse projeto, implicando reformulações dos planos que se direcionaram

⁸³ Pelos dados que dispomos (ano do documentário e suposta idade de Aline à época), provavelmente seu relato aos 8 anos teria ocorrido por volta do ano 2000.

para os estudos como prioridade, condicionando a prática do futebol à continuidade do curso superior. A jovem explicita de forma racional e concreta aspectos como a falta de salário e contrato de trabalho como barreiras que limitam seu campo de possibilidades em relação ao futebol, impedindo-a de dedicar-se exclusivamente a essa prática, como é possível no caso dos homens. As decisões tomadas por Aline, embora representem sua perspectiva racional, baseada em sua avaliação da realidade, encontram-se “reféns” de um contexto sociocultural que, segundo Hargreaves (1993), naturaliza aspectos como a divisão sexual do trabalho, legitimando o futebol profissional como um espaço masculino.

Entremeando a fala de Aline, o documentário reforça seu ponto de vista, apresentando um depoimento da zagueira e então capitã da seleção brasileira, Aline Pellegrino, que afirma que não sairia do Brasil para jogar no Japão se houvesse condições aqui no país semelhantes ao que tem lá. Segundo ela, é uma decisão tomada em razão exclusivamente dos aspectos financeiros e estruturais, que, caso fossem mais favoráveis no Brasil, certamente facilitaria para que as atletas permanecessem no país.

Já Nilda Ismael do Nascimento, conhecida como Nildinha, teve uma história como atleta de futebol com passagens por diversos clubes espalhados pelo país e no exterior. No momento da produção do documentário, ela era jogadora do S. C. Corinthians Paulista na temporada de 2008. Nildinha conta que sempre via pela televisão atletas como Roseli, Sissi e Pretinha jogando pela Seleção Brasileira, chorava e dizia ao irmão – que gostava de futebol e lhe incentivava a jogar – que um dia ainda estaria na Seleção (DEIXA..., 2009).

O documentário informa que Nildinha jogou 39 jogos oficiais pela Seleção Brasileira, marcando 32 gols; defendeu 11 clubes diferentes no Brasil; jogou no Japão, nos Estados Unidos e na Europa; venceu 18 campeonatos e foi artilheira em 13. Em seus relatos, a jogadora conta sobre as inúmeras dificuldades que enfrentou nessa trajetória.

Nossa, minha mãe não queria de jeito nenhum. Eu não tinha tênis, tinha chinelo Havaiana. Eu jogava de chinelo, sumia os chinelo tudo, chegava em casa e todo dia era uma surra. Porque tava jogando futebol, perdia chinelo, perdia... chegava toda machucada. Então minha mãe nunca concordou com esse negócio de jogar futebol. Nunca. Eu acho que ela pensava assim que era coisa de menino. Né, na época, coisa de moleque, que você não pode, tem que estudar e você é menina e não vai jogar futebol. Bem por aí mesmo.

Nasci pra jogar futebol. E eu também corria muito. Eu sei porque hoje eu tenho uma fama de corredora, porque eu sou a melhor, porque ninguém me pega. Porque quando eu era pequena, eu queria ganhar na corrida até dos meninos. Mas comecei na rua.

Então, seu Luiz, que é o presidente até hoje do Gama [equipe de Brasília, onde Nildinha iniciou sua carreira no futebol aos 18 anos], ele que dava dinheiro pra gente pagar a passagem e depois de lá treinava, depois dava um lanche pra gente, passagem de volta pra casa. Só isso. Jogava porque gostava mesmo, por amor mesmo. E por amizade a ele. E pra me sustentar também, porque ele me ajudava. Logo em seguida minha mãe faleceu, né, e daí eu fiquei sozinha com o meu pai e às vezes não tinha nada em casa, vixe [Nildinha abaixa a cabeça e faz uma pausa, visivelmente emocionada]. Aí também vem a parte que eu engravidei, né, e ele me ajudava em tudo isso também, com a minha filha. Praticamente, ajudou a criar. Por isso que eu jogava pra ele, por gratidão [em nova demonstração de emoção, Nildinha novamente abaixa a cabeça e morde os lábios]. Era um pouco triste a situação, mas eu consegui superar por amor ao futebol. E que eu tinha que sustentar minha filha e eu tinha que começar aos trancos e barrancos, porque eu via que era no futebol que eu ia chegar a jogar em um time grande, começando pelo Gama, pra poder ganhar o meu dinheiro e sustentar a minha filha. Minha filha me ajuda bastante. Às vezes eu tô no treino, aí venho no ônibus assim: “Maira, já adianta um arroz, aí”. Então eu chego em casa, tá tudo direitinho, ela me ajuda bastante. Então fica fácil. Eu gosto, né, de jogar, eu gosto de ser dona de casa. Eu gosto do meu marido, da minha filha. Tem que cuidar? Então vamos cuidar. Olha, eu acho que realizar sonhos no futebol feminino é meio que assim... você ter uma casa própria, entendeu, você viver bem. E graças a Deus o futebol me deu isso, eu não tenho do que reclamar não (depoimentos de Nilda Ismael do Nascimento, DEIXA..., 2009).

A trajetória de Nildinha, assim como a de Marta, pode ser admitida como um contraponto em relação à de Aline. Mesmo tendo de combinar pressões sociais como a desaprovação e as surras que levava da mãe, ainda vivenciou o falecimento da mãe, a gravidez, a pobreza (“às vezes não tinha nada em casa”) e a criação da filha (supostamente sem o auxílio do pai), Nildinha contrariou as expectativas e, provavelmente confiando em seu desempenho quando ponderava e avaliava a realidade e seu repertório de alternativas, assumiu o futebol como projeto de vida pelo qual buscou o sustento para sua família (DEIXA..., 2009).

Esse contraponto revela que as tomadas de decisões dos indivíduos, embora circunscritas por campos de possibilidades que restringem determinados planos de seus projetos de vida, não estão determinadas de forma absoluta, admitindo um grau de liberdade que possibilita experiências como a do empoderamento pelo futebol de Nildinha e de Marta. Em distintos patamares, ambas as jogadoras conquistaram seus objetivos, construindo projetos de vida bem-sucedidos e confirmando a tese de Bourdieu (2010) de transformação da experiência subjetiva e objetiva do corpo da mulher, por meio da prática intensiva de esportes.

Vale destacar, ainda na fala de Nildinha, o importante papel atribuído ao presidente do Gama, que por meio de uma relação assistencialista contribuiu para que a jogadora continuasse investindo na carreira futebolística, revelando mais uma vez a suscetibilidade de projetos ligados ao futebol de mulheres dependerem do voluntarismo de aficcionados do futebol

feminino. A atitude do presidente do Gama contrapõe-se à atitude do presidente do Santos no início de 2011, quando este toma a decisão de encerrar as atividades da equipe de futebol feminino do clube.

Uma matéria do programa Esporte Fantástico da Rede Record de televisão (EX-CAPITÃ..., 2011), em junho de 2011, relatou a história de Elane, uma ex-jogadora de futebol que foi zagueira e capitã da Seleção Brasileira por mais de 10 anos, conquistando três títulos sul-americanos, o quarto lugar nas Olimpíadas de Atlanta, em 1996, e o terceiro na Copa do Mundo de 1999 nos Estados Unidos, mas no momento da reportagem, aos 43 anos de idade, trabalhava como motorista de ônibus no Rio de Janeiro. O relato de Elane durante a matéria, que recebeu o título de **A capitã esquecida**, tem como eixo central o seu corte da Seleção Brasileira às vésperas de participar de sua segunda Olimpíada em Sydney, em 2000, e a mágoa que guarda em relação a esse episódio e os desdobramentos que isso acaba causando em sua trajetória de vida.

Fui cortada da seleção a um mês da Olimpíada de Sydney e nunca mais voltei. Muito chato, muito triste, o pior momento da minha vida como atleta foi aquele momento. O dia que eles foram no meu quarto aí... “você tá cortada da seleção”... também não perguntei por que, não pedi explicação, eu fiz minhas malas e a hora de ir embora realmente foi triste.

Na Seleção Brasileira você tá representando um milhão de pessoas, você tá vestindo o manto do seu país. Você tem que ter de tudo pra ter um conforto, pra você desempenhar bem o que você tá ali pra fazer. [repórter pergunta: “E o que faltava, por exemplo?”] É como eu te falei, faltavam coisas mínimas. Tipo uniformes, faltava às vezes parte de dinheiro que eles prometiam e às vezes não vinha. É coisas assim.

Eu tenho muita mágoa, assim, porque foram 13 anos, né? Deixando muita coisa, deixando família de lado, tudo pra servir o seu país, a sua seleção. E, infelizmente, você não recebe nada em troca... eu sai pela porta de trás.

Dói, dói. Embora eu goste hoje do que eu faço, eu sou feliz, tenho uma profissão... mas eu não imaginava nunca isso pra mim, né? (depoimento de Elane, EX-CAPITÃ..., 2011).

O breve relato de Elane revela a frustração da ex-jogadora quanto à forma como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) administrava a Seleção Brasileira de Futebol feminino no país. Novamente podemos perceber a situação de violência simbólica (BOURDIEU, 2010) presente na relação estabelecida pela CBF com as atletas da seleção. Enquanto subordinadas, elas podem se sentir acuadas a reivindicar seus direitos, submetendo-se, enquanto dominadas, a condições que poderiam ser vistas como intoleráveis, tal como não receber o dinheiro prometido pela entidade como contrapartida aos serviços prestados à seleção. Tal subordinação provavelmente estaria ligada ao *status* vinculado a servir a Pátria, que evoca sentimentos como o

manifestado por Elane ao mencionar que na seleção a atleta estaria “representando um milhão de pessoas”.

Em entrevista realizada com uma das ex-jogadoras do Guarani da década de 1980, Moura (2003) revela a importância de objetivos e iniciativas particulares ou individuais para o desenvolvimento de projetos coletivos como a manutenção de uma equipe de futebol feminino. A entrevistada relata que uma colega da equipe que atuava como goleira, chamada Mara, era uma das principais responsáveis pela manutenção da equipe, tendo em vista a falta de apoio do clube. Segundo a entrevistada, Mara chegava a custear despesas como alimentação e transporte da equipe por conta própria:

[...] Nós tínhamos um diretor, que era o Romeu, e tinha a Mara, que era nossa goleira. A Mara ajudou muito. Ela tinha uma situação financeira melhor do que todas [...] “Então, olha! A gente precisa ir pra Serra Negra”. Ela alugava o ônibus, ela pagava, ela dava o lanche, entendeu? [...] (MOURA, 2003, p. 72).

A fala da entrevistada de Moura (2003) evidencia a precariedade das condições oferecidas pelo clube (Guarani) para a manutenção de sua equipe de mulheres. A situação para o clube torna-se confortável, na medida em que fornece o nome e eventualmente alguma estrutura física, como campo para treinamentos, não se comprometendo com investimentos financeiros, pois conta com iniciativas individuais como a da goleira Mara. Todavia, projetos sustentados por idealismos individuais e passionais como o da equipe do Guarani parecem fadados a uma sobrevida abreviada, inviabilizando que os objetivos individuais das jogadoras se assentem em um planejamento estável, demandando, muitas vezes, a constante migração daquelas que insistem em seus projetos, perambulando entre clubes que se alternam na manutenção e extinção de seus quadros de futebol para mulheres.

Como é possível observar, a escolha dos projetos pessoais e coletivos das mulheres aqui apresentados encontra-se enredada pela múltipla e complexa construção de trajetórias singulares de indivíduos, que, embora não sejam determinadas pelos campos de possibilidades que nelas se entrecruzam, são decisivamente influenciadas por eles. Todas as manifestações de contestação, enfrentamento e subversão presentes na trajetória de vida de Marta poderiam não ser suficientes para que a alagoana se tornasse a melhor jogadora de futebol do mundo, caso não se apresentasse dentro de seus campos de possibilidades um vizinho que se sensibilizasse com seu talento e a levasse para um grande centro futebolístico.

Aline construiu seus projetos pessoais em meio a um contexto familiar que lhe oferecia respaldo em relação às escolhas pelo futebol. Porém, suas escolhas encontravam-se limitadas pelas incongruências entre seu projeto de jogar futebol e seu projeto de estudar e buscar uma estabilidade profissional, que ela julgava que o futebol não ofereceria.

Nildinha teve suas escolhas limitadas e influenciadas pela resistência da mãe, pelo nascimento da filha, pelo apoio de um dirigente e pela insistência em viver do futebol de forma que garantisse o sustento de sua família. Na avaliação da própria Nildinha, seu projeto em relação ao futebol foi bem-sucedido, pois concretizou o sonho de ter sua casa própria e de viver bem.

A trajetória singular construída por Elane parece ter sido influenciada de forma decisiva por seu corte da Seleção Brasileira. A fala da ex-jogadora revela que esse episódio marcou de forma significativa uma ruptura com o projeto até então relativamente bem-sucedido de se dedicar e viver do futebol, orientando-a para a busca de novas alternativas. Embora Elane já estivesse com 31 anos àquela época, que corresponderia ao ciclo de desconversão e/ou aposentadoria para os jogadores de futebol, segundo Damo (2007), e a circunstância não representasse uma relação simples de causa e efeito, revela a forma como os constrangimentos de nossos campos de possibilidades limitam o grau de liberdade de nossas tomadas de decisões.

Por fim, a experiência de um projeto coletivo de uma equipe de futebol, no caso o Guarani nos anos 1980, e as experiências dos clubes A, B e C desta pesquisa evidenciam como esse tipo de projeto pode se tornar refém de iniciativas individuais ou de projetos particulares, que de forma precária e insustentável cumprem o papel que deveria ser garantido por políticas públicas ou mesmo pelo sistema CBF-federações-clubes. A omissão desses agentes configura e limita os campos de possibilidades das mulheres que projetam viver do futebol.

5.2.2 Projetos de jovens mulheres que sonham ingressar no “circuito profissional” do futebol⁸⁴

Em janeiro de 2010, havia mais de 1.500 jovens de 20 estados brasileiros e do Distrito Federal inscritas para participar de uma peneira, organizada por um tradicional clube de

⁸⁴ Uma versão preliminar deste tópico foi apresentada no 9º Seminário Internacional Fazendo Gênero. SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. O canto das sereias: migrações e desafios de meninas que sonham ter o futebol como profissão. In: **Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Deslocamentos e Diversidades. Florianópolis: UFSC, 2010.

futebol do estado de São Paulo, doravante tratado como CLUBE A⁸⁵, com o objetivo de selecionar novos talentos para se integrarem ao prestigiado elenco de futebol feminino do clube.

Identificando essa situação como um fato social digno de uma atenção especial, fizemos contato com o então técnico da equipe, questionando-o sobre a possibilidade de desenvolver uma pesquisa, entrevistando algumas jovens participantes da peneira, visando, entre outros aspectos, investigar como elas avaliavam a possibilidade de ter o futebol como uma “profissão” para elas.

Após consultar a diretoria do departamento de futebol feminino do clube a respeito do assunto, o treinador nos autorizou a realizar a pesquisa. Nos dias 21 e 22 de janeiro de 2010, realizamos a coleta dos dados que nos auxiliaria na interpretação do cenário que se configura para meninas que alimentavam o sonho de ganhar a vida jogando futebol.

De acordo com uma das coordenadoras da peneira, participaram efetivamente dessa seleção 1.128 jovens mulheres com idades que variavam entre 14 e 20 anos. Para participar dos testes, as aspirantes a jogadoras deveriam fazer um cadastro no *site* do clube, recolher uma taxa de R\$15,00 (a taxa teve um desconto de R\$3,00 para quem pagou antecipadamente, via boleto bancário) e comparecer na data determinada para sua faixa etária (no dia 21 participaram as meninas nascidas nos anos 1990, 1991 e 1992 e, no dia 22, as nascidas em 1993, 1994 e 1995), munidas de documento de identidade, atestado médico de aptidão, carta de autorização dos pais (no caso das menores de idade) e o material esportivo pessoal.

Os testes se iniciaram por volta das nove horas da manhã do dia 21 de janeiro de 2010, em um dos centros de treinamentos do clube e estenderam-se até o sol se pôr em cada um dos dias. A peneira transcorria paralelamente nos dois campos do CT, sob a supervisão do treinador e de seu auxiliar técnico.

Após passarem por uma primeira triagem com uma equipe de apoio para conferência da documentação, as candidatas foram divididas em grupos e ficaram distribuídas em tendas de acordo com a posição na qual declaravam atuar. Em uma segunda triagem, as participantes foram distribuídas em equipes e em seguida chamadas aos campos para se enfrentarem em jogos de trinta minutos de duração. Após cada jogo, os avaliadores realizaram uma roda de conversa com as duas equipes e, via de regra, selecionavam entre três e cinco atletas, estando as restantes dispensadas.

⁸⁵ Refere-se ao mesmo clube analisado nesta pesquisa e, portanto, optamos por utilizar a mesma denominação.



Figura 36 - Jogadoras de meio de campo aguardam para participar dos jogos da peneira (21/1/2010). Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior



Figura 37 - Familiares e amigos das jogadoras assistem à peneira (21/1/2010)
Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior



Figura 38 - Um dos jogos da peneira (21/1/2010)

Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior



Figura 39 - Comissão técnica do clube conversa com as candidatas após um dos jogos da peneira (21/1/2010). Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador Osmar Moreira de Souza Júnior

As 22 aspirantes que conseguiram aprovação até o último jogo de cada dia jogaram aproximadamente seis partidas no dia, ou seja, por volta de três horas, de forma intercalada. Após

os dois dias de testes, apenas cinco candidatas foram selecionadas e, ainda assim, para um novo período de dez dias de testes, integradas ao elenco principal da equipe do clube.

Alguns detalhes da peneira merecem uma atenção especial. Primeiramente, é claro, a quantidade de participantes. Mais de 1.500 inscritas e mais de 1.100 participantes dão uma ideia da dimensão da seleção. Segundo informação do *site* do clube, a peneira do ano anterior havia atraído pouco mais de 400 garotas.

Provavelmente dois aspectos despontam como principais responsáveis pelo aumento acentuado do número de participantes. O primeiro deles diz respeito à contratação temporária da melhor jogadora do país e do mundo pelo clube, que ajudou a equipe a conquistar o título da primeira edição feminina da Copa Libertadores da América, em outubro de 2009 (apenas três meses antes da peneira). De forma complementar à presença dessa atleta e à conquista da Libertadores, a presença do treinador da Seleção Brasileira como avaliador. Evidentemente, passou para muitas das meninas a ideia de uma maior aproximação com a possibilidade e proximidade da realização do sonho de qualquer atleta, que é o de servir à Seleção.

Outro aspecto que muito nos chamou a atenção refere-se ao fato de muitos familiares, amigos e treinadores de “equipes amadoras” acompanharem as meninas nos testes. Esse fato sinaliza para uma relativa quebra de paradigmas, pois, além de indicar um maior apoio às meninas que se lançam ao desafio de quebrar barreiras de gênero, invadindo os gramados, pode ser um sinal de que famílias de poder econômico mais baixo investem na carreira futebolística as esperanças de uma ascensão socioeconômica, uma vez que algumas dessas famílias também fazem esse tipo de investimento em suas filhas. Os dados que coletamos na pesquisa de campo sobre essa peneira não nos permite aprofundar nesses argumentos, mas vale a pena compartilhar a hipótese que pode servir de escopo para estudos futuros.

Os campos de possibilidades que circunscrevem os projetos pessoais e coletivos das candidatas a jogadoras do CLUBE A são frutos de combinações múltiplas e complexas de espaços atravessados por valores referentes a diferentes configurações familiares, regionais, culturais, de classes sociais, esportivas, entre outras. Embora seja possível admitir semelhanças entre os projetos idealizados pelas entrevistadas – pois todas compartilham da motivação para ingressar em uma carreira de jogadora de futebol em um clube com prestígio –, tanto as trajetórias individuais construídas por cada uma delas como suas decisões e ações configuram projetos

singulares, que se movimentam segundo orientações e limitações oriundas do repertório dos campos de possibilidades.

Durante os dois dias de testes, acompanhamos a rotina de todo o processo da peneira. Com a devida autorização do treinador, mas sem uma legitimidade perante a maioria dos organizadores e auxiliares da peneira, fomos por vezes confundidos com repórter e até com agente. Em meio à desconfiança e curiosidade, munidos de um roteiro de questionário e de uma câmera fotográfica e filmadora, abordamos uma série de jovens entre 15 e 22 anos, desde as que se preparavam para os testes até as que acabavam de sair (algumas aprovadas para novas etapas, outras dispensadas).

Finalizados os dois dias de peneira, conseguimos contabilizar 19 entrevistas com garotas participantes. O roteiro da entrevista abordava questões sobre:

- a) Os primeiros contatos com o futebol;
- b) A aprovação/reprovação de amigos e familiares em relação à decisão de jogar futebol;
- c) A relação afetiva das entrevistadas com o futebol (clubes e atletas de preferência);
- d) Apreciação sobre o papel da mídia no desenvolvimento do futebol feminino;
- e) As aspirações em relação ao futebol para o futuro;
- f) A opinião sobre a possibilidade de se fazer carreira “profissional” no futebol;
- g) As condições existentes para as meninas se apropriarem do futebol como possibilidade de lazer;
- h) As expectativas de vida (estudos e trabalho) caso não se concretizasse o sonho de jogar futebol “profissionalmente”.

Todas as entrevistas foram filmadas mediante autorização por escrito de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo que, das 19 participantes, 11 eram menores de idade⁸⁶. Nesses casos, houve também a assinatura dos termos pelos pais que estavam presentes acompanhando a peneira.

Em relação à região de domicílio das entrevistadas, estiveram representados na pesquisa seis estados brasileiros e o Distrito Federal, sendo que, entre as entrevistadas, nove eram do estado de São Paulo, três de Brasília, duas de Minas Gerais, duas do Paraná, uma do Espírito Santo, uma de Goiás e uma do Rio Grande do Sul.

⁸⁶ Quanto à faixa etária, foram entrevistadas uma menina de 14 anos, três de 15 anos, cinco de 16 anos, duas de 17 anos, cinco de 18 anos e três de 19 anos.

A rua, a escola e as escolinhas de futebol aparecem como os ambientes mais frequentes para o início da prática do futebol entre as meninas entrevistadas. A companhia dos meninos nesses primeiros chutes na bola também foi recorrente no discurso de nossas entrevistadas, como podemos verificar em algumas passagens:

Eu jogo desde os 6 anos, desde menininha mesmo. Eu comecei a jogar na rua com os moleques, como todas as meninas... sempre é desse jeito (Márcia⁸⁷, 16 anos, Assis/SP).

Comecei muito pequena, comecei no futsal com 6 anos de idade [...]. Só com meninos, eu passei sete anos jogando só com meninos, até aparecer um time feminino (Maria, 18 anos, Juiz de Fora/MG).

Comecei aos 7 anos de idade em uma escolinha mista e foi por incentivo da família, assim mais (Talita, 16 anos, São Paulo/SP).

Eu comecei tipo jogando na escola. Aí eu comecei jogando com os piás, daí eles viram que eu até tinha um jeitinho assim [...]. Era misturado, era misto, eu comecei na escola mesmo, sabe na Educação Física (Nayara, 17 anos, Curitiba/PR).

Eu comecei a jogar pequena, bem pequena, devia ter uns 4 anos [...] Na rua, brincando com meu pai, meus vizinhos, tudo menino e eu lá no meio, naquele tempo não tinha o feminino, então eu jogava com os meninos mesmo (Luísa, 19 anos, Curitiba/PR).

Rua, escola e escolinhas de futebol. Como avaliar a apropriação do futebol por parte das meninas nesses espaços? É relevante enfatizar que aquilo que para muitos pode parecer natural – como exercer direitos constitucionais de circulação em espaços públicos – merece uma atenção especial, uma vez que para as mulheres o acesso a esses espaços ainda é um assunto não totalmente superado.

Desde a Grécia Antiga, um período em que o capital principal do cidadão era o tempo, enquanto a esfera privada estaria ligada à necessidade e às relações naturais, o acesso à esfera pública seria a condição para a liberdade, por intermédio das relações políticas. Nesse sentido, a esfera privada estaria caracterizada pela reprodução física e pela manutenção material dos seres humanos, aspectos que dariam o tom da relativa naturalidade e da privação, que implicaria invisibilidade social daqueles e daquelas que nela traduziam a essência de sua existência. Nesse contexto, a liberdade estaria diretamente ligada ao libertar-se das necessidades da existência, tendo a possibilidade de encarregar disso outras pessoas que não a si próprio, ou seja, mulheres ou escravos (LAMOUREUX, 2009).

⁸⁷ Todos os nomes das participantes foram substituídos por nomes fictícios, para preservar a identidade, conforme previsto no TCLE.

Portanto, desafiar a lógica da restrição feminina nos espaços públicos, ainda mais em espaços dedicados ao futebol, considerado uma reserva para a exercitação da masculinidade hegemônica (DUNNING, 2003; MOURA, 2005), constitui-se em uma atitude de grande coragem, subversão e resiliência.

A afirmação de Luísa, de que naquele tempo (quando ela tinha 4 anos, por volta de 1995) não existia o futebol feminino, reflete um pouco dessa mudança dos tempos. Embora historicamente possamos admitir que 15 anos não signifique quase nada, é preciso levar em conta que na transição dos anos 1990 para os anos 2000 assistimos a uma considerável transformação em relação à democratização da prática do futebol para as mulheres, assim como a ampliação do número de mulheres no mercado de trabalho.

Enfim, talvez essas jovens nem se deem conta, mas cruzar as fronteiras de gênero ocupando as ruas, os campos e quadras das escolinhas de futebol, ou mesmo das escolas, dividindo espaço com os tradicionais “donos da rua”, é uma conquista social bastante significativa. Ao “invadir” esses espaços que estão entre os últimos bastiões de exercício da masculinidade hegemônica em nossa sociedade, não é de se admirar que essas meninas sofram com algum tipo de desconfiança ou mesmo preconceitos velados ou explícitos, até mesmo (ou principalmente dependendo do caso) dentro de casa, conforme apontado por algumas entrevistadas:

Ah, então, meu pai não apoiava muito, não deixava eu jogar na rua. Eu tive que começar numa escolinha quando eu tinha uns 13 anos. Aí eu comecei a jogar bola, mas no começo não foi na rua nem em campinho. Foi assim, meu pai não gostava, mas como tinha menina lá na escolinha, eu comecei lá. [...] Então, meu pai agora tá se conformando, ele até gosta de me ver jogar, mas minha mãe não gosta, ainda não aceita essas coisa, minha avó também... eles sempre ficam criticando, minha avó, pra eu não continuar, mas eu não ligo mais, meu pai me apoia agora (Teresa, 16 anos, Santos/SP).

Meu irmão, ele viaja igual eu pra jogar, ele me apoia muito, até ontem a gente tava conversando, mas minha mãe, meu outro irmão mais velho, minha tia, eles brigam muito porque futebol, né... ? Eles não gostam. [...] Foi uma luta [vir para o estado de São Paulo participar da peneira], foi contra a minha mãe. [...] Eu tava jogando [em sua primeira participação na peneira, pouco antes de conceder a entrevista que foi feita no espaço reservado para as jogadoras que se contundiram nos testes], hora que eu comecei a jogar, que eu peguei na bola eu toquei, na segunda vez, a menina veio, deu um carrinho e eu torci o joelho. Tô muito triste, que eu saí de bem longe (Tamara, 19 anos, Patos de Minas/MG).

[...] e da família da minha mãe tem muito preconceito, de que eu tenho que estudar. Lógico, que você não pode parar de estudar... mas que é coisa de homem, essas coisas, que todo mundo fala (Maria, 18 anos, Juiz de Fora/MG).

Minha mãe me apoia, tal. Meu pai não gosta muito, nem meu tio... quer dizer, minha família inteira quase é meio contra isso, fala “aí não dá futuro, não vai ganhar nada com isso”... é minha mãe só, porque se ela não tivesse me trazido, eu acho que eu não estava aqui hoje (Nayara, 17 anos, Curitiba/PR).

A preocupação dos pais de Teresa em não deixá-la jogar na rua – representante maior dos espaços públicos ligados ao exercício da masculinidade – traduz um pouco da expectativa deles em garantir que a menina tenha uma “criação de menina”, garantida por meio de práticas sociais feminilizantes. Esse aspecto fica ainda mais evidente quando os pais acabam por permitir que a garota jogue futebol em uma escolinha, que não possui um caráter tão público como a rua e, principalmente, neste caso, com a presença de outras meninas, que de alguma maneira legítima a participação da filha. O caso de Tamara não deixa de ser relevante, tendo em vista que o fato de ter viajado contra a vontade dos familiares para participar da peneira, tendo suas chances despedaçadas logo no segundo toque na bola, reflete a resiliência de muitas das meninas que tentam fazer carreira no futebol.

Já no caso dos familiares de Maria e Nayara, manifesta-se uma preocupação com a falta de perspectivas de futuro no futebol como uma carreira que possa lhes conferir alguma segurança financeira.

De uma maneira geral, a maioria das entrevistadas recebe apoio dos familiares, sendo que 14 das 19 entrevistadas manifestaram esse suporte, embora nem sempre tenha sido assim. Podemos notar essa situação porque foi muito recorrente no discurso das entrevistadas a mudança de opinião da mãe, que antes não aprovava, mas no momento apoiava de alguma maneira.

Assim, é o que a minha mãe sempre fala, gostar que eu vire jogadora ninguém gosta, mas eles apoiam pra minha felicidade, porque eles sabem que é algo que me faz bem (Cíntia, 15 anos, Campinas/SP).

Hoje, praticamente todo mundo me ajuda, mas no começo eu enfrentei um pouco de resistência da minha mãe. Mas hoje é bem tranquilo, já (Daiane, 17 anos, Brasília/DF).

No começo, como eu disse, tudo é mais complicado. No começo até mesmo minha mãe dizia “não mexe com isso, vai machucar”. Mãe, sempre... sabe como é. Mas aí ela foi vendo, graças a Deus, as pessoas foram me incentivando, mas sempre no começo há um... como é que eu falo, um preconceito. Até hoje em dia, se você for analisar, há um preconceito (Janaína, 14 anos, Goiânia/GO).

Assim, meu pai me apoia muito, minhas amigas, até amigas que não são do futebol, me apoiam muito. Já minha mãe e minha irmã, elas apoiam, mas não gostam do futebol. Mas não deixam, sabe assim... não deixam de apoiar. [...] Preferiam que eu não fizesse futebol, mas já que eu tô aqui elas tão apoiando (Jade, 16 anos, Linhares/ES).

Minha família sempre me apoiou em busca do meu sonho, né? Sempre estando do meu lado. Às vezes, por medo, minha mãe falava que não, mas ela sempre me apoiou. Agora

mais do que nunca, né, com a repercussão do futebol feminino, mas toda a minha família sempre me apoiou (Karina, 18 anos, Sorocaba/SP).

Assim, eu recebo apoio da família inteira. Antes era difícil com a minha mãe, ela era um pouquinho mais preocupada e tal. Mas agora eu recebo apoio de toda a família (Renata, 18 anos, São Paulo/SP).

Novamente acreditamos que o receio inicial e recorrente, principalmente das mães, estaria ligado às incertezas de uma carreira no futebol, bem como ao cruzamento das fronteiras de gênero que pode colocar em suspeição a sexualidade da filha diante da sociedade e principalmente nos círculos de relacionamento mais próximos. Mais uma vez, cabe enfatizar a postura resiliente das jogadoras de futebol que insistem em enfrentar adversidades até mesmo dentro do lar, na busca da realização do sonho de jogar futebol. Aliás, sobre esse mesmo aspecto, foi unanimidade entre as entrevistadas a opinião de que o futebol como uma possibilidade de lazer já é um espaço relativamente conquistado pelas meninas, que dividem espaço com os meninos nas ruas, quadras, campos, praias etc.

Já no tocante à possibilidade de o futebol se configurar como um campo de atuação profissional para as mulheres, o olhar da maioria das entrevistadas (11) não se mostra tão otimista. Diríamos até que se acha mais realista, na medida em que, mesmo sabendo de todas as dificuldades para se construir uma carreira e ganhar o sustento jogando futebol no Brasil, essas meninas desafiam todos os prognósticos e tentam uma vaga naquele que, àquela época, era o mais cobiçado time para uma atleta desenvolver seu futebol de forma semiprofissional no Brasil.

O discurso de Luísa é bastante significativo nesse sentido:

Eu vejo que tem muito a melhorar, mas já melhorou muito. É um nível onde não há amadorismo e não há profissionalismo. Eu jogo em uma equipe amadora e ao mesmo tempo disputo a Copa do Brasil contra a Marta. Então, não tem como você ter uma base, um padrão de nível (Luísa, 19 anos, Curitiba/PR).

Questionada sobre a possibilidade de o futebol se configurar em uma profissão ou um meio de vida para as mulheres no Brasil, nos dias de hoje, Luísa revela-se pessimista, ao afirmar que viver do futebol, no Brasil, ainda é inviável nos dias atuais, vislumbrando como alternativa a possibilidade de jogar fora do país. Além disso, ela entende que uma possibilidade remota para seguir carreira no futebol feminino no Brasil poderia ser no CLUBE A, situação que ela usa como exemplo para apontar as dificuldades:

Aqui... talvez o CLUBE A. Muitas meninas aqui no CLUBE A, elas vivem [do futebol]... Como você viu, hoje tem 1.500 meninas disputando poucas vagas aqui pra viver do

futebol. Então, é muito pouca oportunidade dentro do Brasil, né? Fora é outra coisa (Luísa, 19 anos, Curitiba/PR).

Assim como Luísa, outras entrevistadas também se mostraram apreensivas e decepcionadas com o quadro do futebol feminino no país.

Eu acho que ainda é muito cedo pra poder falar disso, né? [da possibilidade de se viver do futebol] Porque eu acho que o futebol feminino não é tão valo..., não é nem a metade de, tipo assim, não é tão valorizado como é o masculino. Mas, se você for analisar, há uma mudança, então eu acho que daqui há alguns anos a gente pode dizer que é uma profissão (Janaína, 14 anos, Goiânia/GO).

É, eu acho que ainda não é aquilo esperado. Em comparação com o masculino, você vê que o futebol feminino ainda tá abaixo, não é relação, não dá pra viver só daquilo, né? Porque a gente não é que nem uma Marta, a gente vai começar, a gente vai começar de baixo, então não vai ter aquilo. [...] A Marta vive do futebol, mas por quê? Joga nos Estados Unidos (Jade, 16 anos, Linhares/ES).

Eu acho que pra você viver do futebol ainda hoje, se você quiser ter uma condição muito boa, acho que ainda tá muito... assim... restrito ainda. Só que, pô, tem aquele salário assim, tem assim, você pode ir pegando alguma coisa por fora também. Viver de futebol, acho que num... assim, só se aquela pessoa for fora de série (Maria, 18 anos, Juiz de Fora/MG).

No momento que a gente tá vivendo, acho que ainda não. Depende do clube, tipo o CLUBE A como é um clube já... que tá bastante visado e tal, ele sim. Mas outros clubes, assim, acho que não dá (Nayara, 17 anos, Curitiba/PR).

Como podemos observar, existe um reconhecimento por parte das entrevistadas de que no momento atual o futebol raramente se configura em uma possibilidade concreta de carreira profissional para as mulheres, mas também são esperançosas em relação à melhoria de condições no futuro.

Assim, podemos assumir que o futebol feminino, como projeto para a grande maioria das aspirantes a jogadoras, ainda está distante de se constituir em uma possibilidade concreta de trabalho assalariado, que possa alimentar aspirações em relação ao encaminhamento de uma carreira profissional, na medida em que o campo de possibilidades sócio-histórico constituído restringe significativamente a possibilidade de experiências bem-sucedidas. Experiências estas absolutamente distintas do que ocorre com o futebol masculino, que, apesar de revelar-se para a maioria dos jogadores como um emprego flexível⁸⁸, marcado pela precariedade, inclui uma elite

⁸⁸ Em matéria do jornal **Folha de São Paulo**, do dia 14 de março de 2010 – “No país da bola, futebol se torna um subemprego” – revela-se que dois terços dos contratos de jogadores (homens) registrados na CBF têm duração de até quatro meses, fazendo da profissão um serviço temporário. Além disso, na média, esses jogadores ganham menos de dois salários mínimos por mês (COBOS, 2010).

com “salários astronômicos” e condições de trabalho invejáveis para profissionais de qualquer outra área (SOUZA JÚNIOR; REIS, 2010).

O baixo *status* do futebol enquanto possibilidade de profissão para as mulheres também pode ser observado em um *survey*⁸⁹ elaborado por Damo (2007), no qual o autor aponta que o prestígio do jogador de futebol possui um claro recorte de gênero entre os/as pré-adolescentes ouvidos, considerando que se trata de uma profissão cujo mercado oferece oportunidades muito desiguais para homens e mulheres.

Em relação à questão do *survey* realizado por Damo (2007) – “Na sua opinião, quais são as profissões mais valorizadas em nossa sociedade? (profissões legais, que dão bastante *status*, prestígio, o que muitos colegas gostariam de ser...)” –, a referência à profissão de jogador de futebol entre os meninos das escolas públicas apareceu como a segunda mais prestigiosa (44 indicações), e como a terceira entre os meninos das escolas particulares (14 indicações); já entre as meninas das escolas públicas, ela aparece como a oitava opção (10 indicações) e não é citada nenhuma vez entre as meninas das escolas particulares, denotando um claro recorte de gênero e classe em relação ao prestígio dessa profissão⁹⁰.

A comparação com o futebol masculino é recorrente e certamente descabida, ao menos na atualidade, considerando que no masculino há uma estrutura profissionalizada e espetacularizada, sem comparação com o amadorismo precário vivido pelo feminino. O depoimento de uma das entrevistadas é ilustrativo:

Mais ou menos, não tá muito longe, só que ainda as meninas não ganham o salário que os homens ganham. Mesmo a Marta e a Cristiane ganham um salário comparado com o Neymar, que ainda é um moleque que ainda não começou a carreira. A Marta, quatro vezes melhor do mundo, não se compara nada, né? Não, dá mais ou menos uma carreira, porque, tem casa, a moradia que eles dão. O salário não é muito alto, mas já dá pra se viver do futebol. [...] é, o que tem mais condição aqui no Brasil é o CLUBE A. Botucatu tem um time bom, mas não tem muito apoio, preparo (Teresa, 16 anos, Santos/SP).

Nesse depoimento se percebe que mesmo no CLUBE A – descrito por Teresa como o time “que tem mais condição aqui no Brasil” e o que dá “mais ou menos uma carreira” – os salários das atletas não são atrativos, necessitando de outros estímulos, tais como benefícios,

⁸⁹ Arlei Sander Damo realizou uma pesquisa classificada como “*survey* das profissões”, desenvolvida em cinco estabelecimentos de ensino porto-alegrenses, com 411 alunos de idades entre 11 e 13 anos de ambos os sexos (201 meninos e 211 meninas). Em nosso estudo, discutimos brevemente apenas a seguinte questão: “Na sua opinião, quais são as profissões mais valorizadas em nossa sociedade? (profissões legais, que dão bastante *status*, prestígio, o que muitos colegas gostariam de ser...)”.

⁹⁰ Acreditamos que a omissão ao futebol pelas meninas das escolas particulares provavelmente não se deve a uma consciência de que futebolista não seja profissão para mulheres no Brasil.

moradia. Teresa chega a comentar sobre o salário de atletas como Marta, maior estrela do futebol feminino, ser comparado ao de Neymar, que à época ainda não passava de uma jovem promessa. As contradições entre as estruturas profissional e amadora transbordam em seu discurso. Se no time que supostamente teria a melhor estrutura no país “o salário não é muito alto”, tendo como atrativo a moradia para as atletas, o que dizer então dos demais.

A tendência de culpabilizar as próprias atletas pela falta de uma estrutura mais profissionalizada no futebol feminino também está presente no discurso de algumas entrevistadas:

Ah, eu acho que pode [futebol ser visto como uma possibilidade de profissão para as mulheres hoje]. Só que pra isso, tem que lutar bastante, né, tem que ter garra e força de vontade pra querer vencer e pra manter o futebol feminino, senão não adianta (Joana, 19 anos, São Leopoldo/RS).

Então, na verdade, pra se tornar realidade, elas precisam acreditar. Pra se tornar uma realidade pra vida de todas aquelas que acreditam. Porque, na verdade, quem abriu mais oportunidades até agora, que eu vi mais, que tão acreditando, que tão fazendo cobertura de entrevistas, é o CLUBE A, né? Porque tá crescendo bastante, mas espero que mais pra frente os outros times também possam tipo... como o Corinthians, Palmeiras, todos os times aí de grande nível possam tá fazendo uma peneira pras meninas tá se realizando (Miriam, 16 anos, São Vicente/SP).

Por enquanto ainda não dá essa condição, porque ainda não tá sendo valorizado e tem gente que desiste muito fácil e cedo. Isso que acontece, porque tem que persistir que um dia você chega. E as meninas tão desistindo e isso que não tá tendo um volume muito grande de meninas. É isso que acaba prejudicando o futebol feminino (Talita, 16 anos, São Paulo/SP).

Ao afirmar que para manter o futebol feminino as jogadoras têm de lutar bastante, têm de ter garra e força de vontade, Joana transfere para as atletas uma responsabilidade que não lhes cabe. Dedicção e força de vontade são inerentes ao esporte de alto rendimento, mas não podem ser identificados como condicionantes para que uma modalidade tenha ou não sucesso. O Governo Federal, os clubes, as entidades dirigentes do futebol (CBF e federações) e os meios de comunicação precisam ser responsabilizados pelo insucesso do futebol feminino, que continua vivendo de migalhas desses agentes.

Guacira Louro (1995) lembra que as instituições sociais expressam relações sociais de gênero, implicando relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Tal desigualdade de poder é explicitada pelos agentes que mencionamos anteriormente, uma vez que os holofotes e os recursos financeiros são todos voltados para o futebol masculino.

Obviamente, muitos irão argumentar que tais decisões não são tributárias das desigualdades de gênero, mas, sim, das leis do mercado; e esse argumento poderia ser reforçado pela fala de Teresa, que naquele momento afirmava ser injusto o salário de uma atleta como Marta, eleita por quatro vezes a melhor jogadora do mundo, ser equiparado ao de Neymar⁹¹, que segundo ela era “um moleque que ainda não começou a carreira”.

Pela lógica capitalista, provavelmente Marta não tenha rendido dividendo algum ao clube brasileiro em que atuou, enquanto Neymar, em dois anos, transformou-se na “galinha dos ovos de ouro” do clube, em virtude da “valorização estratosférica” de seus direitos federativos e de imagem.

Contudo, recorrendo a Bourdieu (2010), entendemos que a lógica que opera nesse contexto assenta-se na violência simbólica experienciada pelas mulheres, que de maneira insensível e invisível são submetidas à dominação masculina, tendo seus direitos expropriados, e os privilégios do dominador, que foi perpetuado pelas injustiças historicamente construídas, sendo aceitos com naturalidade. Nessa lógica, condições de existência das mais intoleráveis passam permanentemente a serem vistas como aceitáveis ou até mesmo naturais.

5.2.3 Projetos de atletas estabelecidas no “circuito profissional” do futebol

Conforme já mencionado, os clubes A, B e C pesquisados configuram modelos administrativos e estruturais distintos. As políticas de gestão adotadas por esses três clubes implicam o delineamento de distintos campos de possibilidades, que consequentemente apontam para projetos coletivos e pessoais singulares e distintos entre si. Vale a pena retomar alguns parâmetros que caracterizam as especificidades de cada um dos três modelos, no intuito de fornecer um arcabouço concreto para interpretarmos os discursos das atletas e das demais informantes que nos apontem os objetivos traçados por elas no âmbito do futebol feminino.

⁹¹ Na entrevista coletiva de 3 de janeiro de 2012, em que anunciou o encerramento das atividades do futebol feminino do Santos, o presidente do clube, Luis Álvaro de Oliveira Ribeiro, informou que o salário de Neymar, em janeiro de 2010, era de 55 mil reais mensais. No início de 2012, especulava-se pela imprensa que, entre salários do clube e ganhos com direitos de imagem, o atleta arrecadaria valores em torno de 3 milhões de reais mensais (fato não confirmado pela diretoria do clube, que preferia manter os valores em sigilo).

- CLUBE A⁹²: o clube é o protagonista do projeto do futebol feminino (a prefeitura municipal atua como intermediária em relação ao pagamento das atletas apenas para tentar desconfigurar o vínculo empregatício com o clube); não possui parcerias ou patrocínios para manter o futebol feminino; o clube paga salários às atletas, que variam entre R\$350,00 e R\$5.000,00; o clube subsidia as mensalidades para as atletas que cursam o ensino superior.
- CLUBE B: existe uma parceria entre o clube e a prefeitura municipal, sendo uma fundação municipal de esporte a principal responsável pelo projeto do futebol feminino; uma série de pequenas parcerias são firmadas com patrocinadores que viabilizam pequenas despesas; o clube, por intermédio da fundação municipal de esportes, paga salários às atletas que variam entre R\$400,00 e R\$1.000,00; o clube não subsidia cursos superiores e tampouco estabelece parceria com alguma faculdade que conceda bolsas de estudos às atletas.
- CLUBE C: existe uma parceria entre a prefeitura municipal e uma faculdade local; o clube constitui meramente um veículo de formalização de vínculo com a FPF; o clube não possui parceria ou patrocínio algum em virtude de impedimento imposto pela legislação municipal; as atletas do clube não recebem salários; a faculdade parceira do clube oferece bolsas de estudos integrais às atletas em qualquer um de seus cursos superiores.

Em virtude das limitações que impossibilitaram a realização do grupo focal com as atletas do CLUBE A, nossos parâmetros para discutir os projetos das atletas em relação à carreira no futebol restringem-se aos discursos das atletas dos clubes B e C, com eventuais comentários sobre as condições do CLUBE A, subsidiados pelas informações prestadas por treinadores e dirigente, além das observações de campo.

Na perspectiva do treinador do CLUBE A, esse clube distinguia-se da maioria dos clubes que participavam do circuito do futebol feminino, uma vez que oferecia condições para que as atletas desenvolvessem a carreira com dedicação exclusiva em condições relativamente boas.

⁹² É importante ressaltar que todos os dados apresentados em relação aos três clubes dizem respeito às condições identificadas na pesquisa de campo, no ano de 2011, podendo haver condições distintas em cada um dos três clubes, tanto em anos anteriores como posteriores.

Hoje em dia a gente melhorou um pouco, né, mas ainda falta muita coisa. A gente sabe, então, por exemplo, aqui no CLUBE A, é o clube que elas têm condição de trabalhar com o futebol e viver só do futebol, exclusivamente. Mesmo porque, elas não teriam condições de ter um outro tipo de trabalho porque os treinos são muito puxados, né? Então, a gente sabe que em outros lugares tem clubes que ainda não se tornaram profissionais dentro de uma realidade que você tem que viver só do futebol, e a gente sabe que tem meninas aí pelo Brasil que jogam e trabalham por fora pra ter uma renda extra. Infelizmente não são todos os clubes que têm essa possibilidade de dar uma estrutura como o CLUBE A dá, entendeu?

[...]

Sim, é claro que a gente não dá pra fazer comparações, né, dentro do futebol, com o masculino. A gente não pode dizer que elas vão poder fazer seu pé-de-meia aí, dentro do futebol, mas são meninas que podem ter seus objetos pessoais de bem de consumo adquiridos aí no futebol feminino. O CLUBE A proporcionou isso pra várias delas, e você já vê aí as meninas comprando apartamento, algumas com carro. Então umas coisas que dentro de outros clubes a gente não pode ver, isso aqui no CLUBE A a gente vê. A gente queria que isso fosse feito no Brasil inteiro, né, pra que realmente a gente pudesse ter campeonatos aí muito mais fortes do que já são. Já melhorou bastante o nível, só que a gente poderia realmente ver clubes fazendo com que as meninas só pensassem no futebol (Geovani, treinador do CLUBE A).

Conforme apontado pelo treinador Geovani, as atletas do CLUBE A desfrutavam de condições relativamente privilegiadas, pois podiam se dedicar exclusivamente ao futebol e dele tirar seu sustento e ainda construir um patrimônio de bens móveis e incluindo a compra de imóveis.

Cabe mais uma vez ressaltar que o clube possuía um teto salarial que, segundo seu dirigente, giraria em torno de cinco mil reais, que na época correspondia a um pouco mais de nove salários mínimos⁹³, além de subsidiar os estudos no ensino superior, havendo ainda um contingente de atletas que recebia uma complementação no salário por meio do programa Bolsa Atleta do Governo Federal, complemento este que podia chegar a R\$3.200,00 reais. Nesse sentido, embora não tenhamos tido a possibilidade de dialogar com as atletas deste clube, acreditamos que o campo de possibilidades que se apresentava para o estabelecimento de projetos de vida que se alinhavam com a identificação do futebol como uma carreira profissional estivesse presente de forma muito mais concreta para essas atletas do que para as atletas dos outros dois clubes pesquisados. No entanto, a suspensão do futebol feminino naquele clube no início do ano seguinte evoca a representação de um “fantasma” bastante presente no universo do futebol feminino, que diz respeito à descontinuidade dos projetos dos clubes que se aventuram nessa seara, expondo uma das faces mais perversas dessa suposta profissionalização da

⁹³ O salário mínimo no Brasil em 2011 correspondia a R\$545,00.

modalidade: a instabilidade profissional, que desconstrói e reconfigura os campos de possibilidades das atletas, forçando-as a redimensionarem constantemente seus projetos de vida ou a manterem tais projetos em constante suspeição, dada a fragilidade dos vínculos estabelecidos com os clubes.

O CLUBE B oferecia um salário às suas atletas, cujo teto era cinco vezes menor que o do CLUBE A⁹⁴, repercutindo supostamente em uma condição de subsistência relativamente menos estável, considerando que esse teto não atingia dois salários mínimos. Além disso, o contingente de atletas contempladas com o benefício do Bolsa Atleta no CLUBE B restringia-se a uma única atleta. O clube não oferecia a possibilidade de as atletas cursarem o ensino superior sem custos (salvo um caso, em que o dirigente revelou ter o clube conseguido um auxílio para uma única atleta).

O fato de o CLUBE C não pagar salário às suas atletas, oferecendo como principal compensação as bolsas de estudos em cursos superiores, evidencia uma clara delimitação nos projetos de vida das atletas desse clube em relação às atletas do CLUBE B, conforme pudemos observar pelo perfil das participantes dos grupos focais em ambos os clubes.

Pelos valores das mensalidades dos cursos superiores na faculdade parceira do CLUBE C⁹⁵, podemos concluir que a correlação para as atletas no tocante ao montante financeiro não é muito diferente do CLUBE B. Porém, fica evidente que existem implicações bastante distintas dessas políticas em relação aos projetos das atletas, tendo em vista que enquanto no CLUBE C todas as sete atletas que participaram do grupo focal encontravam-se estudando (cinco no ensino superior e duas no ensino médio), no CLUBE B, quatro das oito participantes do grupo focal concluíram o ensino médio e naquele momento não estavam estudando, sendo que apenas uma das oito cursava o ensino superior, uma o ensino médio e uma um curso técnico, além de uma já ser formada em Educação Física.

As falas do dirigente e do coordenador da faculdade parceira do CLUBE C revelam em alguma medida a preocupação desses agentes em relação à importância dos estudos no horizonte profissional de suas atletas, que supostamente teriam pouca sustentabilidade no universo do futebol.

⁹⁴ A folha de pagamento do CLUBE B era de quinze mil reais, segundo seu dirigente. Já o dirigente do CLUBE A não quis revelar o valor exato da folha de pagamento do clube, mas admitiu que estaria entre trinta e cinquenta mil reais.

⁹⁵ Conforme apuramos com as atletas daquele clube que participaram do grupo focal, o curso de Educação Física (que concentra o maior número de atletas) tem uma mensalidade com valor um pouco acima de R\$600,00 e o curso de Direito seria aproximadamente o dobro desse valor.

O futebol feminino, eu vejo que elas vão... tipo, tem gente que se abdicou de fazer faculdade pra ganhar um salarinho. É assim que às vezes a gente perde a atleta, já que a gente não tem um salário, tem a faculdade, mas ainda elas não têm a consciência de que, né...? Então elas preferem, às vezes, ganhar uns R\$300,00 e não ter a faculdade (Jonas, dirigente do CLUBE C).

A gente tem experiências bastante positivas em relação a quem se beneficiou disso. Então a gente tem atletas que hoje são formadas em fisioterapia e já abriram clínica, depois fizeram educação física e abriram academia, né? A gente tem meninas hoje empregadas em hotéis da região trabalhando na área de recreação e lazer e em outros projetos, enfim, elas, algumas têm conseguido ver que é também é uma boa moeda de troca a faculdade, a bolsa de estudos (Sillas, coordenador da faculdade parceira do CLUBE C).

Mesmo o dirigente do CLUBE B revela preocupação semelhante ao reconhecer que o salário que o clube consegue pagar às atletas é insuficiente para suas necessidades e, ao mesmo tempo, entende que uma parceria com alguma universidade que subsidiasse os estudos das atletas seria importante na vida delas.

[Em relação aos salários das atletas] Não. É sempre uma negociação. Você parte daquele princípio ali, a atleta é mais ou menos esse valor... você negocia com ela, né, se fugir muito daquilo que você acha que ela... na verdade é assim, não é que ela mereça, né? Às vezes, falar a verdade, todo mundo merece mais, né, mas pela condição que você tem... É, uma coisa assim que eu acho que se a gente quer melhorar as coisas no clube, nós temos que melhorar o salário também, porque se for vê a pessoa tem dedicação exclusiva ao esporte e é muito pouco às vezes, quase sempre, 400, 500 reais, né? Até mil reais, é. [...]

Da educação, então, quando é escola, algumas garotas ainda tão terminando o ensino médio, então elas estudam em escola pública, né? Já quando é da faculdade, nós ainda não temos a parceria, né, com uma universidade... é, ainda não temos, estamos fechando a nível de secretaria uma parceria com uma universidade, mas tá em processo ainda... Mas é uma coisa que nós incentivamos, né? Tanto é que uma atleta que terminou o ensino médio o ano passado, esse ano vai fazer a faculdade. Ela veio com a mãe dela aqui, falou que era o interesse dela fazer faculdade e tudo mesmo... nós achamos assim, que o valor dela seja um pouco abaixo, mas por ela fazer a faculdade... é uma coisa que nós acreditamos, tudo... nós colocamos um pouco a mais no seu salário pra dar uma ajuda maior, né? (Diego, dirigente do CLUBE B).

O discurso das atletas do CLUBE B durante o grupo focal também focaliza essa preocupação com uma formação paralela ao futebol, mas ao mesmo tempo revela que na perspectiva das atletas a bolsa de estudos deveria ser um complemento que não trouxesse prejuízos em relação ao salário que elas já recebiam no clube.

LUCIANA: O pensamento de todas, acho que é estudar. Na hora que parar, é bem mais fácil você arrumar uma coisa que tá... assim, no esporte que você gosta de fazer.

PESQUISADOR: Tá, mas esse estudar não é depois que parar?

LUCIANA: Não. Enquanto joga. Tem que ser, senão... tá danada...

ISAURA: Quando parar já é tarde...

LUCIANA: **Senão você vai ter que trabalhar pra pagar a faculdade. Aqui não, aqui você pode jogar, fazer o que você gosta e ainda tá estudando.** Pra daqui pra frente você ter alguma coisa a mais.

ISAURA: Uma visão de futuro, né?

PESQUISADOR: Então a ideia é essa, gente? Enquanto faz o futebol, se qualificar em outra área?

ELIANE: É, só que também tem um porém, né? O tanto que você ganha aqui, às vezes não dá pra você pagar a faculdade, né...?

ADRIANA: E por isso que o ideal seria você ter uma bolsa.

GISLAINE: Isso, de 100%.

JANAÍNA: Por que é osso...

PESQUISADOR: É o que acontece com as meninas que eu entrevistei do outro time. Diferente de vocês, elas não têm salário, mas têm bolsa integral.

ELIANE: É, elas ganham bolsa. E trabalham no hotel, né...?

PESQUISADOR: Elas não têm salário, mas ganham bolsa integral. Algumas trabalham...

LUCIANA: Ah, mas que também seria ruim, a gente ganhar a bolsa e tem assim... família que não tem condições... pra você se manter o dia a dia...

ADRIANA: Teria que ter pelo menos, as meninas ganhar a bolsa e ter uma ajuda...

GRUPO: Um salário... um salário mínimo... porque, como que faz com as necessidades básicas... o mínimo ainda é pouquinho...

GISLAINE: Não, se você ganha a bolsa e ganha o mínimo, dá pra você se manter ainda. Tudo bem que faculdade só gasta xerox, né, mas... e gasta muito... nossa, tem muita coisa de xerox gente... (Grupo focal com atletas do CLUBE B).

Como é possível observar, as atletas entendem que o recebimento de um salário mínimo e de uma bolsa de estudos integral para um curso superior poderiam ser considerados um avanço em relação às condições que desfrutavam no clube. Tal percepção nos remete à hipótese de que essas atletas não acreditam na viabilidade de um projeto de vida assentado exclusivamente no futebol, necessitando de uma “carreira paralela” que proporcione uma maior segurança em relação ao futuro.

Destacamos ainda uma das falas de Luciana durante o grupo focal, pois em seu discurso ela revela o caráter de não trabalho que vincula à prática do futebol. O argumento que sustenta sua concepção refere-se ao prazer que atribui à prática do futebol; porém, não podemos perder de vista que as condições vivenciadas pelas atletas contribui para a dificuldade de seu autorreconhecimento enquanto “trabalhadoras da bola”, mesmo cumprindo rotinas semelhantes às dos atletas profissionais, conforme revela o comentário de Adriana.

São dez sessões de treinamento durante a semana. Sete... sete sessões de treinamento... São dez sessões, dividido o microciclo, cinco dias, dez sessões. Aí vai ter a folga na segunda-feira, na quarta e na sexta à tarde. Então são três... são sete sessões de treinamento e três sessões de folga. Seriam sessões, mas seria folga no caso.

É, mas normalmente é nessa faixa mesmo... é de uma hora e meia a duas horas [o tempo de cada sessão de treinamento] (Adriana, jogadora do CLUBE B).

Servir a Seleção Brasileira e jogar no exterior são dois objetivos que figuram no horizonte dos projetos idealizados por boa parte dos jogadores de futebol e com as atletas participantes da pesquisa tal expectativa não contraria essa regra, como revelam as falas das jogadoras do CLUBE C.

Eu não penso nisso. Eu, tipo agora, só penso em chegar nos meus objetivos, que é jogar fora do Brasil e conseguir pegar uma seleção (Evelin, jogadora do CLUBE C).

Eu já pensei várias vezes. Já parei um ano, entre... 19 pra 20 anos. Daí, mas não consegui, voltei. Voltei a jogar. Daí eu voltei a jogar e só peguei times grandes: Paulista de Jundiaí, Palmeiras, Piracicaba e aí fui. Vim pra cá, saí... e... eu, tipo assim, eu quero jogar fora do pa... do Brasil. Se eu conseguir essa façanha, daí eu... (Amanda, jogadora do CLUBE C).

Ah, eu vejo assim... é... como eu já tenho, né, 27 anos né, eu vejo... se eu pretendesse guardar algum dinheiro... tem algum dinheiro no futebol feminino hoje? Eu penso que a gente só tem estrutura fora... no exterior. Então eu gostaria de tá indo jogar pra fora, em algum time pra fora... antes de parar de jogar (Patrícia, jogadora do CLUBE C).

A minha intenção também, como as meninas falaram, né, é ir pra fora do país, jogar lá, tentar lá fora. E não sei, depois... daí a gente vê. Depois que voltar de lá a gente vê o que faz (Renata, jogadora do CLUBE C).

Também... eu pretendo ir pra fora. Pretendo jogar e estudar pra fora. Não queria ficar aqui, assim, mas se não acontecer... eu ficar aqui, fazendo faculdade de Educação Física, pretendo tá sempre... (Evelin, jogadora do CLUBE C).

Já as atletas do CLUBE B, embora não neguem a expectativa de jogar no exterior, problematizam tais projetos, principalmente à luz dos relatos de duas delas, que tiveram as experiências de jogar na Alemanha e na Inglaterra durante uma temporada.

PESQUISADOR: Agora a pergunta é mais pra Milena e pra Janaína, que jogaram no exterior, como foi a experiência de jogar no exterior? Você jogou em que time, Janaína?

JANAÍNA: [nome do clube não identificado pelo pesquisador] ... time que estava subindo para a segunda divisão do campeonato inglês...

PESQUISADOR: você jogou uma temporada?

JANAÍNA: Isso...

PESQUISADOR: Como foi a experiência, você morou... alojada... como era?

JANAÍNA: Não, numa casa separada... casa com atletas, mas era dividido. Tipo assim, era um alojamento, mas era dividido...

PESQUISADOR: Você tinha um espaço só pra você?

JANAÍNA: Isso.

PESQUISADOR: Como foi a experiência? Você achou que... melhor do que jogar aqui...?

JANAÍNA: Ah... assim, é outra estrutura, né... lá fora... ,mas assim, no início tava difícil, né, até a questão da língua, né... aí depois eu fui pegando com o tempo, tinha estudo lá, e tudo...

PESQUISADOR: Você estudou? Você fez inglês lá?

JANAÍNA: Tive... escola particular...

PESQUISADOR: Tinha mais brasileiras com você?

JANAÍNA: Tinha duas comigo, mas a gente morava em casa diferente, entendeu?

PESQUISADOR: E o que aconteceu pra você não continuar por lá? Terminou o contrato...

JANAÍNA: Ah não... é, tipo assim, eu não quis também porque não era time de primeira divisão, então assim, talvez o dinheiro que eu tava recebendo lá, talvez era... era, digamos que eu trocando, era mesmo... era a mesma coisa como se eu estivesse no Brasil eu não estaria arcando com as minhas despesas, entendeu? Então, assim, pra eu ir pra lá... e ainda mais que eu não tava estudando, então eu falei “Ah, vou ficar aqui no Rio... no Brasil, tentar a sorte de pegar um time e fazer uma faculdade...”, pra poder estudar do que... **digamos que eu fique lá, assine contrato de três anos, daí... três anos jogando, aí o time é promovido e três anos eu não vou estudar? Daí minha mãe ficava na cabeça, entendeu?**

PESQUISADOR: E no seu caso, Milena, você tava na Alemanha... [MILENA: foi] e que divisão que era...?

MILENA: Segunda. Joguei um ano. No meu caso foi totalmente diferente da Janaína... foi bom o salário, mas eu também... assim, a adaptação no começo foi muito difícil, aí depois eu fui me adaptando...

PESQUISADOR: Também tinha brasileira com você?

MILENA: Tinha. Eu morava com uma brasileira. Eles tipo alugavam um apartamento e morava só eu e ela.

PESQUISADOR: Você voltou também por causa da adaptação?

MILENA: Ah, eu voltei... porque eu quis mesmo.

PESQUISADOR: Mas você chegou a terminar a temporada...?

MILENA: Terminei, terminei... já fizeram a reunião assim pra... **fazer outro contrato assim...**

PESQUISADOR: E você preferiu voltar?

MILENA: É.

PESQUISADOR: Jogar fora do Brasil ainda é o maior objetivo das meninas que jogam futebol... de vocês... pensar assim... “Não, eu quero... ainda tenho o sonho de jogar fora do Brasil...”, quem que pensa dessa maneira?

ELIANE: Depende do time que você vai né...? Porque tem time que... a maioria das meninas... amigas minhas que tão fora... oferecem a faculdade e mais nada... [JANAÍNA complementa: e a moradia] e a moradia lá... e quem paga o custo de vida são elas. Então acho que isso não seria válido pra gente.

ISAURA: O interessante seria jogar uma liga, né... norte-americana...

ELIANE: E jogar e ganhar, né... e ganhar lá.

PESQUISADOR: Então, no caso da Eliane teria que ser pra ganhar um salário que compense... um time de uma liga mais forte, né?

ELIANE: Com certeza.

PESQUISADOR: Alguém pensa diferente disso... que queria ter a experiência de jogar fora, independente de ser uma liga mais forte?

GISLAINE: Aí depende. Porque pra quem já tem uma formação em faculdade, essas coisas, seria bom pra fazer uma pós lá fora, né? Pra se especializar lá fora do país... aí compensa. Porque lá é mil vezes melhor que no Brasil, né...? Mas a maioria que sai pra jogar pra fora do Brasil sai por estudo mesmo... a não ser a Marta que foi lá que... é uma em um milhão. Que nem a Paula... a Paula foi pra fora do país... que jogava aqui com a gente... pra estudar, daí ela aproveita a universidade pra jogar futebol, porque lá tem...

ELIANE: Enquanto que tem menina de Campinas que vai pra lá, trabalha, estuda lá e joga.

PESQUISADOR: Então vocês acham que é ainda um objetivo... de jogar no exterior, ou não? Porque eu tinha essa impressão, que as meninas falavam que futebol feminino... o futuro era fora do Brasil...

ELIANE: É, mas é verdade.

ISAURA: Mas é verdade, futebol feminino é lá fora. Se você comparar o futebol feminino do Brasil, em termos de estrutura com as americanas, é muito diferente, é muito amplo, o trabalho que é feito...

GISLAINE: ...se você pegar, que nem o time que a Janaína foi aí, de terceira divisão... pra ela não compensou em nada, o que ela recebeu lá é o que ela recebe aqui. Aí praticamente é o mesmo fator...

PESQUISADOR: Tem alguns países que vocês acham que vale a pena, se for pra jogar fora, além de Estados Unidos?

ELIANE: Suécia, Alemanha, França... Japão...

ISAURA: Noruega...

MILENA: Coréia do Sul...

GISLAINE: Tem uma amiga que foi jogar no [inteligível, nome do país não identificado pelo pesquisador] o dinheiro que ela jogava lá é como se... se ela convertesse o dinheiro aqui era quase 50 centavos... ela chegou pra converter aqui e era metade do dinheiro daqui... ela ficou seis meses lá, então ela pagou pra jogar.

LUCIANA: Então, resumindo, fora do Brasil é profissional, no Brasil...

ELIANE: É amador.

(Grupo focal com jogadoras do CLUBE B)

Um aspecto que chama a atenção na fala das duas jogadoras com experiências no exterior diz respeito à existência de contratos com as atletas, mesmo em equipes de segunda e terceira divisão. Janaína, que jogou na terceira divisão da Inglaterra, especulou sobre a possibilidade do clube que defendia lhe oferecer um contrato de três anos, sinalizando para um regime de trabalho muito mais próximo de um modelo profissional do que os vínculos sem contrato ou com contratos frágeis como a adoção de atletas, preconizados por alguns clubes brasileiros.

É importante destacar ainda que este é o cenário supostamente considerado ideal pela CBF, uma vez que, com as melhores atletas desfrutando das seguranças contratuais e remuneração atrativa no exterior, cria-se a expectativa de que se pode manter uma Seleção Brasileira competitiva sem precisar investir na estruturação do futebol feminino no próprio país. Contudo, os resultados mais recentes da seleção nas grandes competições internacionais parecem refutar essa tese⁹⁶.

⁹⁶ Depois de uma curva ascendente que culminou com a conquista de duas medalhas de prata olímpicas em 2004 e 2008 e um vice-campeonato mundial em 2007, a Seleção Brasileira passa por um período de insucessos nos últimos anos, que pode ser evidenciado pela eliminação nas quartas de final da Copa do Mundo Feminina da FIFA na Alemanha em 2011 (empate em 2 a 2 com os EUA e derrota por 0 a 1 na prorrogação), pela eliminação também nas quartas de final do torneio feminino de futebol dos Jogos Olímpicos de Londres em 2012 (derrota para o Japão por 0 a 2) e pela derrota na disputa de penalidades diante da Seleção do Canadá na final do torneio feminino dos Jogos Pan-Americanos de Guadalajara em 2011. Além disso, a interrupção da sequência vitoriosa da jogadora Marta (vencedora de 2006 a 2010 ininterruptamente) na premiação de melhor jogadora do mundo, sendo superada pela japonesa Homare Sawa em 2011 e pela estadunidense Abby Wambach em 2012, não pode ser desconectada da *performance* da seleção nesses dois anos.

Tal fragilidade nos contratos pode ser notada pelos depoimentos do dirigente e do treinador do CLUBE A, ao relatarem em que circunstâncias o clube acabara de perder três atletas para um clube da Rússia, às vésperas da fase final do Campeonato Paulista de 2011⁹⁷.

A situação vivida pelo CLUBE A e as informações (ainda que superficiais) das duas atletas do CLUBE B deixam claro o abismo existente entre a organização de um clube que poderíamos considerar como da “elite” do futebol feminino brasileiro e clubes da Rússia e da segunda e terceira divisões da Alemanha e Inglaterra. A fragilidade dos contratos dos clubes nacionais dificulta e muitas vezes chega a inviabilizar o estabelecimento de planos em longo prazo, pois as garantias oferecidas pelos contratos firmados com as prefeituras e/ou fundações municipais, como no caso dos clubes A e B, não ultrapassam um ano e não asseguram direitos e deveres às atletas e aos clubes, ao menos de direito, pois de fato esses contratos têm validade e poderiam ser cobrados na justiça.

As atletas do CLUBE B apresentam visões difusas sobre projetos de jogar no exterior, pois admitem que em outros países a estrutura para o futebol feminino é muito melhor que a do Brasil, ainda assim elas se mostram receosas em relação às restrições dos campos de possibilidades em países e clubes que não sejam aqueles que figuram na principais ligas europeias e norte-americanas.

Destacamos ainda na fala de Janaína a preocupação de sua mãe em relação à possibilidade de que ela continuasse a jogar no exterior e deixasse de lado os estudos. Sobre esse aspecto, a fala de algumas das atletas, principalmente aquelas que já estão há mais tempo no futebol, revela uma nítida preocupação de suas famílias em relação à instabilidade de uma carreira no futebol e “o preço” a ser pago por uma formação escolar e profissional deficitária, provocada pelas exigências da dedicação ao futebol.

GISLAINE: Em casa, não é que não apoia, só que pela minha mãe eu não estaria no futebol, **estaria empregada, registrada...** É porque é assim, você vai jogando e você não tem um apoio pra você depois. Acabou esse ano aqui, se você não for jogar em mais nenhum time, você tá sem registro, você não tem nada. **Você não tem experiência com nada. E a maioria das atletas não tem estudo.**

ELIANE: **Eu não tenho carteira ainda...**

ISAURA: **Minha carteira tá limpinha...** (Grupo focal com jogadoras do CLUBE B).

A minha mãe, ela fica preocupada com essa questão da, de... de uma carreira mesmo, né? **Do futebol não ser uma carreira. Então ela fica preocupada em eu não ter emprego.** Agora, como eu tenho aquela... esse outro emprego, de estágio, então agora

⁹⁷ Esse episódio é retomado com maior detalhamento no tópico 5.3.

ela fica mais tranquila. Mas, antes ela tava bem mais preocupada com isso... com essa questão de não ter... (Patrícia, jogadora do CLUBE C).

É... na minha família, no caso a minha mãe, né, porque meus pais são separados. É, minha mãe sempre teve comigo e eu jogava com ela até, inclusive ela jogava aqui... então, nossa, minha mãe foi minha maior incentivadora, né, me dava tudo que eu queria... a minha mãe sempre me apoiou, e hoje ela ainda fala é... que nem você falou da idade, né, **ela fica só preocupada em relação, assim, “até quando você vai jogar”**, porque eu já fiz cirurgia, né, no joelho e tal... e ela fala, **“eu fico preocupada por causa disso, se você machucar, depois você não vai conseguir trabalhar...”**, mas ela deixa tudo nas minhas mãos, ela fala “você que tem que escolher o que você quer fazer” (Andréia, jogadora do CLUBE C).

Como podemos observar, os “custos sociais” que as atletas precisam assumir para empreender uma carreira no futebol são altos. A falta de cumprimento da legislação existente para o exercício da atividade profissional coloca em xeque para essas jogadoras e suas famílias a legitimidade inclusive da existência de uma carreira, como fica evidenciado na fala de Patrícia, ao afirmar que o futebol não é uma carreira e a mãe se preocupa por ela não ter um emprego. A falta do registro em carteira de trabalho parece ser o ônus mais impactante para as atletas no tocante a essa questão, como mostra a preocupação de Eliane e Isaura, ao afirmarem não possuir carteira ou que ela está “limpinha” (sem qualquer registro de trabalho).

Portanto, apesar de a Lei nº 12.395/2011 regulamentar a atuação do atleta profissional, estabelecendo a exigência de profissionalização de atletas de futebol, garantindo assim a atuação profissional também às mulheres, tendo em vista que a lei não faz distinção dos gêneros, equivocadamente e de forma oportunista, podemos inferir que o futebol feminino equipara-se aos demais esportes, que na mesma legislação não são obrigados, mas apenas facultados, a adotarem o regime profissional, proporcionando às associações esportivas a oportunidade de ficarem à margem da lei para diminuir custos com impostos e direitos trabalhistas dos atletas, ainda que exista jurisprudência no assunto.

Enfim, Gislaine resume bem o desalento provocado por essa situação, ao afirmar que a atleta que fica sem clube para jogar não tem experiência com nada, tampouco estudo, ou seja, as chances de reconversão do tempo dedicado ao futebol para outra área de atuação profissional são praticamente inexistentes.

Chama a atenção, ainda em relação à precariedade das carreiras das jogadoras pesquisadas, a escassez de bens materiais que as atletas conseguiram adquirir com o futebol. No CLUBE B, no qual as atletas recebiam salário, algumas ressaltam alguns bens que foram adquiridos com o futebol, destacando-se a jogadora Adriana, que conseguia inclusive guardar

algum dinheiro, mas provavelmente em virtude do complemento de R\$3.100,00 no salário, garantidos pelo benefício do programa Bolsa Atleta⁹⁸, assegurado por ter disputado os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008.

GISLAINE: As coisas básicas, né? Vestimenta, calçado.

MILENA: Já comprei uma televisão, DVD.

ADRIANA: Moto, notebook, ajudo bastante na reforma da minha casa, paguei um pouco da faculdade, fora outros benefícios, né...? Tô guardando também dinheiro pra comprar...

LUCIANA: Eu dei pra minha mãe um sugar, um microondas, comprei uma máquina de tirar foto e... um celular (Grupo focal com atletas do CLUBE B).

Como já mencionamos anteriormente, o treinador do CLUBE A revelou que as atletas daquele clube teriam conseguido algum patrimônio com o futebol, tendo algumas inclusive comprado carros e apartamentos. Mas as atletas do CLUBE C, que não paga salário, não teriam como adquirir bens materiais que fossem fruto desse vínculo; porém, duas das atletas (Renata e Patrícia) relatam que houve uma época em que o clube mantinha uma parceria com uma empresa multinacional, por volta do ano 2006/2007, e naquela época elas recebiam salário e conseguiram adquirir alguns bens materiais. Além disso, uma terceira atleta (Marina) relata os bens adquiridos com o salário oriundo de atuação em outros clubes.

MARINA: Eu comprei um notebook com dinheiro do futebol.

PATRÍCIA: Eu consegui comprar a minha moto também. Na época que a gente recebia aqui no time [da parceria com o patrocinador].

RENATA: Ah, eu também, consegui comprar um celular e um notebook (Grupo focal com atletas do CLUBE C).

O piso salarial recebido pelas atletas do CLUBE B apresentado pelo seu dirigente é similar à média dos salários pagos às atletas do Radar em 1984. É importante ressaltar que estes valores, próximos de R\$400, estão abaixo de um salário mínimo (que à época da pesquisa em 2011 era de R\$545), mas nos permitem inferir que tanto as atletas do Radar em 1984, quanto as do clube B em 2011 estariam próximas das condições vivenciadas por 51,6% dos jogadores registrados na CBF em 1999, que ganhavam até um salário mínimo (DAMO, 2007). Ou seja,

⁹⁸ Como beneficiária do programa Bolsa Atleta categoria Olímpica, a jogadora teve direito à bolsa de R\$3.100,00 durante o ciclo olímpico seguinte, 2008-2011. Como a atleta sofreu uma contusão mais séria ao final de nossa pesquisa e precisou passar por uma cirurgia, ela não teve possibilidade de participar dos Jogos Olímpicos de 2012 em Londres e, por conseguinte, supostamente, não teve sua Bolsa Atleta renovada.

inclusive em termos de precarização salarial, as mulheres não estariam tão diferentes dos homens no mercado do futebol, tanto em 1984, quanto nos dias atuais.

Além das dificuldades resultantes da ausência de contratos profissionais e dos baixos salários, ou mesmo da falta de salário, os relatos das atletas apontam para outros fatores que compõem a conjuntura que elas costumam classificar como a falta de estrutura do futebol feminino. Essas condições adversas tornaram-se muito mais evidentes no discurso das atletas do CLUBE C, que apontaram uma série de problemas relacionados à alimentação, transporte e principalmente em relação ao atendimento médico e fisioterápico em casos de lesões.

Os aspectos relacionados aos atrasos e à falta do transporte que levava as atletas aos locais de treinamento e à inadequação da alimentação das atletas já foram discutidos na subseção 4.5.1 da pesquisa, “A estrutura do CLUBE C”, com base nas notas do diário de campo e dos relatos das atletas no grupo focal. Portanto, nos cabe nesse momento apresentar os relatos referentes às dificuldades enfrentadas pelas atletas para o tratamento de lesões.

PESQUISADOR: E hoje não tem nenhuma academia patrocinando o time.

RENATA: Até tinha, né, a gente tem a parceria com a faculdade e a faculdade tem academia. Só que o espaço tá pra gente, mas a gente não usa, a gente, não sei... não podemos usar, não sei por quê. Não sei se é por conta do treinamento que... eu não sei. Mas até pouco tempo atrás a gente tava fazendo. Tinha, por exemplo... era uma vez por semana... era pouco...? Mas a gente... usava o espaço. Agora a gente sabe que tem o espaço e... e não sabemos o motivo por que quê...

PESQUISADOR: E vocês acham que fazia diferença... poder usar a academia... pro rendimento de vocês?

GRUPO: Muita. Nossa... Principalmente pra evitar lesão, né?

PATRÍCIA: Hoje, assim, já aparece mais lesões por a gente ter parado... Eu já voltei a fazer academia de novo. Porque, como eu já tenho cirurgia de ombro, já comecei a sentir frágil... já tive que começar a fazer academia de novo.

PESQUISADOR: Ah, falando nisso, quem aqui de vocês que já teve contusão que ficou mais tempo parada?

MARINA: Eu fiquei um ano e meio parada. Porque eu rompi o tendão patelar.

PESQUISADOR: Um ano e meio. Você fez a cirurgia depois de quanto tempo que você rompeu?

MARINA: Eu fiz a cirurgia depois de três meses.

PESQUISADOR: Aí depois você ficou mais um ano e pouquinho parada?

MARINA: É, porque minha patela saiu fora do lugar, daí o médico falou que foi só uma luxação. Daí eu voltei a treinar depois de um mês, aí ele saiu fora do lugar de novo.

PESQUISADOR: Você já tava aqui nesse time?

MARINA: Não, tava no CLUBE A, ainda bem.

PESQUISADOR: E teve tratamento e tudo?

MARINA: Me ajudaram em tudo, cirurgia e fisioterapia.

PATRÍCIA: Então, eu tive uma contusão em agosto de 2008... 2009. Aí fiquei parada, não tinha um médico pra isso. Aí tive que ficar aí... porque a gente não tem também. Aí a Andréia que conseguiu pra mim com um amigo dela da... do hospital aqui da cidade.

PESQUISADOR: Mas nada a ver com o time, isso foi... particular mesmo?

ANDRÉIA: Nada a ver com o time... corri atrás...

PATRÍCIA: Público, era público. Ela conseguiu me levar lá, um dia lá... e ele analisou meu ombro, falou que era cirurgia, aí me encaminhou pra PUC. Aí na PUC eles fizeram o teste de novo, falaram que era cirurgia, aí já encaminhou pra cirurgia. Mas até eu conseguir fazer... Eu machuquei em agosto de 2009 e eu consegui fazer a cirurgia em março do ano seguinte. Daí depois eu fiquei mais um tempo parada, né, fui voltar a jogar de novo só em novembro. Do ano passado.

PESQUISADOR: E aí, a faculdade tem a fisioterapia. Vocês usam da fisioterapia? Tem fisioterapeuta que...

PATRÍCIA: Então, tem fisioterapeuta, mas é muito difícil da gente conseguir usar, né? A fisioterapia.

RENATA: A gente até usa assim... mas, que nem... os próprios fisioterapeutas falaram pra gente que pra recuperação de atleta eles necessitavam de aparelhos melhores, né... ? E aí eles não têm, e como eles não têm, a recuperação acaba sendo mais lenta, mais difícil. E a atenção não pode ser voltada só pra gente né!? Porque, como eles trabalham com... em parceria com o hospital aqui, né, o hospital público da cidade... e aí eles precisam dar uma atenção pra quem tá lá, pra esse pessoal que tá lá, então a gente acaba sendo encaixado num horário livre que o fisioterapeuta...

PESQUISADOR: Você já teve contusão também, Renata, nesse período que você está aqui?

RENATA: Eu tive... assim, eu tive várias contusões de tornozelo, né, sérias. Tive três lesões de cada um, três torções de cada um.

PESQUISADOR: E foi tudo por conta própria pra tratar, ou você conseguiu algum suporte?

RENATA: Quando a gente tinha a época da parceria, tinha um suporte, né? Tinha o fisioterapeuta, então... consegui tratar com ele, tudo certinho. Mas dos outros foram todos por conta própria.

ANDRÉIA: Eu fiz duas cirurgias já no joelho. As duas... as duas... foram eu que corri atrás. Tanto de médico como de fisioterapia. Tudo eu, é... tive a primeira lesão, aí minha mãe trabalha no hospital, conseguiu um médico, aí na época eu tinha o convênio, né, eu tinha UNIMED, ainda bem, que ajudou bastante. Aí eu fiz a cirurgia com esse médico, depois eu fui fazendo a fisioterapia, fui correndo tudo... fiquei um ano, acho que deu um ano parada. E aí, depois, eu tive uma outra cirurgia ano passado, aí de novo eu... de novo... aí eu não tinha convênio, né, aí eu tive que esperar bastante tempo, esperei uns quatro meses pra fazer cirurgia. Aí esperei, aí fiz, depois de um ano também que eu consegui voltar. Mas tudo por conta própria. E eles nem... nem..., só perguntava como é que tava, mas correr atrás de alguma coisa não.

PESQUISADOR: Vocês três que têm esse histórico de contusão, o que conseguiu... manter... “vou continuar!”... é a relação com a bolsa? Assim, foi uma das coisas que... “tem a faculdade pelo menos!”...

GRUPO: Também...

PATRÍCIA: É complicado, porque assim... a gente... o que me segurou aqui até agora foi a faculdade. Que tá me segurando, porque assim a gente... a gente tem proposta de outros clubes, que até pagariam salário e mais a bolsa, só que, assim, se eu for trancar aqui, for transferir pra outra faculdade, talvez eu fique mais quatro anos lá fazendo a faculdade.

PESQUISADOR: Ir pra outra cidade, que é longe da sua, de repente... tem tudo a sua vida organizada aqui...

PATRÍCIA: Assim, isso eu até faria. Pelo fato da estrutura da outra equipe, mas... esse fato de ter que demorar mais pra se formar na faculdade, que é o que me segurou aqui ainda.

RENATA: Acho que pra mim é o mesmo caso também, né? A faculdade é o que me prende aqui hoje. Mas em questão, por exemplo, das lesões, o que movia a querer voltar a jogar é mesmo a vontade de jogar. Não é porque eu tenho a bolsa... é por querer mesmo, por gostar do futebol. Mais por isso (Grupo focal com jogadoras do CLUBE C).

Conforme se observa, as condições vividas pelas atletas do CLUBE C retratam com precisão a falta de estrutura que faz com que um projeto institucional, como esse mantido pela parceria entre uma faculdade e uma prefeitura, torne-se insustentável, configurando-se em um espaço que somente faz sentido para as atletas em razão do benefício da bolsa de estudos e à paixão delas por jogar futebol. Contudo, entre outros aspectos, o alto custo pago pelo corpo, que acaba se tornando mais suscetível a lesões em virtude da precariedade da preparação para as rotinas de treinamentos e jogos consecutivos, pode se configurar em um forte argumento para que muitas das atletas revejam seus projetos e optem por abandonar a carreira no futebol, como ficou evidente nas falas que revelam o misto de angústia e revolta de algumas das jogadoras ouvidas.

ANDRÉIA: Não, porque... eu não sei, assim... tipo, eu digo, pelo corpo, vamos ver pelo corpo. Se for pelo corpo, eu penso assim, eu quero jogar até quando eu conseguir. Só que, pensando em outro lado... **será que... se não melhorar, será que eu vou continuar, se eu não vou...** Fico nessa, então assim... às vezes bate aquela tipo assim **“ah não, a estrutura não vai melhorar, eu tenho que parar mesmo”**.

PESQUISADOR: Mas você para pra pensar nisso, às vezes?

ANDRÉIA: **Paro. Muito! Sempre paro pra pensar!**

PESQUISADOR: E te dá crise? Como que é isso? Você fica...

ANDRÉIA: Por isso que eu falei pra você, que eu não sei dizer... às vezes eu não... depende do meu pico de humor.

PESQUISADOR: E vocês, meninas, aí?

RENATA: Ah, eu sou da mesma opinião dela, né... assim. **Eu falei assim que eu vou tentar mais uns cinco, seis anos aí. Se não der nada, eu paro, mas... eu acho que eu não vou conseguir parar assim.** Porque a minha intenção é continuar jogando, né? Mas eu não sei como vai ser... né, que nem, **por questão de estrutura, financeiramente.**

ANDRÉIA: É lesão, machucar...

RENATA: Todas coisas, né... que tem à parte. Fora a vontade, o querer.

PESQUISADOR: Mas você não consegue botar um ponto-final, olhar e falar: “ah, eu vou jogar mais tanto tempo e parar”,

RENATA: Ah, determinar é difícil.

PESQUISADOR: Por você, você não determina?

RENATA: A gente até pensa assim... **tem hora que chega a dar revolta...** que a gente fala, né? Uma revolta mesmo, né, **porque ninguém investe, ninguém quer ajudar, o futebol feminino não cresce, né...** Aí a gente fala “ah, eu acho que eu vou parar, eu vou parar com isso”, mas não dá, **eu acho que a vontade de querer jogar e... e tentar mudar o futebol feminino é maior, né?** (Grupo focal com jogadoras do CLUBE C).

Juntamente com essa angústia em relação à continuidade ou não da carreira, a insistência ou desistência dessa carreira, o grupo focal abordou o dilema que diz respeito à reconversão do tempo dedicado ao futebol em outras áreas de atuação ao final da carreira futebolística, ou até mesmo colocada em pauta em razão do desalento e interrupção prematura da carreira. Conforme já destacamos em outra passagem do grupo focal com as jogadoras do CLUBE B, a falta de registro em carteira de trabalho, de estudos e de experiência com outra atividade

profissional constituem-se em um fantasma que ronda o imaginário das atletas quando abordadas em relação ao futuro profissional.

Quando indagadas em relação aos planos para o momento em que encerrarem a carreira no futebol, as atletas do CLUBE C chegaram a indicar que já discutiram entre si a possibilidade ou sonho de aproveitar a formação em cursos superiores em áreas como Educação Física e Psicologia, para formarem uma comissão técnica de uma equipe de futebol feminino. Aliás, o desejo de contribuir de alguma maneira com o desenvolvimento da modalidade parece ser muito presente no discurso das atletas. Além disso, o desejo de continuarem atuando em áreas relacionadas ao esporte é muito presente na fala delas. Chama a atenção o depoimento de Patrícia, que conciliava a carreira no futebol com um início de carreira como professora de Educação Física na educação infantil e demonstra certa angústia em relação a ter de abandonar o esporte para se dedicar exclusivamente à carreira docente.

ANDRÉIA: **Eu pretendo continuar no esporte**, só que às vezes o destino dá certas surpresas pra gente. Então eu conto muito com isso, eu quero continuar no esporte, mas às vezes, o dia de amanhã acaba... fazendo uma curva e eu vou pra outro lugar.

PESQUISADOR: Uma oportunidade...

ANDRÉIA: É, uma oportunidade de fazer outra coisa. **Eu quero o esporte, mas só que, às vezes, pode ser que aconteça outra coisa, então eu tô aberta**. Assim, eu quero o esporte, mas eu tô aberta a outras coisas também.

RENATA: Eu também, né... eu tô... tô me formando agora, né, e aí como a Amanda falou, eu gosto bastante dessa parte de preparação física, essas coisas. Então, sei lá, eu quero continuar estudando, me especializando cada vez mais e depois aí usar, né, dessa profissão aí que eu venho me formar agora, né? **Eu quero continuar no futebol, pretendo... mas se não for no futebol também... não sei, o que a vida preparar pra gente, aí a gente encara**.

[...]

PATRÍCIA: Acho que a mesma coisa que a gente falou antes, né? Não tem como a gente pensar mais pra frente, não estando nesse ambiente, né? Que nem, **eu consigo me enxergar dando aula pra criança, porque eu já tô trabalhando isso. Só que eu penso assim, se eu tiver totalmente só voltada nisso, acho que eu não tenho uma vida, é... satisfatória, né?** (Grupo focal com jogadoras do CLUBE C).

Quando foi abordada a questão da duração da carreira no futebol no grupo focal com as atletas do CLUBE B, a temática que monopolizou a discussão centrou-se no dilema entre insistir em uma carreira no futebol com as condições precárias que estariam estabelecidas no cotidiano e no horizonte das atletas e a possibilidade/necessidade de buscar a estabilidade financeira em outras áreas de atuação profissional. Optamos por citar a idade que as atletas tinham no momento da pesquisa, na passagem do grupo focal transcrita a seguir, no intuito de facilitar a análise em relação aos projetos das jogadoras mais experientes e as mais novas.

PESQUISADOR: Até quando vocês pretendem se dedicar ao futebol? Alguém já fez esse plano de falar assim: “eu vou jogar até tal idade”?

ADRIANA (27 anos): Já, já... eu...

GISLAINE (29 anos): Até ficar rica, né, Adriana, depois para... (risos)

ADRIANA: Daí eu vou ficar velhinha de bengala... Olha, eu pretendo até os 34 anos no máximo.

LUCIANA (20 anos): Ah, eu penso assim, eu ainda tô nova... vamos ver se eu chego no nível da Adriana e da Gislaine, daí eu posso pensar. É, não é fácil chegar no nível das duas no futebol feminino...

ISAURA (21 anos): É verdade. Tá inteira ainda.

ELIANE (24 anos): **Eu já pensei em parar já... arrumar um emprego melhor, assim...**

GRUPO: Todo mundo já pensou...

GISLAINE: Eu acho que a maioria vai parar quando ver que realmente não tá dando conta mais do que faz... acho que daí tem que parar de vez, não tem como...

ISAURA: Quando vê que tá empurrando com a barriga, daí para...

GRUPO: Ah, então a Gislaine já devia ter parado faz tempo... (risos)

GISLAINE: Não adianta ficar jogando porque gosta e tá atrapalhando porque você gosta de fazer...

PESQUISADOR: Vocês tocaram no ponto de arrumar um emprego melhor, é isso pra maioria? Se arrumar um emprego mesmo que não seja o que vocês... por exemplo, chamar vocês pra trabalhar em um banco, pagando dois mil reais por mês pra trabalhar no banco, e aí?

GRUPO: Não, não...

JANAÍNA (19 anos): Por exemplo, se você tá jogando futebol, aí então... estudar e tal... se formar... é um segundo plano, digamos assim, aí pô, você tá bem estruturado... aí é tranquilo, dá pra você largar e viver daquilo ali e levar o futebol como um lazer, entendeu? **Agora, pegar e tirar uma menina daqui e largar num banco ou numa lanchonete da vida ninguém vai...**

GISLAINE: É, mas aí você tem que comparar o seguinte, vamos pegar uma Roberta, 15 anos, recebe aí 100 reais por mês. Se eu tiver uma lanchonete e falar assim: “ô filha, eu registro você e te pago 900”...

JANAÍNA: Mas aí é diferente, né...?

GRUPO: falas dispersas e inteligíveis

GISLAINE: Mas quando a gente começou, a gente recebia 150 reais pra jogar. A gente vinha de bicicleta [referindo-se a ela e à Adriana que são as mais antigas no time]. Ela [Adriana] recebia 120 e ninguém sabia que a menina tava doente. Tava com anemia profunda, ficou, depois, um ano internada, depois de fazer um gol contra, contra o São Paulo...

ELIANE: **Acho que depende muito, porque, que nem a Roberta, 15 anos, ainda tem muito pra jogar. Agora você pensa assim, eu tô com 24 anos... é minha opinião... falo assim “pô, eu não tenho nada da vida ainda...”, eu vou trabalhar! Entendeu? Eu vou trabalhar pra ver se eu consigo alguma coisa pra mim, assim... é... em termos do futebol, você pensa assim, até quando o futebol vai te pagar isso, entendeu? Aí você entra numa empresa... que nem a Gislaine, já tem... já é formada... ela recebe uma proposta hoje, hoje ela tá com 34 anos né... (risos do grupo) ela recebe...**

GISLAINE: ...você é legal, hein...

ELIANE: Aí ela recebe uma proposta e fala “pô, eu vou poder pagar a minha casa, eu tenho 34 anos...” É isso aí... (risos do grupo). Então depende muito disso, entendeu, que nem a Roberta hoje, ela tem os pais dela que ajudam bastante ela, e tem aqui... **ganhando pouco ou não? Mas é um sonho dela, sair da casa dela hoje...**

PESQUISADOR: É um investimento!

ELIANE: É.

GISLAINE: Se você pegar ela com 15 anos de idade, não tem quem joga igual ela. Dificilmente vai aparecer. Ela com 15 anos é... tem menina com 18, 19 anos que não tem a capacidade que ela tem.

PESQUISADOR: **Mas é o que a Eliane tá falando, no caso da Roberta, é um investimento... ela com 15 anos...**

GISLAINE: Porque ela tá estudando e tudo ainda...

PESQUISADOR: ... se você oferecer um salário 900, de 1000 reais, é diferente de oferecer um salário de 1.000 reais pra quem ganha 300 e tá com 28 com... uma idade mais avançada...

ELIANE: Sim. Eu acho assim, se oferecer hoje pra ela, se for o sonho dela mesmo, ela não vai querer sair, entendeu? **Agora, se vier pra mim e falar pra mim: “pô, eu te ofereço tanto, te dou estabilidade, tudo e tal... que você sai do futebol...”, é uma coisa de pensar. Com certeza eu vou pensar nisso.**

PESQUISADOR: Balança, né?

GRUPO: Sim.

ELIANE: Mas eu acho que pra ela é totalmente diferente.

GISLAINE: Mas, agora..., tem times que se você arranjar um emprego fora, você consegue conciliar (Grupo focal com jogadoras do CLUBE B).

O discurso das atletas revela, portanto, um recorte etário em relação aos projetos que cada uma pode traçar para sua vida. Nesse sentido, notamos que o campo de possibilidades para as atletas ainda em idade escolar parece permitir arranjos que estabelecem o futebol como uma das alternativas plausíveis para compor os planos. Já no caso das atletas em “idade universitária”, que não estão engajadas no ensino superior, como é o caso de Eliane, ou mesmo com curso superior concluído, como é o caso de Gislaïne, mas ainda não possuem uma inserção no mercado formal de trabalho, o campo de possibilidades tende a apresentar o futebol como um projeto insustentável do ponto de vista da estabilidade financeira principalmente.

O caso de Adriana, que afirma fazer planos de jogar até por volta dos 34 anos, precisa ser tomado com alguma prudência, tendo em vista que o fato de essa atleta à época desfrutar do benefício da Bolsa Atleta na categoria atleta olímpica lhe fornecia outro parâmetro em relação à continuidade da carreira, na medida em que, além do histórico vivido com o benefício, muito provavelmente alimentava expectativas de fazer parte de outro(s) ciclo(s) olímpico(s), estendendo o benefício que certamente garantiria uma maior estabilidade financeira.

Uma questão bastante emblemática para nossa tese, que foi levantada tanto nas entrevistas com dirigentes e treinadores como nos grupos focais com as atletas, diz respeito às suas respectivas percepção em relação às jogadoras dos clubes pesquisados serem ou não profissionais do futebol. Na percepção desses sujeitos, esse estatuto de atletas profissionais apareceu quase que de forma unânime, conforme é possível verificar nos discursos de treinadores e dirigentes dos três clubes pesquisados.

Eu sempre falei, eu sempre falei, eu sempre falei... e vou até meu último dia aqui... que **são profissionais**. Precisam melhorar bastante, mas trabalham como profissionais, **elas têm os horários, elas cumprem os horários, fazem seus treinamentos e fazem tudo como manda o figurino**. Como eu sempre falei, nos treinamentos, os jogos, é como fosse o lado profissional, mas precisam melhorar bastante, ainda tem muita coisa a corrigir. [...] Tem certos casos amadores, certo, tem certas atitudes quando a gente viaja quer dizer, eu acho que... é pra corrigir, o caminho está indo bem, então precisa ter acertos. Então sempre falei e vou repetir, **são profissionais, agem como profissionais**, mas precisam de alguns acertos. O caminho tá certo, só precisa ter ajustes, só (Reinaldo, dirigente do CLUBE A).

Eu considero [que as atletas do CLUBE A são profissionais]. **Apesar do contrato delas não ser um contrato profissional, assim, pelo ritmo de treino, pela visão que elas têm do futebol feminino, tanto a comissão, como elas, como o clube, eu me considero trabalhando num time profissional**. Claro que a parte contratual é diferente, infelizmente ainda não é um contrato que você possa segurar a atleta, que você possa não deixar as atletas saírem pro exterior, e foi o que aconteceu esse ano, a gente acabou perdendo por causa disso, né? Mas no dia a dia, na visão, no tipo de trabalho, na estrutura, **sem dúvida é uma estrutura assim profissional**, e a gente leva e encara isso com muito profissionalismo (Geovani, treinador do CLUBE A).

Eu penso um pouco diferente do Geovani. Eu penso que o futebol feminino até onde eu vejo, aqui no CLUBE A, ele **tá mais pra semiprofissional do que pra profissional por inteiro, né?** Nos outros clubes, eu não sei como tá funcionando, mas em alguns momentos se porta como profissional, em outros, eu diria que ainda não, então diria semiprofissional. [...] **Nessa parte de rotina de trabalho eu concordo com o Geovani, aí tem uma linha profissional** (Pedro, assistente-técnico do CLUBE A).

Elas são [profissionais]. **A dedicação que elas têm, tudo aquilo que elas fazem... é uma coisa surpreendente**. Eu vejo no masculino... nunca tive com masculino pra saber isso daí, mas você vê pelos jornais, jogador que foge de concentração, balada, dorme até tarde... e elas você não têm essa preocupação. Elas, mesmo entre elas, se cobram, sabe o horário certo... a dedicação que elas têm nos treinamentos. Querem jogar mesmo machucadas, procuram participar, tudo... **Elas são profissionais. Infelizmente a nossa estrutura não é profissional. Não é condizente com aquilo que elas merecem** (Diego, dirigente do CLUBE B).

Bom, eu vou falar também o que eu vivo falando pra elas. **Elas têm que se considerar profissionais. Eu as vejo como profissionais**. A Federação Paulista no seu noticiário, no campeonato está escrito, Campeonato Paulista de Futebol Amador Feminino, eu digo a elas que pelo menos o nosso time é uma equipe profissional. A gente procura levar com profissionalismo e tem que ser encarado com profissionalismo. É, **o que falta pra elas, por exemplo, é tudo isso que a gente já dissertou aqui. É melhores condições, é uma estrutura maior pra que elas possam desempenhar a condição profissional delas com tranquilidade** (Dorival, treinador do CLUBE B).

Em termos de salário não tem comparação, né, mas como você falou, né, **a carga horária, todo planejamento, tudo é em cima de um profissionalismo, né?** (Lucas, preparador de goleiras do CLUBE B).

Não, **são profissionais sim, são profissionais. Porque elas têm a rotina de um jogador de futebol masculino. Ela só não recebe**. Se for ver, recebem também que elas têm um compromisso, né? Elas fazem, elas jogam futebol e com isso elas ganham a faculdade, né, então é profissional sim (Jonas, dirigente do CLUBE C).

Como podemos observar, existe uma univocidade por parte de treinadores e dirigentes em relação ao “regime de trabalho” profissional das atletas dos três clubes pesquisados. Porém, em alguns casos há uma discordância em relação àquilo que esses sujeitos classificam como uma “postura profissional” das atletas. Enquanto tanto o dirigente como o assistente técnico do CLUBE A destacam uma suposta falta de profissionalismo percebida em algumas atletas do clube em algumas situações, os dirigentes dos clubes B e C e os treinadores do CLUBE B destacam a dedicação das atletas como um dos elementos que contribui para a percepção de que elas seriam, sim, profissionais do futebol. Diego, dirigente do CLUBE B, chega a lamentar o fato de o clube não poder oferecer condições e estrutura profissionais que, segundo ele, seriam merecidas por elas.

Contudo, não se pode perder de vista o paradoxo presente nesses discursos – especialmente do staff do CLUBE A –, uma vez que é reconhecido que as atletas são profissionais, mas esse reconhecimento parece estar condicionado à responsabilização delas por atingir ou não uma condição de profissionais. Trazendo a discussão para o campo das subjetividades e depositando na “postura” ou “comportamento” dessas atletas o ônus de não se estabelecer uma condição profissional para suas carreiras, estabelecem-se as bases para a isenção da responsabilidade dos clubes e individualiza-se e personifica-se o discurso da culpabilização das atletas.

Já as atletas revelam alguns dilemas em relação à condição profissional de suas trajetórias no futebol. No CLUBE B, logo que foi levantado o questionamento, Adriana foi categórica em afirmar que se considera profissional, porém, com o desenvolvimento da discussão no grupo, outros aspectos passaram a ser colocados em pauta, deixando difusa essa afirmação inicial.

PESQUISADOR: Vocês se consideram profissionais do futebol?

ADRIANA: **Sim.**

LUCIANA: **Considero porque, as mesmas coisas que o masculino faz, a gente também faz. Só que a gente não tem o mesmo tratamento do que eles.**

GISLAINE: **Não tem o retorno.**

ADRIANA: **E não tem a estrutura** também, né?

ISAURA: As pessoas veem o futebol feminino como amador, sabe?

GISLAINE: **Porque é amador.**

ISAURA: Eles não conseguem enxergar o futebol feminino no ápice, como profissionais. **Eles não conseguem enxergar a gente como profissionais**, como amadoras, como pessoas assim que gosta e faz porque...

PESQUISADOR: Tem uma diferença entre quem tá dentro e quem tá fora pra esse negócio de profissional? Vocês que tão dentro de campo, pra quem tá organizando... ou

mesmo pra quem vê vocês jogando... esse olhar que vocês aqui... ninguém me falou que não se considera, **todas vocês se consideram profissionais**, é isso?

GRUPO: **Sim.**

ELIANE: Mas é a diferença da federação, né, a federação já faz o campeonato colocando amador, colocando o futebol feminino como amador.

ADRIANA: **Porque a única modalidade que é profissional é o futebol, né? Todas as modalidades, elas são amadoras.** Se eu não me engano, é só o futebol que é profissional (Grupo focal com atletas do CLUBE B).

Portanto, fica claro que as atletas do CLUBE B se reconhecem como profissionais do futebol, porém destacam que as condições às quais estão engajadas não são profissionais, bem como não são reconhecidas como profissionais pela sociedade de uma maneira geral, fato expresso no próprio discurso da FPF. Enfim, trazem à tona o componente legal que afirmam, sem muita segurança, estabelecer que o futebol é a única modalidade esportiva profissional, enquanto todos os outros esportes são amadores.

Essa afirmação, exposta por Adriana, mas não contestada pelo grupo, acaba projetando uma concepção de que o futebol reconhecido como profissional restringe-se ao masculino, revelando a identificação do futebol feminino como componente do rol das demais modalidades esportivas, ou seja, as modalidades amadoras que sofrem distinção em relação ao futebol.

Já as atletas do CLUBE C revelam inicialmente uma resistência em se identificarem como profissionais do futebol, remetendo a experiências anteriores em que se encontravam em condições estruturais mais favoráveis e próximas do profissionalismo. Destaca-se ainda nessa perspectiva o reconhecimento de Patrícia, de que pelo fato de estar exercendo outra atividade de trabalho ou estágio, na área de Educação, acaba distanciando-se de um estatuto de atleta profissional. O depoimento de Andréia também demonstra um distanciamento de um modelo profissional, respaldando-se nas dificuldades encontradas por todas as atletas para se dedicarem efetivamente ao futebol diante das condições adversas que enfrentam.

A argumentação das duas atletas denuncia ainda a relevância da questão legal envolvida na concretização de uma condição profissional para o futebol, indicando a necessidade do registro em carteira como principal condição a ser conquistada.

PESQUISADOR: Alguma de vocês, ou vocês, se consideram profissionais do futebol?

PATRÍCIA: **Eu já me considerei um dia.**

PESQUISADOR: É, quando você se considerou? E o que tinha de diferente pra você... que você se considerou um dia e hoje talvez...

PATRÍCIA: É, eu acho que **é mais a estrutura, né?** Que a gente tá... que tá em volta da gente assim. Por exemplo, essa época que a gente fala que foi a boa do time daqui, é a época que a estrutura era toda como se fosse profissional. Tipo, tudo a gente tinha. Tinha fisioterapia, tinha academia. Tudo que a gente precisava a gente tinha. Já hoje, assim... **tanto que eu tenho um trabalho por fora, né? Eu faço estágio e dou aula pra criança lá em Campinas. Então eu já tenho uma outra coisa que me preocupar, né? E não só o futebol.**

PESQUISADOR: Ah, você divide seu tempo, né?

ANDRÉIA: É, porque depende da... é que nem eu falei, né, depende de como é a estrutura de onde você tá, e é o valor que você impõe àquilo. **Não adianta a gente querer é... hoje... a gente quer muito se dedicar, só que tem uma vez por semana tem treino! Como que a gente vai se dedicar? Ah, a gente quer se dedicar muito, só que você se machuca e não tem quem trate você. Ah, você quer comer direito, só que você vai lá e a comida é tudo bagunçada.**

PESQUISADOR: E você, como a Patrícia, já sentiu que tava mais próximo ou que já teve uma estrutura profissional?

ANDRÉIA: Já teve uma estrutura bem melhor, já... não é falta de querer da gente, porque o que a gente quer é a parte profissional. Só que é o que eles proporcionam pra gente, né!? **Eles não dão a estrutura profissional.** Não é o que a gente quer, porque se tivesse, a gente se dedicava a isso, né?

PESQUISADOR: Não, legal Andréia. Porque a ideia não é tratar, como culpabilizando vocês, falando assim “ah, vocês não são profissionais”. Eu quero ver como vocês se enxergam, vocês se enxergam como jogadoras profissionais de futebol? É bem nesse sentido assim de... nem olhando a questão se você se dedica, se você... porque às vezes eu ouço a pessoa dizer assim: “tem jogador e atleta, é diferente, não sei o que é tal...”. Não é nem essa a questão. Vocês, olhando pra vocês, vocês falam: “não, eu sou uma profissional disso!”, e até juntando as coisas, o que que é um profissional?... pra vocês assim... o que é um jogador, ou jogadora profissional de futebol, que é o que seria, existe?

PATRÍCIA: É assim, jogadora profissional é um.. é o que a gente... se a gente tá lá dentro, encara como um trabalho. Né, se tá lá dentro, encara como uma coisa que você precisa fazer. E, assim, **dentro do nosso time mesmo, a gente pode perceber que tem metade que trata como profissional e tem metade que não sabe fazer isso. Tem metade que acha que é brincadeira.** E assim a única... eu acho que **o que falta aqui no Brasil é isso, a profissionalização, né? Daquele negócio de ter carteira assinada. Sabe, de ter alguma lei mesmo que tenha isso... que coloque em prática (Grupo focal com jogadoras do CLUBE C).**

A argumentação de Renata foi fundamental para que o grupo estabelecesse um contraponto às condições estruturais e legais que eram trazidas para a discussão até o momento no grupo focal. A atleta reconheceu as limitações provocadas pela precariedade estrutural e pelas restrições legais, mas foi categórica ao afirmar que se reconhecia sim como profissional do futebol, independentemente das condições adversas, identificando o futebol como o seu trabalho.

RENATA: Eu, por exemplo, assim, que nem elas falaram da estrutura, né... **a gente não tem essa estrutura, mas até hoje eu ainda me vejo como uma atleta profissional.** Como jogadora profissional. E, apesar da gente não ter essa estrutura por fora que dê o suporte pra que a gente seja tratada como. Mas ali dentro, aqui, é o que a gente faz. **A gente tem a bolsa de estudos e a gente... e isso aqui, é o nosso trabalho, afinal de contas, a gente tem que tá aqui durante a semana, tem os treinamentos, então é o nosso trabalho, é a nossa profissão, mesmo não tendo um suporte que venha por trás.**

PESQUISADOR: Então assim, Renata, você não acha que o fato de ser profissional dependa do salário? De ganhar pra isso, não é o... uma condição, que sem isso não exista? Você encara que dá pra tratar como profissão, mesmo não tendo o salário?

RENATA: **Sim, não deixa de ser uma profissão. É assim que eu vejo. Só que, logicamente, que ela não pode ser considerada como tal, porque não tem, como a Patrícia falou, o registro em carteira, as coisas, tudo certinho. Mas eu encaro como se fosse uma profissão** (Grupo focal com jogadoras do CLUBE C).

A partir da problematização de Renata, o grupo passou a discutir a questão por dois prismas, identificando que em geral as atletas se reconhecem e se dedicam ao futebol como profissionais, mas as pessoas no entorno não compartilham essa concepção, implicando uma relação desigual, que Andréia lamenta e identifica como um sério problema para que haja uma dedicação exclusiva das atletas ao futebol.

PATRÍCIA: **Eu gostaria muito de encarar como uma profissão mesmo, patrocinado e tudo, então...**

ANDRÉIA: **Eu gostaria que fosse 100% não só nós. É que nem a Renata falou, eu também me considero. Por que eu... eu... por exemplo, eu não vou... eu tenho jogo no sábado eu não vou sair na sexta... e dormir três horas da manhã.** A gente não vai comer besteiras, a gente sabe o que a gente tem que fazer. Treino físico é treino físico, tem que se dedicar 100%. **Só que o problema é que eu não gostaria que fosse só nós enxergando como profissional. Eu gostaria que viesse de fora também, pra gente poder fazer só isso.** Né, você se dedicar que nem uma profissão, né? Fazer só isso...

PATRÍCIA: É, a gente tem cabeça de profissional, mas, às vezes, quem a gente precisa também que tenha essa cabeça não tem.

RENATA: Talvez assim. **Eu diria que as atletas encarem como se fossem profissionais e... talvez os dirigentes, assim..., parte deles, não encarem como.** Não vê o futebol feminino como... assim profissional. Então... acho que fica aí, né?

PESQUISADOR: Do lado de cá, que não falou, o que que vocês pensam? Vocês concordam com elas? Vocês tão pensando no que elas tão falando...

AMANDA: É, eu concordo dos dois lados, porque eu me sinto profissional. Porque no começo, nos meus 17, 18 anos, eu entrei num time, mas eu trabalhava. Entendeu? Trabalhava por fora, eu tinha meu dinheiro por fora, mas não tinha meu dinheiro com o futebol. E aí, conforme foram caminhando as coisas, eu fui passando de um time pra outro, daí **eu me sentia profissional, mesmo não recebendo nada. Sempre... sempre assim, faculdade, a moradia e alimentação. Já, já, pra mim, tava ótimo. Já me sentia profissional, treinando todos os dias.**

PESQUISADOR: Por que você só se dedicava a isso aí...?

AMANDA: Isso mesmo (Grupo focal com jogadoras do CLUBE C).

O desalento e a revolta demonstrados pelas atletas – especialmente as mais experientes do CLUBE C – em relação às condições nas quais desenvolvem suas carreiras no futebol indicam o reconhecimento de que a questão da profissionalização do futebol feminino extrapola os parâmetros pessoais, como o desejo de jogar e a dedicação aos treinamentos e às demais rotinas de atletas.

O discurso do próprio dirigente do CLUBE C indica uma representação precária do futebol como profissão nesse clube, reconhecendo as atletas como profissionais sem identificar as limitações estruturais e legais e ainda sugerindo que a contrapartida da bolsa de estudos corresponderia ao salário das atletas em uma suposta relação trabalhista com o clube.

Em contraposição, o dirigente e o treinador do CLUBE B acompanham a linha interpretativa das atletas dos clubes B e C, identificando nelas uma dedicação que se equipara ao profissionalismo, mas reconhecendo as limitações naquilo que o clube oferece para que elas desempenhem seu trabalho. Tal reconhecimento é referendado pelo discurso das atletas, que também apontam uma série de indicativos da precariedade das condições oferecidas pelo clube, como a ausência de bolsas de estudos e a remuneração baixa, inviabilizando que elas invistam em uma formação paralela como um curso superior, como acontece em outros clubes, proporcionando expectativas de um futuro menos incerto. A falta de um contrato com uma suposta validade legal também está entre os argumentos das atletas para evidenciar a estrutura precária.

Já o dirigente e o treinador do CLUBE A admitem que as atletas e a estrutura oferecida pelo clube são profissionais, havendo a ressalva tanto do dirigente quanto do assistente técnico no sentido de responsabilizar a postura das atletas ou de parte delas pela representação não profissional, por vezes atribuída ao futebol feminino. Embora não tenhamos ouvido as atletas daquele clube, o encerramento das atividades de seu departamento de futebol feminino na temporada seguinte parece ser sintomático em relação a essa representação de que as condições e a estrutura oferecidas pelo clube seriam as ideais em contraposição a uma culpabilização das atletas por um suposto fracasso da modalidade.

O discurso polissêmico expressado por nossos informantes revela que existe um paradoxo entre um *ethos amador* e um *ethos profissional*, com aproximações e distanciamentos daquilo que esses sujeitos entendem como definidor de cada um destes “polos” (profissional-amador). Tal paradoxo nos orientou no intuito de analisar os significados construídos e socialmente veiculados em relação a cada um dos termos.

Outro ponto que destacamos nas falas dos entrevistados diz respeito à importância dada pelas atletas ao registro em carteira de trabalho e à necessidade de contrato de trabalho vinculando-as aos clubes. Sobre esse ponto, destacamos entre outras falas a de Patrícia no grupo focal do CLUBE C, quando ela ressalta que o que falta no Brasil é a profissionalização do futebol

feminino, com a carteira assinada, e que para isso haveria de ter uma lei que colocasse essa profissionalização em prática. Essa e outras falas similares, que revelam o desconhecimento da existência dessa lei, nos indicou a necessidade de trazermos para o debate as contribuições do campo jurídico em relação à constituição da profissão de atleta de futebol.

Essa discussão, que é apresentada nos tópicos seguintes, encerra a investigação que assumimos como possível e suficiente para nossos esforços provisórios no intuito de construir uma tese em relação ao estatuto do futebol feminino nos clubes pesquisados e, em especial, para as atletas desses clubes.

5.3 Nuances entre o amadorismo e o profissionalismo: sedimentando conceitos

De acordo com Salles (2004), o modelo de esporte inglês, assentado em uma ética amadora, tornou-se referência no mundo todo. Contudo, a popularização do esporte como meio de entretenimento forjou a possibilidade do surgimento do profissional do esporte. A bifurcação entre amadores e profissionais no esporte estabeleceu uma tensão entre aqueles que assumiam o esporte como um meio de distinção e refinamento associado a valores morais e educativos (*ethos* amador) e aqueles que passaram a atribuir-lhe um sentido atrelado aos interesses financeiros, que institui o esporte como um ramo de negócio capaz de mobilizar inicialmente a pujança empreendedora dos clubes e posteriormente dos patrocinadores (*ethos* profissional).

Um estudo sobre a emergência do profissionalismo no futebol, no críquete e no rúgbi, desenvolvido por Dunning e Sheard (citado por DAMO, 2007) com base no contexto inglês da transição do século XIX para o XX, discute a resistência em se introduzir a remuneração no esporte, como decorrente menos de uma questão moral, própria do *ethos* amador, e mais de uma estratégia para manter os membros das classes trabalhadoras afastados de certos circuitos de sociabilidade.

Segundo Damo (2007), os autores abordam que o recrutamento de jogadores provenientes da classe operária implicava uma adesão por parte deles às regras do amadorismo, garantindo uma espécie de fronteira simbólica de classe que os trabalhadores eram forçados a transpor caso pretendessem praticar o esporte. Assim, de forma indireta, a adesão ao amadorismo limitava o acesso dos operários, pois eles não dispunham de tempo para treinos, jogos e viagens, nem mesmo folga do trabalho para tratar das lesões. Tais privilégios dispunham os jovens das

classes mais abastadas, cujo ingresso no mercado de trabalho poderia ser retardado ou conciliado, garantindo o tempo livre para o esporte (DAMO, 2007).

Analisando os conceitos de amadorismo e profissionalismo no futebol, Salles (2004) afirma que inicialmente o conceito de amador esteve relacionado a uma relativa incompetência ou incapacidade de realizar determinada tarefa de forma brilhante. O conceito de amador surge primeiramente nas artes, no século XIX, passando a incorporar-se no campo esportivo apenas com o advento das discussões em torno da profissionalização do futebol em alguns países europeus, tais como Inglaterra (1885) e Escócia (1893). Na transposição do campo das artes para o campo esportivo, o conceito de amador, bem como sua derivação amadorismo, sofre um processo de resignificação – em meio a uma série de consolidações das principais transformações esportivas no cenário mundial que se configuraram no esporte moderno – de uma concepção de incompetência ou mediocridade, para a incorporação de novos valores, aplicados à nova dinâmica social, vinculada ao perfil aristocrático, recebendo no esporte um aparato romântico articulado a uma visão singular de classe dominante.

Já o termo profissional, conceituado pela Enciclopédia Delta Larousse (citada por SALLES, 2004), em oposição ao termo amador, trata-se da pessoa que exerce por ofício uma profissão, um mister. No tocante ao termo profissão, o dicionário *on-line* Houaiss (2012) apresenta como acepções que guardam relação com o sentido pretendido: atividade para a qual um indivíduo se preparou e exerce ou não; trabalho que uma pessoa faz para obter recursos necessários à sua subsistência e à de seus dependentes; ocupação, ofício.

Salles (2004) revela a fragilidade desses conceitos quando aplicados aos esportes e às suas variadas possibilidades, prova disso, segundo o autor, seria a extensa relação de atletas remunerados nas mais distintas modalidades, sendo, contraditoriamente, alguns deles designados como amadores e outros como profissionais.

Recorrendo à sociologia das profissões, temos que o profissionalismo pode ser concebido como um projeto coletivo de mobilidade social (LARSON citado por SILVEIRA, 2009). Nesse sentido, o profissionalismo, visto como forma de organização do trabalho, configura-se como a terceira lógica dessa organização (FREIDSON citado por SILVEIRA, 2009), distinguindo-se das lógicas de mercado e burocrática, que valorizam respectivamente a livre concorrência e a eficiência e hierarquização do trabalho. Já a lógica do profissionalismo teria como base o princípio ocupacional, com a valorização do conhecimento abstrato, da

educação em ensino superior, do controle do mercado pelos pares, entre outros aspectos, tendo seus pressupostos ideológicos assentados no campo da *expertise* como “capital” que chancela uma atuação relativamente independente dos interesses de clientes, mercado e Estado, por parte dos sujeitos.

Da mesma forma que o significado expresso pelo dicionário, os sentidos veiculados pela sociologia das profissões não se mostram plenamente adequados quando transpostos para o campo esportivo, tendo em vista que nesse campo a certificação por meio de diplomas acadêmicos não se constitui em prerequisite para o acesso ao estatuto de profissão. É certo, porém, que a *expertise* configura-se em um importante capital para o reconhecimento do profissionalismo também no campo esportivo. No entanto, esse capital por si só é insuficiente para legitimar determinada modalidade ou atleta como integrantes de um circuito tido como profissional.

Na medida em que existe constantemente um deslocamento dos sentidos originais de amadorismo e profissionalismo para atender às demandas de racionalização do contexto, conforme afirma Salles (2004), os termos devem ser tomados como ambíguos e polissêmicos, “assumindo diferentes significados em função dos interesses e das circunstâncias em que são adotados” (p. 442-443). O autor admite ainda que no futebol brasileiro o termo amador compreende por vezes significados opostos, abrigando tanto o sentido da demonstração de compromisso e afetividade daquele que ama o que faz, como o de ineficiência e inexperiência do sujeito em relação às suas funções. Dessa forma, a busca pela melhoria dos espetáculos esportivos caminha, de forma contraditória, de mãos dadas com o discurso assentado no compromisso moral estabelecido pelos valores amadores.

Em relação ao mercado de produtores de bens ligados ao futebol, no caso os próprios atletas, Damo (2007) afirma que a Fédération Internationale de Football Association (FIFA) desempenha papel decisivo como agência reguladora, impondo exigências que precisam ser seguidas pelos clubes, a quem os atletas pertencem. Nesse sentido, todos os futebolistas têm dedicação exclusiva ao clube com o qual possuem vínculo, por tempo determinado. Quem regulamenta e fiscaliza os vínculos profissionais dos atletas é a FIFA, por meio de suas afiliadas, nacionais e locais (no caso do Brasil, a CBF e as respectivas Federações Estaduais). Também existem as legislações nacionais que, seguindo parâmetros das leis trabalhistas, impõem determinadas exigências a empregados (atletas) e empregadores (clubes); porém, os clubes

preocupam-se muito mais com as sanções impostas pelo sistema FIFA-CBF do que com as legislações trabalhistas.

5.4 Esporte profissional, não profissional, amador, semiprofissional: dos termos da legislação brasileira

Rodrigues (2007), baseado em uma periodização do futebol proposta por Levine (1982, citado por RODRIGUES, 2007), identifica algumas fases históricas do futebol masculino no Brasil que podem nos auxiliar na compreensão das circunstâncias que contribuem para a constituição do futebol como atividade profissional. De sua chegada ao Brasil, por volta de 1894 até 1904, o futebol teria vivido sua fase introdutória, seguida da fase amadora (de 1905 a 1933), com a profissionalização em 1933, teríamos a fase do profissionalismo (1933 a 1950), em seguida veio a fase do reconhecimento internacional e da comercialização do futebol brasileiro (1950 a 1970) e, por fim, a fase da modernização conservadora do futebol-negócio no Brasil na Era da globalização (1970 a 2006)⁹⁹.

Castellani Filho (1988) lembra que a primeira legislação nacional a tratar do esporte remete ao Estado Novo, quando Getúlio Vargas, por meio do decreto-lei nº 3.199/1941 (BRASIL, 1941), estabelece as bases do desporto em todo o país, fundando o Conselho Nacional dos Desportos (CND).

Com o advento da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, as relações entre clubes e atletas ganham uma nova forma disciplinar. No entanto, apenas após mais de 20 anos, com o decreto nº 53.820/1964 (BRASIL, 1964), são estabelecidos dispositivos legais sobre a participação dos atletas em partidas, as relações de trabalho, o *passe*¹⁰⁰, as férias, o intervalo entre as partidas, o contrato de trabalho, a criação de um seguro para os atletas, entre outros aspectos (RODRIGUES, 2007).

O artigo 11 da lei nº 6.354/1976 (BRASIL, 1976) regulamenta o passe como vínculo desportivo do atleta com a entidade desportiva contratante, atribuindo-lhe natureza acessória ao vínculo empregatício que estaria dissolvido ao término do contrato de trabalho. Porém, mesmo

⁹⁹ Vale ressaltar que essa última fase não se encerra em 2006, mas o ano serve como marco em virtude da finalização da pesquisa da tese de doutorado do autor, apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁰⁰ “O passe é o nome dado à formalidade de uma obrigação entre o atleta e uma entidade desportiva. Com o instituto do passe, o atleta se tornava um trabalhador que não tinha o direito de mudar de emprego, que não podia discutir bilateralmente seu contrato de trabalho, que se via obrigado a aceitar as condições impostas por seu empregador, sob pena de não poder exercer a profissão” (NAPIER, 2003, p. 244).

após o término do contrato de trabalho, o atleta continuava aprisionado ao clube, não podendo se transferir para outra agremiação e sem receber salários, o que, segundo Rodrigues (2007), significava a ausência de liberdade de trabalho, pois impedia o profissional de escolher outro empregador. Nesse mesmo sentido, Napier (2003) afirma que o passe funcionava como uma espécie de licença/permissão que o atleta de futebol recebia para continuar trabalhando em outro clube, concedida pelos seus empresários e/ou procuradores para que pudesse ser transferido ou negociado de um clube para outro, em troca de indenizações ou até mesmo de outros jogadores. Assim, Rodrigues (2007) conclui que o passe talvez fosse o mecanismo mais arcaico do direito do trabalho brasileiro.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) de 1988, em seu artigo 217, da seção III (*Do Desporto*), do capítulo III (*Da Educação, da Cultura e do Desporto*), timidamente lança as bases para a reformulação do esporte nacional, distinguindo as práticas esportivas em formais e não formais, além de estabelecer um tratamento diferenciado para o atleta profissional e o atleta não profissional. As legislações que se sucederam buscaram reforçar a delimitação entre o atleta profissional e o atleta não profissional, estabelecendo condições de benefícios fiscais como mecanismos de incentivo ao esporte amador¹⁰¹.

A imprecisão do termo amador possibilitava a sobreposição entre pagamento de salário e utilização de benefícios fiscais, tendo em vista que atletas com regime de dedicação e níveis de *performances* que poderiam ser considerados como profissionais representavam clubes e participavam de competições tidos como amadores. A utilização do termo amador propiciava aos clubes a arrecadação de recursos financeiros empresariais para a manutenção das equipes ditas não profissionais, embora muitos de seus atletas fossem remunerados. Assim, segundo Salles (2004, p. 272), “amador neste contexto significava os esportes que não geravam recursos”. Significado distinto dado pela legislação esportiva atual (lei nº 12.395/2011), para a qual o atleta profissional é aquele que tem sua atividade caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho esportivo, firmado com entidade de prática desportiva e, por conseguinte, as competições que esses atletas participam são de “esportes profissionais”. Nesse sentido, não é o esporte em si que é profissional, mas seus competidores.

A manutenção do termo amador por parte de clubes teria nesse contexto a pretensão da manutenção de equipes competitivas em diversas modalidades sem perder os benefícios

¹⁰¹ A lei nº 7.752 de 14 de abril de 1989 (Lei Mendes Thame), que buscava incentivar pessoa física ou jurídica a destinar parte de sua contribuição do Imposto de Renda ao esporte amador é um exemplo desses mecanismos.

previstos na legislação. Assim, a classificação dos esportes, com exceção do futebol, como amadores ou não profissionais no contexto discursivo das leis e dos clubes remete às dificuldades de essas modalidades gerarem receitas para o próprio sustento, desenvolvimento e, principalmente, de manter a folha de pagamento dos atletas ditos amadores, sendo que nesses casos o investimento em tais modalidades funcionaria como filantropia dos clubes e das empresas (SALLES, 2004).

Analisando a lei nº 8.672/1993 (BRASIL, 1993) (Lei Zico¹⁰²) no tocante ao perfil do jogador e à conceituação proposta para definir o esporte, Salles (2004) apresenta a redação do capítulo II – *Dos princípios fundamentais*, que em seu artigo 2º, item VI, estabelece a diferenciação no tipo de tratamento dado ao esporte profissional e não profissional, que são especificados no capítulo III – *Da conceituação e das finalidades do desporto*, artigo 4º, parágrafo único, que prevê a forma como o desporto de rendimento poderia ser organizado e praticado, delimitando os perfis das condições previstas no capítulo anterior:

O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I – de modo **profissional**, caracterizado por remuneração pactuada por contratos de trabalho ou demais formas contratuais pertinentes;

II – de modo **não profissional**, compreendendo o desporto:

- a) **semiprofissional**, expresso pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho;
- b) **amador**, identificado pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais (SALLES, 2004, p. 287).

Apenas a título de especulação, por uma analogia simplificada, poderíamos inferir que caso estivessemos hoje sob a vigência da lei nº 8.672/1993, as atletas do CLUBE A e do CLUBE B de nossa pesquisa enquadrariam-se como profissionais, enquanto as jogadoras do CLUBE C poderiam se considerar atletas semiprofissionais. Essa suposição deve-se ao fato de as atletas dos clubes A e B possuírem remuneração, que, embora não implique registro em carteira de trabalho, é pactuado mediante um contrato especial; e no caso das jogadoras do CLUBE C existe apenas uma contrapartida com benefícios como moradia, alimentação e transporte, que poderiam ser enquadrados como “incentivos materiais que não caracterizam remuneração derivada de contrato de trabalho”.

¹⁰² No ano de 1990, o ex-jogador do C. R. Flamengo e da Seleção Brasileira de Futebol, Arthur Antunes Coimbra, o Zico, foi nomeado pelo Governo Fernando Collor de Mello secretário nacional de Esportes. Àquela época ele formou uma equipe de trabalho que assumiu o compromisso de elaborar um projeto que estabelecesse as bases para a reestruturação do sistema esportivo nacional. Contudo, a lei que acabou sendo “batizada” de “Lei Zico”, em sua homenagem, foi finalizada apenas em 1993, quando Zico e sua equipe já haviam sido substituídos na secretaria e seu projeto inicial já sofrera uma série de distorções.

Segundo Salles (2004), a lei nº 8.672/1993 não possibilita a superação da ambiguidade entre profissionalismo e amadorismo presente no contexto da época, na medida em que, além de enfrentar o desafio de estabelecer critérios tanto para a participação como para a organização esportiva, não dava conta de abarcar as distintas possibilidades de vínculos esportivos existentes no país. Exemplo disso eram os casos do voleibol e do basquetebol, que eram tratados como amadores em detrimento de alguns clubes e equipes que já firmavam contratos com jogadores cujos perfis poderiam perfeitamente se enquadrar como profissionais.

Ainda referindo-se à lei nº 8.672/1993, em seu capítulo VI – *Da prática desportiva profissional*, os artigos 22º e 23º tratam do vínculo previsto na categoria profissional e do tempo de determinação do contrato, conforme segue:

Art. 22º. A atividade do atleta **profissional** é caracterizada por remuneração pactuada em contrato com pessoa jurídica, devidamente registrado na entidade federal de administração do desporto, e deverá conter cláusula penal para as hipóteses de descumprimento ou rompimento unilateral.

§ 1º [...]

§ 2º Aplicam-se ao atleta **profissional** as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, ressalvadas as peculiaridades expressas nesta Lei ou integrantes do contrato de trabalho respectivo.

Art. 23º. O contrato de trabalho do atleta **profissional** terá prazo determinado, com vigência não inferior a três meses e não superior a trinta e seis meses.

Parágrafo único. De modo excepcional, o prazo do primeiro contrato poderá ser de até quarenta e oito meses, no caso de atleta em formação, **não profissional**, vinculado à entidade de prática, na qual venha exercendo a mesma atividade, pelo menos durante vinte e quatro meses (grifos do autor) (SALLES, 2004, p. 289).

Tubino (2002) reconhece 11 pontos que indicam avanços da lei nº 8.672/1993 em relação às legislações anteriores, entre eles destacamos o fato de a lei nº 8.672/1993 passar a identificar a prática desportiva profissional pelo atleta. Essa mudança de ponto de vista se revela muito significativa, pois indica uma transformação estrutural na conceituação esportiva, passando a considerar o atleta como profissional e não mais a modalidade, lançando-se as bases para a superação da hipocrisia vigente até então.

Conforme pudemos notar em nossa pesquisa de campo, no futebol praticado por mulheres os vínculos entre clubes e atletas ocorrem de maneira muito frágil, por vezes sem a existência de contratos, como no caso do CLUBE C, ou por meio de contratos que procuram dissimular uma relação de vínculo esportivo trabalhista, como nos casos dos clubes A e B. Tanto no CLUBE B como no CLUBE C foi possível identificar jogadoras que mantinham vínculo com o clube a mais de cinco anos sem qualquer respaldo contratual (no caso do CLUBE C) ou

respaldadas apenas por um frágil contrato de adoção/patrocínio da atleta (no caso do CLUBE B). O dirigente do CLUBE A também sinaliza para essa situação ao admitir que recorre à prefeitura da cidade para formalizar o vínculo com suas atletas.

Salles (2004) destaca o avanço proporcionado pela lei nº 8.672/1993, ao expressar uma tentativa de equilibrar as forças entre clube e atleta, propondo que o atleta deixe de ser tratado como uma propriedade do clube, conforme previsto na “Lei do passe” (decreto nº 53.820/1964), passando a adquirir o estatuto de profissional que firma um contrato de trabalho da mesma forma que qualquer outro profissional liberal, de acordo com a legislação trabalhista. A incorporação da legislação trabalhista e da seguridade social à lei nº 8.672/1993 configura-se em um dos principais avanços da legislação esportiva nacional.

Salles (2004) observa que a Lei Zico (lei nº 8.672/1993) não explicita uma tentativa de legislar sobre o futebol, embora implicitamente o autor identifique que as reflexões presentes na lei tenham o futebol como plano de fundo. Apesar de representar um avanço para as relações trabalhistas no tocante ao tratamento dado aos profissionais esportivos, a lei nº 8.672/1993 enfrentou uma série de dificuldades para se estabelecer, principalmente em virtude das pressões exercidas pela CBF e pelas federações, que temiam pela flagrante perda de poder dessas entidades desencadeada pela aprovação de tal legislação.

Outro fator determinante para que a lei nº 8.672/1993 não se efetivasse da maneira como foi projetada¹⁰³ diz respeito ao momento político que culminou com o *impeachment* do então presidente da República, Fernando Collor de Mello, em setembro de 1992, que desencadeou a saída do ex-jogador Zico da Secretaria Nacional de Esportes e a consequente extinção da equipe por ele formada para a reestruturação do esporte brasileiro. A substituição da equipe de trabalho permitiu à “bancada da bola”¹⁰⁴ alterar as diretrizes traçadas pela equipe do ex-secretário Zico. Uma das maiores divergências da “bancada da bola” em relação ao projeto da equipe de Zico referiu-se à extinção da “Lei do Passe” (decreto nº 53.820/1964), que segundo eles “representaria a morte da iniciação esportiva que era tradicionalmente desenvolvida pelos clubes” (SALLES, 2004, p. 282).

¹⁰³ Salles (2004) aponta que os pontos que causaram maior polêmica na lei nº 8.672/1993 foram aqueles relacionados ao “passe” dos atletas e aqueles que propunham a proposição de mudanças na administração do futebol brasileiro, obrigando os clubes a se tornarem empresas e diminuindo a interferência da CBF e do Estado. Tais proposições mobilizaram CBF, federações, clubes e governo, que instrumentalizaram a “bancada da bola” para promover vetos, alterações e ementas no texto original da lei no decorrer de sua tramitação.

¹⁰⁴ “Bancada da bola é a denominação que a imprensa esportiva deu aos parlamentares que, de uma forma direta ou indireta, têm envolvimento com federações ou clubes de futebol” (SALLES, 2004, p. 277).

Com a saída do Ministro Zico¹⁰⁵ e sua equipe, não foi possível ao governo sustentar todas as reformas pretendidas e, possivelmente, alguns legisladores também não o queriam. Durante o trâmite do texto, várias ementas foram apresentadas pela “bancada da bola”, bem como vetos e alterações em parte do texto original. Apesar disso, para muitos analistas, apesar de tudo, a Lei Zico foi um avanço, alavancando as discussões que presenciávamos durante toda a década de 90. Para outros analistas, no entanto, as interferências e pressões ocorridas deixaram escapar a possibilidade de uma ampla reformulação da estrutura esportiva nacional. Conforme Pozzi (1998), “o progresso do esporte brasileiro não será tão rápido como poderia ser, porque a Lei Zico não conseguiu acabar com a estrutura paternalista e corporativista das confederações que regem o esporte” (SALLES, 2004, p. 285).

Para corrigir as lacunas presentes na lei nº 8.672/1993, provocadas pelas pressões exercidas pela “bancada da bola”, em 24 de março de 1998 foi sancionada a lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé¹⁰⁶). No tocante ao mecanismo que sustentava a manutenção do “passe”, a Lei nº 9.615/1998, no artigo 28, reza que o atleta profissional empregado em uma entidade esportiva deve ter seu contrato regido pela legislação trabalhista (CLT, artigo 3º). De acordo com Rodrigues (2007), o regime híbrido proposto pela lei nº 9.615/1998, apesar de avançar consideravelmente em relação aos resquícios da “Lei do passe” (decreto nº 53.820/1964) presentes na lei 8.672/1993, ainda não colocou o jogador de futebol em condições de se igualar a um trabalhador urbano. Entre os aspectos ainda precários da nova legislação, o autor identifica as indefinições em relação à jornada de trabalho, calendário esportivo exaustivo, indiferença em relação à ocorrência de acidentes e doenças do trabalho, a vida útil laboral curta e a péssima remuneração da grande maioria dos jogadores. A Lei Pelé (lei nº 9.615/1998), que veio substituir a Lei Zico (lei 8.672/1993), estabelece ainda que o contrato de trabalho do atleta profissional tem prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses, nem superior a cinco anos (o limite de cinco anos foi fixado pela lei nº 9.981/2000 que atualizou a Lei Pelé).

Ainda sobre a Lei Pelé, Salles (2004) destaca a pretensão desta de retomar aspectos que poderiam ser considerados falhos na Lei Zico. Mais uma vez as entidades esportivas e a “bancada da bola” mobilizaram-se no intuito de barrar os pontos da lei que consideravam contrários aos interesses dessas entidades. Com isso, antes da aprovação, vários vetos foram

¹⁰⁵ Cabe retificar que Zico de fato era o secretário nacional de Esporte e não ministro, pois à época ainda não havia sido criado o Ministério do Esporte.

¹⁰⁶ Lei 9.615, sancionada em 24 de março de 1998, no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, regulamentada pelo decreto nº 2.574 de 29 de abril de 1998.

feitos ao texto original, suprimindo especificações que não resultaram consenso pelos legisladores, descaracterizando o sentido original do projeto de lei em alguns de seus capítulos.

O autor observa que várias partes dos artigos da Lei Pelé foram reproduções de parte da Lei Zico, embora tenha ocorrido uma realocação dos artigos conforme a disposição dos capítulos propostos pela equipe de Pelé.

Em relação à Lei Pelé (lei nº 9.615/98) no capítulo III – *Da natureza e das finalidades do esporte*, no artigo 3º é tratado do esporte de rendimento, preservando as mesmas especificações previstas na Lei Zico no que diz respeito à organização do esporte e ao nível de vínculo do praticante, mantendo a classificação de profissional e não profissional. Todavia, o texto relacionado ao **atleta semiprofissional** sofreu algumas alterações, conforme exposto no item A: “Expresso em contrato próprio e específico de estágio, com atletas de quatorze a dezoito anos de idade e pela existência de incentivos materiais que não caracterizam remuneração derivada de contrato de trabalho”. Já o item B caracteriza o **atleta amador** como: “identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais para atletas de qualquer idade”. Portanto, nesse capítulo, a nova lei se diferencia da anterior fundamentalmente por discriminar a idade do atleta considerado semiprofissional.

Cabe ressaltar que as especificações referentes à conceituação do atleta amador determinam que os atletas não podem receber “qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais”, o que, segundo Salles (2004), mais uma vez indica a imprecisão na delimitação dessas categorias, considerando que mesmo esportes considerados amadores tinham seus principais atletas firmando vantajosos contratos, assim como ocorre atualmente.

Atletas de distintas modalidades (voleibol, basquetebol, futsal, entre outros) já vinham sendo requisitados pelos principais clubes do país. Sob quais princípios estes atletas estavam enquadrados que os permitiam manter a conceituação de atleta amador? Sob que égide se dava essa distinção? (SALLES, 2004, p. 297)

Outra peculiaridade da Lei Pelé em relação à Lei Zico diz respeito ao destaque destinado ao futebol em relação às demais modalidades esportivas. Até que esta lei entrasse em vigor, legislava-se de forma generalizada a todas as modalidades esportivas, não se especificando nenhuma delas.

Embora outras modalidades já demonstrassem uma estrutura administrativa bastante desenvolvida naquele momento, Salles (2004) observa que elas não conseguiam manter

competições com vínculos clubísticos, dificultando a atração do interesse popular. O autor lembra que outras modalidades, que não o futebol (praticado por homens, cabe acrescentarmos), não se estabelecem nos clubes sociais de prestígio nacional, sendo comum nessas modalidades que algumas equipes sejam temporárias e os atletas não mantenham vínculos duradouros com as equipes, circulando entre times nacionais e internacionais ao final de cada temporada.

Salles (2004) destaca, ainda da lei 9.615/1998 (Lei Pelé), o artigo 36º – *Da prática desportiva profissional*, capítulo V, que regulamenta a atuação dos atletas semiprofissionais de futebol:

A atividade do atleta semiprofissional de futebol é caracterizada pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho, pactuado em contrato formal de estágio firmado com entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado, que deverá conter, obrigatoriamente, cláusula penal para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral.

§ 1º Estão compreendidos na categoria semiprofissionais os atletas com idade entre quatorze e dezoito anos incompletos.

§ 2º Só poderão participar de competições profissionais os atletas semiprofissionais com idade superior a dezesseis anos.

§ 3º Ao completar dezoito anos de idade, o atleta semiprofissional de futebol deverá ser obrigatoriamente profissionalizado, sob pena de, não o fazendo, **voltar à condição de amador**, ficando impedido de participar de competições entre profissionais.

§ 4º Do disposto neste artigo estão excluídos os desportos individuais e coletivos olímpicos, exceto o futebol de campo (grifos do autor) (SALLES, 2004, p. 300).

O artigo em destaque evidencia a forma como a Lei Pelé está pautada prioritariamente na regulamentação do futebol, sinalizando para que as demais modalidades sigam “de carona” os passos estabelecidos por essa modalidade. No entanto, mais uma vez cabe advertir para o fato de que, ao legislar de forma distinta para o futebol, o texto possibilita às mulheres praticantes de futebol um contrato de trabalho profissional respaldado pela referida legislação.

Atualmente, o esporte nacional continua com sua regulamentação assentada sob a égide da Lei Pelé, contudo, essa lei passou por ao menos três revisões¹⁰⁷ que tiveram impactos substanciais no entendimento de uma série de pontos, alguns deles capitais para a análise de nosso objeto de estudo.

¹⁰⁷ Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000; Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

Salles (2004, p. 303) reconhece que a lei nº 9.981/2000, batizada de “Lei Maguito Vilela”¹⁰⁸, em homenagem a um dos membros da “bancada da bola”, o senador que foi seu relator, pode ser entendida como “um documento proposto pelos principais dirigentes do ‘Clube dos 13’¹⁰⁹ e da CBF, que visava manter ou resgatar alguns privilégios que julgavam ter perdido com a aprovação da Lei Pelé”.

A lei nº 9.981/2000 mantém o texto original do artigo 3º do capítulo III, *Da natureza e das finalidades do desporto*, Lei Pelé (9.615/1998) em relação ao *status* do atleta profissional (inciso I), mas altera o texto do inciso II referente ao atleta não profissional e extingue as alíneas “a” e “b” desse inciso, que tipificavam os atletas não profissionais em semiprofissionais e amadores, tratando os atletas apenas como profissionais e não profissionais, conforme segue:

Art. 3º [...]

Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II - de modo não profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio. (NR)

a) (revogada);

b) (revogada) (BRASIL, 2000).

Dessa forma, do ponto de vista legal encerra-se o dilema amadorismo-profissionalismo e se flexibiliza a margem de atuação do atleta não profissional, que passa a ter a possibilidade de receber “incentivos materiais e de patrocínio” sob quaisquer condições, extinguindo-se as barreiras etárias e aquelas oriundas da manipulação do discurso polissêmico e ambíguo do “pseudoamadorismo”.

Já a lei nº 10.672/2003, também conhecida como “Lei da Moralização do Esporte” (ou do futebol para alguns), sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, buscou normatizar a exploração e gestão do esporte profissional, tratando-o como exercício de atividade

¹⁰⁸ O senador da República Luiz Alberto Maguito Vilela também foi vice-presidente de Ricardo Teixeira na CBF entre os anos de 1992 e 1995.

¹⁰⁹ Oficialmente denominado União dos Grandes Clubes do Futebol Brasileiro, o “Clube dos 13” é uma associação autônoma que surgiu no ano de 1987, da junção dos 13 principais clubes brasileiros em cinco estados (Bahia: Bahia; Minas Gerais: Atlético e Cruzeiro; Rio de Janeiro: Botafogo, Fluminense, Flamengo e Vasco; Rio Grande do Sul: Grêmio e Internacional; São Paulo: Corinthians, Palmeiras, Santos e São Paulo), com o objetivo de assumir a organização dos campeonatos brasileiros e negociar com patrocinadores e meios de comunicação em virtude do descontentamento desses clubes com o gerenciamento do futebol nacional por parte da CBF. Durante a década de 1990, o “Clube dos 13” passou a incluir mais sete clubes (Coritiba, Goiás e Sport, em 1997; e Atlético/PR, Guarani, Portuguesa e Vitória em 1999), chegando aos 20 clubes que permaneceriam na associação até 2011, quando o sofreu uma cisão por parte de alguns clubes que pediram suas desfiliações alegando discordância com a forma de negociação dos direitos de transmissão televisivas dos campeonatos brasileiros imposta pela entidade.

econômica. Salles (2004) observa que o referido texto-lei retoma a ampliação da discussão do *status* de profissional. Sobre esse aspecto, provavelmente a maior transformação provocada pela lei nº 10.672/2003 refira-se às conceituações de competições e entidades de prática esportiva profissionais. Sobre as competições, o artigo 26, parágrafo único, registra: “Considera-se competição profissional, para os efeitos desta Lei, aquela promovida para obter renda e disputada por **atletas profissionais** cuja remuneração decorra de **contrato de trabalho desportivo**”. (grifos nossos) (p. 304).

Já o artigo 27 da lei nº 10.672/2003 especifica as condições para a existência de entidades desportivas profissionais, conceituando-as no parágrafo 10, conforme segue:

§ 10 - Considera-se entidade desportiva profissional, para fins desta Lei, as entidades de prática desportiva envolvidas em competições **de atletas profissionais**, as ligas em que se organizarem e as entidades de administração de desporto profissional (grifo nosso) (BRASIL, 2003).

Observa-se que a ampliação do alcance do *status* de profissional incluído na lei nº 10.672/2003 faz-se sob a exigência da condição do atleta profissional, mantendo em alguma medida a figura dele como central para a identificação do regime profissional. A exigência de contrato de trabalho desportivo, por sua vez, constitui-se em importante dispositivo legal, no sentido de gerar jurisprudência para os casos de dissimulação das relações trabalhistas entre clube e atleta, conforme discutiremos logo adiante.

Salles (2004) ainda discute a dificuldade encontrada pelas entidades esportivas para se adequarem aos dispositivos legais, uma vez que os critérios globais não dão conta de dirimir as peculiaridades presentes em cada modalidade esportiva ou região do país. Prova disso é que algumas federações esportivas estaduais que implantaram as ligas ainda não conseguiram constituir uma política de profissionalização capaz de assegurar os direitos de todos os atletas envolvidos, bem como alguns clubes que permanecem fora das especificações quanto à entidade desportiva profissional, previstas no parágrafo 10 (do artigo 27 da lei nº 10.672/2003). Cabe aqui a seguinte ressalva: estariam os clubes e federações realmente preocupados em garantir esses direitos aos atletas? Segundo o autor, em algumas dessas ligas, mesmo nas principais equipes, é possível encontrar atletas com *status* diferenciado (profissionais e não profissionais). Vale a pena reproduzir na íntegra a passagem na qual Salles (2004) ilustra tal situação com o exemplo do que ocorre nas ligas de handebol.

[...] Como exemplo desta situação, observa-se a modalidade de handebol, que nestes últimos anos também implantou as ligas (estaduais e nacional) como mecanismos de promoção e divulgação do esporte. Entretanto, a condição de desenvolvimento destas ligas ainda não pode se fundamentar no que determinam as leis.

Na modalidade handebol, embora algumas equipes apresentem elevado grau de profissionalismo de seus atletas, inclusive com patrocinadores de credibilidade e tradição no campo esportivo, outras ainda são deficitárias, necessitando de subsídios públicos para manutenção das equipes.

Em algumas ligas estaduais, estes exemplos tornam-se mais evidentes. Algumas equipes participam dos eventos recebendo de seus clubes e/ou patrocinadores apenas os valores para o custeio das despesas relativas a esta participação (transporte, alojamento e alimentação), não conseguindo receitas para remunerar seus atletas e comissão técnica. Em outras equipes, as despesas gerais são rateadas entre os próprios atletas. Observemos que a modalidade ainda não conseguiu atingir um grau de prestígio suficiente para que as equipes, mesmo nos seus principais eventos, tenham as condições ideais para se manterem em igualdade perante as exigências da lei (SALLES, 2004, p. 305-306).

O autor avalia que os legisladores têm o futebol como referência, operando nos níveis macroestruturais, tornando impossível a transposição dos dispositivos dessas leis para as querelas das distintas federações e confederações, bem como as múltiplas facetas das equipes de diferentes regiões. Argumento que discordamos, na medida em que evidencia o interesse dos dirigentes em manter esses atletas à margem do profissionalismo, quando de fato não os registram nas entidades nacionais.

A lei nº 12.395/2011¹¹⁰ deixa clara a delimitação das referências a atletas e entidades de prática profissional da modalidade futebol como seu objeto de normatização em grande parte do texto-lei, conforme fica explícito em seu artigo 94 do capítulo XI – *Disposições transitórias*: “O disposto nos artigos 27, 27-A, 28, 29, 29-A, 30, 39, 43, 45 e nº § 1º do artigo 41 desta Lei será obrigatório exclusivamente para atletas e entidades de prática profissional da modalidade de futebol”.

Contudo, é importante ressaltar que, obedecendo à legislação nacional, que garante igualdade de direitos, os legisladores normatizaram o futebol, ou seja, não se diferencia aquele praticado por homens e por mulheres, o que obriga a sua aplicação sem a distinção de gênero.

Ao evidenciar a clara intenção de legislar apenas sobre o futebol no tocante à obrigação de registro do atleta profissional e facultar essa prática aos demais esportes, a lei nº 12.395/2011 estabelece uma relação perversa entre associações esportivas e atletas, pois alguns

¹¹⁰ Lei que “altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998 [Lei Pelé], que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354 [lei que insere a profissão de atleta na CLT], de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências” (BRASIL, 2011).

atletas, mesmo exercendo atividades profissionais caracterizadas pela Lei Pelé, não têm seus contratos de trabalho firmados com as entidades de práticas desportivas e mesmo quando há o contrato, a estes não são registrados nas entidades de administração do desporto (entende-se confederações), o que aparentemente desobriga as associações esportivas como empregadoras. No entanto, o judiciário trabalhista no Brasil tem reconhecido o direito do atleta profissional, mesmo quando o contrato e o registro não existem. Vale citar que há jurisprudência no vôlei e no futsal reconhecendo os atletas como profissionais.

Aparentemente, a intenção dos empregadores de atletas nas associações esportivas nacionais é burlar a legislação trabalhista, não se onerando com os impostos obrigados ao empregador. Particularmente nesta pesquisa, tal situação nos permite levantar a hipótese de que a má vontade dos clubes de futebol no Brasil com o quadro feminino teria a mesma origem.

Sobre esse aspecto, merece destaque o **Manual de Licenciamento de Clubes**, criado em 2012 pela Federação Paulista de Futebol (FPF, 2013), que apresenta entre seus objetivos “elevar o nível de profissionalismo do futebol do Estado de São Paulo e indiretamente em todo o território nacional”. O manual, ainda em “fase de testes”¹¹¹, estabelece critérios obrigatórios a serem adotados pelos clubes e sanções para aqueles que descumprirem tais exigências, além de recomendações daquilo que classifica como boas práticas.

No caderno de exigências do manual, podemos notar um amplo detalhamento das obrigações que os clubes precisariam assumir em relação à organização das categorias de base e os torneios referentes a elas, conforme segue:

1. Programa de categorias de base definido. O Clube deverá encaminhar à FPF um Relatório que indique a existência de um programa concreto de apoio e incentivo às categorias de base, em que deverá ser incluído, ao menos, os seguintes itens:

- (i) objetivos e filosofia do programa;
- (ii) organograma das categorias de base do Clube com os órgãos internos do Clube envolvidos e os times existentes em cada categoria;
- (iii) equipe técnica envolvida (técnicos, preparadores físicos, médicos, fisioterapeutas, etc), com a especificação das capacidades e qualificações técnicas de cada profissional e o âmbito de suas atuações;

¹¹¹ Em relação à vigência do **Manual de Licenciamento dos Clubes**, a FPF estipulou ao final do próprio documento sua suspensão com o seguinte texto: “A vigência deste Manual está suspensa e condicionada à prévia aprovação dos Regulamentos de Licenciamento de Clubes nas esferas da CONMEBOL e da CBF, e só passará a produzir efeitos após complementado com a fixação dos Critérios (‘A’, ‘B’ ou ‘C’) correspondentes a cada um dos itens em que se desdobram as cinco categorias de Exigências. Assim, temporariamente, o Manual de Licenciamento de Clubes da FPF é divulgado com o propósito informativo e educativo, sem qualquer poder jurídico para alterar, revogar ou delimitar a obrigatoriedade dos Clubes filiados à FPF de cumprir todos os requisitos e disposições contidos na legislação desportiva e, especialmente, no Estatuto e regulamentos da FPF em vigor”.

- (iv) infraestrutura disponível especificamente para treinamento e mando de jogos oficiais das equipes das categorias de base;
- (v) orçamento e respectivas fontes de recurso para custear o desenvolvimento das categorias de base do Clube;
- (vi) projeto de educação desportiva dos atletas de base, dentro e fora de campo, tais como aulas sobre as regras do jogo, orientações táticas e técnicas, fundamentos, fair play, etc.
- (vii) incentivo ao cumprimento de obrigações acadêmicas dos atletas, e reforço educacional quando necessário.

2. Torneios de Base. Além de obrigatoriamente disputar uma competição profissional coordenada pela FPF (Primeira ou Segunda Divisão), os Clubes deverão disputar, à sua escolha, pelo menos mais uma dentre as seguintes opções:

- (i) Copa Paulista,
- (ii) Sub-20,
- (iii) Sub-17 e Sub-15 ou
- (iv) Sub-13 e Sub-11.

Os Clubes deverão informar em quais categorias suas equipes irão participar na temporada subsequente (FPF, 2013).

A apreciação do teor das diretrizes do **Manual de Licenciamento dos Clubes** da FPF nos permite notar a nítida preocupação da federação em relação à organização dos clubes com base em uma estruturação profissional das categorias de base a partir da categoria sub-11. Todavia, nos chama a atenção o fato de não haver qualquer tipo de preocupação em se fomentar o desenvolvimento dos quadros femininos dos clubes em quaisquer categorias.

Nesse sentido, o referido manual configura-se como mais um indicativo da forma como as entidades que administram o futebol no país (nesse caso a FPF, mas solidariamente a CBF e demais federações) contribuem para a indiferença e má vontade dos clubes e deles próprios quanto ao futebol feminino.

Portanto, com base nos casos de jurisprudência, haveria uma brecha para as jogadoras de futebol terem seus contratos de trabalho reconhecidos, recorrendo ao judiciário. Essas são questões importantíssimas do esporte brasileiro, já que outras modalidades esportivas enfretam o mesmo problema, inclusive independente de discriminação de gênero. Esta aparece evidentemente porque no caso do futebol a legislação é clara, o contrato profissional de trabalho é um direito da atleta que tem as características de vínculo como nos clubes A e B pesquisados.

Ainda em relação ao impacto da lei nº 12.395/2011 sobre a Lei Pelé, observa-se que ela não traz qualquer alteração para os seguintes capítulos: capítulo I – *Disposições iniciais*; capítulo II – *Dos princípios fundamentais*; capítulo III – *Da natureza e das finalidades do desporto*; capítulo IV – *Do sistema brasileiro do desporto* (seção I – *Da composição e dos*

objetivos); capítulo VI – *Da ordem desportiva*; e capítulo IX – *Do bingo (revogado pela Lei n.º 9.981/2000)*, alguns destes trazidos nesta tese.

Quanto aos artigos que sofreram alterações ou foram incluídos, a lei nº 12.395/2011 provoca alteração dos seguintes capítulos da Lei Pelé: capítulo IV – *Do sistema brasileiro do desporto (seções II – Dos recursos do ministério do esporte); III – Do conselho de desenvolvimento do desporto brasileiro (CDDDB)*; capítulo IV – *Do sistema nacional do desporto*; V – *Dos sistemas de desportos dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios*; capítulo V – *Da prática desportiva profissional*; capítulo VII – *Da justiça desportiva*; capítulo VIII – *Dos recursos para o desporto*; capítulo X – *Disposições gerais*; e capítulo XI – *Disposições transitórias*; sendo que nessa lei nos interessou principalmente as alterações do capítulo V.

Cabe destacar que, ao manter a redação “original” (com a alteração da redação dada pela lei nº 9.981/2000) da Lei Pelé em seus capítulos iniciais e, em especial, no capítulo III – *Da natureza e das finalidades do desporto* – que dispõe sobre as formas de organização do esporte de rendimento como profissional e não profissional¹¹² –, a lei nº 12.395/2011 denota uma clara tendência de legislar sobre o campo do esporte profissional. Nesse sentido, além de alterar substancialmente o texto da Lei Pelé, a referida lei revogou a legislação trabalhista – lei nº 6.354 – que vigorava para dispor sobre a profissão de atleta na CLT desde 1976.

A lacuna deixada pela extinção da lei de 1976 passa a ser preenchida por uma redação mais detalhada do capítulo V – *Da prática esportiva profissional*, da lei nº 12.395/2011, que em seu artigo 28 passa a ter a seguinte redação: “A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva, no qual deverá constar, obrigatoriamente: [...]” (BRASIL, 2011).

Destacamos ainda o parágrafo 5º do mesmo artigo:

O vínculo desportivo do atleta com a entidade de prática desportiva contratante constitui-se com o registro do contrato especial de trabalho desportivo na entidade de administração do desporto, tendo natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais: I - com o término da vigência do contrato ou o seu distrato; II - com o pagamento da cláusula indenizatória desportiva ou da cláusula compensatória desportiva; III - com a rescisão decorrente do inadimplemento salarial, de responsabilidade da entidade de prática desportiva empregadora, nos termos desta Lei;

¹¹² Lei 9.615/1998, Capítulo III..., Art. 3º...

Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II - de modo não profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.

IV - com a rescisão indireta, nas demais hipóteses previstas na legislação trabalhista; e V - com a dispensa imotivada do atleta (BRASIL, 2011).

Por meio da análise desses dois excertos da lei nº 12.395/2011, podemos observar que as leis a respeito da profissionalização só se efetivam de direito com o contrato especial de trabalho registrado na entidade (confederação) e o vínculo empregatício com alguma entidade de prática esportiva (via de regra um clube). No entanto, a profissionalização de fato ocorre quando os atletas recebem salário e benefícios, mesmo que sem contrato de trabalho, provando sua relação com a entidade de prática desportiva com a participação em jogos, treinos e outras sessões preparatórias de competições, preserve suas condições físicas e exercite-se em sua atividade desportiva profissional (conforme previsto no artigo 35 da lei nº 9.615/1998).

Conforme já mencionamos, o artigo 94 do capítulo XI – *Disposições transitórias*, da Lei Pelé, complementada pela lei nº 12.395/2011, estabelece que grande parte dos artigos da lei que tratam do atleta e das entidades de prática profissional é obrigatória exclusivamente para a modalidade futebol. Contudo, no parágrafo único do artigo 94 consta que: “É facultado às demais modalidades desportivas adotar os preceitos constantes dos dispositivos referidos no *caput* deste artigo”. Ou seja, embora não seja dito de forma explícita, a legislação deixa claro que tratou de normatizar o futebol, deixando a lacuna para que as demais modalidades se organizem de forma profissional.

No caso do futebol praticado por mulheres, a condição de um regime profissional não se configura à luz da legislação, na medida em que a CBF, como entidade de administração do futebol no Brasil, não exerce qualquer cobrança que contribua para a adequação dos clubes às legislações trabalhistas nacionais. Ela mesma, juntamente com suas afiliadas contribuem para o *status quo* quando não organizam competições mais duradouras, conforme previsto na legislação (10 meses de atividades competitivas).

A ausência desse mecanismo evidencia ainda a inexistência de uma atuação desta entidade como reguladora de um mercado de atletas que seria um importante elemento para o estabelecimento de um circuito profissional de futebol para as mulheres, assegurando aos clubes as garantias provenientes dos investimentos que empreenderam na formação ou contratação de jogadoras para compor seu elenco, evitando situações como a vivida pelo CLUBE A, que perdeu três atletas para um clube russo na fase decisiva do Campeonato Paulista de 2011 sem qualquer tipo de compensação financeira. Beneficiando dessa forma apenas a própria CBF, que passa a

contar com atletas (possivelmente selecionáveis) em mercados futebolísticos mais competitivos que o brasileiro, como Ásia, Estados Unidos e Europa.

O discurso do treinador e do dirigente do CLUBE A de nossa pesquisa ratifica esse cenário, apontando as consequências concretas da inoperância da CBF como entidade reguladora do mercado de jogadoras de futebol.

[...] teria que ter um contrato mais profissional, pra que os clubes não ficassem também só a ver navios, quando os clubes de fora vierem buscar as nossas atletas, como tem acontecido hoje em dia, e realmente a gente ter uma situação de poder contar com todas as nossas jogadoras aqui no nosso país. Como Marta, Cristiane e a Fabi e outras meninas que foram pra fora do país, e a gente possa ter todas aqui atuando e de repente, até numa situação mais futura, trazer até meninas de fora, pra atuar dentro do país e ter um campeonato realmente muito forte, pra que possa chamar atenção do publico.

[...]

Foi uma assessora do clube russo que é brasileira, que intermediou. Ela trabalha pra esse clube, veio aqui e fez a proposta. Infelizmente agiram até de uma forma antiética, de ir sem consultar o nosso clube. E aí acabaram levando... as duas primeiras foi a Fernanda e a Pará, depois... e de última hora, ainda, fizeram uma proposta aí pra Claudinha também, e aí levaram três jogadoras, ainda mais numa fase decisiva, que a gente tava. Então foi uma coisa que a gente não tava esperando, e acho que também não foi muito legal por parte deles.

[...]

foi agora, nessa fase final, a fase mais importante, entendeu? Então, praticamente a gente ficou aí pagando as atletas durante muito tempo. Preparou elas pra uma Copa do Mundo, jogou a fase que menos importava do Paulista e quando chegou na fase decisiva a gente acabou ficando a ver navios.

[...]

É, eu acho difícil pra elas. Eu acho difícil porque, é uma coisa meio irrecusável, né? Se fala em euros, e ainda mais lá com toda a estrutura do time russo, é uma coisa complicada. Claro que a gente espera que elas cumpram o seu contrato até o final, né, mas também a gente pensa pelo lado lá... dos dois lados. É uma coisa complicada, né, você receber uma proposta dessa. Claro que a gente sempre quer que elas fiquem, né, que elas fiquem pelo menos até o final do ano aí. Pra realmente... pro time não sentir assim, sabe, essa perda de três atletas importantes dentro de uma fase decisiva (Geovani, treinador do CLUBE A).

[...] porque, além de tudo, o futebol feminino, pra você entender, ele ainda é amador, ele não é profissional. Aqui no Brasil não são, são todas amadoras. Existe um contrato, por exemplo, o CLUBE A, ele existe um contrato com a prefeitura, que o CLUBE A repassa o salário das nossas jogadoras para a prefeitura e a prefeitura repassa pra elas. Então o vínculo, obviamente, elas representam o CLUBE A, mas elas são vinculadas à prefeitura...

[...]

Não, pelo contrário, estamos conversando aqui, pode entrar uma atleta agora e dizer que não tem mais interesse em jogar e a gente é obrigado a dispensar, como houve casos agora recentemente de três atletas ir embora pra Rússia.

[...]

Certo. Foram embora, e a gente aqui, infelizmente, com o contrato que é feito, não temos a mínima condição de segurar nenhum tipo de atleta. Então essa é a condição atual do nosso país referente ao Futebol Feminino (Reinaldo, dirigente do CLUBE A).

Para os dirigentes e atletas dos clubes pesquisados, a ausência de um mecanismo que regulamentasse o vínculo entre clubes e atletas nos moldes dos direitos federativos institui uma dinâmica peculiar para a circulação das atletas entre os clubes.

É, então, a primeira tarefa nossa é olhar pra base e ver quais meninas têm condições de tá no adulto, tá integrando, pra diminuir nosso peso de contratação, né? Formar a atleta, né, porque na formação de atleta se cria uma identidade com o clube, ela já sabe como você trabalha, como é a filosofia do clube. Não... sempre quando você contrata uma atleta, muitas vezes a atleta é boa dentro de campo, mas fora de campo ela na... é uma pessoa formada, então se tem todo um trabalho especial com ela. Mas, quando você não consegue suprir todas as necessidades dentro da base, nós vamos no mercado contratar, né, a atleta. E aí geralmente é por... as meninas do paulista, que nós conhecemos, vimos jogar nos outros clubes. Às vezes umas interessam, nós entramos em contato com elas. Ou, quando é de outros lugares, algumas atletas nossas nos indicam. Falam assim: “tem uma pessoa assim, que joga nessa posição que você quer”. E temos treinadores também, não no estado de São Paulo, mas em outros estados, que geralmente nos indicam atletas do estado do clube dele.

[...]

É, porque às vezes testa ou já vem pra ficar mesmo. Porque às vezes a estrutura que ele tem é muito pequena, né, então ele por... assim “ó, minha atleta é muito boa só que ela não vai desenvolver aqui”, né, então ele fala assim “ó, tô te indicando ela, quero que você fique com ela”, então ela vem pra cá e dá continuidade no trabalho.

[...]

Não existe essa negociação entre os clubes não, porque como elas não têm o vínculo... (Diego, dirigente do CLUBE B).

A treinadora... é meninas que indicam, né... é professores que indica, né... as vezes é um contato de outros times. É assim que faz, e quando é do estado de São Paulo você não paga nenhuma taxa, mas se é do Sul, se é do... aí tem taxa de transferência [...] é, dá o total de 500 reais [...] isso, isso do Sul, que cada estado tem um preço (Jonas, dirigente do CLUBE C).

Não... sim, essa negociação ela é clara, ela é mais simples. O próprio treinador, o próprio diretor, o próprio supervisor, quando geralmente... final de temporada começa, é quase igual o profissional, só que é diferente. Como eu te disse, nós não somos profissionais, somos profissionais no trabalho, mas as meninas não são profissionais, elas são amadoras. Mas é a mesma coisa, acaba a temporada, começa os contatos (Reinaldo, dirigente do CLUBE A).

Como podemos observar nos depoimentos dos dirigentes, não existe uma relação entre os clubes com a finalidade de viabilizar a contratação das atletas. Entendemos que isso ocorre porque eles mesmos não cumprem o artigo 28 da lei nº 9.615, mais detalhado com as inclusões promovidas pela lei nº 12.395/2011. Curiosamente, conforme já observamos, é comum no discurso desses dirigentes os elogios à dedicação das jogadoras de futebol, que as deixam no mesmo patamar dos jogadores homens do ponto de vista dos deveres previstos na profissão; todavia, o reconhecimento e a contrapartida para essa “dedicação” aos treinamentos e

competições não implicam na extensão dos direitos tributários da condição de profissional, formalizada pelo contrato de trabalho com os clubes.

Sobre as transferências das atletas entre os clubes, o discurso delas torna ainda mais evidente a forma como se institui essa relação de trocas por afinidades e interesses pessoais e/ou financeiros.

PESQUISADOR: Algumas de vocês falaram que jogaram em outros times. Como se dá a transferência de vocês entre os times, como que vocês vieram parar aqui neste time?

MILENA: Foi através da Daiane, que joga aqui... ela me convidou, pra fazer um teste...

PESQUISADOR: E nos outros times, sempre jogadora ou teve algum...

MILENA: Teve técnico que chamou eu pra jogar...

PESQUISADOR: Técnico ou jogadora, não teve negociação de dirigentes de times?

MILENA: Não, não.

PESQUISADOR: E as outras?

JANAÍNA: Foi técnico, só. E pra cá foi a Marina que me trouxe. A Marina, lateral.

LUCIANA: O meu foi no jogo contra Franca, e eu jogava pra Franca, eles gostaram do meu futebol e me convidaram.

PESQUISADOR: De Minas pra Franca, como foi?

LUCIANA: Ah, foi através da Letícia, goleira. Ela acabou me ligando, me chamou pra fazer um teste, aí eu passei e acabei ficando por lá.

PESQUISADOR: E de Franca pra cá, como foi?

LUCIANA: Aí, eu joguei contra o time daqui, aí o Francisco [dirigente do time] viu e me ligou. Antes ele já tinha falado comigo e tudo... quando eu fui pra Seleção, que eu encontrei com ele no aeroporto. Eu conversei com ele mais ou menos, no ano seguinte que foi ele me ligou.

PESQUISADOR: E, assim, o que te fez sair de Franca e vir pra cá? A proposta, o que tinha de melhor, de diferente?

LUCIANA: Ah, assim... pra mim, assim, a estrutura daqui era, assim, melhor... em algumas questões é, né... em outras tem capacidade de melhorar mais. Mas também o time, também... o que mostraram no campeonato... ficaram entre os quatro...

PESQUISADOR: Milena, o que te fez vir pra cá? Em qual time você estava antes?

MILENA: Tava no Vassouras. Foi a estrutura, o campeonato aqui em São Paulo, sempre... quis vir jogar em São Paulo.

JANAÍNA: Eu vim da Inglaterra, eu já tava pensando em parar de jogar bola mesmo... aí foi quando a Marina comentou, a Milena comentou também, aí eu falei "Ah, beleza, então vamos".

PESQUISADOR: Você estava parada, você voltou da Inglaterra e ficou um tempo parada?

JANAÍNA: Vim da Inglaterra, fiquei o que... um mês, dois meses parada. Aí depois que... começo do ano, daí que eu vim pra cá.

PESQUISADOR: Gislaine, você sempre jogou aqui?

GISLAINE: Não, em Matão. Joguei três anos lá, depois joguei num outro time que tinha aqui... aí, depois, o antigo técnico daqui me chamou. Sempre treinador que chamava.

ELIANE: Treinador, e a Gislaine me revelou (risos)...

ISAURA: Quando eu saí, foi através de uma amiga, que falou que tava formando um projeto e se eu tinha interesse. Aí eu me interessei e participei do projeto. Uma amiga que jogava comigo aqui em uns anos anteriores (Grupo focal com jogadoras do Clube B).

PESQUISADOR: Questão de transferência de um time pra outro. Você que trocou de time, você que já trocou de time, como que acontece isso? Alguém procura? Você vai

jogar contra outro time e o treinador do outro time fala pra você ir fazer um teste? Como que... pra quem já mudou, pra quem já teve oportunidade... as meninas que vêm pra cá... como que se dá a circulação de jogadoras de um time pro outro? Vocês sabem me dizer isso?

PATRÍCIA: Ah, quando eles procuram a gente é normalmente no começo do ano, no final do ano, né?

RENATA: É.

PATRÍCIA: E por telefone. A maioria das vezes que me chamaram pra jogar foi por telefone.

PESQUISADOR: Por que vocês não têm nenhum vínculo com o time aqui. Vocês têm vínculo assim, você tá jogando o Paulista... vamos ver se eu entendi certo... se você resolve mudar pra outro time você não pode jogar pra outro time porque você já tá inscrita por este time.

AMANDA: É o meu caso.

PESQUISADOR: Você tá presa?

AMANDA: Não, eu tava jogando por Piracicaba, joguei quatro jogos e fui dispensada, daí eu tô aqui.

PESQUISADOR: Mas você não pode jogar o Paulista?

AMANDA: Não posso jogar o Paulista, só posso jogar os Abertos.

PESQUISADOR: Mas, fora isso, você não tem mais nada que te prenda, você quer sair daqui, você sai?

GRUPO: Você sai. Você não tem contrato, não tem nada. É tudo verbal, só.

PESQUISADOR: É tudo acerto verbal e a coisa do registro na Federação que prende você ao time.

GRUPO: Isso.

PESQUISADOR: Daí, então, como a Patrícia falou, vocês recebem telefonema, a pessoa convida vocês pra jogar... daí é aquela coisa de negociar e falar o que que você tem, né, pra oferecer...

AMANDA: Ou geralmente também, quando você tá jogando, a pessoa vem no jogo e conversa com você. Pede seu telefone pra entrar em contato mais tarde. Gostou do futebol, daí chama.

RENATA: Eu acho que funciona por indicação, né?

PESQUISADOR: Uma atleta indica a outra...?

RENATA: É. Como se fosse, uma atleta indica a outra e aí o treinador entra em contato, né, ou mesmo a própria atleta entra em contato... e aí surge um acordo, uma conversa, e é onde acaba se transferindo (Grupo focal com jogadoras do CLUBE C).

Portanto, a ausência de vínculos formais contratuais estabelece as bases para que o futebol de mulheres esteja desprovido de mecanismos de direito, suscitando situações de fato que tornam ambíguas as relações com os clubes, o que não difere de todas as outras modalidades esportivas, sem distinção de categoria masculina e feminina. No entanto, para os outros esportes a legislação as faculta desse direito, enquanto no futebol ela claramente obriga os vínculos formais. Sendo assim, nossas entrevistadas deveriam ter de fato seus contratos de trabalho e remuneração pelo exercício profissional.

Se por um lado as atletas gozam da condição de optar por deixar um clube e procurar outro, caso avaliem que o primeiro não esteja lhes satisfazendo, por outro lado, essas atletas não desfrutam das garantias legais, que possibilitariam a planificação segura da carreira em um ou

mais clubes por prazos predefinidos. A insegurança proveniente desse descumprimento da legislação pelos clubes se traduz na instabilidade dos projetos de vida das jogadoras que apontam a fragilidade dos vínculos com os clubes como uma das principais, senão a principal, preocupações que assolam sua “carreira profissional”, conforme fica claro na fala de algumas das atletas no grupo focal, quando indagadas sobre o que deveria ser feito para tornar o futebol feminino mais valorizado.

PESQUISADOR: O que vocês acham que falta pra melhorar o futebol feminino? O que poderia ser feito?

GRUPO: Tudo. Investimento. Comprometimento. Valorização.

ISAURA: Falta o olhar profissional das pessoas.

LUCIANA: **Carteira assinada** (Grupo focal com jogadoras do CLUBE B).

PESQUISADOR: [...] Na opinião de vocês, o que poderia ser feito pro futebol feminino ser mais valorizado, mais transmitido, mais bem remunerado no Brasil?

[...]

PATRÍCIA: Ah, eu vejo esse negócio de **profissionalizar mesmo. Ter uma lei** que tenha que ter... sabe, que a gente tenha **carteira assinada**... porque, daí, assim, consequentemente vai ter mais gente vindo pro futebol feminino... não só gente que é amador, vamos dizer assim.

AMANDA: E pra ter essa... pra... pra ter uma lei, daí as pessoas que é... empresário, que tem aquela renda pra investir, pra poder ser patrocinador, vai ser... vai ter que patrocinar, porque... assim, não tendo a lei é difícil vir aquelas pessoas que querem patrocinar, que querem ajudar, é difícil.

Portanto, o discurso das atletas mostra que a condição identificada por elas como essencial para a valorização do futebol feminino, que possibilitaria a profissionalização dessa prática, na verdade já existe de direito, faltando apenas que seja cumprida de fato. Quando Patrícia afirma que falta “ter uma lei [...] que a gente tenha que ter carteira assinada”, mal sabe ela e suas colegas de “profissão” que essa lei já existe e que se fazendo cumprir esta legislação a profissionalização do futebol de mulheres de fato estaria concretizada, tendo em vista que, conforme pudemos atestar, as jogadoras já têm cumprido seu papel no que diz respeito aos deveres dos(as) atletas profissionais previstos na Lei Pelé (lei nº 9.615/1998), faltando apenas que os clubes, seus empregadores cumpram com a sua parte, que entre outros aspectos os obriga a registrar os contratos de trabalho de suas atletas na CBF, garantindo-lhes os direitos da legislação trabalhista e da seguridade social, ou seja, a tão sonhada “carteira de trabalho”.

6 ROMPENDO O SILÊNCIO EM BUSCA DA LEGITIMIDADE: “NÃO TEM ESTRUTURA, MAS ATÉ HOJE EU ME VEJO COMO ATLETA PROFISSIONAL”

O depoimento de Renata, que escolhemos como título para esta seção, na qual apresentamos as reflexões conclusivas da tese, é emblemático porque explicita o paradoxo que se configura como a temática central da pesquisa.

Expressado por uma atleta do clube (CLUBE C) que oferecia a estrutura que *a priori* mais se distanciava de um modelo profissional – fato mostrado inclusive pela ausência de salário –, o reconhecimento de pertencimento a um “mercado de profissionais do futebol” contraria quaisquer expectativas pautadas em definições oriundas dos dicionários, do cotidiano ou da sociologia das profissões.

Contudo, a atleta é categórica ao evocar uma representação de profissional para si, apoiando-se na rotina de trabalhos que executa e no fato de dedicar-se exclusivamente a essa atividade, encontrando amparo – mesmo aparentemente sem consciência – na legislação esportiva, tendo em vista que a Lei Pelé preconiza essas atividades como deveres do atleta. Na ânsia de legitimar o estatuto de profissional, a jogadora chega a equiparar a bolsa de estudos que recebe ao salário que deixa de receber. Tal perspectiva mostra a valorização de um capital simbólico para a legitimação pessoal de seu *status*, que diz respeito à *expertise* construída com base na dedicação às rotinas de treinamento, socialmente reconhecidas como constituintes de um *ethos* profissional de atleta.

Porém, a própria Renata relativiza seu posicionamento ao reconhecer que a suposta ausência do respaldo legal – que de fato se evidencia pelo descumprimento da legislação – seria um impeditivo para que a sua percepção seja referendada pela comunidade futebolística e pela sociedade de uma maneira geral.

Aliás, a ausência de contratos de trabalho formais configura-se em um incômodo ônus a ser assumido pelas atletas do futebol, como revelam as falas de Gislaine e Eliane, do CLUBE B, que mesmo se reconhecendo como profissionais do futebol demonstram bastante preocupação com o fato de esse profissionalismo não obter uma legitimidade que implique uma segurança legal. Esta preocupação pode ser vista quando as duas atletas explicitam o sentimento

de desalento; uma por não ter sequer a carteira de trabalho e outra por ter a carteira sem qualquer registro de emprego.

O valor social atribuído ao registro em carteira de trabalho consolida-se como um dos mais relevantes mecanismos de credenciamento de um campo profissional. Nesse sentido, a ausência dessa chancela implica uma suposta exclusão do mercado de trabalho, resultando ainda em cobranças dos familiares, conforme essas e outras atletas fizeram questão de relatar.

Contudo, mesmo diante de todos esses constrangimentos impostos ao campo de possibilidades das atletas dos dois clubes nos quais conseguimos obter depoimentos, constata-se que o futebol continua configurando-se como eixo norteador de seus projetos de vida e profissionais. É fato que, à medida que a idade das atletas vai avançando, os constrangimentos impostos por aspectos como a falta de estrutura, pressão familiar, falta ou precariedade de salário, reconhecimento da inconsistência patrimonial adquirida com o futebol e identificação da dificuldade de reconversão do capital futebolístico construído para outras áreas do mercado de trabalho, tendem a restringir cada vez mais o campo de possibilidades dessas atletas a ponto de colocar em crise esses projetos, que passam então a serem questionados por elas mesmas.

Em nossas investigações a respeito da organização do futebol praticado por mulheres, partimos de uma perspectiva macroestrutural, acessando as políticas previstas pela Fédération Internationale de Football Association (FIFA) para o desenvolvimento do futebol feminino e buscamos analisar alguns elementos das configurações assumidas por tais políticas em diferentes instâncias até sua repercussão nos clubes, sobretudo naqueles por nós estudados.

A missão e os objetivos propostos pela FIFA para o desenvolvimento do futebol feminino, que prevê apoio financeiro e suporte técnico, evocam o papel fundamental nesse processo de suas confederações e federações afiliadas, bem como o envolvimento dos governos, dos meios de comunicação e do setor privado. Cabe ressaltar que a mobilização desse tripé, forjando o mecanismo que classificamos como círculo virtuoso para o desenvolvimento do futebol feminino, depende inequivocadamente da vontade política e da atuação irrestrita da própria FIFA e de suas afiliadas, que no caso do Brasil consistem na CONMEBOL e na CBF.

Seguindo a política da CONMEBOL, a CBF mantém uma estrutura pífia para o futebol feminino no país, organizando anualmente a Copa do Brasil e mantendo em atividade no período das competições sul-americanas e mundiais, as seleções das categorias exigidas pela FIFA (sub-17, sub-20 e adulta). A organização do futebol feminino pelas federações estaduais

afiliadas da CBF também se estabelece pela mesma lógica do funcionamento mínimo, restringindo-se em alguns dos estados à organização de uma “competição relâmpago” seletiva para a Copa do Brasil, chegando a envolver apenas três clubes.

No estado de São Paulo, há a competição que classificamos como a mais bem organizada entre todas nacionalmente, tendo em vista a quantidade de clubes participantes e a extensão de seu calendário, que mantém esses clubes em atividade por boa parte do ano (a duração variou entre quatro e seis meses nos últimos anos). Porém, também essa competição enfrenta problemas de toda ordem, como a falta de divulgação e de mecanismos para a captação de recursos para que os clubes se tornem autossustentáveis. O **Manual de Licenciamento dos Clubes**, lançado pela FPF em 2012 e ainda em fase de aprovação pela entidade, exhibe o menosprezo da entidade ao futebol feminino, pois estabelece as diretrizes que sinalizam para a exigência de que todos os seus clubes afiliados estruturem suas categorias de base, desde a sub-11, sem qualquer tipo de menção quanto ao gênero, mas dando claros indícios de que se restringe ao futebol masculino. Diego, dirigente do CLUBE B, ressalta ainda que, embora a FPF esteja cumprindo um importante papel quando organiza o Campeonato Paulista, a entidade peca pela omissão em relação à divulgação desse evento e do futebol feminino de uma maneira geral, comprometendo, e por vezes inviabilizando, a captação e fidelização de parcerias pelos clubes, em virtude da invisibilidade de suas marcas.

Os efeitos dessas políticas pouco efetivas para o desenvolvimento do futebol feminino, da CONMEBOL até a FPF, podem ser identificados nas estruturas dos três clubes analisados na pesquisa. Antes, cabe fazer um adendo em relação ao papel da FIFA que, como foi possível observar, promove um avanço significativo do ponto de vista conceitual em relação à política que estabelece para o desenvolvimento do futebol feminino. A ressalva que não pode deixar de ser feita diz respeito à omissão da entidade máxima do futebol, na medida em que não prevê mecanismos que garantam a execução dessas políticas por parte de suas confederações e federações afiliadas. Apenas sugerir não basta, é preciso responsabilizar e onerar as afiliadas que não demonstrem vontade política e ações efetivas para fazer valer na prática as diretrizes propostas pela entidade mandatária.

Retomando a discussão a respeito dos impactos da ineficácia das políticas nacionais para o desenvolvimento do futebol feminino, nos clubes pesquisados temos três organizações distintas que de diferentes maneiras encontraram-se limitadas pela ausência de uma configuração

político-organizacional da modalidade que estabelecesse condições para um desenvolvimento autossustentável.

No caso do CLUBE C, as condições estabelecidas para o desenvolvimento do futebol feminino mostraram-se insustentáveis, pois o clube mal garantia as condições mínimas de subsistência e de desenvolvimento das atividades atléticas de suas jogadoras. Aspectos básicos, como alimentação, transporte e atendimento médico, mostraram-se muito aquém das necessidades das atletas. Ficou claro que o principal benefício oferecido pelo clube às atletas restringe-se à bolsa de estudos no ensino superior.

Já o projeto do CLUBE A, que parecia possuir as melhores condições para o desenvolvimento do futebol feminino, aproveitando-se de toda a infraestrutura de um grande clube profissional, revelou-se insustentável, na medida em que o clube optou por cancelar os investimentos e encerrar as atividades do seu departamento de futebol feminino, indicando como motivo as dificuldades de captação de patrocinadores, fato que inviabilizaria a continuidade de um projeto que não oferecesse garantias de sustentabilidade financeira.

Por fim, o CLUBE B demonstrou uma estrutura intermediária, que mesmo não garantindo às atletas uma relativa estabilidade, sobretudo financeira, que pudesse indicar maior aproximação com um modelo profissional de atividade, mostrou-se relativamente sustentável no cenário atual do futebol feminino, permitindo que as atletas desenvolvessem suas atividades pessoais e atléticas com condições relativamente satisfatórias, desfrutando de atendimento médico e condições de treinamento adequados. Cabe, entretanto, indagar sobre até que ponto e até quando essas condições irão se sustentar enquanto iniciativa individual, em um contexto que não oferece perspectivas de desenvolvimento para a modalidade como um todo.

Recorrendo à legislação esportiva que atua de forma solidária com a legislação trabalhista, pudemos identificar que nenhum dos clubes pesquisados cumpre com as diretrizes legais, tendo em vista que submetem as atletas de suas equipes às exigências previstas como deveres de atletas profissionais na Lei Pelé, mas não oferecem a contrapartida que seria a remuneração pactuada por um contrato de trabalho esportivo.

Retomando a afirmação de Renata e cotejando-a com a organização macro e microestrutural apresentada, podemos inferir que o estatuto de profissional de futebol pode ser aplicado a essas atletas, pautado nas definições do campo teórico e nas legislações vigentes. Tomando como referência o texto da Lei Pelé, que estabelece que atleta profissional é aquele que

tem remuneração pactuada por contrato especial de trabalho esportivo, nossa pesquisa percebe um paradoxo, pois Renata, Andréia, Amanda, Adriana, Gislaine, Milena etc., não deveriam considerar-se profissionais do futebol, pois não desfrutam desse direito. Em contraposição, de fato elas são profissionais.

Porém, assim como explicitado nos discursos dessas atletas, acreditamos que é preciso cunhar uma representação alternativa para o estatuto do qual estão investidas e, nesse sentido, reconhecemos que elas são sim profissionais do futebol, pois são detentoras de um capital simbólico referendado por seus pares no campo esportivo, como uma *expertise* forjada a partir da dedicação ao aprimoramento técnico (em sentido amplo) e a consequente e concorrente abnegação em relação a qualquer outro campo de atuação profissional concomitante.

No campo legal, esse reconhecimento passa a existir por jurisprudência, visto que nos outros esportes em que a legislação faculta a profissionalização dos atletas há casos de ganhos de causa na justiça, com o reconhecimento do vínculo profissional “disfarçado”. Nesse mesmo sentido, no caso do futebol, o precedente nos parece ainda mais favorável, uma vez que a legislação já prevê todas as garantias quando propõe um tratamento diferenciado ao futebol em relação aos demais esportes, obrigando à profissionalização das atletas. O fato de a lei não estabelecer uma distinção de gênero, até para não se tornar inconstitucional, ferindo o artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal – “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” –, proporciona às mulheres as mesmas garantias que são previstas para os homens na legislação esportiva. Assim, ainda que as jogadoras não possuam um contrato de trabalho esportivo com o clube, o desempenho e a dedicação a atividades previstas na Lei Pelé como deveres do atleta garantem a elas o direito de que seu vínculo seja reconhecido como profissional.

Identificamos que a apropriação do futebol como projeto de vida e profissional para essas atletas possibilita, assim como identifica Bourdieu (2010), o empoderamento a partir do esporte, fazendo com que elas se apropriem de seu-corpo-para-si, relativizando inclusive as amarras estabelecidas pelo campo de possibilidades que lhes apresenta o futebol como um campo improvável do ponto de vista da realização profissional.

Por fim, queremos destacar um dos objetivos destacados pela FIFA em seu projeto para o desenvolvimento do futebol feminino: “Criar condições para que mais mulheres ocupem cargos técnicos e executivos no mundo do futebol, em áreas variadas como arbitragem,

treinamento, medicina, mídia e gestão”. Acreditamos, incondicionalmente, que o desenvolvimento da modalidade deva passar, necessariamente, pelo empoderamento das mulheres em todas essas esferas.

É preciso ir além do direito de jogar, é preciso protagonizar a mudança, assumindo cada uma a sua posição política no intuito de fazer com que o futebol praticado pelas mulheres faça parte da agenda das políticas vinculadas ao futebol. Mas, para isso, as próprias políticas afirmativas precisam prever a participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão, o que não ocorre na FIFA, na CONMEBOL, na CBF, na FPF e nos clubes pesquisados, evidenciando um descompasso dentro da própria entidade máxima do futebol, que é a signatária de um elogiável programa para o desenvolvimento do futebol feminino.

Silêncio não significa ausência (GOELLNER, 2011), as mulheres estão cada vez mais se apropriando do futebol e não há mais como fechar os olhos para esse fato. Entretanto, faz-se necessário buscar o reconhecimento da legitimidade dos projetos de mulheres que esperam viver do futebol com a implementação de políticas afirmativas que possibilitem o redimensionamento das representações nucleares e periféricas relacionadas ao futebol feminino, de forma que amplie o campo de possibilidades de atuação daquelas que aspirem ocupar esses espaços.

Com base nas reflexões propostas nesta tese, acreditamos que seja necessário e viável a implementação de uma política pública nacional de promoção da igualdade de gênero no futebol. Em primeiro lugar, é necessário que se faça cumprir a legislação. As atletas que praticam futebol nos clubes e disputam os campeonatos organizados pelas federações e pela CBF precisam ter vínculos com os clubes regularizados por meio de contratos de trabalho esportivo, registrados nessas entidades, estabelecendo todas as garantias da legislação trabalhista e de seguridade social.

Compreendemos que, para que a lei seja cumprida, é necessário criar mecanismos para responsabilizar as entidades organizadoras (CBF e federações) e os clubes pela manutenção de equipes e competições para mulheres. Sobre esse aspecto, uma medida importante seria a criação de “departamentos” dentro dessas entidades que se responsabilizassem pela administração do futebol feminino.

Com base em estudos prévios, os departamentos das federações teriam o compromisso de organizar competições estaduais de futebol feminino, com calendário fixo e compatível com a legislação nacional de esporte, ou seja, um calendário mínimo de dez meses por ano. Da mesma forma que a FPF lançou as diretrizes para a estruturação das categorias de

base no **Manual de Licenciamento dos Clubes**, deve haver um documento que obrigue os clubes a manterem também suas equipes femininas e a participar de competições organizadas pelas respectivas federações em ao menos uma categoria feminina (profissional; sub-20; sub-17 e sub-15; sub-13 e sub-11).

Por fim, acreditamos que seja necessário investir na produção de conhecimento sobre uma série de fatores que orbitam em torno da prática do futebol por mulheres, no intuito de desestabilizar “verdades absolutas” que tendem a ser cada vez mais relativas e menos verdadeiras, como a máxima de que “futebol é jogo pra homem” ou de que “futebol é profissão pra homem”.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-29, jan./abr., 2006.

ALMEIDA, Claudio Bispo de; OPPA, Deraldo Ferreira; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Estudo de caso. In: SANTOS, Saray Giovana dos; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. **Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa aplicada à Educação Física**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012. p. 143-148.

ARRUDA, Eduardo. FPF institui jogadora-objeto no Paulista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2001, Caderno Esporte, p. D5. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2001/09/16/20>>. Acesso em: 21 set. 2012.

BALTAR, Paulo; KREIN, José Dari; LEONE, Eugenia Troncoso. Economia e mercado de trabalho no Brasil. In: LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (Org.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009. p. 27-46.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERTOZZI, Priscila. Futebol feminino dá 12 de pico na Band. In: **Máquina do Esporte**, 17 dez. 2009. Disponível em: <<http://maquinadoesporte.uol.com.br/v2/noticias.asp?id=15090>>. Acesso em: 24 dez. 2009.

BETTI, Mauro. **Violência em campo: dinheiro, mídia e transgressão às regras no futebol espetáculo**. Ijuí: Unijuí, 1997.

BORGES, Ari. As meninas do Radar driblam o preconceito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 1984. Esportes, p. 24. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/03/13/2/>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOVE, Rita de Cássia et al. **Futebol feminino: uma análise da infraestrutura das equipes que disputam o Campeonato Paulista da primeira divisão**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física) – Faculdade de Jaguariúna, Jaguariúna, 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de Abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 16/4/1941, p. 000 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. Decreto nº 53.820, de 24 de Março de 1964. Dispõe sobre a profissão de atleta de futebol, disciplina sua participação nas partidas e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 25/3/1964, p. 2.875 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53820-24-marco-1964-393794-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. Lei nº 6.354, de 2 de Setembro de 1976. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 3/9/1976, p. 1.1687 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6354-2-setembro-1976-357010-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. Deliberação nº 10, de 21 de Dezembro de 1979. Conselho Nacional de Desportos. Baixa instruções às entidades desportivas do país para a prática de desportos pelas mulheres. **Diário Oficial da União** - Seção I - 31/12/1979, p. 20.220. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3438879/dou-secao-1-31-12-1979-pg-92/pdf>>. Acesso em 02 jan. 2013.

_____. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 5/10/1988, p. 1 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. Lei nº 7.752, de 14 de Abril de 1989. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 18/4/1989, p. 5.778 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1989/lei-7752-14-abril-1989-365530-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. Lei nº 8.672, de 6 de Julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 7/7/1993, p. 9.379 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1993/lei-8672-6-julho-1993-349784-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 25/03/1998, Página 1 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1998/lei-9615-24-marco-1998-351240-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. Lei nº 9.981, de 14 de Julho de 2000. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 17/7/2000, p. 1 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2000/lei-9981-14-julho-2000-369220-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. Lei nº 10.672, de 15 de Maio de 2003. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 16/5/2003, p. 3

(Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2003/lei-10672-15-maio-2003-496696-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004. Institui a Bolsa Atleta. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 12/7/2004, p. 1 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2004/lei-10891-9-julho-2004-532976-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2012.

_____. Portaria nº 151, de 4 de agosto de 2010. Estabelece os critérios objetivos para a concessão da Bolsa Atleta e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1 – 5/8/2010, p. 78 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snear/bolsaAtleta/portaria15104082010.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2012.

_____. Lei nº 12.395, de 16 de Março de 2011. Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de Setembro de 1976 e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 17/3/2011, p. 1 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2011/lei-12395-16-marco-2011-610346-publicacaooriginal-132044-pl.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

BRENNAN, Patrick. Donmouth. In: WOMEN’S FOOTBALL. **The Dick, Kerr Ladies’ FC**. 2013. Disponível em: <http://www.donmouth.co.uk/womens_football/dick_kerr.html>. Acesso em 24 jan. 2013.

CALCULADORA do cidadão. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Correção de valores**. 2013. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

CAMPEONATO Paulista de Futebol Feminino. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Campeonato_Paulista_de_Futebol_Feminino>. Acesso em: 29 jan. 2013.

CAMPOS, Priscila Augusta Ferreira. **Mulheres torcedoras do Cruzeiro Esporte Clube presentes no Mineirão**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CARDOSO, Maurício. Flores do campo. **Revista Veja**, Editora Abril, ed. 1.468, São Paulo, 30 out. 1996, p. 72-73.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1988.

CAUDWELL, Jayne. Women's football in the United Kingdom: Theorizing Gender and Unpacking the Butch Lesbian Image. **Journal of Sport and Social Issue**, v. 23, n. 4, p. 390-402, 1999.

CBF. **Regulamento da Copa do Brasil de Futebol Feminino 2012**. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/media/368897/cbff%20-%20rec%202012.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2012a.

CBF. **Copa do Brasil de Futebol Feminino 2012**. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/competicoes/copa-do-brasil-de-futebol-feminino/2012>>. Acesso em: 31 ago. 2012b.

CBF. A CBF: **Diretoria**. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/A%20CBF/Diretoria>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

CHAN-VIANNA, Alexandre Jackson. **Meninas que jogam bola**: identidades e projetos das praticantes de esportes coletivos de confronto no lazer. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2010.

COBOS, Paulo. No país da bola, futebol se torna um subemprego. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2010, Caderno Esporte, p. D1. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/03/14/20>> Acesso em: 21 set. 2012.

CONMEBOL adota suspensão por três amarelos para Libertadores 2013. In: A dupla Grenal. 21 dez. 2012. Fonte: <<http://aduplagrenal.com.br/2012/12/conmebol-adota-suspensao-por-tres-amarelos-para-a-libertadores-2013/>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

CONMEBOL. **El Comité Ejecutivo**. Disponível em: <http://www.conmebol.com/pages/Comite_ejecutivo.html>. Acesso em: 12 jan. 2013a.

CONMEBOL. **Comisiones de la Conmebol**. Disponível em: <<http://www.conmebol.com/pages/Comisiones.html>>. Acesso em: 12 jan. 2013b.

CONVERSÃO de valores. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Conversão de moedas**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

CUNHA, Teresa Cristina de Paiva Montes. Araguari, berço do futebol feminino no Brasil. In: **Portal de Araguari**. Araguari, 09 out. 2011. Disponível em: <<http://www.portaldearaguari.com.br/2008/10/primeiro-artigo-de-repercurso-nacional.html>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

_____. O início do futebol feminino no Brasil: divergências históricas e o pioneirismo na prática. In: KESSLER, Claudia Samuel (Org.). **Mulheres na área**: gênero, diversidades e inserções no futebol. Porto Alegre, 2013. p. 214-235. No prelo.

DAMATTA, Roberto. **A bola corre mais que os homens**: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão**: a formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., ANPOCS, 2007.

DARIDO, Suraya Cristina. Futebol feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógica. **Motriz**, v. 8, n. 2, p. 43-50, ago. 2002.

DEBUS, Mary. **Manual para a excelência em la investigacion mediante grupos focales**. Washington: Academy for Educational Development, 1997.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 279-298.

DEIXA que eu chuto. Dirigido por Alfredo Alves, Produção Bemvinda Filmes, Rio de Janeiro: GNT, 2009. Exibido em 29 ago. 2009. Documentário vencedor do prêmio Pitching GNT 2009.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do) (Verbetes). In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 173-178.

DEVIDE, Fabiano Pries. **Gênero e mulheres no esporte**: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

DUARTE, Marcelo; GARCIA, Sérgio; LUZ, Sérgio Ruiz. Dossiê: Valeu meninas! E agora? **Placar**, São Paulo: Editora Abril, v. 27, n. 1.119, set. 1996, p. 46-54. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=hhwh6G60eKMC&pg=PA4&hl=pt-BR&source=gbs_toc&cad=2#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 28 jan. 2013.

DUARTE, Orlando. **Enciclopédia**: todas as Copas do Mundo. São Paulo: Makron Books, 2001.

DUNNING, Eric. **El fenómeno deportivo**: estudios sociológicos en torno al deporte, la violencia y la civilización. Traducción: Pedro González Del Campo Román. Barcelona: Editorial Paidotribo, 2003.

DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph. As relações entre os sexos no esporte. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 5, n. 2. p. 321-348, 1997.

CAMPEONATO Paulista de Futebol Feminino. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Campeonato_Paulista_de_Futebol_Feminino>. Acesso em: 29 jan. 2013.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Tradução: Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992.

ECHEVERRIA, Regina. O charme vai a campo. **Placar**, São Paulo: Editora Abril, v. 15, n. 738, 13 jul. 1984, p. 24-27. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=3VxTL4P3bV4C&pg=PA5&num=6&as_pt=MAGAZIN ES&hl=pt-BR&source=gbs_toc&cad=2#v=onepage&q&f=true. Acesso em 28 jan. 2013.

EX-CAPITÃ da seleção brasileira se tornou motorista de ônibus no Rio. *Esporte Fantástico*. [4 jun. 2011]. São Paulo: Record, 2011. Disponível em: <http://esportes.r7.com/videos/ex-capita-da-selecao-brasileira-se-tornou-motorista-de-onibus-no-rio/idmedia/4dea2db43d144894a1e36066.html> Acesso em: 7 jul. 2012.

FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes de. Futebol, questões de gênero e co-educação – algumas considerações didáticas sob enfoque multicultural. **Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 2, p. 17-39, 1995.

FIFA. Desenvolvimento do Futebol. **Suporte técnico: Missão do desenvolvimento técnico**. Disponível em: <http://pt.fifa.com/aboutfifa/footballdevelopment/technicalsupport/mission.html>. Acesso em: 30 ago. 2012a.

FIFA. Desenvolvimento do Futebol. **O jogo feminino: missão e objetivos**. Disponível em: <http://pt.fifa.com/aboutfifa/footballdevelopment/technicalsupport/women/mission.html>. Acesso em: 30 ago. 2012b.

FIFA. Desenvolvimento do Futebol. **O jogo feminino: programa de desenvolvimento**. Disponível em: <http://pt.fifa.com/aboutfifa/footballdevelopment/technicalsupport/women/programmes.html>. Acesso em: 30 ago. 2012c.

FIFA. **Women's Football Development Programme Guidelines**. Disponível em: http://pt.fifa.com/mm/document/footballdevelopment/women/01/57/10/97/womensfootballdevprogr_e.pdf. Acesso em: 30 ago. 2012d.

FIFA. **Regulations FIFA Financial Assistance Programme (FAP)**. Disponível em: http://www.fifa.com/mm/document/afdeveloping/finassprogr/50/16/69/fap_regulations_en_de_fr_es_022009.pdf. Acesso em: 31 ago. 2012e.

FIFA. Desenvolvimento do Futebol. Assistência Financeira: **Programa de Assistência Financeira: missão e objetivos**. Disponível em: <http://pt.fifa.com/aboutfifa/footballdevelopment/financialassistance/mission.html>. Acesso em: 31 ago. 2012f.

FIFA. Women's Football Today. **Information and statistics on women's football from FIFA member associations**. Disponível em:

<<http://pt.fifa.com/mm/document/afdeveloping/women/93/77/21/factsheets.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2012g.

FIFA. Organização. Administração, **Organograma da FIFA**. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/aboutfifa/organisation/administration/organisationalchart.html>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico (Verbete). In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 256-262.

FPF. **Regulamento Específico do 14º Campeonato Paulista de Futebol Feminino – Primeira Divisão – 2012**. Disponível em: <http://www.futebolpaulista.com.br/arquivos/REGULAMENTO_FEMININO_2012.pdf>. Acesso em 01/09/2012a.

FPF. A Federação: **Diretoria**. Disponível em: <<http://www.futebolpaulista.com.br/afederacao/diretoria>>. Acesso em: 4 set. 2012b.

FPF – **Manual de Licenciamento dos Clubes**. Disponível em: <http://www.futebolpaulista.com.br/arquivos/Manual_de_Licenciamento_2012.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2013.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa pra macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. (Série Pesquisa em Educação; 10)

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: fragmento de uma história generificada. In: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. (Orgs.). **O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho**. São Paulo: Aleph, 2004. p. 359-372.

_____. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, abr./jun. 2005a.

_____. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2005b.

_____. Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade. In: OLIVEIRA, Amauri A. B.; PERIM, Gianna L. (Orgs.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**. Maringá: Eduem, 2009. p. 73-88.

_____. Prefácio. Memórias olímpicas: a vez e a voz das mulheres. In: RUBIO, Katia (Org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 5-9.

GOMES, Euza Maria Paiva. **A participação das mulheres na gestão do esporte brasileiro: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ, 2008.

GONÇALVES, Leda. Érika chora por fim das Sereias da Vila. In: Belas no Esporte, **Diário do Nordeste**, 30 jan. 2012. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/belasnoesporte/geral/erika-chora-por-fim-das-sereias-da-vila/>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

GRACIANO, Diego. **Você é mulher, Marta!** São Paulo: All Print, 2008.

HARGREAVES, Jenniffer. Promesa y problemas en el ocio y los deportes femeninos. In: BROHM, J. M. et al. **Materiales de sociología del deporte**. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 109-132.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS. 1999. p. 183-221.

HELAL, Ronaldo George. **O que é sociologia do esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos)

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 15-20.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 111-123.

HONG, Fan; MANGAN, James Anthony. (Eds.) **Soccer, Women, Sexual Liberation: Kicking of a New Era**. London: Frank Cass, 2004.

HOUAIS. Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Verbete: **Profissão**. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=profiss%E3o&stipe=k>>. Acesso em: 21 set. 2012.

IBGE. Mão na roda. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/index.html>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

KANESIRO, Marina Hanita. **Mídia e futebol feminino: indiferença e distorções**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

KESSLER, Cláudia Samuel. Se é futebol é masculino? **Sociologias Plurais** - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia, n. especial 1, p. 240-254, out. 2012. Disponível em: <<http://www.sociologiasplurais.ufpr.br/index.php>> Acesso em: 4 jan. 2013.

KNIJNIK, Jorge Dorfman; VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro. Sem impedimento: o coração aberto das mulheres que calçam chuteiras no Brasil. In: COZAC, João Ricardo. **Com a cabeça na ponta da chuteira: ensaios sobre a psicologia do esporte**. São Paulo: Annablume/CEPE, 2003, p. 1-18.

LAMOUREUX, Diane. Público/privado (Verbete). In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 256-262.

LAUFER, Jacqueline. Introdução. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 111-123.

LOURENÇO, Leonardo; REIS, Lucas. Parceiro da CBF lucra com inchaço das Séries C e D. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 ago. 2012, Caderno Esporte, p. D4. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/08/19/20/>> Acesso em: 21 set. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995. p. 101-131.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Histórias do futebol**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2010. (Coleção Ensino & Memória, 1)

MAGALHÃES, Mário. O tedioso futebol feminino. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 maio 2004, Caderno Esporte. p. D3. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/05/28/20/>> Acesso em: 22 jan. 2013.

MALAIA, João M. C. Torcer, torcedores, torcedoras, torcida (bras.): 1910 -1950. In: HOLLANDA, Bernardo B. et al. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 51-84.

MARQUES, João Henrique. Erika chora por fim das Sereias e Santos coloca gastos com Neymar como responsáveis. In: Futebol, **UOL–Esportes**, 03 jan. 2012. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2012/01/03/erika-chora-por-fim-das-sereias-e-santos-coloca-gastos-com-neymar-como-responsavel.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

MARUANI, Margaret. Introdução – Entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos das mulheres. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 127-136.

MELO, Vitor A. Sportsmen: os primeiros momentos da configuração de um público esportivo no Brasil (século XIX-década inicial do século XX). In: HOLLANDA, Bernardo B. et al. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 17-50.

MIGLIACCIO, Todd A.; BERG, Ellen C. Women's participation in tackle football: an exploration of benefits and constraints. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 42, n. 3, p. 271-287, 2007.

MOURA, Eriberto Lessa. **As relações entre futebol, lazer e gênero**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 2003.

MOURA, Eriberto Lessa. O futebol como área reservada masculina. In: DAOLIO, Jocimar (Org.). **Futebol, cultura e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2005. pp. 131-147.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, v. 7, n. 13, p. 5-18, 2000.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Marcia. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 73-86, jan. 2005.

MURRAY, William J. **Uma história do futebol**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Hedra, 2000.

NAPIER, Rodrigo Domingues. **Manual do direito desportivo e aspectos previdenciários**. São Paulo: IOB, 2003.

NEWSHAM, Gail J. **In a league of their own!** The Dick, Kerr Ladies Football Team. Londres: Scarlet Press, 1997.

_____. Women's Football History. In: **Dick, Kerr Ladies FC 1917-1965**. 2013a. Disponível em: <<http://www.dickkerrladies.com/index.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

_____. Team Picture Gallery. In: **Dick, Kerr Ladies FC 1917-1965**. 2013b. Disponível em: <<http://www.dickkerrladies.com/page4.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. (Histórias do Brasil)

PINHEIRO, Augusto. Dá-lhe peito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1997, 5º Caderno, p. 4. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1997/03/17/25/>>. Acesso em: 21 set. 2011.

REDEVIDA. Futebol e criança. Disponível em: <<http://www.redevida.com.br/programa.asp?id=190>>. Acesso em: 1 ago. 2012.

REDEVIDA. Futebol ao vivo. Disponível em: <<http://www.redevida.com.br/programa.asp?id=82>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Futebol e sociedade**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

_____. **Futebol e violência**. Campinas/São Paulo: Armazém do Ipê/FAPESP, 2006

REIS, Heloisa Helena Baldy dos; ESCHER, Thiago de Aragão. **Futebol e sociedade**. Brasília: Liber Livros, 2006.

RIAL, Carmem. Entrevistas: pesquisadores. **Ludopédio**. 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.ludopedio.com.br/rc/index.php/entrevistas/artigo/1207>> Acesso em: 4 jan. 2013.

RIBEIRO, Luís Álvaro de Oliveira; SANTOS, Érika Cristiano dos. Entrevista coletiva. [3 jan. 2012]. Santos: **Santos TV**, 2012. Disponível em: <<http://www.santosfc.com.br/multimedia/videos/default.asp?id=258955&c=>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. **O fim do passe e a modernização conservadora do futebol brasileiro (2001-2006)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RUBIO, Katia. A cordialidade feminina no esporte brasileiro. In: RUBIO, Katia (Org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 85-102.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALLES, José Geraldo do Carmo. **Entre a paixão e o interesse - O amadorismo e o profissionalismo no futebol brasileiro**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

SALLES, José Geraldo do Carmo; SILVA, Maria Cecília de Paula; COSTA, Marta de Moura. A Mulher e o Futebol: Significados Históricos. In: VOTRE, Sebastião (Coord.). **A representação social da mulher na educação física e no esporte**. Rio de Janeiro: Editora Central da UGF, 1996. p. 79-94.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. **Revolução vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção socioeconômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)**. 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-26102010-115906/>>. Acesso em: 25 maio 2012.

SANTOS promove desfile com Sereias da Vila de biquíni. In: Esportes, **Terra**, 14 abr. 2011. Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/futebol/estaduais/2011/fotos/0,,OI151943-EI17147,00-Santos+promove+desfile+com+Sereias+da+Vila+de+biquini.html>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. 3. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil na análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995, p. 71-99.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo Cortez, 2007.

SILVEIRA, Maria Natália Barbosa da. **As delegadas de polícia de São Paulo: profissão e gênero**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SIMÕES, René. **O dia em que as mulheres viraram a cabeça dos homens**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

SOUZA, Gabriela Conceição de; MOURÃO, Ludmila. **Mulheres do tatame: o judô feminino no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Implementação de um programa de futebol feminino na Educação Física escolar**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

_____. **Co-educação, futebol e Educação Física escolar**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) – Departamento de Educação Física, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; DARIDO, Suraya Cristina. A prática do futebol feminino no Ensino Fundamental. **Motriz**, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2002. Disponível em <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/08n1/Moreira.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2010.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. O canto das sereias: migrações e desafios de meninas que sonham ter o futebol como profissão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, Tema: Diásporas, diversidades, deslocamentos. 2010. p. 1-9. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares#O>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

STAHLBERG, Lara Tejada. Jogando em vários campos: torcedoras, futebol e gênero. In: TOLEDO, Luiz Henrique; COSTA, Carlos Eduardo (Orgs.). **Visão de jogo: antropologia das práticas esportivas**. 1.ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009. p. 141-166.

SUGIMOTO, Luiz. Eva Futebol Clube: mestrando relaciona o futebol feminino no Brasil com movimentos higienista, eugenista e feminista. **Jornal da Unicamp**. Campinas, 5 a 11 maio 2003, p. 12. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2003/ju211pg12.html>. Acesso em: 7 set. 2010.

TERRA, Claudiney. História. **Saad Esporte Clube**. [Copyright 2003-2006] Disponível em: <<http://www.saadec.com.br/portugues/historia/historia.php>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

TÓDARO, Luciano G. **Considerações acerca do futebol feminino no país.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Estadual Paulista, 1997.

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Lógicas no futebol.** São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2002. (Paidéia)

TRALCI FILHO, Marcio Antonio. ARAUJO, Sergio Estevam Carlos de. As possíveis relações entre os feminismos e as práticas esportivas. In: RUBIO, Katia (Org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 17-41.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo Atlas, 1987.

TUBINO, Manoel J. G. **500 anos de legislação esportiva brasileira:** do Brasil Colônia ao início do século XXI. Rio de Janeiro: Shape, 2002.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação:** a observação. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. (Série Pesquisa, v. 5)

WISNIK, José Miguel. **Veneno Remédio:** o futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro para entrevista semiestruturada com dirigente/mandatário(a) do clube.**I- MANDATÁRIO(A) DO CLUBE**

1. Caracterização do mandatário (1.1. nome, 1.2. cargo/função, 1.3. profissão, 1.4. formação, 1.5. tempo dedicado ao futebol feminino, 1.6. tempo dedicado ao clube)
2. Qual é a situação jurídica da equipe/clube, há quanto tempo existe, quantas vezes participou do Paulista e qual a melhor colocação na competição.
3. Existe uma sede da equipe/clube?
 - 3.1. Quais as condições (própria, cedida, alugada) e a infraestrutura dessa sede?
4. Qual a composição da comissão técnica?
 - 4.1. Qual a formação dos membros e se eles possuem vínculo empregatício ou algum benefício.
5. Existem patrocínios ou parcerias com a equipe/clube?
 - 5.1. Como elas são firmadas e quais as condições?
 - 5.2. Se não existem: foram feitas tentativas e quais as dificuldades encontradas?
6. Qual o valor da folha de pagamento da equipe, qual o piso e o teto salarial das atletas?
7. Qual a receita e as despesas mensais da equipe/clube com o futebol feminino?
8. Existem categorias de base?
 - 8.1. Como se organizam?
 - 8.2. Se não existem, como são tratadas as meninas com idade abaixo de 14 anos na equipe?
9. Como são os contratos das atletas da equipe/clube?
 - 9.1. Quais as exigências contratuais da FPF e CBF?
10. Quais os benefícios concedidos às atletas?
11. Existem atletas contempladas com o Bolsa Atleta?
 - 11.1. Quantas são e quais os valores?
12. Como a equipe/clube procede para recrutar atletas para a formação dos times para as competições?
13. De que forma ocorre a circulação das atletas entre os clubes?
14. Existe a atuação de agentes/empresários de atletas?
 - 14.1. Como se dá essa atuação?
15. Quantas atletas compõem o atual elenco da equipe principal do clube?

APÊNDICE B: Roteiro para entrevista semiestruturada com treinador(a) do clube.

II- TREINADOR(A) DO CLUBE

1. Caracterização do treinador (1.1. nome, 1.2. profissão, 1.3. formação, 1.4. tempo dedicado ao futebol feminino, 1.5. tempo dedicado ao clube)
2. Já trabalhou em outras equipes/clubes de futebol feminino?
 - 2.1. Por quanto tempo, como foi financeiramente e como satisfação profissional/pessoal?
3. Atualmente se dedica apenas ao trabalho com o futebol feminino ou tem outros empregos/trabalhos?
 - 3.1. Em que situação ocorre sua atuação profissional no momento?
4. Nos clubes em que trabalhou e trabalha, como vê a possibilidade de as mulheres se dedicarem ao futebol como possibilidade de trabalho/profissão?
5. Qual a principal dificuldade enfrentada pelos profissionais que pretendem viver do futebol feminino?
6. O que você poderia afirmar que o futebol feminino lhe proporcionou de bens materiais até o momento?
7. Como é a presença de público nos jogos de futebol feminino?
8. Existe interesse do público em geral pelo futebol feminino? Por quê?
9. Como é a relação entre o futebol feminino e os meios de comunicação (televisão, rádio e jornal principalmente)?
10. Como você vê o papel da CBF e das federações no cenário do futebol feminino?
11. Como você vê as estratégias de *marketing* de valorização da estética feminina para a divulgação do futebol feminino?
12. Em sua opinião, o que poderia ser feito para que o futebol se constitua em uma possibilidade concreta de profissão para a mulher e para que a modalidade tenha seu espaço no cenário esportivo brasileiro?

APÊNDICE C: Roteiro para realização do grupo focal com jogadoras do clube.

III- JOGADORAS DO CLUBE GRUPO FOCAL: uma das mais novas, uma das mais velhas, a capitã, uma que tenha servido a Seleção, uma que tenha jogado no exterior, uma que tenha reconhecimento de liderança no elenco, uma que tenha passado por um grande número de clubes, uma que de acordo com informantes (treinador(a), dirigente e/ou atletas) apresente um perfil que compreenda maior acúmulo de conhecimentos sobre o panorama do futebol feminino no país, bem como possua uma melhor articulação/retórica para falar sobre o assunto.

1. Caracterização das atletas (1.1. nome, 1.2. idade, 1.3. cidade e estado de origem, 1.4. grau de escolaridade, 1.5. tempo dedicado ao futebol, 1.6. tempo dedicado ao clube)
2. Em quais outros clubes você já jogou?
3. Você vive exclusivamente do futebol?
 - 3.1. Qual o salário que ganha, quais outros benefícios e caso não sobreviva apenas do futebol, quais as outras fontes de recursos para sobreviver?
4. Você já teve ou tem o benefício do Bolsa Atleta?
 - 4.1. Qual o valor da bolsa?
5. Você já serviu à Seleção Brasileira?
 - 5.1. Quais os benefícios de servir à seleção?
6. O que o futebol já proporcionou a você de bens materiais?
7. Como vocês ingressaram no futebol e quando consideram ter passado do futebol de lazer (matriz comunitária) para o futebol de rendimento (matriz espetacularizada)?
 - 7.1. Como se deu suas transferências entre os clubes pelos quais você passou e como se dão normalmente as formas de circulação/transferência das atletas entre os clubes?
8. Como suas famílias encaram a escolha de vocês por jogar futebol?
9. Como é a rotina de treinamentos de vocês durante a semana (tempo de treino, como são divididas as sessões, qual a infraestrutura utilizada para os treinos)?
10. Como é a rotina de vocês nos dias de jogos (fazem concentração, tiram folga no dia após o jogo, qual o tempo dedicado à preparação para o jogo)?
11. Como vocês veem a relação e o interesse do público com o futebol feminino?
12. Como vocês veem a relação e o interesse dos meios de comunicação (principalmente TV, rádio e jornal) com o futebol feminino?
13. Qual a maior frustração e o maior sonho que vocês têm em relação ao futebol?
14. Quais as diferenças que vocês reconhecem existir entre o futebol feminino e o masculino (técnicas, estruturais, econômicas, regras, competições, clubes, torcidas, atletas, físicas...)?
15. Na opinião de vocês, o que deveria ser feito no Brasil para que o futebol feminino fosse mais valorizado/transmitido/remunerado?
16. Como você vê as estratégias de *marketing* de valorização da estética feminina para a divulgação do futebol feminino?

OBS.: As questões de 1 a 6 foram respondidas antes do grupo focal, em forma de questionário individual.

APÊNDICE D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você, _____, está sendo convidado a participar da pesquisa referente à tese de doutorado desenvolvida na Faculdade de Educação Física da UNICAMP sob o título “O futebol feminino como fenômeno social: interpretações da busca pela legitimidade”. A qualquer momento antes da conclusão desta você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. O objetivo deste estudo é analisar os fatores que dificultam a consolidação do futebol feminino no Brasil, impedindo que a modalidade se configure em uma possibilidade de exercício profissional. Sua participação neste estudo consistirá em conceder uma entrevista ao pesquisador, permitindo que seus relatos sejam descritos na tese de doutorado e outros textos de caráter científico. Sua participação na pesquisa implica em algum desconforto, na medida em que você emitirá opiniões que podem ser de descontentamento com as condições oferecidas por seu clube ou com as instituições que fazem a gestão do futebol feminino em nível local, estadual e/ou nacional. Para garantir sua proteção em relação a quaisquer represálias que poderia sofrer em virtude destes depoimentos, salientamos que seu nome e da instituição a que está vinculado serão mantidos em sigilo. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os dados documentais e o telefone do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o desenvolvimento da pesquisa, agora ou até a conclusão.

 Pesquisador: OSMAR MOREIRA DE SOUZA JÚNIOR

(RG:18.404.451-0 / CPF: 115.406.888-95 / Endereço profissional: Departamento de Educação Física e Motricidade Humana da UFSCar – Rod. Washington Luís, km. 235 – São Carlos, SP – CEP: 13.565-905 - Tel.: (16) 3351-8767)

 Orientadora: Prof. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis
 FEF-UNICAMP

Declaro que entendi os objetivos, ausência de riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____, ____ / ____ / ____ .

 Nome do(a) participante da pesquisa:
 (RG: _____ / CPF: _____ / Tel.: _____)

ANEXOS

ANEXO A: Parecer CEP



FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

 www.fcm.unicamp.br/fcm/pesquisa

CEP, 15/04/11
(Grupo III)

PARECER CEP: Nº 050/2011 (Este nº deve ser citado nas correspondências referente a este projeto).
CAAE: 0022.0.146.000-11

I - IDENTIFICAÇÃO:

PROJETO: “O FUTEBOL FEMININO COMO FENÔMENO SOCIAL: INTERPRETAÇÕES DA BUSCA PELA LEGITIMIDADE”.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Osmar Moreira de Souza Júnior

INSTITUIÇÃO: Entidades de Futebol feminino do Estado de São Paulo (FPF) e do Brasil (CBF)

APRESENTAÇÃO AO CEP: 07/02/2011

APRESENTAR RELATÓRIO EM: 15/04/12 (O formulário encontra-se no *site* acima).

II – OBJETIVOS.

Analisar os fatores que dificultam a consolidação do futebol feminino no Brasil, impedindo que a modalidade se configure em uma possibilidade de exercício profissional.

III – SUMÁRIO.

O estudo será uma pesquisa de corte qualitativo, tendo como principal característica e objetivo a tentativa de interpretar ou descrever o fenômeno a ser estudado, ao invés de explicá-lo. O presente estudo será alicerçado por três modalidades de tratamentos de dados: pesquisa bibliográfica, da literatura que trata do tema futebol feminino; pesquisa documental, caracterizada por apoiar-se em materiais que não receberam tratamento analítico, incluindo fontes orais, escritas e iconográficas, que terá como objetivo, levantar dados que referentes à organização de competições e registros de atletas e clubes de futebol feminino no Estado de São Paulo e no país em um passado próximo e no momento atual; e o terceiro instrumento utilizado, será a pesquisa de campo, baseada em entrevistas semi - estruturadas, com pessoas que estão diretamente envolvidas com o problema que será pesquisado, que refere-se ao contexto atual do futebol feminino brasileiro. Serão ouvidas jogadoras, treinadores (as), dirigentes de clubes e dirigentes de entidades responsáveis pela organização do futebol feminino no Estado de São Paulo (FPF) e no Brasil (CBF). Após o levantamento de dados, e tendo como base o referencial teórico construído a partir da pesquisa bibliográfica, serão criadas as categorias de análise que irão determinar os caminhos a serem trilhados no decorrer da tese, tomando como pressuposto a premissa de que não é possível promover algum nível de entendimento do fenômeno futebol feminino, sem levar em consideração o contexto social mais amplo.

IV - COMENTÁRIOS DOS RELATORES

Após respostas às pendências, o projeto encontra-se adequadamente redigido e de acordo com a Resolução CNS/MS 196/96 e suas complementares, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Comitê de Ética em Pesquisa - UNICAMP
Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126
Caixa Postal 6111
13083-887 Campinas – SP

FONE (019) 3521-8936
FAX (019) 3521-7187
cep@fcm.unicamp.br



**FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

 www.fcm.unicamp.br/fcm/pesquisa

V - PARECER DO CEP

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, após acatar os pareceres dos membros-relatores previamente designados para o presente caso e atendendo todos os dispositivos das Resoluções 196/96 e complementares, resolve aprovar sem restrições o Protocolo de Pesquisa, bem como ter aprovado o Termo do Consentimento Livre e Esclarecido, assim como todos os anexos incluídos na Pesquisa supracitada.

O conteúdo e as conclusões aqui apresentados são de responsabilidade exclusiva do CEP/FCM/UNICAMP e não representam a opinião da Universidade Estadual de Campinas nem a comprometem.

VI - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 – Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).

Pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.1.z), exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade do regime oferecido a um dos grupos de pesquisa (Item V.3.).

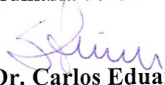
O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4.). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projeto do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, Item III.2.e)

Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução CNS-MS 196/96.

VII- DATA DA REUNIÃO

Homologado na III Reunião Ordinária do CEP/FCM, em 22 de março de 2011.


Prof. Dr. Carlos Eduardo Steiner
PRESIDENTE do COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
FCM / UNICAMP

ANEXO B: Modelo do Termo de Adesão da “Campanha Adote um Atleta”

**CAMPANHA ADOTE UM ATLETA
TERMO DE ADESÃO**

FUNDAÇÃO XXXX, atendendo seus objetivos, e nos termos da Lei Municipal nº XXX de XX de XXXX de XXXX, regulamentada pelo Decreto Municipal nº XXXX de XX de XXXX de XXXX, que tem por finalidade dar formação moral, social, civil e disciplinar aos atletas da comunidade, amparo e cooperação necessária à prática e desenvolvimento de atividades desportivas nas mais variadas modalidades, visando o crescimento e aprimoramento de suas potencialidades individuais para participarem e disputarem campeonatos em nível municipal, regional, estadual, nacional e internacional, de um lado, e a Pessoa Física ou Jurídica infra-assinada, de outro lado, que ora ADERE à Campanha “ADOTE UM ATLETA” criada pela FUNDAÇÃO XXXX doravante designada ANUENTE, ajustam o seguinte:

ADOTANTE:

ADOTADO:

- 1º- A “**ADOTANTE**” se compromete a patrocinar o **ADOTADO**, na modalidade esportiva amadora (MODALIDADE), visando dar-lhe condições para desenvolver e aperfeiçoar suas técnicas desportivas;
- 2º- O valor do PATROCÍNIO de R\$ () mensais, será destinado ao **ADOTADO**, através da **FUNDAÇÃO XXXX**;
- 3º- O prazo de Adesão à Campanha e, consequente Adoção do Atleta Amador é de ____/____/____ a ____/____/____.
- 4º- O **ADOTADO** se compromete a cumprir todas as normas de treinamento passadas pelo treinador de sua modalidade, importando o descumprimento, em SUBSTITUIÇÃO da adoção, desaparecendo, consequentemente, sua condição de patrocinado. O mesmo ocorrerá, se o **ADOTADO** não for aprovado em exames médicos, não atingir níveis técnicos satisfatórios na evolução dos treinamentos, causar atritos com técnico, comissão técnica ou demais integrantes do time;
- 5º- Se o **ADOTADO** deixar de comparecer aos treinamentos sem motivo justificado ou abandoná-lo, desaparecerá sua condição de adotado, sendo **SUBSTITUÍDO**, dentro da modalidade desportiva, por outro atleta amador inscrito e classificado na Campanha e ainda não adotado, incorrendo, consequentemente, o **ADOTADO substituído** na perda do patrocínio;
- 6º- Também serão consideradas como condições para **SUBSTITUIÇÃO DO ADOTADO**, a expiração normal do presente Termo de Adesão, ou o término de sua prorrogação;

- 7º- Os treinamentos do **ADOTADO** realizar-se-ão no Ginásio de Esportes “XXXX”, sob orientação do treinador de sua modalidade ou em outro local que este determinar, sem qualquer intervenção da **ANUENTE** e da **ADOTANTE**;
- 8º- A **FUNDAÇÃO**, atua neste Termo de Adesão, firmado em razão da adesão da **ADOTANTE** à CAMPANHA “ADOTE UM ATLETA”, como intermediária na destinação do patrocínio fornecido pela **ADOTANTE** ao **ATLETA AMADOR ADOTADO**;
- 9º- Documentos solicitados pelo **ADOTADO** para comprovação de renda junto à Receita Federal, para fins de declaração imposto de renda, para estabelecimentos bancários ou outros de qualquer natureza, serão fornecidos pela **ADOTANTE**, eis que fonte geradora do patrocínio;
- 10º- Em razão da presente adoção e para divulgar a **CAMPANHA “ADOTE UM ATLETA”**, o atleta se compromete a usar a logomarca da empresa patrocinadora, da “**FUNDAÇÃO**” e do time que estiver colocado, estampadas em bonés, camisetas, abrigos e calções, sempre que participar de treinamentos, provas ou simples competições de qualquer natureza, ao conceder entrevistas à imprensa, falada, escrita ou televisionada;
- 11º- E, por estarem de acordo com as condições acima enumeradas, firmam o presente contrato e o fazem na presença das testemunhas que também o subscreve.

XXXX, ____ de _____ de _____.

ADOTANTE:

ADOTADO:

ANUENTE – FUNDAÇÃO XXXX

TESTEMUNHAS:

NOME:
RG:

NOME:
RG: